



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**REGIONAL E LOCAL**

**Napoliana Pereira Santana**

**FAMÍLIA E MICROECONOMIA ESCRAVA NO SERTÃO DO**  
**SÃO FRANCISCO (URUBU – BA, 1840 A 1880)**

**Santo Antônio de Jesus – BA**

**2012.**

**Napoliana Pereira Santana**

**FAMÍLIA E MICROECONOMIA ESCRAVA NO SERTÃO DO  
SÃO FRANCISCO (URUBU – BA, 1840 A 1880)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Mestrado em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

**Santo Antônio de Jesus – BA**

**2012.**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Santana, Napoliana Pereira

Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880) /  
Napoliana Pereira Santana. – Santo Antônio de Jesus, 2012.  
218 f.

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências  
Humanas. Programa de Mestrado em História Regional e Local.  
Campus V. 2012.

Contém referências.

1. Microeconomia escrava. 2. Sertão do São Francisco. 3. Urubu (BA). 4. Família escrava. I. Pires, Maria de Fátima Novaes. II Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Campus V.

CDD: 338.521

**Napoliana Pereira Santana**

**FAMÍLIA E MICROECONOMIA ESCRAVA NO SERTÃO DO  
SÃO FRANCISCO (URUBU – BA, 1840 A 1880)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História ao Programa de Mestrado em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

Santo Antônio de Jesus – BA, \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UFRB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isnara Pereira Ivo (UESB)

Aos meus pais, Maria Aparecida e Napoleão (*in memoriam*),  
com todo o meu amor e gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Finalizando esta etapa, deixo aqui registrado o meu mais sincero OBRIGADA a todas as pessoas com quem convivi nesses últimos anos e que me apoiaram de diversas maneiras...

Agradeço especialmente à querida professora Maria de Fátima Novaes Pires (minha orientadora desde a graduação), por me guiar no difícil e instigante percurso da pesquisa histórica. A sua orientação se fez essencial desde quando o mestrado ainda me parecia um sonho distante. Com a professora Fátima pude aprender lições raras sobre os caminhos teóricos e metodológicos que permeiam o ofício de historiador. Agradeço pelo modo comprometido e sério como conduziu sua orientação. E, mais, por todo o seu apoio, carinho e amizade, que tanto me encorajaram em momentos diversos. Talvez, não seja muito fácil expressar com palavras o quão importantes foram seus ensinamentos para a minha formação. Então, muito OBRIGADA por tudo!!!

Às professoras Isnara Pereira Ivo e Isabel Cristina Ferreira Reis, que fizeram parte da banca de qualificação e defesa, agradeço pela leitura cuidadosa do texto, pelas críticas e sugestões, com vistas ao aprimoramento da dissertação. E também pelas palavras de incentivo, carinho e valorização que me impulsionaram na reta final deste trabalho.

Aos professores do Mestrado em História Regional e Local, por partilhar de seus conhecimentos acerca das práticas historiográficas. Desses, destaco Wellington Castellucci Junior, Ely Estrela (*in memoriam*), Raphael Vieira Filho e Gilmário Brito pelas sugestões e indicações de leituras. Agradeço ainda às “secretárias” Ane, Consuelo e Vilma, por me ajudarem com as questões burocráticas e sanarem minhas dúvidas com tanta solicitude.

Aos colegas de pós-graduação, Antônio Cosme, Álvaro Leal, Eliana Evangelista, Luiz Argolo, Jairo Rios Junior, Jaqueline Brito, Adriana Sacramento, Marcos Gonçalves, Manuela Santana, que tornaram minha estada em Santo Antônio de Jesus menos solitária e mais significativa. Lembro-me com saudades de nossos almoços coletivos, recheados de boas conversas e risadas. Luiz, sou grata por efetuar minhas matrículas e por proporcionar, juntamente com sua família (as “Fernandas” e a agregada Núbia), momentos de lazer em SAJ; Eliana, obrigada por me encorajar com seu exemplo de garra e determinação; Drica, colega desde a graduação, valeu pela recepção no Recôncavo baiano. Manuela, Álvaro e Jaqueline se tornaram grandes amigos, com os quais pude compartilhar alegrias e percalços da vida acadêmica e pessoal. Sou grata pelo carinho e pelos momentos de companheirismo. Manuca, obrigada por me acolher em sua casa, juntamente com sua família (Tia Geo, Messias e Bel),

com tanto aconchego. O mesmo vale para Jaque e família (Tiago, Tia Sandra, Jacó, Jamile e Viviane) e para Álvaro, pelas acolhidas em Salvador. Em SAJ, tive ainda o prazer de partilhar das vivências acadêmicas com Gílson de Jesus, Jacó Souza e Wilma Souza.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

Agradeço a Rômulo Martins pela gentileza em compartilhar algumas fontes do acervo documental da cidade de Lençóis-BA. Ao Bispo Emérito de Bom Jesus da Lapa, Dom Francisco Batistela (*in memoriam*), por permitir pesquisar nas fontes eclesiásticas da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, assim como ao Bispo atual, Dom César. Aos funcionários da Cúria Diocesana: Celeste, Diogo e Ocimar.

Sou grata às funcionárias do Arquivo Público Municipal de Caetité, Nery e Rosália, pelo carinho e atenção dispensada. Aos funcionários do Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães (Paratinga-BA): Divina, Agamenon e Carlos Alberto. Ao Juiz da Comarca de Bom Jesus da Lapa, Dr. Armando Duarte de Mesquita Júnior, por autorizar minha pesquisa junto ao acervo documental do referido Fórum.

Agradeço à professora Maria Belma Gumes Fernandes pela correção cuidadosa do texto. Às professoras de inglês Vilma Alencar e Maria Zilá por me auxiliarem com o *abstract*.

Aos queridos amigos desde os tempos da graduação (realizada em Caetité) agradeço o carinho, a torcida e o apoio. Fernanda Gomes, parceira de pesquisa, e Karolyne Gilberta, sou grata pela cumplicidade, pelo estímulo constante e por se fazerem presentes em momentos importantes da realização deste trabalho; Ednailton Silva, Welma Reis, Luciana Costa e Luciene Costa, pela força e incentivo. Com Eudes Guimarães, Lielva Aguiar e Regina Xavier compartilhei anseios e alegrias similares, próprias da realização de um mestrado. Eudes, obrigada por me entusiasmar com todo o seu estímulo e exemplo; Lica, agradeço o carinho, a confiança e as trocas de informações sobre a família Teixeira; Rê e o seu esposo, Rogério, obrigada pela solicitude e acolhidas em Caetité. Agradeço ainda o apoio recebido de Leila Prates, Jamir Quintiliano e Fernando Dias.

Aos estimados professores e amigos de Caetité: Nivaldo Dutra, pelas trajetórias conjuntas junto as comunidade negras rurais do Médio São Francisco e pelos empréstimos de livros; Marcos Profeta, pelo incentivo, amizade e por dividir comigo a experiência do estágio docente; Lúcia Porto e Paulo Duque, por seus ensinamentos e o apoio constante. Agradeço ainda, a turma 2009.1 de História pela recepção quando da realização do estágio docente.

Devo um agradecimento muito especial à comunidade negra rural de Nova Batalhinha. Foi ali onde tudo começou... As histórias de vida dos moradores locais aguçaram meu desejo

em pesquisar sobre a população negra ribeirinha do São Francisco. Agradeço o jeito simples e acolhedor com que me acolheram. A “Dé Gatinho” (Sr. Manoel Rodrigues – *in memoriam*), que tanto me instigou com seu conhecimento e sabedoria; e à família de seu Aureliano, especialmente nas pessoas de Denis, Severo e Nena, pela amizade e confiança.

À Gabriela Nogueira agradeço pela nossa amizade e trajetórias conjuntas traçadas no âmbito da vida profissional e pessoal. Sua cumplicidade na busca pelas fontes, na organização dos acervos da Cúria de Bom Jesus da Lapa e do Fórum de Paratinga foi essencial e tornou possível a realização deste trabalho, que outrora parecia tão distante. Aliás, com Gabi tenho dívidas impagáveis... Obrigada por me “socorrer” sempre, mesmo que de última hora. Sou grata ainda, pelas leituras minuciosas e comentários valiosos do texto. Agradeço ao seu esposo, Joilson, pelo apoio em diversos momentos; e a sua mãe, Dona Maura, por intermediar o meu acesso à documentação da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

A minha família sou grata pelo amor e pela preocupação de sempre. Aos meus irmãos Ronildon, Risomar, Fábio e Queila pelo apoio, incentivo e torcida. Neuilton e Cátia, que, na ausência de “painho”, assumiram a responsabilidade de arcar com meus projetos e sonhos. Obrigada pelo amor incondicional e por tudo que representam para mim. Espero um dia conseguir retribuir, ao menos em parte, tamanha generosidade. Chegar até aqui, sem o apoio de vocês, seria muito mais difícil, senão impossível. Sou eternamente grata! Aos meus queridos sobrinhos Kauan, Carlinha, Isabella e Samuel, que me alegraram de diversas maneiras e me “obrigaram”, em muitos momentos, a deixar um pouco de lado os papéis e o computador. Estendo os agradecimentos aos meus cunhados Gabriel e Isabel Geanne.

Carinhosamente, agradeço a Levi José, meu querido companheiro, por todo o seu cuidado, apoio e carinho. Seu companheirismo foi essencial em todas as etapas dessa minha jornada. Muito obrigada por sua paciência, por compreender minhas ausências (até mesmo em suas férias) e mais, por participar ativamente da realização deste trabalho, com suas leituras atentas e comentários sinceros do texto.

Aos meus pais, Maria Aparecida e Napoleão (*in memoriam*), um agradecimento mais que especial. Aliás, faltam-me palavras para expressar todo o amor e gratidão que sinto por vocês. Mãe, obrigada por suas orações constantes, sei que sua fé me protege e me guia pelos caminhos da vida. “Painho”, infelizmente o destino te levou para longe de nós, mas seu exemplo de vida e humildade estarão sempre comigo onde quer que eu esteja. A vocês, **MUITO OBRIGADA** por tudo!!!

## RESUMO

O presente trabalho procurou analisar as relações familiares de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, região do sertão do São Francisco, no decorrer dos anos de 1840 a 1880, período este marcado, no âmbito nacional, pela extinção do tráfico atlântico, seguido da intensificação do tráfico interprovincial e ampliação das lutas escravas pela liberdade; no local, pelas secas periódicas, proliferação de epidemias e arrefecimento da economia regional. Buscou-se examinar os modos de organização da vida escrava, sobretudo os arranjos de sobrevivência familiar e pessoal forjados pelos escravos no interior das propriedades pecuaristas. Assim, atentou-se para as participações desses sujeitos na economia local e regional e para a formação de uma microeconomia escrava, fundamental na luta pelas suas sobrevivências e pela conquista da alforria. Para tanto, foi realizada uma leitura minuciosa a uma série documental diversa: inventários, testamentos, registros paroquiais (casamentos e batizados), livros contábeis, processos cíveis e criminais, correspondências pessoais e livros de memorialistas e viajantes. O intercruzamento dessas fontes possibilitou recompor algumas trajetórias individuais e familiares de escravos, permeadas de lutas, resistências e negociações cotidianas, bem como aproximar dos significados que eles atribuíram às suas próprias experiências.

Palavras-Chave: Escravidão. Família escrava. Microeconomia. Sertão do São Francisco.

## **ABSTRACT**

The present work tried to analyze the family relationship of slaves from customer Santo Antônio do Urubu de Cima, on region of São Francisco, wilderness during 1840 and 1880, this period was marked, on the national sphere by extinction of Atlantic slave trade followed by the intensification of interprovincial trade and extension of slave struggles for freedom; in this place, by periodic droughts, proliferation of epidemics and deceleration regional economy. We tried to observe the organization modes of slave life, mainly, arrangements for family and personal survival forged by slaves inside the cattle breeder property. Thus, looked up to the participation of these customers on the local and regional economy, for the formation of microeconomics slave, subjacent in their struggle for survival and by conquest of emancipation. However, it was realized a detailed reading at a different series document: inventories, testaments, parish registers (wedding and baptism), accounting books, civil and criminal proceedings, personal correspondence, memoirs and travelers book. The interlacement these sources allowed to reset some individual and family trajectories of slaves, permeated by struggles, resistance and daily negotiations as well as approaching of the meanings they attributed to their own experiences.

**Key words:** Slavery. Slave family. Microeconomics. Wilderness of São Francisco.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Relação das famílias escravas na posse de Antônio José Teixeira (1835-1854)	44
Quadro 2 – Registros de escravos com pecúlio das fazendas Curralinho e Rio das Rãs (1877 - 1878)	194

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Preço médio de escravos, Urubu – 1840 – 1880	37
Tabela 2 – Faixa etária dos escravos, Urubu – 1840 – 1880	45
Tabela 3 – Origem e cor dos escravos, Urubu – 1840 – 1880	46
Tabela 4 – Locais de realizações dos batizados de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1844 – 1860	61
Tabela 5 – Legitimidade dos filhos de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1844 – 1860	61
Tabela 6 – Padrinhos e madrinhas de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1844 – 1860	67
Tabela 7 – População, Urubu – 1872	90
Tabela 8 – Bens inventariados, Urubu – 1840 – 1880	104
Tabela 9 – Média do monte-mor por período, Urubu – 1840 – 1880	107
Tabela 10 – Fazendas do “Sertão do Rio São Francisco”	142
Tabela 11 – Relação dos escravos descritos nos livros contábeis da família Spínola Teixeira (1870-1888)	190

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Posse escrava no Urubu, 1840 – 1880	29
Gráfico 2 – Evolução da média do monte-mor, Urubu - 1840 – 1880	107
Gráfico 3 – Distribuição dos valores médios de monte-mor dos inventários, Urubu – 1840 – 1880	113
Gráfico 4 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 1 (até 1:000), Urubu – 1840 – 1880	114
Gráfico 5 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 2 (1:000 a 5:000), Urubu – 1840 – 1880	117
Gráfico 6 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 3 (5:001 a 10:000), Urubu – 1840 – 1880	120
Gráfico 7 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 4 (acima de 10:001), Urubu – 1840 – 1880	121
Figura 1 – Família da cativa Silvana, 1872	51
Figura 2 – Família da cativa Silvéria, 1872	51
Figura 3 – Laços de compadrio de Esmeria (1848 – 1858)	71
Figura 4 – Genealogia da família Spínola Teixeira	154
Figura 5 – Laços de compadrio de Januário (1846-1857)	162
Figura 6 – Família de Simplícia e Miguel, escravos da fazenda Batalha	192
Figura 7 – Família de Benvinda	197
Figura 8 – Família de Iria e José, escravos da fazenda Batalha	199
Figura 9 – Família de Maria, escrava da fazenda Rio das Rãs	201
Fotografia 1 – Barranca do rio São Francisco, século XX	95

Fotografia 2 – Pescadores nas margens do rio São Francisco, s.d.	101
Fotografia 3 – Casa de farinha de João Félix de Deus	126
Fotografia 4 – Contrato pelo sistema de sorte ou giz, ano 1853	181
Mapa 1 – Divisão territorial e administrativa, situação em 1827	20
Mapa 2 – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, século XIX	92
Mapa 3 – Caminhos do sertão	133

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 VIDA ESCRAVA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO</b>	<b>28</b>
2.1 POSSE ESCRAVA: PREÇO E VENDA	28
2.2 “NASCEO M <sup>a</sup> [MINHA] CRIA”: REPRODUÇÃO NATURAL E FAMÍLIA ESCRAVA	43
2.2.1 Redes de convívio: laços familiares e sociais de escravos	57
2.3 TRÁFICO INTERPROVINCIAL E FAMÍLIA: NOBERTA E FILHOS	72
<b>3 VIDA SOCIAL E MATERIAL DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DO URUBU DE CIMA NO OITOCENTOS</b>	<b>84</b>
3.1 O RIO SÃO FRANCISCO: VIA COMERCIAL E ATIVIDADE PESQUEIRA	84
3.2 DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA: MEIOS DE VIDA DOS SERTANEJOS	103
3.2.1 Escravos, gado e terras nos inventários	103
3.2.2 Lavouras e a produção de farinha, rapadura e aguardente	123
3.2.3 Comerciantes, tropeiros e práticas usurárias	128
<b>4 OS NEGÓCIOS COM O GADO E A MICROECONOMIA ESCRAVA</b>	<b>142</b>
4.1 FAZENDAS SERTANEJAS: BATALHA, CURRALINHO, RIO DAS RÃS E SANTO ANTÔNIO	142
4.2 PARTICIPAÇÃO ESCRAVA NOS NEGÓCIOS COM O GADO	172
4.2.1 Breves considerações sobre a microeconomia escrava	172
4.2.2 Escravos vaqueiros e suas famílias	178
4.2.3 Formas de ganhos: serviços extras nas fazendas	198
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>206</b>
<b>6 FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>208</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 1873, Honório fora listado na matrícula de escravos do fazendeiro Francisco Teixeira de Araújo com as seguintes características: pardo, 21 anos de idade, solteiro, natural do termo do Urubu e de serviço doméstico.<sup>1</sup> Seus pais, o casal Iria e José, já haviam trabalhado por muitos anos na fazenda Batalha, sob o domínio do major Joaquim Teixeira de Araújo, pai do seu senhor.<sup>2</sup> Na década de 1880, Honório vivia na fazenda Rio das Rãs, cuidando de administrar certas despesas como a compra de mantimentos e utensílios e providenciando a contratação de terceiros para auxiliar nas lidas com o gado. Por seus serviços, esse escravo recebia anualmente uma gratificação no valor de Rs. 20\$000. Com esse ganho, Honório adquiriu certos bens materiais, como uma sela comprada por Rs. 10\$000, no ano de 1881.<sup>3</sup> Considerando o longo período de trabalho naquela fazenda, é presumível que pudesse amealhar pecúlio para a compra de sua alforria.

Este pequeno fragmento da trajetória de Honório revela o objetivo central desta pesquisa: examinar, a partir das relações familiares, como escravos do sertão do São Francisco<sup>4</sup> organizaram suas vidas e garantiram participação na economia local e regional, entre os anos de 1840 e 1880. Alcançar tal objetivo só foi possível graças aos valiosos indícios da vida material e social de sertanejos contidos nos fragilizados acervos da Cúria de Bom Jesus da Lapa e do Fórum de Paratinga que guardam uma rica documentação da antiga freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Contudo, acessar esses manuscritos oitocentistas exigiu, antes de tudo, um trabalho árduo e prazeroso de busca, descoberta e organização dos referidos acervos.

Os primeiros passos nessa direção foram dados na graduação. Um projeto de iniciação científica<sup>5</sup> colocou-me em contato direto com as comunidades negras rurais da região do São Francisco. Nas visitas constantes às comunidades, com entrevistas realizadas e conversas

<sup>1</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Oflia Spínola de Souza Teixeira. Classificação 04/1510/1979/04. Ano: 1883.

<sup>2</sup> Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 55. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA.

<sup>3</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>4</sup> O sertão do São Francisco está inserido na região do alto sertão da Bahia, juntamente com as regiões da Chapada Diamantina e Serra Geral. Segundo Erivaldo Fagundes Neves (1999, p. 119): “O processo de povoamento e ocupação econômica dessa região, onde os pioneiros se instalaram em tempos pretéritos, iniciou com fazendas de gado de Antônio de Guedes Brito, pecuária com trabalho escravo, contrariamente ao que informa a historiografia tradicional.”

<sup>5</sup> Projeto de Iniciação Científica do Programa Brasil Afro-Atitude, coordenado pelo Projeto AMA da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, realizado entre outubro de 2005 e outubro de 2006, cujo título é: **A busca pela liberdade: a luta pelo reconhecimento da comunidade quilombola Nova Batalhinha, 1980-2005.**

informais, ouvi histórias que remetiam a um passado onde famílias de negros cativos e famílias de negros livres conviviam lado a lado nas lidas e dificuldades cotidianas da vida sertaneja.

Acessar essas memórias instigou-me a voltar no tempo e reconstituir processos de lutas daquelas famílias e os modos como conseguiram permanecer no território ao longo do tempo, mesmo com as diversas dificuldades e, mais tarde, com as tentativas de expulsão de suas terras empreendidas por fazendeiros locais. Mas, ainda me faltavam fontes que possibilitassem deslocar o olhar para uma temporalidade mais distante. Contudo, as memórias daquelas pessoas deram pistas a seguir... Sempre diziam que aquelas terras, que abrangiam as comunidades negras rurais de Nova Batalhinha e de Rio das Rãs, pertenciam a uma família Teixeira de Caetité. Desse modo, buscar o sobrenome Teixeira no Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC possibilitaria encontrar indícios dessa história guardada na memória dos moradores das referidas comunidades.

O trabalho como monitora do Arquivo de Caetité viabilizou o meu acesso a todo o acervo documental ali conservado. Nesse contato, descobri alguns livros contábeis pertencentes à família de Deocleciano Pires Teixeira<sup>6</sup> e, para a minha alegria e surpresa, debrucei-me sobre dois livros que, entre outras anotações comerciais, tratavam dos negócios das fazendas do São Francisco. Os registros reportam-se à segunda metade do século XIX e trazem ricas informações sobre as transações comerciais de compra e venda de gados *vacum* e *cavalar*, as despesas realizadas e alguns nomes de escravos que trabalhavam nas fazendas daquela família.<sup>7</sup>

A leitura desses livros contábeis aguçou ainda mais o desejo de entender a organização da vida escrava no sertão do São Francisco. Desse modo, a procura por fontes manuscritas continuou. Nessa empreitada, já contava com o companheirismo da colega de graduação Gabriela Amorim Nogueira, também ávida por descobrir fontes históricas que nos possibilitassem o estudo dos negros da região do São Francisco. Por intermédio de Dona Maura Amorim Nogueira, conseguimos a autorização para acessar o acervo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Mais uma vez, um momento de surpresa e grande

---

<sup>6</sup> Deocleciano Pires Teixeira foi um influente coronel e político de Caetité – BA, pai do educador Anísio Teixeira. O rico acervo de sua família, gentilmente cedido por Babi Teixeira (filha de Anísio Teixeira) ao Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC, é composto por correspondências, livros contábeis, cartões postais, fotografias, telegramas e recibos, acervo que abrange desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX.

<sup>7</sup> Essas fontes subsidiaram o meu trabalho de conclusão de curso, um artigo intitulado **Os escravos na microeconomia das fazendas Curralinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1876 – 1888.**

felicidade quando deparamos com um rico manancial documental. Trata-se de livros eclesiásticos de batismos, casamentos e óbitos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima e de São José de Carinhanha, referentes aos séculos XVIII e XIX.

Fez-se necessário o trabalho de limpeza e catalogação dos livros eclesiásticos. Finda essa etapa, iniciei a leitura documental. Das atas de batismo e casamento foi possível identificar vestígios de famílias de escravos e de livres que viveram no sertão do São Francisco, no Oitocentos. Desse modo, os registros históricos ali preservados facultaram acompanhar a formação e ampliação de núcleos familiares de escravos, bem como aproximações dos significados dessa experiência para as suas vidas. Revelaram ainda aspectos da vida conjugal, como as escolhas de parceiros para casar e constituir família. Por outro lado, possibilitaram investigar a importância do casamento formal em suas vidas ou se preferiram manter a união consensualmente.

As atas batismais permitiram tecer as relações sociais nas quais as famílias escravas se envolveram. Observei que os seus vínculos foram estendidos para além dos limites das propriedades onde viviam. Escravos estabeleceram laços de compadrio com livres pobres e ricos, com companheiros de cativo e de outras propriedades, situação que informa grande mobilidade espacial. Transitavam por fazendas, vilas e arraiais onde faziam amizades e estendiam suas relações, significativas também para a constituição de meios de sobrevivência.

A fricção dos registros paroquiais revelou a forte presença de famílias escravas morando em sítios e fazendas sertanejas, famílias essas que foram formadas no interior daquelas propriedades, constituídas, em sua grande maioria, por escravos nascidos na região. Trata-se de núcleos familiares compostos majoritariamente por mães e filhos, indicando um alto índice de relações consensuais. Mediante situação, nem sempre foi possível identificar na documentação a figura paterna, mesmo que na vida prática o pai se fizesse presente. Ainda assim, não raras vezes, as fontes noticiaram a presença de famílias extensas, com mães, pais, filhos, avós, sobrinhos, primos e tios, vivendo em comum por um longo período de suas vidas.

As vivências conjuntas entre escravos, libertos e livres pobres, especialmente os que viviam na condição de agregados nas fímbrias das grandes propriedades, facultaram ampliar a noção de “família” para além do parentesco consanguíneo, incluindo também o parentesco simbólico.<sup>8</sup> Desse modo, os laços tecidos socialmente, como as relações de vizinhança, de

---

<sup>8</sup> O sentido de família empregado na pesquisa tem um contorno mais amplo e não se restringe aos laços parentais (real ou fictício), mais os associam a uma rede social que engloba “laços de solidariedade e amizade, relações de

amizades, reciprocidades e solidariedades, sobretudo aqueles selados na pia batismal, exerceram importância fundamental para a vida daquelas pessoas e, como tal, não poderiam deixar de ser associados à família. Por outro lado, a análise do compadrio escravo facultou identificar comunidades formadas no interior das propriedades escravistas. Participavam dessas comunidades não só escravos de mesma propriedade, mas também libertos, que após a alforria continuaram a manter os vínculos com ex-companheiros de cativeiro; livres pobres (e até mesmo alguns ricos); e escravos de outras propriedades. Essa rede de convívio cotidiano foi essencial para os arranjos de sobrevivência pessoal e familiar.

A aproximação das experiências<sup>9</sup> familiares e sociais de escravos e libertos do sertão do São Francisco gerou novos questionamentos que as fontes paroquiais não poderiam sanar. Havia a necessidade de melhor identificar o chão social onde essas experiências se inscreveram e, mais, descortinar outros aspectos da escravidão naquelas paragens, para, então, compreender como essas pessoas organizaram suas vidas e supriram suas necessidades de sobrevivência. Assim, a busca por fontes prosseguiu...

Em 2009, aconteceu mais uma grande descoberta: o acervo do judiciário do Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães – Paratinga/BA, composto de inventários *post-mortem*, processos-crime e cíveis da antiga comarca de Santo Antônio do Urubu de Cima, datados dos séculos XVIII e XIX. Antes de me adentrar no universo dessas fontes judiciais, vale salientar algumas dificuldades enfrentadas na pesquisa à maior parte dos documentos consultados.

Os acervos da Cúria de Bom Jesus da Lapa e do Fórum de Paratinga apresentam-se muito fragilizados, devido à ação do tempo e às condições indevidas de armazenamento, pois não dispõem de local, nem de materiais apropriados para a sua conservação. Alguns livros e documentos estão impossibilitados de consulta, necessitando de um tratamento urgente por profissionais especializados, pois correm riscos incontornáveis. Essa condição dos acervos demandou grande esforço de limpeza e organização (grosso modo) dos documentos, na tentativa de amenizar as péssimas condições em que se encontravam e torná-los minimamente

---

reciprocidade e confiança, dependência vertical e todo um universo de sociabilidade em que homens e mulheres se inseriam” (FERREIRA, 2008, p. 15), e que lhes conferiam identidade e segurança.

<sup>9</sup> O conceito de experiência abordado na pesquisa baseia-se nas abordagens de E.P. Thompson (1981, p. 182): “O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’. [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essas experiências em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas da prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre alguma situação determinada.”

viáveis para a pesquisa, que não se faz sem dificuldades, dada a ação de traças e outros microrganismos, que deixaram estragos irreparáveis na documentação.

Em meio às folhas mofadas, amareladas e fragmentadas, o acervo do judiciário do Fórum de Paratinga ainda preserva valiosos indícios de vida pregressa de homens e mulheres que viveram no sertão do São Francisco. Para esta pesquisa, consultei parte dos inventários, testamentos e alguns processos cíveis e criminais.

Os inventários e testamentos permitiram melhor descortinar o chão social onde escravos e libertos experimentaram suas vivências cotidianas.<sup>10</sup> Trata-se da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, localizada à margem direita do rio São Francisco, criada pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide em 1718, tornando-se vila no ano de 1745 (SANTOS, 2010, p. 254).<sup>11</sup>

A análise dessa região concentra-se entre os anos de 1840 e 1880. Nesse período, a freguesia do Urubu era predominantemente rural, composta de várias fazendas, sítios e roças ao lado das pequenas vilas e arraiais. Tinha como base econômica a criação extensiva de gado associada às pequenas lavouras de policultura, as atividades pesqueiras e comerciais. Configura-se como uma sociedade com forte concentração de riquezas e de terras sob o domínio de ricos fazendeiros, onde os mais pobres enfrentaram sérias dificuldades para remediar suas sobrevivências. A década de 1860 foi marcada por uma longa estiagem que provocou um arrefecimento da economia local, com queda na criação de animais e decréscimo no número de escravos. Essa crise econômica teve implicação direta na dimensão social daquele lugar, como a intensificação do número de escravos vendidos para outras regiões. Vale ressaltar que esta pesquisa atentou-se para as conjunturas mais amplas, como o fim do tráfico atlântico, a emergência do tráfico interprovincial e a promulgação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre) e seus desdobramentos regionais.

O mapa abaixo apresenta essa região na primeira metade do século XIX, quando o termo de São José de Carinhanha ainda não havia sido desmembrado da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.<sup>12</sup>

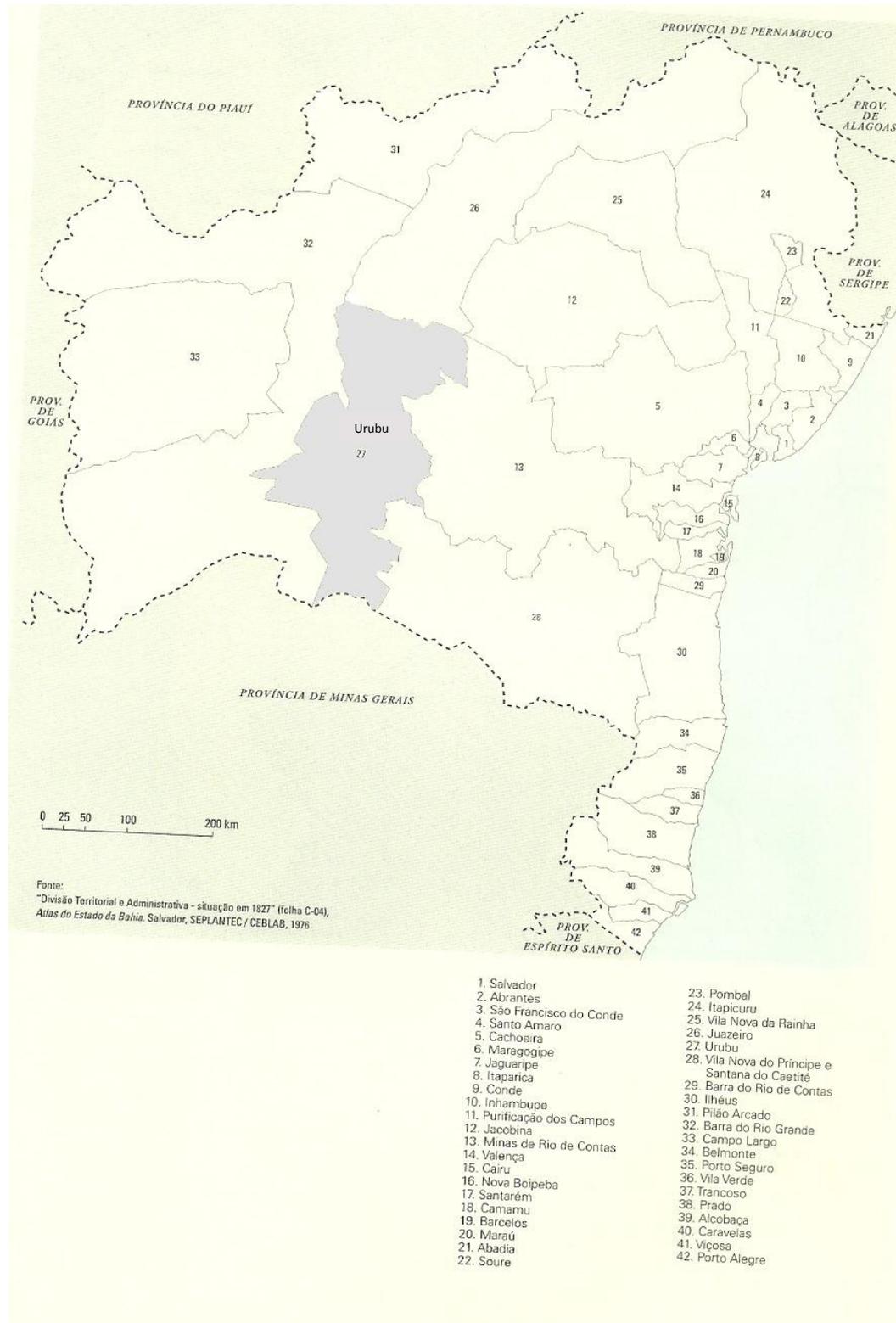
---

<sup>10</sup> Em Maria Odila Leite S. Dias (1995, p. 14-15) encontra-se referência importante para a compreensão do cotidiano na pesquisa histórica: “Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia.”

<sup>11</sup> Essa região na atualidade abrange os municípios baianos de Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Sítio do Mato, Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos, dentre outros.

<sup>12</sup> Creada a Comarca do Urubu pela Lei Provincial nº 6 de 2 de Maio de 1835, composta das Villas de Urubu e Carinhanha, esta desmembrada da Comarca do Rio de São Francisco, aquela de Rio das Contas (art. 6) mandou a lei provincial nº 61 de 25 de abril de 1837 que fossem interinamente observados os limites marcados no citado

Mapa 1 – Divisão Territorial e Administrativa, situação em 1827



Fonte: DANTAS, 2007, p. 473.

Decreto de 6 de Julho de 1832. Posteriormente foi desmembrada a Villa de Carinhanha do Termo do Urubu". APB. Seção Judiciária. Série Conflito (conflito de Jurisdição). Classificação: 21/722/2.

Além de evidenciar aspectos materiais e sociais do sertão do São Francisco, os inventários e testamentos preservam também ricos indícios da vida escrava. O escravo, em muitos dos documentos analisados, constituía-se no “bem” mais valioso de muitos proprietários sertanejos. Das descrições documentais depreende-se, dentre outros aspectos, as funções assumidas, as condições da saúde física, estado civil e os indícios de famílias, vendas e concessão de alforrias. A quantificação de informações demográficas demonstrou que a reprodução natural foi o principal meio de manutenção de muitas posses escravas de fazendeiros e de pequenos sitiantes. Sobre os inventários, Wellington Castellucci Junior (2008, p. 20) sublinhou o seguinte:

[...] em muitos casos eles ganham dinâmica própria quando, por exemplo, um astuto escravo exigiu a sua liberdade acordada com o finado senhor ou quando as intrigas familiares arrastaram o inventário por longos anos, relatando o destino de muitos cativos e de parte dos bens durante esse tempo.

Assim aconteceu com o inventário de D. Rosa Felismina de Jesus, uma rica senhora proprietária da fazenda Santo Antônio. Os indícios da vida de Braz, presente naquele manuscrito, possibilitaram uma discussão sobre o papel desempenhado por escravos vaqueiros nas fazendas pecuaristas do sertão do São Francisco. A história desse escravo, permeada de negociações e conquistas, integra o terceiro capítulo deste trabalho.<sup>13</sup>

Os processos-crime e cíveis permitiram acessar o cotidiano e revelar algumas das complexidades das relações sociais entre os sujeitos que viviam no sertão do São Francisco. Demonstraram ainda algumas contendas e desavenças entre os diferentes segmentos sociais que, levados em defesa de seus interesses pessoais ou econômicos, entraram em conflito. A historiadora Maria Cristina C. Wissenbach (1998, p. 40) apontou a importância dos testemunhos presentes nos processos-crime:

Ao sabor das investigações e dos testemunhos ora penetravam nas relações sociais, ora recuperavam fragmentos do mundo do trabalho, ora ainda refaziam redes de parentesco, de amizade e de vizinhança inscritas no crime. Atentos aos detalhes, captaram a banalidade de hábitos e vivências corriqueiras, remontaram comportamentos pregressos e reminiscências que de alguma poderiam conformar indícios ao desvendamento do ato criminoso.

Dentre os processos analisados na pesquisa, um mereceu especial atenção pela riqueza de informações que ajudou a recompor trajetórias de escravos que se empenharam na luta por suas sobrevivências. Trata-se de uma ação cível que revelou o drama da escrava Noberta para preservar sua família frente à ameaça do tráfico interprovincial.

<sup>13</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

Os livros de viajantes, memorialistas e outros intelectuais que escreveram sobre os sertões baianos, foram importantes referências para o conhecimento da região pesquisada. Desses trabalhos, destaco a obra de Lycurgo Santos Filho (1956), **Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo**, como um trabalho inspirador sobre o alto sertão da Bahia. O autor, baseado em fontes manuscritas, apresenta uma descrição pormenorizada dos aspectos econômicos e sociais da fazenda “Brejo do Campo Sêco”, reconstituídos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Permite compreender o seu significado como “núcleo social, mais amplo, articulada ao tecido da vida cultural, social, econômica e política da região” (PIRES, 2009, p. 23-24). É ainda uma referência primordial no trato metodológico dos livros de razão (contábeis) de fazendeiros.

Não houve nesta pesquisa uma fonte tida como principal ou secundária. Cada tipologia documental foi adquirindo relevância com o tipo de análise e abordagem desenvolvida. Por exemplo, os inventários foram essenciais para a compreensão da vida material e social da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, enquanto os livros contábeis possibilitaram aproximações dos significados da microeconomia para os arranjos de sobrevivência das famílias escravas. Contudo, para reconstituir trajetórias de escravos como Honório, Braz, Luiz, Gustavo, Silvana, Noberta... foi preciso cruzar e articular informações dispersas pelos diferentes documentos: registros paroquiais, livros contábeis, inventários, testamentos, processos-crime e cíveis. Esse procedimento metodológico foi denominado pelo historiador Robert Slenes de “ligação nominativa”<sup>14</sup> e consiste em acompanhar trajetórias de homens e mulheres no tempo, tendo como referência, ao analisar as diversas séries documentais, os seus nomes, os nomes de seus familiares, dos seus senhores e das propriedades em que trabalhavam e viviam. Essa opção metodológica possibilitou reconstituir percursos da vida familiar e social de escravos e traçar graus de estabilidade de suas uniões.

Mas foi, sobretudo, a leitura atenta e minuciosa dos diferentes documentos que possibilitou interpretar os significados das experiências familiares e sociais de escravos e libertos do sertão do São Francisco. Conforme salientou Maria Odila Leite Silva Dias (1998, p. 258): “Da urdidura dos pormenores é que o intérprete chega a uma visão de conjunto das sociabilidades, das experiências de vida, que traduzem necessidades sociais.”

---

<sup>14</sup> O livro **A África no Brasil: Cafundó**, de Carlos Vogt e Peter Fry, com a colaboração de Robert Slenes, (1996) é uma importante referência sobre a utilização do nome como pista para a reconstituição histórica. Ver também Slenes (1999), Fraga Filho (2006), Reis (2007) e Freire (2009). Outra referência não menos importante é o artigo **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**, de Ginzburg e Poni (1989), onde os autores apontaram sobre o método onomástico, ou seja, a utilização do nome como guia na análise das fontes históricas.

Dessa forma, as fontes facultaram problematizar modos de sobrevivências das famílias escravas. Revelaram que, no dia a dia, elas forjaram meios de ampliar espaços de autonomia e mobilidade<sup>15</sup> e alcançaram conquistas significativas para suas vidas. Conforme explicitou Alex Andrade Costa (2009, p. 17), “O cotidiano é o espaço onde as práticas e os costumes se transformam e se solidificam”. Muitos membros daquelas famílias garantiram o direito de auferir certos ganhos com os serviços desenvolvidos nas propriedades sertanejas.

A análise detalhada das vivências escravas no sertão do São Francisco descortinou outras nuances da microeconomia escrava, para além do acesso às roças próprias, apesar de compreender a importância que essas roças desempenharam na conquista de “um grau limitado, mas real, de autonomia em suas vidas cotidianas” (BARICKMAN, 2003, p. 108).<sup>16</sup> Contudo, as fontes documentais indicaram alguns escravos que, através da participação nos negócios com o gado nas fazendas e sítios onde moravam, conseguiram amear economias, ora em dinheiro, ora em reses. Examinar esses ganhos permitiu, por um lado, identificar estratégias de sobrevivência e lutas por alforrias empreendidas pelas famílias escravas e, por outro, evidenciar suas participações na economia local e regional.

Os espaços de autonomia escrava são aqui perscrutados como parte de processos de luta, resistência e negociações travadas na esfera do cotidiano. A recomposição das trajetórias familiares de escravos permitiu inferir que os ganhos advindos de suas participações nos negócios com o gado se referem a conquistas antigas transmitidas de geração em geração. A manutenção dessas conquistas, outrora adquiridas, exigiu grande esforço de negociação e, certamente, envolveu conflitos e disputas de interesses tanto de escravos, quanto de seus senhores. Conforme as observações do historiador inglês E. P. Thompson (1998, p. 16-17):

---

<sup>15</sup> O conceito de autonomia e mobilidade empregado nesta pesquisa tem por referência as abordagens apresentadas por Alex Andrade Costa (2009), nas quais esses conceitos foram relacionados entre si. De acordo com Costa (Ibid, p. 18-19), para os escravos “[...] a conquista de uma autonomia [foi] fundamental às sociabilidades e à estruturação de suas vidas, alcançadas a partir de resistências e negociações cotidianas. [...] as possibilidades do exercício da mobilidade escrava no campo, [entendidas] de forma diversa: desde as ‘escapadas’ do escravo, até o estabelecimento de acordos que garantissem a ele o direito de ir e vir”. A historiadora Maria Helena P. T. Machado (1987, p. 20), também apresentou importante reflexão sobre o conceito de autonomia escrava: “A elaboração de uma ética particular do trabalho, de valores morais independentes, a concepção de um mundo próprio a partir do qual se deu a vivência da escravidão, caracterizam espaços de autonomia escrava. A consideração da existência de elementos independentes, próprios ao escravo, permite resgatá-lo enquanto ator social capaz de estabelecer laços coerentes em face de seus iguais e outros segmentos subalternos. Autonomia, sem dúvida, relativa, forjada nas relações orgânicas entre senhores e escravos, ocupando as brechas do domínio hegemônico da camada dominante. Colocando-se a questão de outra maneira, pode-se dizer que a autonomia do escravo é o espelho dos limites da dominação senhorial”.

<sup>16</sup> Sobre a discussão de microeconomia escrava a partir do acesso às roças próprias, ver: Linhares e Silva (1981), Reis e Silva (1989, p. 22-31), Slenes (1999, p. 195-208), Barickman (2003, p. 107-116) e Costa (2009, p. 95-109).

“[...] o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”.

O presente estudo analisa esses sujeitos sociais como agentes históricos e procura distanciar-se de dicotomias como resistência e acomodação<sup>17</sup>, pouco esclarecedoras dos diversos significados da experiência escrava no Brasil. Como afirmou Alida C. Metcalf (1987, p. 229-230): “Apesar das esmagadoras exigências impostas pelos senhores – exigências não somente quanto ao trabalho, mas também de obediência e deferência – os escravos conseguiam preservar algo de sua própria cultura e história”.

Dessa forma, inspirou-me os caminhos apontados pela historiografia social da escravidão, os quais revelaram o escravo na trama histórica como sujeito dinâmico referenciado em suas próprias experiências, redimensionando a visão sobre o cotidiano do cativo, visto, antes, como resultado direto da atuação e vontade dos senhores, e rompendo com a definição da figura do escravo como passivo e incapaz.<sup>18</sup> Como destacou Sílvia Hunold Lara (1988, p. 353):

[...] essa caracterização da figura do escravo anula a possibilidade de entender que os escravos eram seres que agenciavam suas vidas enquanto escravos, resistindo e se acomodando, e que a relação senhor - escravo era fruto dessa dinâmica, entre dois pólos, e não uma construção imposta de cima para baixo, unicamente pela vontade senhorial.

Impulsionados por essas perspectivas historiográficas, pesquisadores debruçaram-se sobre o tema família escrava e têm revelado aspectos mais íntimos da vida de homens e mulheres que vivenciaram a experiência do cativo. Observa-se uma crescente e instigante produção histórica sobre o tema, abordando diversos aspectos da vida familiar escrava, como casamento, parentesco simbólico, autonomia, reprodução natural, economia interna,

---

<sup>17</sup> A historiadora Maria Cristina C. Wissenbach (1998, p. 26-27), na pesquisa sobre a escravidão em São Paulo, na segunda metade do século XIX, elucidou sobre os conceitos de resistência e acomodação ao retomar a abordagem de Eugene Genovese, rompendo com o conteúdo oposicionista dos conceitos: “Prevaleceu, em sua abordagem, a concepção do mundo do escravo como conquista, organizado a partir de elementos resultantes da luta entre senhores e escravos e do confronto cotidiano entre interesses senhoriais, as fórmulas de domínio e exploração e o que os escravos viam como seus justos direitos. Nessa direção, Genovese pôde eliminar a polaridade dos conceitos de resistência e acomodação, dirigindo ambos a um sentido comum, retirando-os dos limites estreitos que tradicionalmente confinavam, na literatura a respeito do assunto, a imagem dos escravos rebeldes e dos submissos”. Neste sentido, os conceitos de resistência e acomodação foram reintegrados à dinâmica das relações sociais como um conjunto de elementos próprios da perspectiva escrava com interação ao mundo dos senhores e, conseqüentemente, do funcionamento da sociedade escravista.

<sup>18</sup> Desses trabalhos, pode-se citar: Metcalf (1987), Lara (1988), Karasch (2000), Reis (1988), Wissenbach (1998), Chalhoub (1990), Motta (1999), Slenes (1999), Mattos (1998) e Faria (1998).

estabilidade, formas de resistências, identidades culturais, comunidade, dentre outros.<sup>19</sup> Sobre a historiografia de família escrava no Brasil, Sheila de Castro Faria (1998, p. 4) atesta:

[...] a família escrava era uma forma comum da organização comunitária cativa. Constar a existência é, atualmente, redundante. Vários estudiosos tentam, agora, ir além na interpretação dos dados empíricos, questionando-se sobre seus mecanismos de viabilização, em que a observação de costumes africanos, o parentesco e a linhagem aparecem como privilegiados.

No entanto, parte considerável dessa produção historiográfica diz respeito à vida familiar de escravos do Sudeste brasileiro. Para o contexto baiano, que ainda carece de pesquisas sobre o tema, cabe destacar os trabalhos pioneiros desenvolvidos por Isabel Cristina Ferreira Reis (2001 e 2007): **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX** e **A família negra no tempo da escravidão**.<sup>20</sup> A autora apresentou uma discussão importante sobre a experiência familiar entre escravos e libertos que viviam na Bahia, na segunda metade dos Oitocentos. Analisou a forma como as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na Bahia e no Brasil influíram na vida de negros escravizados e em suas relações familiares. E investigou as relações estabelecidas entre os escravos, libertos e livres que se uniram em laços familiares, afetivos e comunitários, identificando situações complexas e inusitadas. Nesse sentido, apresentou nova perspectiva interpretativa no campo conceitual de “família escrava” para “família negra”.

Como apontado, um número considerável de pesquisas conseguiu reconstituir experiências cotidianas de escravos e libertos em diferentes contextos socioeconômicos, atestando a pluralidade nos modos de organização da vida escrava no Brasil.<sup>21</sup> Contudo, só recentemente pesquisadores embrenharam-se pelos arquivos eclesiásticos e judiciais dos sertões baianos e de lá extraíram histórias de negros escravizados, permeadas de particularidades próprias daqueles rincões dos séculos XVIII e XIX, apontando diferenças fundamentais entre as relações escravistas nos sertões e aquelas ocorridas em Salvador e Recôncavo.<sup>22</sup>

Desses trabalhos, os livros **O crime na cor** e **Fios da vida**, da historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2003 e 2009), bem como a dissertação de mestrado **“Viver por si”**,

<sup>19</sup> Cabe destacar os trabalhos realizados por Freire (2009), Reis (2007), Rocha (2004), Motta e Valentim (2002), Slenes (1999), Faria (1998), Florentino e Góes (1997), Florentino e Fragoso (1987), Gudeman e Schwartz (1988), Metcalf (1987), Luna e Costa (1981), dentre outros.

<sup>20</sup> Alguns autores fizeram referências parciais da família escrava na Bahia ao tratar de temas mais amplos da escravidão. Ver: Schwartz (1988, capítulo 14), Gudeman e Schwartz (1988), Mattoso (1988), Castellucci Junior (2008), Ferreira (2008, capítulo 6), Pires (2009).

<sup>21</sup> Parte dessas referências é apresentada na bibliografia deste trabalho.

<sup>22</sup> Ver Vasconcelos (1998), Neves (1998 e 2005), Pinho (2001), Almeida (2006), Dantas (2007), Ferreira (2008), Martins (2010), Ivo (2008 e 2010) e Vieira Filho (2009).

**viver pelos seus**, de Gabriela Amorim Nogueira (2011), são importantes referências com as quais pude estabelecer diálogos profícuos, devido às similaridades das relações escravistas documentadas em seus textos com as identificadas nas fontes acessadas por esta pesquisa. Tendo por referência diversa documentação das antigas comarcas de Caetité e Rio de Contas, Pires (2003 e 2009) analisou pormenores e especificidades das experiências escravas naquelas paragens. Buscou perceber formas e estratégias utilizadas por escravos e forros na organização da sobrevivência no alto sertão e os significados das relações sociais para suas vidas. A análise desenvolvida por Nogueira (2011) sobre as fazendas dos Guedes de Brito e de outros ricos fazendeiros da antiga freguesia de Santo Antônio do “Orubu de Sima”, contribui significativamente para elucidar aspectos da vida de africanos e seus descendentes no “Certam de Sima” setecentista. Trata detidamente das experiências familiares tecidas no cotidiano, revelando a importância dos laços de famílias na formação de comunidade de escravos que pareciam “viver por si” naquelas fazendas de proprietários ausentistas.

Vale destacar que foi no diálogo com as literaturas regional e nacional que se buscou entender as singularidades das relações escravistas inscritas no sertão do São Francisco oitocentista.

Ditas essas palavras, cabe agora elencar a estrutura do presente trabalho. No primeiro capítulo procuro evidenciar aspectos da vida escrava no sertão do São Francisco, como o perfil da posse escrava e as ocupações desempenhadas pelos escravos. A análise documental revelou uma sociedade com o predomínio da pequena posse de cativos que estavam envolvidos principalmente em funções relacionadas à criação de gado e ao plantio de lavouras. Contudo, alguns ricos proprietários dispunham de um contingente maior de escravos, trabalhando em suas grandes fazendas pecuaristas. Dada essa conjuntura, busco traçar algumas particularidades das relações escravistas desenvolvidas naquela região. Abordo, ainda, o comércio de cativos entre senhores locais e regionais e a ameaça do tráfico interprovincial sobre a vida familiar escrava. E, por fim, apresento uma discussão acerca da reprodução natural e da formação de núcleos familiares escravos, bem como o significado dessas experiências em suas vidas.

No segundo capítulo, trato da vida social e material da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima oitocentista. Examino a importância do rio São Francisco no povoamento do interior da América portuguesa; e, no período oitocentista, sua importância como via comercial que interligava os sertões à capital da Bahia e a outras províncias do Brasil. Esse grande rio exerceu, ainda, papel fundamental no sustento alimentar de muitos ribeirinhos, que

contaram com as vazantes para o plantio de roças em suas margens e com a fartura de peixe em suas águas. Analiso as diferentes composições patrimoniais, buscando identificar as características econômicas, culturais e sociais daquela freguesia. Isso possibilitou aproximações dos padrões de riqueza regional e de estratégias elaboradas pelos mais pobres para as suas sobrevivências. Revelou, ainda, uma sociedade dinâmica baseada economicamente na criação de gado associada ao plantio de lavouras, à produção de artigos manufaturados e certas atividades comerciais, como a prática usurária, o comércio de peixe seco e de secos e molhados.

Por último, o terceiro capítulo, onde analiso a importância da microeconomia nos arranjos de sobrevivência de famílias escravas no interior das propriedades pecuaristas. Abordo mais especificamente a vida social e material das fazendas Curralinho, Rio das Rãs, Batalha e Santo Antônio. Apresento algumas trajetórias de famílias escravas que participavam ativamente dos negócios daquelas fazendas e examino os ganhos auferidos por elas nos serviços desenvolvidos, principalmente na lida com o gado. Avalio, ainda, o papel desempenhado pelo escravo vaqueiro naquela região.

As experiências pregressas daqueles homens, mulheres e crianças, escravizados nas paragens sertanejas, influenciaram de modo significativo os *modus vivendi* de populações da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Os fragmentos de suas vidas foram prescrutados nas fontes oitocentistas que guardam tantos outros indícios daquela sociedade sertaneja. Espera-se que as histórias reconstituídas neste trabalho contribuam com as demais pesquisas interessadas em desocultar os sertões e atenuar o silêncio historiográfico que ainda persiste sobre o interior da Bahia e do Brasil.

## 2 VIDA ESCRAVA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

### 2.1 POSSE ESCRAVA: PREÇO E VENDA

Embora única, a condição escrava revestiu-se de múltiplas formas. Mão-de-obra essencial na sociedade do Brasil colonial e do Imperial, o emprego dos trabalhadores cativos subordinou-se às exigências de cada um dos setores econômicos nos quais se envolveu, e estes, por sua vez, sem alterar o sentido básico da escravidão, modificaram-lhe a fisionomia, diversificaram os padrões de trabalho e as condições de vida propiciadas aos escravos e conferiam equilíbrios diferenciados às relações mantidas entre senhores e escravos (WISSENBACH, 1998, p. 61).

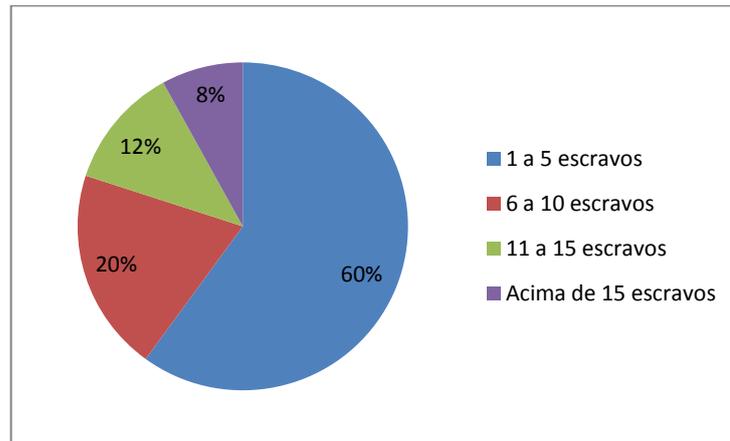
As observações traçadas pela historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach revelam a importância de compreender as relações escravistas a partir das singularidades inscritas em cada contexto social, especialmente no que tange às condições de trabalho estabelecidas a partir da conjuntura econômica do lugar. A análise que ora se desenvolve tem essa preocupação. Busca-se traçar modos de organização da vida escrava elaborados numa sociedade marcadamente rural com predomínio da pequena posse de escravos, envolvidos principalmente em funções relacionadas à criação de gado e ao plantio de lavouras. Todavia, mesmo com o predomínio da pequena posse escrava, algumas propriedades apresentaram um contingente maior de escravos, como no caso das grandes fazendas pecuaristas.

A documentação do judiciário da comarca do Urubu permitiu deslindar aspectos da organização da posse escrava nas propriedades sertanejas. Dos 75 inventários analisados, em 55 deles foi registrada a posse de escravos, ou seja, 73% do total. De acordo com o Gráfico 1, entre os anos de 1840 e 1880, a posse escrava em Urubu apresentou números mais modestos com uma média geral de seis escravos por proprietário. A grande maioria dos proprietários possuía entre um e cinco escravos (60% do total), perfazendo o total de 33 inventariados. Os que possuíam entre seis e dez escravos representaram 20%, ou seja, onze inventariados; 12% dos inventariados, sendo sete deles, possuíam entre 10 e 15 escravos; e os demais, representando 8% do total – quatro inventariados – com a posse de mais de 15 escravos. A maior posse escrava foi identificada no inventário de D. Lina Ferreira de Magalhães, datado de 1851, com o número de 23 cativos.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Lina Ferreira de Magalhães. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

Gráfico 1 – Posse escrava no Urubu, 1840-1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventários.

Os inventários da comarca do Urubu (mostra parcial), entre os anos de 1840 e 1880, registraram o total de 315 escravos. A quantidade de escravos identificados nesses documentos manteve-se em constante crescimento entre os anos de 1840 e 1850, com o número de 67 e 94 escravos, respectivamente. Em 1860, observou-se um decréscimo, com o número de 41 escravos registrados. Essa queda resulta das crises econômicas regionais, da seca e epidemias que atingiram o sertão entre os anos de 1850 e 1860, conforme será visto no segundo capítulo deste trabalho. A década de 1870 apontou o maior número de escravos inventariados, foram 113 no total. Esses números demonstram que, “[...] apesar da intensidade do tráfico interprovincial, das estiagens e dos abalos econômicos locais e gerais, uma parcela de senhores da região conseguiu manter os seus escravos, assegurando dessa forma certa regularidade à vida econômica no sertão” (PIRES, 2009, p. 124).

Pesquisadores da escravidão nos sertões da Bahia também identificaram números mais modestos de escravos por proprietário. José Ricardo M. Pinho (2001, p. 84) assinalou para a comarca de Carinhanha, no século XIX, que:

Dos 410 inventários referentes à comarca de Carinhanha, em 233 desses foi registrada a posse de escravos, o que equivale a 57% do total. A maioria desses proprietários de escravos possuía plantéis de no máximo 10 escravos, mas, mesmo assim, os escravos consistiam no bem de maior valor desses inventariados.

Esse autor (Ibid, p. 85) notificou ainda a presença de proprietários daquela localidade com um número bem maior de escravos:

Em 1831, o inventário do senhor Joaquim Antônio de Magalhães registrou a posse de 49 escravos, já a sua viúva, Carlota Joaquina de Magalhães, cujos

bens foram acrescentados ao mesmo inventário, chegou a possuir 58 peças, incluindo as que herdara do falecido marido e de outros parentes. Já no inventário de dona Maria Joana Rodrigues Montalvão, datado do ano de 1849, registrou-se a posse de 44 cativos.

Para o sertão de Xique-Xique (segunda metade do século XIX), Taiane Dantas Martins (2010, p. 25) estimou que um grande número de proprietários locais possuía até três escravos. Concluiu o seguinte: “Poucos foram os casos de proprietários com mais de 15 escravos, independentemente do período de análise. Portanto, as estruturas de posses de cativo locais eram, predominantemente, compostas por poucos indivíduos”.

Maria de Fátima Novaes Pires (2009), na pesquisa sobre a escravidão em Rio de Contas e Caetité (século XIX), pontuou que a média da posse escrava foi de cinco a dez escravos e a grande maioria dos espólios de inventários das duas localidades conservou-se em cinco contos de réis, o que evidencia certa similaridade com a situação identificada nos inventários do Urubu. Nessa perspectiva, a autora (Ibid, p. 117) explica a relação entre posse escrava e economia regional:

A média de escravos no alto sertão concentrou-se na faixa de cinco a dez escravos por plantel, um número que não deixa de ser significativo, tendo em vista o funcionamento da economia regional baseada no consórcio lavoura de subsistência e gado. Como a maior parte dos espólios de inventários em ambas as regiões se manteve em nível não superior a cinco contos de réis [...], depreende-se que a posse de um ou dois escravos contribuía para manter a produtividade dos seus terrenos, além de reduzir a penalização do trabalho de lavradores em seus sítios e fazendas de pequeno e médio porte.

A posse de um a cinco escravos não isentava o pequeno lavrador e sua família das labutas diárias nos serviços com a criação e com a roça. Conforme sublinhou Wissenbach (1998, p. 101): “[...] senhores remediados eram obrigados a participar direta e pessoalmente das lides de seus escravos, fiscalizando-as ou, ainda, cultivando a terra em conjunto”. O senhor Manoel Barboza de Andrade, por exemplo, morador no lugar denominado Pedra, dirigia-se de sua residência para trabalhar “[...] em sua roça donde sempre se recolhia à noite”, enquanto sua escrava cuidava das obrigações domésticas. Numa dessas idas para a roça, em 1874, a casa daquele senhor foi quase roubada: o malgrado ladrão “[...] havia aberto a porta da casa do queixoso com uma gazua, e já estando com a caixa nas mãos largou-a **por ter huma escrava do velho queixoso, tussido que vinha da fonte**, e por isso retirou-se

trancando a porta”.<sup>24</sup> É possível que o senhor Manoel Barboza contasse com ajuda de algum outro escravo no trabalho da roça, ainda assim sua força de trabalho fazia-se necessária.

Muitos dos escravos identificados nesta pesquisa dividiam os mesmos espaços de trabalho e moradia com seus proprietários. Os escravos pertencentes ao senhor Lúcio de Almeida Pina, proprietário da fazenda “Joaseiro”, foram alguns desses. Foi o que evidenciou o processo-crime sobre o furto ocorrido naquela fazenda, em 1880: “[...] soube por diversas pessoas e dentre estas **o escravo de nome José e com o outro companheiro também captivo, estando dormindo em casa de seu senhor** o referido Lucio de Almeida [...]”.<sup>25</sup> Outra passagem do manuscrito demonstrou ainda que aquele senhor confiava aos seus escravos a responsabilidade de cuidar de sua propriedade e de seu comércio: “Ausente de sua casa na fazenda – Joaseiro – **o negociante e proprietário Lúcio de Almeida Pina, deixando n’ella o seu negocio de fazendas seca a guarda de seus escravos,** serão quatro horas da madrugada de 11 proximo findo mês de fevereiro [...]”.<sup>26</sup>

Escravos trabalhavam ainda ao lado de libertos e de trabalhadores livres pobres, como os agregados, meeiros e diaristas. O convívio dia a dia entre esses sujeitos sociais estendia outras práticas cotidianas, como ampliação dos laços de amizade ou, até mesmo, o acirramento de desavenças. Observa-se nas fontes que os escravos dessa região experimentavam certo grau de autonomia, evidenciado, sobretudo, em suas sociabilidades e na mobilidade tão presente em suas vidas, como se verá adiante.

Ao investigar a escravidão no município de São Paulo, mais especificamente nas cercanias rurais, Wissenbach (1998, p. 115-116) identificou que os escravos gozavam de uma significativa mobilidade que se apresentava como resultado de uma relação senhor – escravo,

[...] afrouxada pela pobreza e de uma produção agrícola que não demandava ritmos intensos de trabalho, dispensando, portanto, um controle direto e constante da mão-de-obra escrava. Fatores esses que contribuíram para o desenvolvimento de uma série de outras relações, além das mantidas com os senhores, integrando os escravos de diferentes senhores entre si e aproximando-os, por sua vez, ao universo social de homens livres. Tais condições não se restringiam aos escravos de senhores pobres; relativizando uma correlação imediatista entre pobreza senhorial e liberdade de movimento dos cativos, nota-se, pelos autos, a observância de hábitos e práticas semelhantes entre os plantéis mais numerosos.

<sup>24</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Processo-crime: Furto. Acusado: João Pereira dos Santos. Vítima: Manoel Barboza de Andrade. Ano: 1874 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>25</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: furto à fazenda “Joaseiro”. Réus: José Thomaz de Macedo Filho, José da Costa Veiga e João “Moriçoca”. Autor: A Justiça. Ano: 1880 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>26</sup> Ibid.

No sertão do São Francisco, dada a conjuntura socioeconômica e o baixo número de escravos por proprietário, as relações escravistas desenvolveram-se com certas particularidades, como se verá ao longo deste trabalho, e divergiram das relações estabelecidas em Salvador e no Recôncavo, contexto nos quais predominaram as propriedades rurais com grande número de escravos. Ali a vigilância se fez, dentre outras formas, por meio da figura do feitor, a quem cabia fiscalizar e punir os escravos tidos como rebeldes e indolentes.

A documentação pesquisada não revelou em nenhum momento a presença de feitor no sertão. Senhor e escravo mantinham relações diretas e, muitas vezes, intensas, gestadas no cotidiano. O domínio do primeiro para com o segundo envolveu negociações com o uso de mecanismos diversos, como “[...] a circulação de bens financeiros ou simbólicos [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 174). Por outro lado, proprietários valeram-se da violência física para punir e controlar seus escravos.

As lidas cotidianas dos escravos estavam relacionadas, majoritariamente, aos serviços da lavoura e da criação de gado. Das funções descritas nos inventários do Urubu, as que tiveram maior recorrência foram justamente a de lavrador, roceiro e vaqueiro<sup>27</sup>. Há que considerar que ser lavrador e/ou roceiro envolvia os variados serviços da roça (limpeza, plantio e colheita) e também a fabricação de farinha, rapadura e aguardente. Trabalhavam também com ofícios especializados, como arrieiro (arriar tropas), ferreiro, sapateiro e carpinteiro.

Às mulheres cabiam os serviços domésticos, que se estendiam, muitas vezes, para além da unidade residencial. As escravas dirigiam-se para as fontes e rios para lavar roupas e louças, e, no encontro com outras companheiras, compartilhavam suas alegrias, tristezas e angústias. Entretanto, cumprir com os afazeres domésticos não dispensava as escravas do trabalho com a terra; elas “[...] alternavam-se ao sabor das contingências da vida: ‘cozinheira e costureira’, ‘tecelã e de carpina’, ‘fiandeira e roçadeira’. Partiam frequentemente para trabalhar nos variados serviços das roças e fazendas” (PIRES, 2009, p. 223). Dos seus ofícios, constaram nos inventários: lavradora, lavadeira, cozinheira, engomadeira, costureira, fiandeira e rendeira.

Cabia às costureiras, fiandeiras e rendeiras tecer dos algodões as vestimentas que eram usadas no dia a dia pelos escravos e pelas famílias de trabalhadores livres. Benedicta, cabra,

---

<sup>27</sup> O terceiro capítulo deste trabalho trata detidamente do papel desempenhado pelo escravo vaqueiro na economia local e regional do sertão do São Francisco.

34 anos, “custureira, rendeira, engomadeira, doceira”;<sup>28</sup> Maria, mestiça, 27 anos, costureira e fiandeira;<sup>29</sup> Antônia, cabra, 30 anos, “que sabe cozer custuras groças e tecelona”;<sup>30</sup> Bernarda, parda, 38 anos, costureira;<sup>31</sup> Francisca, mulata, 20 anos, costureira;<sup>32</sup> são exemplos de escravas que dedicaram sua vida à fabricação de tecidos e roupas consumidos na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

Pires (2009, p. 223-224) demonstrou que, no alto sertão, escravas, forras e ex-escravas estiveram envolvidas, no dia a dia, com as atividades de costuras:

A ostensiva qualificação de “custureiras”, fiandeiras e tecelãs nos autos, em período anterior à abolição, se explica, ao menos em parte, pela presença da cultura do algodão na região de Caetité, que mobilizou um grande contingente de mulheres encarregadas da fiação de algodão para o fabrico de tecidos e roupas para o consumo local e para remessas, através de tropeiros, para localidades vizinhas e também para a capital da província.

Lycurgo Santos Filho (1956, p. 125) identificou escravos com especializações trabalhando na fazenda Campo Seco, localizada em Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado): “Pinheiro Pinto possuiu negros conhecedores e até mestres em vários ofícios. Grande senhor rural, para que se bastasse em sua fazenda, nela manteve negros ferreiros, serralheiros, carpinteiros, alambiqueiros, vaqueiros, pedreiros... e mesmo alfaiates [...]”. Informou ainda: “Os alfaiates negros de Pinheiro Pinto fizeram calças sob encomenda, que o fazendeiro vendeu aos fregueses. E as negras confeccionaram camisas e ceroulas” (Ibid, p. 403).

Ter um ofício significou, para muitos escravos, a oportunidade de conquistar a liberdade, pois, “[...] de alguma maneira, o ofício era algo desejado pelos cativos, e portanto, algo que lhes conferia vantagens e algum status frente aos demais” (ENGEMANN, 2005, p. 199). Escravos especializados possuíam um maior poder de barganha, e no desenvolvimento de seus ofícios conseguiam negociar monetariamente com os seus proprietários e juntar pecúlio para a compra de alforria. Assim o fez Aprígio.<sup>33</sup> Com seu ofício de sapateiro, conseguiu assegurar sua liberdade e, ainda manter, depois da alforria, negócios com sua

<sup>28</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Eustáquio Ferreira Pessoa. Ano: 1844. Documentação não catalogada.

<sup>29</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Josefa Ignácia do Nascimento. Ano: 1843. Documentação não catalogada.

<sup>30</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Lina Ferreira de Magalhães. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>31</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de José Félix de Souza Brasil. Ano: 1847. Documentação não catalogada.

<sup>32</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Anna Joaquina de Jesus. Ano: 1876. Documentação não catalogada.

<sup>33</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de José Félix de Souza Brasil. Ano: 1874. Documentação não catalogada.

antiga proprietária, conforme anotação dos débitos ativos presente no inventário daquela senhora: “Aprigio, que foi escravo da casa, [deve] a quantia de dous mil e quinhentos reis” e “[Deve] mais no presente inventario, o mesmo Aprigio um Burro, no valor de setenta mil reis”.<sup>34</sup>

As fontes deixaram transparecer as duras condições de vida a que eram submetidos homens e mulheres sob o cativo. O corpo escravo foi marcado pela intensa e degradante condição de trabalho somada à precariedade da vida material. As consideráveis doenças e deformidades físicas sublinhadas nos inventários expressam esse quadro desolador: “Axacoza, torto de hum olho e xacoso, doente de huma perna que caxinga della, rendido da verilha, achacoza de peito aberto, achacoza de moléstias de barriga, achacoza de moléstias galicas<sup>35</sup>, surdo de hú ouvido, quebrado da verilha, chagosa das pernas, aleijados das pernas, doente de callor no fígado, doente de obstruçam, paralitica de hum braço, com hú braço esquerdo deslocado, mal de gota, padece de moléstia do peito, com uma fistula no queixo, defeituoso de um olho, quente dos peitos, inutilizada por moléstia”.

Essas condições físicas foram resultantes também de outros fatores como:

[...] os castigos aplicados pelos senhores; as penalidades decididas no âmbito da lei, bem como as lesões corporais provenientes das brigas, desavenças e intrigas, sempre presentes no cotidiano desses segmentos [...]. Embora considerando que algumas doenças eram congênicas, é evidente que esse congênito também indica as condições de gestação de uma escrava submetida aos duros trabalhos na lavoura e mesmo nas casas dos seus senhores (PIRES, 2003, p. 64).

Sofrer de algum desses males do corpo podia levar à morte. Assim aconteceu com o escravo Manoel Gomes, crioulo, de 60 anos, “quebrado da virilha e padesse das orinas”, que faleceu quando estava sendo feito o inventário de sua proprietária, no ano de 1860.<sup>36</sup>

No tratamento de suas enfermidades físicas, escravos comumente contaram com ajuda daqueles que conheciam o poder das plantas medicinais, como curandeiros e benzedeiros.<sup>37</sup> Em alguns casos, proprietários buscaram outros meios de tratamento para as moléstias dos

<sup>34</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Miguel Braz da Silva. Ano: 1879 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>35</sup> “A sífilis grassou intensamente na Colônia a partir do século XVI, trazida que foi pelos primeiros povoadores. Houve entretanto, excessivo exagero no diagnosticar-se o ‘mal gálico’. Toda ulceração era encarada pelos antigos como ‘ferida gálica’ e como tal medicada. Contribuiu sobremaneira para a confusão que reinou no assunto, a precariedade dos conhecimentos médicos. Quase tudo era ‘mal gálico’ (SANTOS FILHO, 1956, p. 192).

<sup>36</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Lina Ferreira de Magalhães. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>37</sup> Dentre outros trabalhos que trataram dos curandeiros e benzedeiros, conferir: Sampaio (2001) e Almeida (2010).

seus escravos. É o que revela o recibo, datado de 1851, assinado por Silvério de Abreu Pereira quando tratou, “na qualidade de enfermeiro”, de escravos doentes pertencentes ao herdeiro órfão Antônio Gualter Guimarães, que estavam sob a responsabilidade do tutor, José Antônio de Carvalho: “R<sup>ce</sup> do Sn<sup>r</sup> Joze Antonio de Carvalho a q<sup>tia</sup> de vinte e quatro mil Rs. 24\$000, proveniente de remedios e a folicção q fis p<sup>a</sup> a escr<sup>a</sup> Joaquina [...] de hua enflamação nos loquios, da q<sup>l</sup> ficou boa [...]”. O senhor José Antonio de Carvalho adquiriu ainda os seguintes medicamentos para o tratamento de outro escravo chamado Manoel:

Contas dos medicamentos q dei ao escr <sup>o</sup> Manoel p <sup>r</sup> ordem do Sn <sup>r</sup> Joze Antonio de Carvalho principiado em 8 de 7b <sup>to</sup> de 1851:	
2 Papeis de Cloreto de Mercurio.....	\$480
1 (Vizicotono? p.p.).....	4\$000
10 O <sup>s</sup> [óleos] de Ung <sup>to</sup> [unguento] Basilicão.....	3\$200
½ lt de Alteia.....	2\$500
1 lt de Cevada.....	1\$200
1 Quarta de Salsa.....	\$800
3 (P?) de Sal e Maná.....	1\$200
De meu trabalho.....	20\$000
	Soma: Rs. 37\$520
	Silverio de Abreu Per <sup>a</sup> . <sup>38</sup>

A pesquisadora de saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas, Carla Berenice Starling de Almeida (2010), identificou que naquela sociedade a população recorreu tanto à medicina oficial, como aos serviços dos práticos não licenciados, como curandeiros, feiticeiros e curiosos. Na falta de médicos, as pessoas recorriam aos cirurgiões e aos boticários para tratarem de suas enfermidades:

Tendo assimilado as atribuições dos médicos onde eles não se faziam presentes, era requerido dos cirurgiões conhecimento teórico contido em tratados e farmacopéias, para que pudessem exercer de forma correta a arte de prescrever os medicamentos. Conhecedores do intricado universo curativo, cabia-lhes, à maneira dos médicos diplomados em universidades, diagnosticar enfermidades, optar pelo método curativo, recomendar a forma de aplicação e as dosagens corretas de cada substância, para compor um medicamento. [...] Ao boticário caberia atender às recomendações do cirurgião e cuidar da correta manipulação das substâncias prescritas para a medicação do paciente, aplicando seus conhecimentos (Ibid, p. 60-61).

O “enfermeiro” Silvério de Abreu Pereira, que tratou dos escravos Manoel e Joaquina, parece ter exercido ao mesmo tempo o papel de cirurgião e boticário, diagnosticando a doença, receitando e vendendo medicamentos, manipulando as substâncias e aplicando o tratamento necessário.

<sup>38</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848 (grifos meus). Documentação não catalogada

Escravos enfermos e idosos, após anos de dedicação aos seus proprietários, tinham que conviver com o desprezo por não ter mais condições físicas para se submeter aos ritmos intensos de trabalho. Luiz Antônio de Castro, tutor e tio dos menores Rita, Antônio e Francisco, solicitou na justiça, no ano de 1858, permissão para vender a escrava Joanna, africana, com 50 anos de idade, utilizando-se dos seguintes argumentos:

[...] desde o anno de mil oitocentos e cincoenta e três em q. se procedeo o dito inventario, tenha a dita escrava ido em perfeita decadencia, não só em velhice como em saude, de certo q. sofrerá os ditos órfãos, seos tuttelados com o prejuízo da dita escrava, por mais não poder viver.<sup>39</sup>

Com a justificativa de preservar parte da herança – o valor monetário da escrava Joanna – e evitar um prejuízo maior, caso a africana “velha e morbosa”<sup>40</sup> viesse a falecer, o tutor conseguiu autorização e esta escrava foi vendida. Certamente a africana Joanna, mesmo naquela altura de sua vida e com a saúde física debilitada, enfrentou novas dificuldades com a mudança de proprietário.

Todos os aspectos da vida escrava citados até aqui (funções e estado de saúde) somados à idade, sexo e demanda de mercado influenciavam no momento da venda de um escravo. Para se ter uma noção do quanto essas variáveis condicionavam os seus valores, vejamos algumas comparações: o escravo Francisco, cabra, 30 anos, “torto de hum olho e xacoso” foi avaliado, em 1843, por Rs. 200\$000;<sup>41</sup> enquanto o escravo Braz, crioulo, 35 anos, “bom vaqueiro”, foi estimado, em 1848, por Rs. 800\$000, quatro vezes mais o valor do primeiro, devido à sua condição física e seu ofício.<sup>42</sup> Já a escrava Cordolina, preta, 60 anos, “inutilizada por molestias”, foi considerada sem nenhum valor econômico, “deixarão de dar o valor”.<sup>43</sup>

A documentação pesquisada possibilitou algumas aproximações da comercialização e preço de escravos no sertão do São Francisco. Na comarca do Urubu, segunda metade do século XIX, ocorreu uma evolução, quase que constante, do preço dos cativos, como demonstra a Tabela 1. Na década 1840, o valor médio de um escravo adulto ficava em torno de Rs. 430\$000, para o sexo masculino. Já na década de 1870, esse valor médio elevou-se

<sup>39</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Joaquim Antônio de Castro. Ano: 1853. Documentação não catalogada.

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Manoel Francisco de Castro. Ano: 1843. Documentação não catalogada

<sup>42</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

<sup>43</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Miguel Braz da Silva. Ano: 1879. Documentação não catalogada.

para Rs. 900\$000, o que representa um aumento de mais de 200% entre os dois períodos assinalados.

Tabela 1 – Preço médio de escravos, Urubu – 1840 – 1880

Anos	Homens (13 a 45 anos)	Mulheres (13 a 45 anos)	Crianças (0 a 12 anos)	Idosos (45 anos acima)
1840-1849	430\$000	414\$000	195\$000	113\$000
1850-1859	519\$000	418\$000	250\$000	167\$000
1860-1869	688\$000	650\$000	424\$000	125\$000
1870-1880	900\$000	590\$000	485\$000	485\$000

Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários. Documentação não catalogada.

O valor de uma mulher escrava apresentou um crescimento constante até a década de 1860. Nesse período seu valor foi estimado em Rs. 650\$000, enquanto na década de 1870, é observado um decréscimo de 10%, com a média de preço em Rs. 590\$000. Observa-se, na Tabela 1, que o valor do escravo masculino esteve sempre à frente do feminino, uma diferença que não ultrapassava 20%. Mas, nos anos de 1870 a 1880, essa diferença atingiu um patamar de 65%.

Pires (2009, p. 119) calculou para Rio de Contas e Caetité os seguintes valores: “Para a década de 1860, nota-se o valor médio de Rs. 700\$000, para homens, Rs. 600\$000 para mulheres, e um declínio nos preços de escravos na década de 1880, Rs. 500\$000 e Rs. 300\$000, para homens e mulheres, respectivamente”. Os valores dos escravos para a década de 1860 condiz com os preços estimados para Urubu.

O fim do tráfico atlântico de africanos, a partir de 1850, ocasionou maior demanda por mão de obra escrava nas regiões do Sudeste brasileiro devido à expansão econômica cafeeira vivenciada naquele momento. Essa conjuntura acirrou o comércio interprovincial com grande contingente de “escravos do Norte” sendo traficados para as “províncias do Sul”. Isso implicou o aumento significativo do preço dos cativos do sexo masculino, especialmente, aqueles que se encontravam em pleno vigor físico, fundamental para enfrentar as difíceis condições de trabalho nas “matas de café”. Por outro lado, como observou B. J. Barickman (2003, p. 232, grifos meus), “[...] essa disposição de pagar preços mais altos por escravos, [...] [os fazendeiros] demonstravam continuar confiantes tanto no futuro da escravidão quanto da agricultura escravista”.

A queda no preço das mulheres escravas, registrada na década de 1870, tem implicações diretas com a intensificação do tráfico interno e a promulgação da Lei 2.040 de

28 de setembro de 1871, doravante Lei do Ventre Livre. De acordo com Pires (Op. cit., p. 120), que também observou uma queda no preço das escravas de Rio de Contas e Caeté, entre os anos de 1870 e 1880:

Nota-se [...] que o valor atribuído às mulheres escravas, elevado até o ano de 1871, sofreu um declínio a partir daí. Além da Lei do Ventre Livre, possivelmente a intensificação do tráfico interprovincial influenciou na diminuição desses valores, já que o escravo do sexo masculino foi considerado mais apto aos serviços braçais das “matas de café” e, conseqüentemente, mais cotado para as compras. O período de 1872-1878 é justamente o momento de maior demanda do tráfico interprovincial [...].

Outras regiões da Bahia também apresentaram aumento no preço dos escravos na segunda metade do Oitocentos. Maria José de Souza Andrade (1988, p. 167) estimou para Salvador<sup>44</sup>, entre os anos de 1831 e 1860, o valor médio dos escravos de Rs. 422\$453, para os homens, Rs. 378\$401, para as mulheres; e entre os anos de 1861 e 1888, o valor médio de Rs. 525\$890, para homens, Rs. 456\$695, para mulheres. Para a referida autora (Ibid, p. 170), a explicação para a elevação em 24% dos preços médios de escravos homens entre os anos citados, reside nos seguintes fatores conjunturais:

[...] a extinção do tráfico clandestino, o estímulo ao tráfico interprovincial, a crise econômica da província, o envolvimento do Brasil na guerra contra o Paraguai e a aprovação de leis abolicionistas seguramente contribuíram para a redução da população escrava masculina e, conseqüentemente, para a elevação do seu preço.

Para o Recôncavo baiano, B. J. Barickman (2003, p. 231) identificou os seguintes preços: “Um escravo de enxada e foice que podia ser comprado por menos de Rs. 480\$000 no início da década de 1850 era vendido por Rs. 1:075\$000 em 1858”. Esse autor explicou que o aumento do preço dos escravos registrado em 1850 ocorreu não só em função do final do tráfico atlântico, mas “[...] também porque a década trouxe novas perspectivas de crescimento e prosperidade para a economia de exportação baiana” (Ibid, p. 233).

A similaridade do preço dos escravos do sertão do São Francisco com outras regiões da Bahia evidencia que os proprietários locais estavam antenados as conjunturas mais amplas, sobretudo, no que diz respeito à escravidão e seus desdobramentos naquela região. O documento seguinte expressa claramente essa disposição.

No ano de 1872, as escravas Thomázia (22 anos, crioula) e Florência (cabra, 22 anos) foram avaliadas, no inventário de Francisca Maria da Silva, cada qual por um conto de réis.

---

<sup>44</sup> Kátia Mattoso (2001, p. 93), sobre o preço de escravos em Salvador, assinalou o seguinte: “[...] o preço do cativo atinge seu ápice nos anos 1860 e 1870, para logo baixar sensivelmente, após a década de 80”.

Esse valor, considerado exorbitante aos olhos dos herdeiros, foi contestado da seguinte maneira:

Nada observaria acerca da avaliação dos bens do presente inventario, se não fosse a extraordinaria diferença que a primeira vista se nota na avaliação de um conto de reis a cada uma das escravas = Thomazia e Florencia, em relação aos escravos = Marcos por 800\$ rs. e Severino por um conto e cem mil reis. **As ditas escravas prezem<sup>te</sup> não valem mais que 500\$ a 600\$, preço hoje corrente neste Termo, em qualq<sup>r</sup> outro.** Em vista de uma tão notável diferença, soffrerá (?) de prejuizo os herdeiros e orfans a quem por sorte ter as tais escr<sup>as</sup>; e jamais a partilha poderá se fazer com iguald<sup>e</sup> [...].<sup>45</sup>

Outro herdeiro do referido inventário foi ainda mais contundente ao condenar o valor atribuído às escravas: “[...] é evid<sup>e</sup> q aquelle herdeiro a q<sup>m</sup> tocar alguma das escravas, pode-se diser q não herdão e sim q comprão a herança p<sup>r</sup> avultado preço [...]”.<sup>46</sup> Depois dos requerimentos, as escravas foram novamente avaliadas e tiveram seus valores reformulados em Rs. 650\$000 cada uma.<sup>47</sup> Portanto, coaduna com a média de valor encontrado (ver tabela 1) para as escravas femininas nos anos de 1870 a 1880, de Rs. 590\$000, preço bem inferior ao valor do escravo masculino, Rs. 900\$000, para esse mesmo período.

As fontes permitiram apontar breves considerações sobre as transações de compras e vendas de escravos realizadas entre proprietários locais e circunvizinhos.<sup>48</sup> Adquirir um escravo podia significar necessidade mediante a demanda por mão de obra ou, simplesmente, a oportunidade de realizar um bom negócio, comprando por um preço inferior para depois revender com certa margem de lucro. Nota-se, da leitura documental, que foram várias as motivações dos proprietários para vender e comprar escravos. Vejamos alguns casos.

Dificuldades econômicas levaram alguns proprietários a vender o “bem” de maior valor que possuíam: o escravo. O pequeno lavrador José de Souza Bonavide declarou, no inventário de sua esposa, Maria Pereira (1850), que o único escravo que o casal possuía foi vendido devido às dificuldades de manutenção da posse escrava: “Hum escravo de nome Placido **do qual elle inventariante não podendo conservar** e ignorando o vendera pela

<sup>45</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Francisca Maria da Silva. Ano: 1872 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Na consulta aos acervos documentais, não foi possível identificar livros de notas do tabelionato com registros de compra e venda de escravos da comarca do Urubu, o que impossibilitou uma abordagem mais aprofundada do tema. Desta forma, as considerações brevemente traçadas aqui são baseadas nas anotações presentes em alguns dos inventários analisados.

quantia de quinhentos mil réis”.<sup>49</sup> Possivelmente, o senhor José ignorava que os bens do casal não poderiam ser vendidos ou desfeitos antes de serem inventariados.

Entre os bens deixados por falecimento de Francisca Maria da Silva, no ano de 1872, foi inventariado o escravo Martinho (“preto”, 70 anos) e uma família escrava que se constituía dos irmãos: Marcos, Severino, Florência e Thomázia com seu pequeno filho, Febrônio. Na divisão dos bens, ocorreu um impasse entre os herdeiros sobre a divisão dos escravos, mais especificamente, da escrava Thomázia (crioula, 22 anos) com seu pequeno filho Febrônio, de seis anos. O argumento de um dos herdeiros, através de seu procurador, Manoel Joaquim da Silva Leão, revela o motivo da contenda:

[...] sendo o acervo do casal de mui diminuto valor, que constituindo quase todo elle no valor dos escravos [...] e que achando-se já os ditos escravos (a excepção da escrava Thomazia e seu filho) em poder de alguns herd<sup>os</sup>. legatários, e comportando a herança daqueles (?) aos legados e cessão o valor de taes escr<sup>os</sup>., é obvio q. a part<sup>a</sup>. entre elles, será feita a contento dos mesmos e com a regularidade possível. Mas entretanto não acontecerá para com o herdeiro, **a quem venha a tocar a escrava Thomazia e seo filho Febronio, avaliados por 950 Rs. por que não poder estes em vista [...] da Lei de 28 de Setembro de 1871 separarem-se**, tem esse pobre herdeiro de repor em dinheiro a quantia de 500\$ e tantos mil reis; com o que, esta claro, não só fará grande sacrificio; será infalível seu prejuizo, como alem disso deixará de ter parte nos bens de raiz do casal, q. todos os herdeiros preferem aos demais bens.<sup>50</sup>

Os bens avaliados no inventário de D. Francisca totalizaram Rs. 4:474\$000; 80% desse valor, ou seja, Rs. 3:550\$000, correspondia aos seis escravos arrolados. A escrava Thomázia e seu filho, Febrônio, foram avaliados em Rs. 950\$000, valor este bem acima do que receberia cada um dos herdeiros (aproximadamente 450\$000). E como mãe e filho, conforme pontuado no exposto, não poderiam caber a herdeiros diferentes, ou seja, não poderiam ser separados, em observância à Lei do Ventre Livre (1871)<sup>51</sup>, e nenhum dos herdeiros, aparentemente, dispunha ou não tinha interesse de repor a diferença da herança e do valor de Thomázia e Febrônio, a solução encontrada pelos herdeiros foi vender a pequena família. Mais uma vez, pode-se perceber o quanto os proprietários locais mantinham-se em sintonia com a conjuntura da escravidão brasileira.

<sup>49</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Maria Pereira. Ano: 1850 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>50</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Francisca Maria da Silva. Ano: 1872 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>51</sup> De acordo com Kátia Mattoso (1990, p. 127): “[...] a lei do Ventre Livre, de 1871, liberta todos os nascituros e interdita a separação de pais e filhos com menos de 12 anos de idade.”

A venda foi realizada no ano de 1875. O comprador foi Francisco de Paula Rocha, morador na fazenda da Extrema, localizada no termo do Urubu. Thomázia e seu filho Febrônio foram vendidos por Rs. 800\$000. No inventário do comprador, autuado em 1877, Thomázia e Febrônio foram os únicos escravos arrolados e avaliados em Rs. 1:100\$000. Nas descrições das dívidas do senhor Francisco de Paula, constavam resquícios dessa transação de compra e venda: “[...] aos herdeiros da falecida Francisca Maria da Silva [deve] a quantia de duzentos e dez mil reis, restante da escrava Thomazia e seu filho Febrônio”.<sup>52</sup>

As cobranças de dívidas referentes às vendas de escravos apareceram com certa frequência nos inventários. Muitas vezes, as dívidas eram cobradas judicialmente ou na partilha dos bens por ocasião do falecimento do devedor. Em alguns casos a escritura pública de compra e venda não fora formalizada, passando somente ao comprador uma declaração: “Que o escravo Victorino descripto no inventario foi comprado e pago a Antonio Fructuoso da Silveira, mas que não existe escriptura publica de compra existindo somente uma declaração pelo mesmo vendedor [...]”.<sup>53</sup>

A celebração do ato de compra e venda de escravos através de recibos ou procurações, sem a formalização legal, facilitou a sonegação do fisco imperial e, ainda, foi uma estratégia muito utilizada por traficantes de escravos no auge do tráfico interno. De acordo com Neves (2000, p. 99):

[...] para burlar o fisco imperial, não pagando a meia sisa das transações comerciais determinada pela legislação, os traficantes transferiam escravos apenas com procurações dos vendedores, lhes outorgando poderes para comercializá-los, podendo substabelecerem em sucessivos negócios.

A maior transação de compra de escravos apareceu no inventário de Francisco Martins da Costa, datado de 1854. Quando esse senhor faleceu, deixou de herança 14 escravos, que foram divididos em três partes proporcionais aos filhos e netos. Antes mesmo de concluir seu inventário, duas dessas partes já haviam sido negociadas pelos herdeiros com o senhor Joaquim José de Andrade, que comprou nove escravos. O documento não revelou o preço pelo qual foram negociados os escravos, nem a procedência do comprador.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Francisco de Paula Rocha. Ano: 1877 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>53</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Herculana Francelina da Silva Leão. Ano: 1876. Documentação não catalogada.

<sup>54</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Francisco Martins da Costa. Ano: 1854. Documentação não catalogada.

Foram identificadas algumas transações de compras e vendas de escravos envolvendo proprietários regionais. O escravo Felipe foi vendido, no ano de 1877, por Bartolomeu de Oliveira Nery (Urubu) para Cornélio Batista Salles (Macaúbas).<sup>55</sup> O tenente Pórfiro Pereira de Castro (Monte Alto) vendeu seu escravo Fermino para Francisco Teixeira de Araújo (Urubu), em 1878.<sup>56</sup> E também nas listas de matrículas aparecem escravos naturais de Carinhanha, Rio de Contas, Caetitê, Lençóis e Riacho de Santana, revelando vestígios do comércio de escravos entre proprietários desses lugares.

Essas transações demonstram o comércio de escravos envolvendo senhores regionais. Certamente, proprietários com maior poder aquisitivo adquiriram escravos de senhores remediados ou daqueles que enfrentavam dificuldades econômicas, sem condições de manutenção da posse escrava. Observa-se que muitos dos escravos negociados eram naturais da região. Assim, o comércio de escravos entre senhores do Urubu e da circunvizinhança contribuiu significativamente para manter certa regularidade da posse escrava na região, entre os anos de 1840 e 1880.

As fontes consultadas não permitiram tecer maiores conclusões sobre a comercialização de escravos na comarca do Urubu. Infere-se que muitos dos cativos negociados foram adquiridos por proprietários locais e regionais com a finalidade de empregá-los nos serviços de suas fazendas e sítios. Por outro lado, é certo que muitos escravos, naturais dessa localidade, tivessem como destino as “províncias do Sul” (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) devido à ação fortemente articulada de traficantes nos sertões baianos, na segunda metade do século XIX.<sup>57</sup> A leitura nas entrelinhas dos documentos possibilitou identificar vestígios desse tipo de comércio na comarca do Urubu. O drama da escrava Noberta e seus dois filhos menores, Maria e Francisco, que será apresentado ainda neste capítulo, demonstra uma das tristes consequências do tráfico interno: a separação forçada da vida familiar e social de escravos. Mas, antes de everedar por essa abordagem, analisaremos a formação e os significados dos laços familiares e sociais de escravos nas propriedades sertanejas.

---

<sup>55</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Miguel Braz da Silva. Ano: 1879. Documentação não catalogada.

<sup>56</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Otília Spínola de Souza Teixeira. Classificação 04/1510/1979/04. Ano: 1883.

<sup>57</sup> Sobre o tráfico interprovincial de escravos no alto sertão da Bahia, ver: Pires (2009) e Neves (2000).

## 2.2 “NASCEO M<sup>a</sup> [MINHA] CRIA”: REPRODUÇÃO NATURAL E FAMÍLIA ESCRAVA

Um pequeno caderno de notas que apresenta em suas folhas alguns rabiscos de contas e transações comerciais, datadas do século XIX, traz em suas linhas finais registros de acontecimentos marcantes para a vida do rico sertanejo Antônio José Teixeira. As anotações foram escritas, primeiramente, por seu pai, o português Félix José Antunes Teixeira. Este assentou cuidadosamente a data de seu nascimento, o nome dos pais e avós, o dia em que saiu de Lisboa para residir na Vila do Rio de Contas, a data de seu casamento (com o nome da esposa, sogro e sogra) e o nascimento de cada um dos filhos. Antônio José Teixeira seguiu com a tradição paterna e também registrou os fatos importantes para sua vida. Entre as anotações de nascimento, batizado e falecimento de seus filhos havia outros registros que despertam especial atenção. Um desses registros diz o seguinte:

**Nasceo m<sup>a</sup>. [minha] cria de nome Massimino f<sup>o</sup>. [filho] de m<sup>a</sup>. escr<sup>a</sup>.  
Missia em o dia 18 de Fever<sup>o</sup>. de 1841 em huma quinta fr<sup>a</sup>.<sup>58</sup>**

Nesses moldes, o proprietário de terras e fazendas localizadas no “Termo da V<sup>a</sup>. de Rio das Contas” registrou, entre os anos de 1835 e 1854, o nascimento de trinta e duas crianças, todas filhas de suas escravas. Pontuou, ainda, ao lado do registro de nascimento, o falecimento de sete dessas crianças,<sup>59</sup> evidenciando o alto índice de mortalidade infantil, sobrevivendo vinte e cinco. Com base nessas anotações, foi possível identificar, naquela posse escrava, a presença de pelo menos dez famílias, algumas legitimadas pela Igreja e outras provenientes de relações consensuais (ver Quadro 1). Através do número de filhos de algumas das mulheres, observou-se tratar de famílias estáveis, com uma taxa de natalidade de mais de uma criança por ano. Aquele abastado proprietário sertanejo anotou, ainda, a aquisição da cativa Anna Constância com seu filho Antônio e o nascimento de Marianna, que logo faleceu:

**Nasceo m<sup>a</sup>. [minha] cria Marianna f<sup>a</sup>. [filha] de m<sup>a</sup>. Escr<sup>a</sup>. Anna Constancia no dia 5 de abril 1843 e Rc<sup>i</sup> [recebi] a m<sup>ma</sup>. [mesma] Escr<sup>a</sup>. Constancia cõ a s<sup>a</sup>. [sua] cria, e mais a outra di nome Antonio pela compra que fis a seo Sr. Eugenio J<sup>e</sup>. da Rx<sup>a</sup>., no dia 31 de Mayo de 43 sendo a compra feita no dia 6 de m<sup>mo</sup>. mês de Mayo.  
Morreo a cria Marianna.<sup>60</sup>**

<sup>58</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira. Livro Caixa, Registros Contábeis (despesas/receitas), 1817 – 1937. Caixa 3, maço 13 (grifos meus).

<sup>59</sup> Os registros feitos pelo fazendeiro não apontaram a causa da morte dessas crianças.

<sup>60</sup> Ibid (grifos meus).

Esse registro evidenciou a preferência do proprietário Antônio José Teixeira por mulheres com filhos, no momento da aquisição de novos cativos, confirmando o comércio de escravos entre proprietários sertanejos.

Quadro 1 – Relação das famílias escravas na posse de Antônio José Teixeira (1835-1854)

PAIS	FILHOS
Missia e Agostinho	Mássimo, Afra, Rita, Anna (faleceu ainda criança), Gil-Brás, Florentina e Thibúrcio
Rufina	João, José, Pedro, Theodósio e Carolina
Maria Angola	Joaquim, Vicência, Clemente e Cassimira
Lina e Raymundo	Lurenço (faleceu ainda criança), Isidoro, Justina e Sebastião
Genoveva e Tertuliano	Ambrózio, Coletta, Coletta <sup>61</sup> (essas três crianças faleceram ainda crianças), Custódio e Cirilla
Anna	Luís e Cândido (faleceu ainda criança).
Anna Constancia	Marianna (faleceu ainda criança) e Antônio
Justina	Maria
Maria	Ancelmo
Sebastiana e Benedicto	Vivaldo

Fonte: APMC. Livro Caixa, Registros Contábeis (despesas/receitas), 1817 – 1937. Caixa 3, maço 13.

As anotações perscrutadas no caderno de contas demonstram, para além do “zelo” e controle daquele proprietário para com as suas “crias”, a importância da reprodução natural na manutenção e ampliação da posse escrava. Por outro lado, registraram a formação de núcleos familiares no interior de fazendas sertanejas. A postura do senhor Antônio José Teixeira não constituiu um caso isolado nos sertões baianos. Ao contrário, revela uma prática comum de muitos fazendeiros e sitiantes que contaram com a opção de suas cativas em gerar filhos como um dos meios de assegurar a posse escrava em suas propriedades.

<sup>61</sup> A repetição do nome Coletta evidencia uma prática comum naquela sociedade: muitos pais, quando o filho ou filha falecia precocemente, repetiam o nome dessa criança no próximo filho (a).

A pesquisa realizada aos inventários da comarca do Urubu revelou aspectos importantes da vida escrava e da formação familiar na região. A Tabela 2, construída com base numa amostragem de número de cativos, aponta a faixa etária dos escravos inventariados, entre os anos de 1840 e 1880. Esses dados demográficos demonstram um número significativo de crianças com idade até 12 anos: 26% do total de 315 escravos; os adultos (na faixa entre 13 e 40 anos) representam 50,1%; e os idosos (acima dos 40 anos) representam 12,4%. Observa-se ainda certo equilíbrio entre os sexos: 52% são homens e 48% mulheres.

Tabela 2 – Faixa etária dos escravos, 1840-1880

IDADE DOS ESCRAVOS	HOMEM	MULHER	TOTAL	%
0 – 12	45	37	82	26,0
13 – 20	29	29	58	18,4
21 – 30	29	31	60	19,0
31 – 40	19	21	40	12,7
Acima dos 40	27	12	39	12,4
Não determinada	17	19	36	11,4
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>	<b>149</b>	<b>315</b>	<b>100%</b>

Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga – BA. Inventários. Documentação não catalogada.

Esses dados evidenciaram, por um lado, que a reprodução endógena foi essencial para o incremento da população escrava, e, por outro, apontam para a existência de famílias escravas estáveis no contexto regional. A Tabela 3 (abaixo) corrobora essa assertiva. Apresenta a classificação dos escravos quanto à sua origem e cor. Havia uma predominância de escravos brasileiros, sendo: 92 cabras, 60 crioulos, 43 pardos, 38 pretos, 24 mulatos e 05 mestiços; com o número de 137 homens e 125 mulheres, o que corresponde a 83% do total de escravos. Quanto aos africanos, foram localizados 16, totalizando 5% do número de escravos. Esse baixo número de africanos pode ser indício da pouca participação de proprietários locais no tráfico internacional de cativos.

Tabela 3 – Origem e cor dos escravos, Urubu – 1840 - 1880

ORIGEM/COR	HOMENS	MULHERES	TOTAL
<b>Africanos sem identificação</b>	<b>09</b>	<b>06</b>	<b>15</b>
Nagô	01		01
<b>Brasileiros</b>	<b>137</b>	<b>125</b>	<b>262</b>
Cabra	54	38	92
Crioulo	26	34	60
Mestiço	02	03	05
Mulato	10	14	24
Pardo	23	20	43
Preto	22	16	8
Sem identificação	19	18	37
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>	<b>149</b>	<b>315</b>

Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventários. Documentação não catalogada.

A pesquisa desenvolvida por Douglas Cole Libby (2010), sobre as representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, possibilitou uma maior compreensão sobre os significados das terminologias de cor referentes aos escravos e libertos. Para o autor:

Subscrevemos a noção de que tais representações poderiam se carregar de significados mais indicativos de posição social do que de identidade racial. Por outro lado, é preciso estar atento para possíveis variações na terminologia empregada ao longo do tempo e no espaço, algumas das quais continuariam pautadas em conceitos de natureza racial ou étnica (Ibid, p. 41).

Além da indicação do lugar na hierarquia social, a cor poderia ser usada para referir-se às “[...] diferentes tonalidades da pele ou a diversos graus de miscigenação” (Ibid, p. 48), de afrodescendentes nascidos no Brasil. Desse modo, Libby aponta os possíveis significados de algumas das terminologias: **pardo** “poderia abrigar múltiplas tonalidades de pele, mas sempre se referia a algum grau de miscigenação (e, portanto, quase sempre a algum vínculo ancestral ao cativo)” (Ibid, p. 40); **crioulo** “constituía, sobretudo, uma referência à ascendência africana/escrava e, ao que tudo indica, perpassou várias gerações ao longo dos períodos Sete e Oitocentistas” (Ibid, p. 49); **cabra** também se referia à ascendência africana, “à prole de pais de origens mistas: um pardo (ou, talvez mais precisamente, a um mulato) e o outro crioulo ou africano (Ibid, p. 50)”; e o termo **preto** era usado para designar genericamente as pessoas naturais da África.

Contudo, Libby alerta que o uso de termos qualificativos como a cor poderia ser facultativo, ou seja, em um determinado momento uma mesma pessoa poderia aparecer nos

documentos arrolados como pardos, crioulos, cabras, e em outro momento sem referência a cor ou origem. Essa situação poderia significar mudanças na hierarquia social:

Quando indivíduos ou até famílias inteiras passavam de pardos para serem consistentemente referenciados sem qualificação de cor, sem dúvida estamos diante de exemplos de embranquecimento e, portanto, de mobilidade social ascendente. Por outro lado, também é possível encontrar exemplos nos quais as pessoas “incolores” repetina e consistentemente se tornassem pardas ou até mesmo crioulas. A mobilidade social, afinal, era uma escada que alguns subiam, mas outros desciam (Ibid, 2010, p. 51-52).

Os dados demográficos presentes nas tabelas 2 e 3 indicam que a reprodução natural foi o principal meio de manutenção e/ou ampliação da posse escrava no sertão do São Francisco, na segunda metade do século XIX. Essa tendência foi identificada por outros historiadores dos sertões baianos.

Na pesquisa sobre as vivências escravas no alto sertão da Bahia, na segunda metade do século XIX, Maria de Fátima Novaes Pires (2009, p. 163) identificou, nos inventários referentes às comarcas de Caetité e Rio de Contas, a forte presença de crianças escravas e seus familiares nas posses de proprietários locais. Segundo a autora:

Um olhar mais detido às tabelas faz saltar aos olhos a presença de famílias escravas no sertão. Um número maciço de crianças nascidas e criadas por famílias de igual trajetória. Outros números indicam equilíbrio entre os sexos e que aludem à formação de famílias escravas mais estáveis.

Resultado semelhante foi alcançado por José Ricardo Moreno Pinho (2001) no estudo da escravidão na região sertaneja do médio São Francisco. Esse pesquisador analisou 410 inventários do termo de São José de Carinhanha,<sup>62</sup> entre os anos de 1830 e 1888. Encontrou, para o período de 1830-1849, o número de 104 crianças de idade até dez anos, representando 29% do total dos 424 escravos inventariados. Para o período de 1850-70, dos 491 cativos, 156 eram crianças, ou seja, 32% do número total. Já para os anos finais da escravidão, 1871-88, houve uma queda no número de crianças, do total de 258 cativos foram arroladas apenas 46 crianças (18%). Para o autor, essa queda justifica-se pela implementação da lei do Ventre Livre, de 1871. Concluiu que: “Esses dados revelam uma significativa participação relativa de mulheres e crianças nos plantéis, **o que sugere ter sido a formação familiar e a reprodução natural uma estratégia adotada pelos proprietários**” (Ibid, p. 87, grifos meus).

<sup>62</sup> A freguesia de São José de Carinhanha data de 1805 e fazia limites com a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. De acordo com Pinho (2001, p. 43): “Pela Lei Provincial nº 6, de 2 de maio de 1835, Carinhanha passou a ser Termo da comarca do Urubu, mas, administrativamente, incorporou-se à Bahia desde a data de criação da vila [1835].”

Pinho (2001, p. 88) afirmou que esses dados demonstram uma característica da escravidão na região do médio São Francisco, que difere das economias escravistas voltadas à produção de grande escala, mais envolvidas com o tráfico de africanos para a renovação da mão de obra escrava:

[...] no caso de uma economia em decadência, caracterizada pelo pequeno proprietário, cujo poder de investimento é limitado, onde os pequenos plantéis são predominantes no cenário geral, a reprodução natural pode ter sido a alternativa que viabilizou a manutenção do trabalho escravo até o fim do regime escravista.

Taiane Dantas Martins (2010, p. 89, grifos meus) pesquisou aspectos da vida de escravos que habitavam no sertão de Xique-Xique, no século XIX. Nas análises dos inventários de proprietários locais, notificou a presença considerável de famílias escravas. Identificou, nas listas de matrículas de escravos realizadas em 1872, que mais de 95% dos cativos com local de nascimento declarado nasceram em Xique-Xique. Apontou conclusão similar à apresentada por Pinho:

**A reprodução endógena foi uma estratégia utilizada pelos senhores e aparentemente não contestada pelas cativas em Xique-Xique, instalada mesmo antes do fim do tráfico atlântico em 1850. Isso parece evidente devido ao pequeno número de africanos encontrados, que em nenhum momento do século ultrapassou a faixa de 6%.**

A reprodução natural foi exclusivamente uma estratégia dos proprietários para a manutenção e/ou ampliação da posse escrava? Evidentemente que os proprietários se beneficiaram com o nascimento dos filhos de suas escravas, afinal, seria um “bem” a mais no rol de suas posses e riquezas. Mas o que significou para as mulheres negras escravizadas gerarem filhos? Procurar responder a esses questionamentos é a intenção das linhas que se seguem.

A historiografia sobre famílias escravas no Brasil tem demonstrado a importância da rede de parentesco para a organização da vida no cativeiro. Para Robert Slenes (1976, p. 414 *apud* PIRES, 2009, p. 44), a família “[...] ajudou muitos cativos a conservar sua identidade e a lidar eficazmente com as pressões psicológicas da escravidão.” Significou também o *locus* onde homens e mulheres escravizados puderam elaborar formas de resistências cotidianas e lutar pelas suas sobrevivências.

Pesquisas históricas em diferentes contextos do Brasil revelam as diversas tentativas de abortos e infanticídios praticados por mulheres cativas que buscaram desesperadamente proteger a si e a seus filhos das duras condições de cativeiro. Dessa forma, é minimamente reducionista considerar o nascimento de crianças e a formação familiar sob o jugo da

escavidão unicamente como uma “estratégia senhorial” para a manutenção da posse escrava, pois, desse modo, seriam anuladas as ações conscientes de tantos homens e mulheres que, sob a escavidão, lutaram pela liberdade e sobrevivência pessoal e familiar. Como afirmou A. J. R. Russell-Wood (2005, p. 237, grifos meus):

Em questões como famílias escravas completas e partos precoces, pode ter havido coincidência entre as aspirações dos donos e dos escravos, mas **as escravas eram capazes de agir segundo seus próprios princípios** de maneira independente das exigências do proprietário. Pela contracepção, pelo aborto ou pela omissão de informações sexuais, a escrava tomava decisões que guiavam seus próprios atos.

Ao estudar os laços familiares de africanos e seus descendentes no “Certam de Sima do Sam Francisco”, sob a perspectiva histórica que interpreta a vida dos negros a partir de suas próprias experiências, Gabriela Amorim Nogueira (2011, p. 81-82) rompeu com a visão unilateral de fazenda como “criatório de escravos”:<sup>63</sup>

Novas facetas do processo escravista do Brasil rural setecentista possibilitaram desconstruir visões preconceituosas que negligenciam a humanidade de africanos e afro-brasileiros. Neste sentido, as trajetórias familiares de escravos, acompanhadas neste trabalho, apresentaram significados que esses sujeitos sociais deram para a formação de famílias, para a opção de ter filhos, o que desmitifica a concepção de fazenda como “criatório de escravos”, reconhecendo esse espaço como de dinâmicas relações sociais, e não de sujeitos apáticos.

O historiador Tarcício Rodrigues Botelho (1998, p. 232, grifos meus), ao estudar fazendas pecuaristas no Norte de Minas, apresentou outros significados da reprodução natural além da manutenção e/ou ampliação da posse escrava:

A nosso ver, fica claro que, do ponto de vista senhorial, a reprodução natural é um componente que entra positivamente em seus cálculos econômicos. Muitos adotam como estratégia única de manutenção e ampliação do plantel. Outros, mesmo lançando mão de mercado, não desprezaram sua importância. [...] parece **significar também a manutenção da família escrava. Constantemente preservada, vemos casos de gerações que se sucedem dentro de um mesmo plantel, trazendo à vida dos cativos nela integrados um grande fator de estabilidade.**

Cacilda Machado, Carlos Engemann e Manolo Florentino (2003, p. 182), nas pesquisas sobre diferentes fazendas escravistas na América Latina (séculos XVIII e XIX),

---

<sup>63</sup> Simeão Ribeiro Pires (1979, p. 245-249) indicou a existência de cinco grandes fazendas sertanejas pertencentes aos Guedes de Brito que eram destinadas ao “criatório de escravos”: “[...] os escravos se destinavam ao criatório escravo, a cuidar das fazendas e também para serem recrutados, quando necessário, para os duros trabalhos do Engenho da Mata do São João na Bahia, conforme se lê das numerosas cartas do administrador Geral aos Senhores da Casa da Ponte em Lisboa”.

analisaram o grau de afastamento das propriedades em relação ao mercado de cativos e suas consequências na composição demográfica e na organização familiar. Afirmaram que

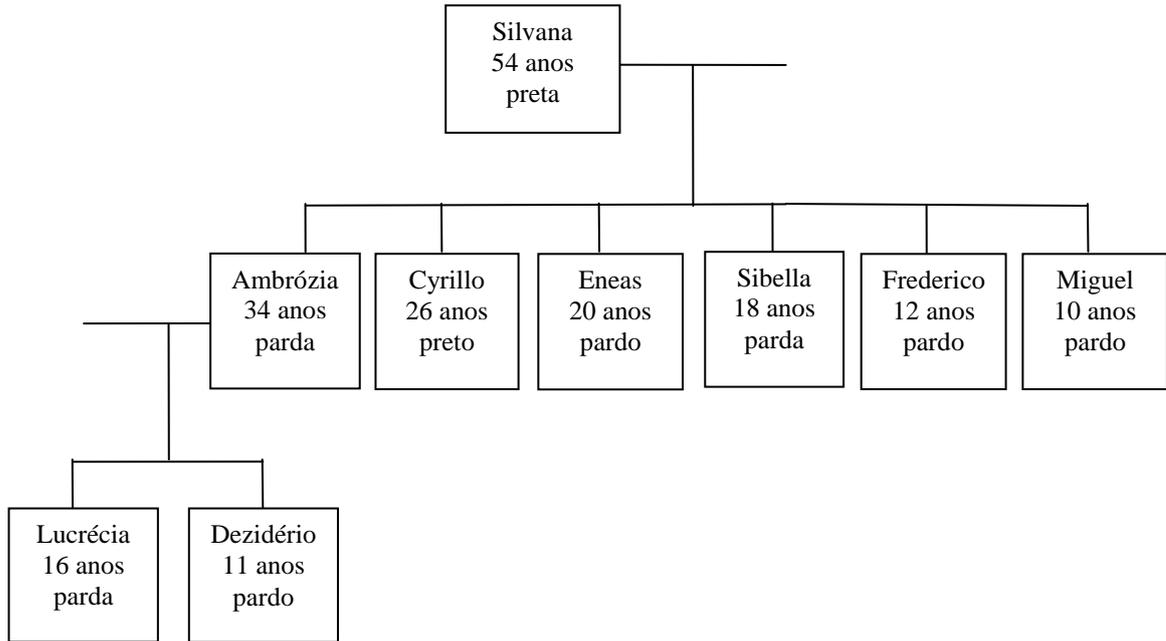
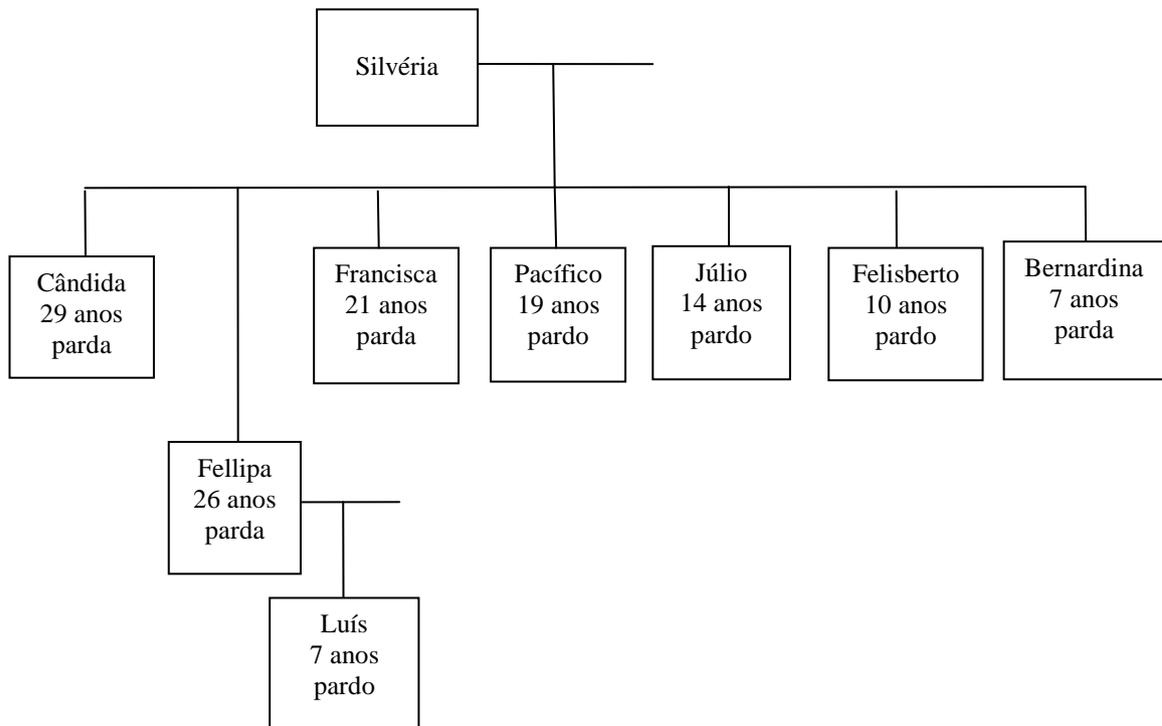
[...] o abandono do mercado e padrões incomuns de compras podem criar melhores condições para o aparecimento e afirmação do parentesco, e ainda quando não necessariamente assumam feições de grupos multigeracionais, os arranjos familiares indicam a plena consolidação destes grupos, da qual por certo derivam profundas consequências socioculturais.

Esses autores pontuaram que a melhoria das condições demográficas não significava necessariamente o incremento de laços familiares escravos. Para isso acontecer, **“Os escravos deveriam querer estabelecer laços familiares e, mais do que isto, deveriam encontrar instrumentos culturais para fazê-lo”** (Ibid, p. 182, grifos meus).

Certamente, os escravos que viviam no sertão do São Francisco encontraram as condições ou “instrumentos culturais” necessários para o estabelecimento de suas relações familiares. Os documentos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima evidenciaram que muitos núcleos familiares escravos se formaram no interior de fazendas e sítios, e que gerações se sucederam ao longo do tempo. A família da preta Silvana foi uma dessas. A cativa Silvana pertencia a Francisco Joaquim de Souza Spínola e vivia na fazenda Alegre.<sup>64</sup> No dia 14 de novembro de 1846, em ato de desobriga naquela fazenda, foi batizado o seu pequeno filho Cyrillo, de nove meses.<sup>65</sup> Nessa data, Silvana já tinha uma filha, Ambrózia, de oito anos de idade. Com o passar dos anos, a família cresceu... Em 1872 a rede familiar de Silvana congregava os demais filhos: Eneas, Sibella, Frederico e Miguel; e dois netos, Lucrécia e Dezidério, conforme figura abaixo.

<sup>64</sup> Não foi possível acessar maiores informações sobre a fazenda Alegre. Mas, provavelmente, pertencia no século XIX, à família de Francisco Joaquim de Souza Spínola, pois foram localizados outros registros de batismos de escravos pertencentes a um parente (talvez um irmão), denominado Xisto de Souza Spínola.

<sup>65</sup> Livro de registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 53. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA.

Figura 1 – Família da cativa Silvana, 1872<sup>66</sup>Figura 2 – Família da cativa Silvéria, 1872<sup>67</sup>

<sup>66</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Francisco Joaquim de Souza Spínola. Classificação: 03/1191/1660/12. Ano: 1884.

<sup>67</sup> Fonte: Lista de matrícula anexa no inventário *post-mortem* de Francisco Joaquim de Souza Spínola. APB. Classificação: 03/1191/1660/12. Ano: 1884.

Merece destaque também a família de Silvéria, companheira de cativo de Silvana, pertencente ao mesmo senhor, Francisco Joaquim de Souza Spínola. Essa escrava batizou sua segunda filha, Fellipa, no ano de 1846, na fazenda Alegre.<sup>68</sup> Nessa data, ela já possuía uma filha de três anos de idade, Cândida. Após essa data, a família continuou a crescer com a chegada dos demais filhos: Francisca, Pacífico, Júlio, Felisberto, Bernardina, e do neto, Luís, conforme se observa na figura 2.

O número e a idade dos filhos de Silvana e Silvéria apontam para vínculos familiares que se haviam estabelecido já fazia vários anos e cuja duração revela a estabilidade daquelas uniões. Suas famílias foram formadas no interior da unidade escravista de Francisco Joaquim de Souza Spínola, haja vista que os assentos de batismos demonstram que as referidas escravas já pertenciam ao dito proprietário quando geraram os seus primeiros filhos. Os membros dessas famílias permaneceram unidos por um longo período de suas vidas, trabalhando lado a lado, por três gerações, com uma estabilidade acima dos 30 anos.<sup>69</sup> O convívio cotidiano entre parentes fortaleceu seus laços consanguíneos com as trocas de afetos e respeito entre mães, avós, irmãos, tios e sobrinhos, e isso foi fundamental para a vida de cada um deles.

A posse escrava de Francisco Joaquim de Souza Spínola fora formada exclusivamente por famílias escravas. Esse senhor possuía, no ano de 1872, o total de 36 escravos distribuídos em seis núcleos familiares: a família de Silvana e a de Silvéria; a família de Beleza, composta por cinco irmãos; a família da escrava Clemência, com quatro filhos; a família de Constança, com quatro filhos; e a família de Margarida, composta pelas duas filhas gêmeas e um neto. Os vínculos constituídos ao longo dos anos e o convívio dia a dia fortaleceram os laços de parentesco e foram um fator preponderante para a estabilidade dessas uniões familiares.

Proprietários de menor poder econômico também tiveram suas posses escravas constituídas por famílias escravas. Luísa, cabra, de 20 anos, e seu pequeno filho, Antônio, de 2 anos e 5 meses, foram os únicos escravos arrolados nos bens de D. Sebastiana Moreira, no ano de 1843, que teve o monte-mor avaliado em Rs. 830\$500.<sup>70</sup> Dentre os poucos bens que Marcos da Silva Abreu possuía em 1852, somados em Rs. 845\$660, foi avaliada a escrava

<sup>68</sup> Livro de registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antonio do Urubu, fl. 53. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA.

<sup>69</sup> É importante salientar que os primeiros filhos das escravas Silvana e Silvéria foram batizados na fazenda Alegre (comarca do Urubu), já os demais filhos são descritos na lista de matrícula como naturais de Caetité. Podemos deduzir que esses escravos viveram certo tempo na referida fazenda, depois se mudaram para Caetité, passando a viver na fazenda Carafba, no Junco.

<sup>70</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Sebastiana Moreira. Ano: 1843. Documentação não catalogada.

Febrônia, mulata, de 18 anos, com sua filha Crispianna, mulata, de 3 meses de idade.<sup>71</sup> A posse escrava de Joaquim Luís Ferreira Portela, que teve seus bens inventariados no ano de 1861 e avaliados em Rs. 4:013\$450, também era formada por uma família escrava: Anna, crioula, de 26 anos e seus três filhos: José, mestiço, 8 anos; Antônia, mestiça, 6 anos; e Elesbão, cabra, de apenas um ano de idade.<sup>72</sup> Esses dados informam a forte presença de famílias escravas no sertão do São Francisco.

A pesquisa empreendida por Gabriela Amorim Nogueira (2011, p. 84), sobre as vivências escravas nas fazendas setecentistas dos Guedes de Brito e de outros ricos fazendeiros daquela região do “Certam de Sima”, demonstrou que, desde o início do povoamento, africanos e seus descendentes viviam ligados por redes familiares:

A primeira leva de escravos trazidos no princípio da colonização, com a abertura dos currais de gado, foi de africanos adquiridos via tráfico. Esses africanos, escravos no interior dessas fazendas sertanejas, buscaram meios de adaptarem-se ao novo destino imposto pelo tráfico atlântico. Nessas fazendas encontraram condições favoráveis às relações mais próximas e aos arranjos familiares. No princípio do século XVIII, os laços familiares já eram marcadamente presentes entre os escravos dos Guedes de Brito. Em 1722, João Guedes e Maria Guedes confirmaram a união com o ritual do matrimônio, assim também fizeram Antônio Guedes e Maria Guedes no ano de 1723. O africano Manoel do Gentio da Mina uniu-se com a crioula Maria, em 1739 e ampliou a família com os nascimentos dos seus filhos: Romana (1740), José (1743) e Maximino (1746). Manoel Velho e sua filha, escravos de Dona Isabel Maria Guedes de Brito, apadrinharam a pequena Anna, filha de Magdalena, parceira de Manoel Velho.

Pode-se afirmar que a reprodução natural e a conseqüente formação de núcleos familiares de escravos predominaram no sertão do São Francisco desde os primórdios de seu povoamento. Como afirmou Nogueira, os primeiros escravos introduzidos na região foram oriundos da África, adquiridos via tráfico transatlântico. Posteriormente, esses africanos envolveram-se em relações familiares e seus descendentes deram continuidade ao trabalho escravo no interior das fazendas por todo o século XVIII, perpassando pelo XIX.

A referida pesquisadora (2011, p. 66), ao analisar os livros de casamentos da freguesia de Santo Antônio do “Orubu de Sima”, identificou diferentes procedências dos africanos que viveram no sertão do São Francisco, com predomínio de minas e angolas:<sup>73</sup>

<sup>71</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Marcos da Silva Abreu. Ano: 1852. Documentação não catalogada.

<sup>72</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Joaquim Luís Ferreira Portela. Ano: 1861. Documentação não catalogada.

<sup>73</sup> Nogueira (2011, p. 67) chama atenção para as representações étnicas africanas que dizem muito mais às procedências gestadas no âmbito do tráfico: “A historiografia tem demonstrado como, no contexto da diáspora,

No conjunto dos contraentes listei, majoritariamente, 87 minas, 59 angolas, 16 do Gêntio da Guiné. Em quantidades menores foram localizados: 08 benguellas, 07 do Gêntio da Costa, 06 geges, 05 ganguellas, 03 congos, 03 moçambiques, 02 da Ilha de São Tomé, 01 cabo verde, 01 coirano, 01 cabu e 01 da Ilha do Príncipe. Entre os pais dos contraentes permaneceram entre ‘minas’ e ‘angola’ os maiores números, sendo 23 pais ‘minas’ e 14 pais ‘angola’. Outros pais foram identificados como: 06 geges, 03 benguellas, 01 conga, 01 do Gêntio da Guiné, e a presença de 45 ‘pretos’, prováveis africanos.

Os inventários analisados revelaram a presença de africanos no contexto oitocentista. Foram identificados 16 escravos africanos, sendo 10 homens e 6 mulheres, num universo de 315 escravos (vide Tabela 3). O fim do tráfico atlântico, no ano de 1850, contribuiu para atenuar a presença de africanos nos sertões. O único africano com a presumível etnia identificada foi Antônio, de 50 anos, pertencente ao grupo Nagô, arrolado no ano de 1851, entre os bens de Lina Ferreira de Magalhães (fazenda Parateca). Observa-se que a grande maioria dos africanos, no momento em que foram inventariados, apresentava idade mais avançada (acima de 40 anos). Por outro lado, evidenciou que alguns poucos proprietários locais buscaram no tráfico transatlântico a manutenção e/ou ampliação de suas posses escravas.

Todavia, não se pode deixar de considerar a herança cultural africana reelaborada no chão social dos sertões baianos. Certamente, aqueles africanos identificados no contexto setecentista e oitocentista “[...] conseguiram rearticular e estabelecer traços fortes da sua cultura, bem como constituir uma identidade entre africanos e afro-descendente” (FREIRE, 2009, p. 150). Nogueira (2011, p. 73) identificou vestígios dessa herança cultural africana a partir dos laços familiares:

[...] as raízes culturais de parentesco em comum possibilitaram aos africanos reorganizarem suas vidas, a partir das relações familiares conjugais e depois ampliadas na perspectiva da ‘família-linhagem’. Observa-se que, no interior do alto sertão baiano, os africanos reestruturaram suas vidas em torno da família, inicialmente conjugal e que, com o passar dos anos, se tornava extensa, unindo pelo parentesco pais, mães, filhos, avós, netos, tios, sobrinhos, primos, ocasionando a formação de comunidades escravas. [...] No interior dessas comunidades escravas as heranças culturais africanas foram transmitidas, nas convivências entre parentes. Os pais africanos ensinaram aos seus filhos brasileiros seu *modus vivendi*.

Pires (2009, p. 242) informou sobre as trocas culturais de escravos africanos e brasileiros gestadas na vida social que se desdobrava nos momentos de diversão: “O

---

os africanos foram identificados não por suas etnias, mas pelos locais de captura e embarque na África, antes de serem transportados para as Américas”.

relacionamento de africanos e escravos (nascidos na região) contribuiu para trocas culturais dinâmicas que se moldaram a outros componentes da vida social”.

M. M. de Freitas (1947, p. 328-329), no romance histórico **Estradas e Cardos**, ao descrever o sofrimento ocasionado no período de seca na segunda metade do século XIX, fala de possíveis vestígios de práticas culturais africanas vivenciadas pelo povo sertanejo, ainda que lhe pese o olhar estrangeiro permeado de preconceitos:

O sofrimento que lhes fizera perder a fé no Criador não tivera o poder de extirpar-lhes do espírito a credence nas moabas e nos feitiços de almas-assombradas e outras manifestações sobre-naturais, resultantes do toteísmo africano solidamente implantado no meio da gente sertaneja pela raça escrava.

Essas experiências culturais, familiares e sociais vivenciadas por africanos e transmitidas aos seus descendentes nos sertões da Bahia foram significativas para organizar e moldar a sobrevivência de africanos e afrodescendentes. Consoante Nogueira (2011, p. 78): “Contudo, é importante destacar que os processos de transmissão cultural atravessaram gerações. Portanto, os descendentes crioulos de primeira geração tornaram-se irradiadores das raízes africanas, que são sentidas ainda nos dias atuais”.

A leitura atenta dos inventários revelou que, devido à reprodução natural predominante na região, a posse escrava de muitos proprietários locais formou-se e/ou ampliou-se a partir da herança, do dote em ocasião do casamento<sup>74</sup> e por meio da compra principalmente entre proprietários locais e regionais como assinalado anteriormente.

A lista de matrícula dos escravos de José Bernardino Pereira Nunes (ano de 1872), anexa ao inventário de sua falecida esposa, Anna Joaquina de Jesus (ano de 1876), é um exemplo claro da formação de uma posse escrava a partir da junção dos fatores: reprodução natural, herança, dote e compra. Nela foram listados nove escravos (três homens, três mulheres e três crianças), todos naturais do termo do Urubu. Havia a presença de três famílias escravas: a primeira, formada pelos irmãos Bartholomeo e Manuel; a segunda, constituía-se das irmãs Luzia, Francisca e Benedicta; e por último, Maria Joanna com a filha Maria. Os escravos João e Sabina foram os únicos que, aparentemente, não estavam ligados ao parentesco consanguíneo. Aquele proprietário descreveu, abaixo da lista dos escravos, o modo como os adquiriu: “Os escravos de nº 1 e 8 [João e Maria Joanna] forão p<sup>r</sup>. compra, e nº 2 e 4

<sup>74</sup> A leitura dos inventários demonstrou que os dotes concedidos nos casamentos pelos pais das noivas constituíam-se em escravos, gados, terras, joias e bens de uso pessoal.

[Bartholomeo e Sabina] foram ávidos p<sup>f</sup>. dotação, e 3 [Manuel] p<sup>f</sup>. herança e os mais [Luzia, Francisca, Benedita e Maria] por cria”.<sup>75</sup>

Quando o senhor José Bernardino se casou com D. Anna Joaquina, no ano de 1844, recebeu de dote não só os escravos Bartholomeo e Sabina, mas também a escrava Joanna.<sup>76</sup> Esta última não foi listada na matrícula de 1876, possivelmente já havia falecido. Ao longo de sua vida, Joanna teve os seguintes filhos: Sérgio, Francisca, Clara, Luzia e Benedita. Desses, três (Francisca, Luzia e Benedita) ainda se encontravam na posse de José Bernardino no ano de 1876. Já os escravos Sérgio e Clara foram doados em dote a Lúcio Pereira de Souza, que contraiu matrimônio com a filha daquele proprietário, Maria Ediltrudes de Jesus. E no dia 21 de abril de 1874, a escrava Clara deu à luz uma criança ingênua “batizada com o nome de Benta, filha natural”.<sup>77</sup>

O major Olegário Pereira Pinto Liberal também contou com o dote e a herança para a formação de sua posse escrava. Possuía, no ano de 1873, data da lista de matrícula, dez cativos. Cinco desses escravos, a saber, Thimóteo (13 anos), Marianna (30 anos), Praxedes (28 anos), Gertrudes (16 anos) e Maria (5 anos) foram adquiridos através do dote recebido em seu casamento com D. Josephina Leopoldina do Bonfim Pinto e por herança com o falecimento de sua sogra, D. Angélica Lina do Bonfim.<sup>78</sup> E a escrava Maria (38 anos) foi herdada com o falecimento do pai daquele major, o capitão Manoel Pereira Pinto.<sup>79</sup> Certamente, os demais escravos (Antônio, João, Fidelles e Esmera) foram adquiridos por meio de compra.

O cruzamento das informações presentes nos inventários, algumas vezes de diferentes membros de uma mesma família, demonstrou que a transmissão de bens, principalmente escravos, através do casamento (dote) e morte (herança), ao lado da compra de cativos, foi muito significativa para a formação de novas posses escravas no sertão do São Francisco. Todas essas indicações permitem concluir que grande parte da posse escrava no sertão do São Francisco foi composta de homens e mulheres nascidos na região e adjacências, entre eles,

<sup>75</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Anna Joaquina de Jesus. Ano: 1876 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>76</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de [?]. Ano: 1857. Documentação não catalogada. Obs. Este documento, por estar incompleto, não apresenta o nome do inventariado, só do inventariante, que é Pacífico Theodoro de Castro.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Partilha Amigável: Angélica Lina do Bonfim. Ano: 1878. Documentação não catalogada.

<sup>79</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga - BA. Inventário de Manoel Pereira Pinto. Ano: 1859. Documentação não catalogada.

muitas famílias geradas no interior das propriedades escravistas, e outros herdados do patrimônio familiar de pessoas estabelecidas há anos naquelas paragens.

### **2.2.1 Redes de convívio: laços familiares e sociais de escravos**

Os registros paroquiais foram essenciais para a análise da vida familiar e social de escravos. Da leitura de suas atas, foi possível tecer alguns dos significados do parentesco consanguíneo e simbólico para homens e mulheres que vivenciaram a experiência do cativo no sertão do São Francisco. Para esta abordagem, foram examinadas 300 atas de batismo envolvendo escravos e libertos. Observou-se que esse ritual católico foi uma prática bastante comum entre os diferentes segmentos sociais daquele lugar. Para a Igreja Católica,

O ritual do batismo era entendido [...] como o momento de purificação do pecado original. Por volta do século IX, passou-se a exigir a presença de padrinhos e madrinhas. Estes seriam os protetores de seus afilhados, uma espécie de pais espirituais, com vínculo superior ao dos pais carnis, e, com esse sacramento, o batizando adquiria igualdade como cristão e passaria a ter acesso às cerimônias da Igreja (VASCONCELLOS, 2002, p. 147).

Mas, para além do seu aspecto religioso, buscou-se aqui compreender o batismo em sua dimensão social. Como afirmaram os historiadores Florentino e Góes (1997, p. 92), o compadrio “[...] foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútuas”. As relações tecidas a partir do compadrio englobaram sentimentos de amizades, confiança, considerações, solidariedades e reciprocidades estabelecidas entre escravos e seus compadres e comadres. De acordo com Jonis Freire (2009, p. 189): “Podiam ser usados, para reforçar laços de parentesco já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais”.

As atas registraram as intensas relações entre escravos, libertos e livres pobres, revelando uma vivência conjunta, muitas vezes, gestadas nas fímbrias das fazendas e sítios sertanejos. As lidas cotidianas no interior dessas propriedades possibilitaram a formação de redes de sociabilidades entre parentes e vizinhos, fortalecendo as solidariedades horizontais e verticais expressas no ritual do batizado, nas uniões consensuais e do casamento. Essas redes de convívio entre os segmentos mais pobres exerceram importância fundamental nos arranjos de sobrevivência cotidiana. Assim, como sinalizou Pires (2009, p. 26) para as comarcas de Rio de Contas e Caetité (1860-1920):

Em meio às dificuldades continuadas de sobrevivência, escravos e ex-escravos consolidaram apoios e aproximações com livres pobres, com os quais, desde a escravidão, trabalhavam lado a lado. As relações de vizinhança e parentesco constituíram forte elemento de coesão de grupo, além de propiciarem elasticidade aos acordos; estendendo os “fios da vida”. Noutras palavras, a vivência conjunta ampliava possibilidades de barganhas e expressava percepções coletivas de vidas partilhadas nos meios mais pobres.

Estudiosos sobre famílias escravas apontam os casamentos, os laços consanguíneos e as relações de compadrio como aspectos importantes para a formação de comunidade escrava que estabeleciam “[...] por meio do cativo, solidariedades, espírito de grupo, identidade e proteção mútua” (FARIA, 2007, p. 145).<sup>80</sup>

Carlos Engemann (2005, p. 182), na análise da formação de comunidade escrava em fazendas do século XIX, no Rio de Janeiro, pontuou:

[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. O transcorrer das gerações em convívio produz um efeito gregário que potencializa os laços diretos. Basicamente o que fornece o amálgama é a existência de antepassados comuns e de símbolos e crenças – freqüentemente aprendidos desses antepassados – que também são partilhados pela maioria da comunidade.

As redes de relações, por meio de parentelas consanguíneas e simbólicas (casamento e compadrio), elaboradas pelos escravos da freguesia do Urubu foram fundamentais para “[...] compartilhar, amparar e suportar as duras condições de cativo que se viram obrigados a viver” (Op. cit., p. 146). O exame dessas relações familiares e sociais apontou para a presença de comunidades escravas no interior das propriedades escravistas, principalmente nas fazendas pecuaristas. A historiadora Gabriela Amorim Nogueira (2011), observou que, desde o Setecentos, escravos e forros do “Certam de Cima” do São Francisco já se organizavam em comunidades.

Faziam parte dessas comunidades não só escravos de mesma propriedade, mas também libertos, livres pobres (e até mesmo ricos) e escravos de outras propriedades. Vejamos, por exemplo, a comunidade escrava formada na fazenda Rio das Rãs. Dos 300 assentos de batismo, contabilizaram-se o total de dez batizados de crianças escravas, todas pertencentes ao coronel Francisco Teixeira de Araújo. Esses batizados foram realizados entre os anos de 1846 e 1860. Ao examinar os laços de compadrio estabelecido pelos escravos do

---

<sup>80</sup> Cf., dentre outros, Slenes (1999), Florentino e Góes (2005 e 1997) e Machado (2006).

referido senhor, pode-se perceber a extensão da rede social na qual essa comunidade escrava estava envolvida. A escrava Maria, moradora da fazenda Rio das Rãs, batizou no referido período suas três filhas: Theresa, Antônia e Clarismunda. Para apadrinhar Theresa, essa escrava escolheu como compadres os companheiros escravos da mesma propriedade, Higino e Severiana;<sup>81</sup> no batizado de Antônia, seu compadre foi um livre, Antônio Miguel, e sua comadre, Esmeria, escrava da fazenda Parateca;<sup>82</sup> e para apadrinhar Clarismunda, os seus escolhidos foram o casal Eusébio e Theodora, escravos da fazenda Parateca.<sup>83</sup>

A escrava Fecunda também escolheu como padrinhos os companheiros de cativo, Victor e Josefa, para batizar a pequena Noberta.<sup>84</sup> Já o casal Francisco e Josefa optou como padrinhos da filha Jovita, o casal Eusébio e Theresa, escravos da fazenda Parateca.<sup>85</sup> A escrava Izabel escolheu para apadrinhar a filha Maria, Victor, escravo de mesma propriedade, e a comadre foi Mereciana, escrava da fazenda Parateca.<sup>86</sup> Pacífico e Secunda no batizado do filho Luís selaram o compromisso com Crispiano e Josefa, escravos de mesma propriedade.<sup>87</sup> Laurinda também optou pelos companheiros de mesma propriedade, Amaro e Josefa, para batizar o filho Silverio.<sup>88</sup> Já Josefa escolheu o escravo Januário, da fazenda Batalha, e uma livre, Lucinda Maria, para apadrinhar seu filho Marciano.<sup>89</sup> E Gregório, filho de Dorothea, teve como padrinhos Ismaeo, escravo de mesma propriedade, e Joaquina, escrava da fazenda Batalha.<sup>90</sup> Por último, Sergio, filho de Maria, teve como padrinhos José Ignacio, da fazenda Batalha, e a livre, Emereciana Silva.<sup>91</sup>

Os laços de afeições e considerações expressos na pia batismal evidenciaram que a referida comunidade escrava envolveu diferentes segmentos sociais e escravos de diferentes propriedades. Como visto, os escravos da fazenda Rio das Rãs estreitaram seus vínculos com

---

<sup>81</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 157. Ano: 1850.

<sup>82</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, 191. Ano: 1853.

<sup>83</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 73. Ano: 1847.

<sup>84</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 191. Ano: 1853.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*

<sup>87</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 56. Ano: 1846.

<sup>88</sup> *Ibid.*

<sup>89</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 157. Ano: 1850.

<sup>90</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu. Ano: 1855.

<sup>91</sup> *Ibid.*

companheiros de mesma propriedade e com escravos das fazendas Parateca e Batalha. Noutro registro, observa-se, ainda, relações tecidas com escravos da fazenda Curralinho: Selestrina, filha de Isabel, escrava de Antônio de Souza Spínola (fazenda Curralinho), teve como padrinho e madrinha, Manoel e Felipa, escravos de Francisco Teixeira de Araújo (Rio das Rãs).<sup>92</sup> E também compartilharam suas vivências com pessoas livres, certamente, moradores dessas fazendas na condição de agregados.

Por outro lado, as atas de batismo evidenciaram o quanto a mobilidade espacial esteve presente na vida de escravos daquela região. Como visto, escravos de diferentes fazendas se relacionavam constantemente e, ainda, transitavam de uma propriedade para outra, para participar de cerimônias e festejos religiosos. As fontes revelaram escravos que se deslocaram de distância considerável para participar do ritual cristão do batizado, como, por exemplo, o escravo Francisco, da fazenda Batalha, que foi até a Igreja Matriz do Urubu, localizada na vila do Urubu, para apadrinhar o pequeno Ângelo, filho do casal de livres, Hilário Pinto e Eduardo Maria e também a Hiduviges, filha da escrava Maximiniana, pertencentes ao senhor Porfíro Simões da Cunha.<sup>93</sup>

Grande parte das cerimônias do batismo ocorreu em ato de desobriga nas capelas das diferentes fazendas e sítios espalhados pela região, conforme demonstra tabela 4 (abaixo). E, na maioria das vezes, as cerimônias foram realizadas coletivamente: escravos batizaram seus filhos ao lado de livres pobres e ricos. Os párocos se lançaram em desobriga pela extensa freguesia do Urubu para realização dos ritos católicos. As datas das cerimônias parecem que foram definidas pela Igreja em consonância com os seus fiéis, pois havia certa sequência dos lugares onde se realizavam os ritos sacramentais. Essa sequência obedecia à proximidade dos lugares – fazendas, sítios e arraiais.

---

<sup>92</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 157. Ano: 1850.

<sup>93</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 124. Ano: 1848.

Tabela 4 – Locais de realizações dos batizados de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1844 – 1860

<b>Locais</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Capelas das fazendas e sítios	201	67,0
Matriz de Santo Antônio do Urubu	41	13,7
Arraial de Parateca	24	8,0
Santuário de Bom Jesus da Lapa	11	3,7
Arraial de Oliveira dos Brejinhos	10	3,3
Outros locais	13	4,3
<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA.

Os registros paroquiais evidenciaram fortemente os laços consanguíneos das famílias escravas do sertão do São Francisco oitocentista. Os dados apontaram, de modo similar a outras regiões do Brasil, a alta incidência de filhos naturais, com predominância de uniões consensuais entre escravos. Do total de 261 registros de filhos de escravos batizados, 234 eram filhos de mães solteiras ou que não possuíam um relacionamento legitimado pela Igreja Católica, correspondendo 89,7% do total de crianças batizadas. Já as crianças provenientes de relações legitimadas corresponderam a 10,3%, ou seja, o número de 27 filhos (as) de pais casados. Sobre esse aspecto, Schwartz (1988, p. 311) fez a seguinte ressalva: “[...] a escassez de casamentos na Igreja não são, de modo algum, uma medida da realidade escrava e da capacidade dos cativos de criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem um significado real e permanente em suas vidas.”

Tabela 5 – Legitimidade dos filhos de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1844 – 1860

<b>Legitimidade</b>	<b>Quantidade de filhos (as)</b>	<b>%</b>
Filho (a) legítimo	27	10,3
Filho (a) natural	234	89,7
<b>Total</b>	<b>261</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA.

Já a pesquisa realizada por Gabriela Amorim Nogueira (2011, p. 106), sobre as famílias escravas das fazendas setecentistas dos Guedes de Brito (freguesia do Urubu), apontou para altos índices de uniões legitimadas de escravos:

Da amostra documental de 300 filhos, encontramos o quantitativo de 116 filhos considerados legítimos, ou seja, seus pais confirmaram suas uniões pelo sacramento do matrimônio. Os 25 filhos presumivelmente legítimos foram aqueles que tiveram em suas atas batismais registrados os nomes do pai e da mãe. Os filhos apresentados como naturais perfizeram o total de 108 filhos batizados apenas com o registro das mães, nas atas dos seus batismos foram identificados como naturais. Outras crianças, em número de 51, tiveram em seus registros apenas o nome da mãe, não sendo especificados como naturais. Esses dados demonstraram taxas de legitimidade e ilegitimidade equivalentes com leve destaque para filhos legítimos, desse modo, contrariando os baixos índices de legitimidade localizados para outras regiões baianas.

A comparação dos dados encontrados para a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, sobre a legitimação das uniões de escravos, evidencia que houve um decréscimo considerável no número de casamentos formais realizados entre os séculos XVIII e XIX. Por outro lado, os dados apresentados por Nogueira constituem em uma especificidade para o contexto baiano. Conforme Sheila de Castro Faria (1998, p. 6):

[...] tanto para o século XVIII quanto para o XIX, a Bahia apresentou sempre uma altíssima taxa de ilegitimidade entre os escravos batizados, o que demonstra claramente a ausência de casamentos legais entre os escravos, com algumas paróquias não chegando nem mesmo a registrar sequer um filho legítimo.

A historiadora Isabel Cristina Ferreira Reis (2007), ao analisar os casamentos ocorridos na Freguesia da Sé ou de São Salvador, entre os anos de 1801 e 1888, observou a baixa taxa de casamentos formais entre africanos e afro-descendentes (escravos, libertos e livres), principalmente em comparação aos brancos. Nas primeiras décadas do século XIX (1801 a 1840), os índices de casamento da população escrava ficaram em torno de 5% das uniões sacramentadas pela Igreja; já na segunda metade do século (1850-1880), houve um crescimento considerável, os índices subiram para 22%. Para a referida autora, isso reflete uma mudança na postura senhorial:

Da mesma forma, fico inclinada a acreditar que a partir do momento em que o tráfico entrou na ilegalidade, a classe senhorial teria estrategicamente incentivado as uniões matrimoniais entre os seus cativos e/ou a reprodução natural entre eles; também não se pode desconsiderar que, uma vez promovendo a formação de famílias escravas e a geração de filhos cativos, como uma forma de compensar o fim da oferta de mão-de-obra via tráfico internacional, os senhores também teriam problemas quando da necessidade

de vender os cativos que faziam parte de famílias nucleares, por causa da revolta que tal procedimento gerava entre eles (Ibid, p. 93-94).

Stuart Schwartz (1988, p. 318), no exame de amostras de certidões de batismos de quatro parquiais do Recôncavo (1723-1816), identificou níveis bastante elevados das taxas de uniões informais para a população escrava, sendo: Saubara, 90,3%; Rio Fundo, 66,6%; Monte, 73,7%; e São Francisco, 100%. Segundo esse autor: “A grande maioria dos cativos na zona rural baiana eram filhos de pais não casados segundo os ritos da Igreja Católica. O casamento formal na Igreja não era comum entre os escravos, o que não significa que eles não tivessem família ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas.”

O baixo índice de casamento formal encontrada para a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, na segunda metade do século XIX, não impediu a formação familiar de escravos. Pelo contrário, a documentação revelou que os escravos dessa região estavam fortemente envolvidos por laços de parentesco. Certamente, fatores econômicos<sup>94</sup> ou a falta de incentivo dos senhores locais<sup>95</sup> tenha contribuído de algum modo nos baixos índices de casamento católico entre escravos. Contudo, esses índices guardam muito mais as escolhas pessoais dos escravos. Conforme observou Schwartz (Ibid, p. 318):

[...] embora os proprietários detivessem o poder máximo na determinação das oportunidades de vida e das disposições familiares dos escravos, estes não eram completamente incapazes de influenciar as decisões que afetavam suas vidas. No relacionamento senhor-escravo havia espaço para manobras. Ainda que um cativo não pudesse casar-se na Igreja sem a permissão do senhor, pois sem ela o padre não publicaria os proclamas, os escravos tinham meios de tornar conhecidos seus desejos. Bajulavam, barganhavam ou simplesmente recusavam-se a cooperar, muitas vezes defrontando-se com punição severa. Os senhores às vezes achavam mais fácil ou mais prático anuir aos desejos dos escravos do que ignorá-los.

Muitas mulheres escravizadas mantiveram relações estáveis com companheiros de cativeiros (ou até mesmo com libertos e livres) e geraram filhos. Talvez, seria esse o caso da escrava Maria, da fazenda Rio das Rãs, que batizou suas três filhas num período de seis anos:

---

<sup>94</sup> Kátia Mattoso (1992, p. 157) apresentou como justificativa para os baixos índices de casamento católico entre os escravos da Bahia o fator econômico, “[...] sobretudo nas camadas populares, as pessoas se casavam pouco, porque a cerimônia custava caro e não havia reprovação grave em relação às uniões livres”.

<sup>95</sup> Robert Slenes (1999, p. 75) identificou a falta de incentivo de senhores de Campinas pelo casamento formal de seus escravos: “Os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres. (Na amostra da matrícula de 1872, não existem uniões matrimoniais que cruzem a fronteira entre posses e há apenas alguns casamentos entre escravos e libertos; além disso, nos assentos de casamento da Igreja ambos esses tipos de união são raros.) Os senhores Campineiros não eram atípicos nesse respeito; em outras localidades para as quais existem dados, a mesma “proibição” existia. Em outras palavras, e invertendo a perspectiva, o escravo que queria casar-se pela Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge dentro da mesma posse”.

Clarismunda, em 1847;<sup>96</sup> Theresa, em 1850;<sup>97</sup> e Antônia, em 1853.<sup>98</sup> E também de Bibiana, escrava da fazenda Engenho da Roxa, que teve duas filhas gêmeas, Anna e Maria, nascidas em 1846;<sup>99</sup> outra filha, Anastácia, nascida em 1848.<sup>100</sup>

Cristiany M. Rocha (2004, p. 101), na pesquisa sobre famílias escravas em Campinas (1850-1888), constatou que várias escravas que aparecem nos assentos de batismos como mães solteiras se casaram posteriormente, várias delas, após terem batizados mais de dois filhos:

[...] o cálculo das taxas de ilegitimidade das crianças escravas baseado nos assentos de batismos nos diz muito pouco acerca da realidade vivida pelas famílias. Taís índices revelariam uma ilegitimidade formal, ou seja, do ponto de vista legal, que poderia estar muito distante da prática. Mesmo levando em conta que não é possível saber ao certo se todas as crianças tidas antes do casamento eram filhas do mesmo homem que se casa com a mãe delas, acreditamos que o mais importante é a presença desse pai ou padrasto na socialização dessas crianças.

Situação similar foi identificada nos registros de batismos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. A escrava Simplícia, da fazenda Batalha, teve um filho natural chamado Ignácio, no ano de 1844. Três anos depois, ela já havia contraindo matrimônio com Miguel, escravo de mesma propriedade. Dessa união, ela deu luz ao filho Manoel. Tudo indica que o casal Simplícia e Miguel vivia uma relação consensual que só foi legitimada após o nascimento do filho Ignácio.<sup>101</sup> Já a sua companheira de cativeiro, Iria, teve dois filhos registrados nos livros de batismo como naturais: Pedro, nascido em 1844; e Marciano, nascido em 1848. No ano de 1852, Iria aparece casada com José (escravo da fazenda Batalha). Desse relacionamento, ela teve os filhos Honório, nascido em 1852, e Vicência, nascida em 1859. Certamente, Iria e José possuía uma relação estável desde o nascimento de Pedro, que se presume ser o primeiro filho do casal.<sup>102</sup>

<sup>96</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl.98.

<sup>97</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 157.

<sup>98</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 191.

<sup>99</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 64. Ano: 1846.

<sup>100</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 133. Ano: 1848.

<sup>101</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu.

<sup>102</sup> Ibid.

A leitura aos registros eclesiásticos aponta para o não reconhecimento por parte da Igreja Católica das relações consensuais de escravos. O nome do pai só era registrado no batizado do filho se houvesse uma relação legítima com a mãe, ou seja, a Igreja precisava antes sancionar, legalizar a união, para então reconhecer a figura paterna. Desta forma, podemos depreender que apesar da ausência do pai nos documentos, em muitas ocasiões, essa ausência não se configurava na vida prática, onde crianças escravas cresciam ao lado de seus pais e das suas mães. Outros documentos oficiais seguiam os mesmos preceitos da Igreja, responsáveis por invisibilizar a figura paterna. Conforme notaram Florentino e Góes (2005, p. 214) “[...] os avaliadores de escravos só registravam o pai se esse fosse casado, como recomendavam as prescrições da Igreja Católica. Frequentemente, seguiam ao pé da letra o preceito latino *partus sequitur ventrem*.”

O silenciamento presente na documentação referente a paternidade de crianças escravas apresenta sérias limitações para apontar aspectos mais amplos dos núcleos familiares escravos, como, por exemplo, se os casais eram procedentes de mesma propriedade ou de propriedades diferentes. Ainda assim, foi possível apontar breves considerações sobre a formação de pares, tendo por base os 27 registros de uniões legítimas identificadas nos livros de batismo. A grande maioria dos casais escravos que optaram pelo casamento formal era proveniente de mesma propriedade, como o casal Roque e Camila, moradores da fazenda Carnaúbas, que tiveram pelo menos três filhos: Bernardino, nascido em 1848;<sup>103</sup> Apolônia, nascida em 1857;<sup>104</sup> e Maximiana, nascida em 1858.<sup>105</sup>

Foram identificados oito casais com uniões legitimadas compostos de escravos com livres. A vivência conjunta entre esses segmentos sociais fez aflorar laços de afetividades que resultaram em uniões sacramentadas pelo ritual católico do casamento e, depois, consolidadas pelo nascimento dos filhos. O casal Segmundo, escravo pertencente a Theodosio M. de Vasconcellos, e Antonia Soares, livre, moradores do sítio do Jucurutu, teve sua união ainda mais fortalecida com a chegada do pequeno Ermínio, no ano de 1846.<sup>106</sup> Situação similar vivenciaram Valentim, escravo, e Luisa Francisca, livre, moradores na fazenda Várzea Grande, com o nascimento do filho Tibúrcio, no ano de 1846.<sup>107</sup> E também João Damasceno e

<sup>103</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu.

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> Ibid.

<sup>106</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 40. Ano: 1846.

<sup>107</sup> Ibid.

Anna, escrava de Henrique José, moradores na vila do Urubu, com a vinda da filha Demétria, naquele ano de 1846.

Cabe destacar a trajetória de Fellipe, escravo de Maxiano Gomes, e Severiana Rodrigues, livre. Esse casal mantinha uma relação legitimada pela Igreja. No ano de 1846, esse casal, morador da fazenda Barro Vermelho, batizou dois filhos: Bartlhomeo, com dois anos de idade, que teve como padrinhos Faustino de Souza e Felisbina Pereira;<sup>108</sup> e Cristina, com três meses de idade, sendo seus padrinhos Geraldo, escravo pertencente a João Pereira, e Maria Marqueza, livre.<sup>109</sup> Certamente, o casal festejou a cerimônia de batizados dos seus filhos ao lado de amigos escravizados e livres. Com o passar dos anos, Fellipe e Severiana tiveram novos motivos para comemorar: em 1857, batizou a filha Angela, de um ano de idade, ao lado dos compadres Raimundo Alves e sua esposa Maria [?].<sup>110</sup> Esses dados reforçam, mais uma vez, a intensa relação entre escravos e livres pobres.

As fontes noticiaram apenas um casal de escravos pertencentes a diferentes senhores com união legitimada. Tratou-se de Ignácio, escravo da senhora Perpetua Úrsula das Virgens, e Secunda, de propriedade de Maria Francisca. No ano de 1846, esse casal batizou o filho, também chamado Ignácio, no sítio Paulista. Os compadres escolhidos foram Manoel Messias, pardo, casado, e Fermina Maria, parda, solteira.<sup>111</sup>

De acordo com Florentino e Góes (1997, p. 91-92), o sentimento de ser membro de uma família se estendia aos padrinhos e madrinhas, sendo possível “[...] acrescentar à rede de escravos aparentados os laços criados pelo batismo cristão.” O compadrio é uma relação de parentesco simbólico que pode “[...] revelar-nos elementos relativos às expectativas dos cativos diante da família, que não são percebidos através do parentesco consangüíneo. Isso porque envolve os mecanismos de escolha que este não possui” (ROCHA, 2004, p. 121).

As atas batismais apresentaram um número total de 256 padrinhos e madrinhas, entre escravos e livres. Desses, os padrinhos constituíam-se em 86% de homens livres e 12,8% de escravos; as madrinhas, 75,3% de mulheres livres, 16,8% eram mulheres escrava e 1,5% de libertas, conforme se pode visualizar na tabela 6 (abaixo).

<sup>108</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 80. Ano: 1847.

<sup>109</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 79. Ano: 1847.

<sup>110</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 251. Ano: 1855.

<sup>111</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 33. Ano: 1846.

Tabela 6 – Padrinhos e madrinhas de escravos da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1844 – 1860

<b>Estatuto jurídico</b>	<b>Padrinho</b>		<b>Madrinha</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Livre	220	86,0	193	75,3
Escravo (a) de outro proprietário	20	7,8	10,0	4,0
Escravo (a) de mesmo proprietário	13	5,0	33,0	12,8
Liberto (a)	0	0	4,0	1,5
Indeterminado (a)	3	1,1	16,0	6,3
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>99,9</b>	<b>256</b>	<b>99,9</b>

Fonte: Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

As fontes revelaram que a grande maioria dos escravos optou por pessoas livres no momento de batizar os seus filhos. Os livres, em sua maioria, foram descritos como pardos. Muitos deles viviam como agregados nas fazendas pecuaristas e conviviam dia a dia com escravos, compartilhando dificuldades e arranjos de sobrevivência. As madrinhas e os padrinhos identificados como brancos totalizaram-se em 12, desses, foram assinalados três casos de compadrio envolvendo senhor ou seu parente<sup>112</sup>, como, por exemplo, no batizado de Joaquim, filho legítimo de “Joaquim já defunto e Desidera”, que teve como padrinho o seu senhor, o capitão João Pio de Sousa, proprietário da fazenda da Esperança.<sup>113</sup> No geral, os estudos sobre essa temática apontam pouquíssimos casos de compadrio de escravo com o seu senhor.<sup>114</sup> Por outro lado, indicaram que a grande maioria dos escravos procurava conferir o batizado de seus filhos àqueles de condição jurídica e social superior a sua, visando conseguir barganhas e proteção nos momentos de tensão. Talvez, fosse esse o caso da liberta Emereciana, ex-escrava da fazenda Batalha, ao escolher como compadre e comadre Venceslão José da Costa e Maria Magdalena, livres, visando garantir proteção à Luisa de 11 meses, sua

<sup>112</sup> Do total de padrinhos e madrinhas assinalado nas atas de batismo 67% não mencionam à cor, dos 33% restantes, 21% eram pardos, 7% brancos e 5% crioulos.

<sup>113</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 150. Ano: 1849.

<sup>114</sup> Schwartz e Gudeman (1988), na pesquisa sobre o compadrio escravo no Recôncavo da Bahia (1780), indicaram a raridade de apadrinhamento de escravos por seus senhores, afirmaram ainda que havia a incompatibilidade entre propriedade escrava e parentesco espiritual, daí mantê-los separados. Dessa forma, esses autores questionaram a existência de relações paternalistas entre senhores e escravos.

pequena filha condenada ao jugo do cativo, naquele ano de 1848.<sup>115</sup> Preocupação semelhante observou-se nos casos dos “pais hoje libertos” Eufrásio Moreira e Sabina Pereira ao escolher Pantaleão Medico, pardo, solteiro, e Alberta Lopes, casada, para apadrinhar o filho Delfino, criança escrava da fazenda Volta.<sup>116</sup>

Os dados indicaram 7,8% de compadrio envolvendo escravos de propriedade diferentes. Confirmam que as redes de convívio ultrapassavam as fronteiras das fazendas, como já fora sinalizado. Revelam ainda a mobilidade de escravos entre as diferentes fazendas, arraiais e vila do Urubu. Certamente, muitos deles compartilhavam os mesmos espaços improvisados de diversões e festejos religiosos.

Florentino e Góes (2005, p. 215-216) na pesquisa sobre o compadrio escravo no Rio de Janeiro oitocentista, apontaram o volume da posse escrava como um fator considerável na escolha de comadres e compadres escravos: “Nos plantéis menores, a maior parte dos padrinhos escravos pertencia a outro senhor; nos maiores se dava o inverso, isto é, os escravos aí reunidos buscavam padrinhos entre eles mesmos”. Analisando duas fazendas escravistas em Campinas, Cristiany Rocha (2004, p. 122) identificou resultados semelhantes, com predominância do compadrio interpropriedade para a fazenda de menor número de escravos, por possuir menores opções de escolha.

Possa ser que o tamanho da posse escrava tenha influenciado de alguma maneira nas decisões dos escravos em estabelecer relações de apadrinhamentos com escravos de outras propriedades. Contudo, dada a mobilidade presente na vida dos escravos do sertão do São Francisco, o compadrio interpropriedade revela, sobretudo, a manutenção de vínculos de amizade ou, até mesmo, de parentesco entre escravos dispersos por diferentes fazendas e sítios. Assim fez Demétria. Essa escrava, pertencente a João José Nepomuceno, moradora na fazenda Riacho de Santo Onofre, no momento de batizar a sua pequena filha Tertuliana, de um ano de idade, escolheu como comadre a sua mãe Maria, escrava de outra propriedade (pertencente a Victorina da Silva).<sup>117</sup>

Essa mobilidade escrava reflete ainda certa autonomia conquistada dentro do espaço delimitado do cativo. Conforme Hebe Mattos (1998, p. 65): “Também para os escravos, a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativo parece ter dependido, em grande

<sup>115</sup> Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 97. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Ano: 1848.

<sup>116</sup> Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 55. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Ano: 1846.

<sup>117</sup> Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 97. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA, fl. 26. Ano: 1845.

parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região”.

A escolha de companheiros de cativo no interior de uma mesma propriedade representou para os padrinhos 5% e para as madrinhas 12,8% dos dados, indicando o fortalecimento dos laços intra-grupo e da vida comunitária. Merece destaque a escrava Josefa, da fazenda Rio das Rãs, sendo a mais recorrida entre os companheiros, batizando no intervalo de sete anos, três crianças: Luís, em 1846<sup>118</sup>; Silvério, em 1846<sup>119</sup>; e Noberta, em 1853<sup>120</sup>. O escravo Victor (Rio das Rãs) aparece em três registros; em dois, com relação de compadrio com os companheiros de mesma propriedade – as escravas Fecunda<sup>121</sup> e Izabel<sup>122</sup> –, e no terceiro, estabelecendo compadrio com escravos da fazenda Batalha.<sup>123</sup>

Livres também optaram por escravos no momento de batizar os seus filhos. Foram identificados 44 registros de pessoas livres que tiveram padrinho e/ou madrinha escravo (a). Desse número, havia o total de 29 padrinhos escravos e 15 madrinhas escravas. Jorge, escravo da fazenda Curralinho, batizou os dois filhos do casal Bartholomeo Correia e Maria de Souza: Francisco, crioulo, no ano de 1847;<sup>124</sup> e Domingos, cabra, no ano de 1848.<sup>125</sup> Cabe ainda ressaltar o caso do escravo Francis, pertencente a Joaquim Teixeira de Araújo (fazenda Batalha), que se deslocou até a Igreja Matriz do Urubu para apadrinhar José, filho de Theodoro Ferreira Lopes e Maria Sancha de Araújo.<sup>126</sup> A referência à cor dos filhos de Bartholomeo e Maria, assim como os sobrenomes Maria **de Souza** e Maria Sancha **de Araújo** sugerem resquícios de uma condição escrava no passado, além da possibilidade dessas mulheres, após a conquista de suas alforrias, terem adotado o sobrenome de seus respectivos

---

<sup>118</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 56.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 191. Ano: 1853.

<sup>121</sup> Ibid.

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 97. Ano: 1848.

<sup>124</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 69. Ano: 1847.

<sup>125</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 107/108. Ano: 1848.

<sup>126</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 190. Ano: 1853.

ex-senhores, Antônio **de Souza** Spínola e Joaquim Teixeira **de Araújo**.<sup>127</sup> De acordo com Stuart Schwartz (1988, p. 327):

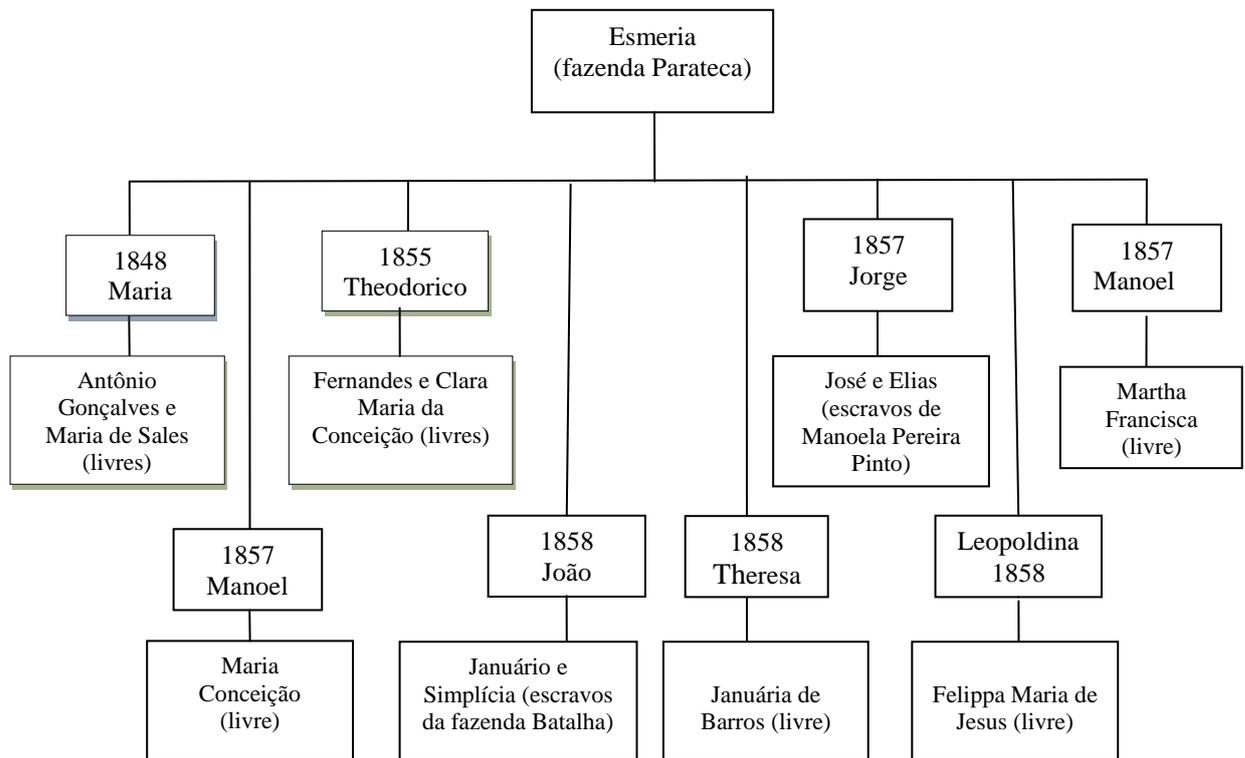
Obviamente a aquisição da liberdade ou alforria era um evento que levava à adoção de um sobrenome. Em certo sentido, o sobrenome simbolizava a condição social de livre, porém não inteiramente. Alguns escravos, crioulos e pardos em particular, tinham sobrenomes. Tanto para cativos como para forros, o comum era receber o sobrenome do proprietário ou ex-proprietário.

Se essa possibilidade estiver correta, talvez a escolha dos escravos Jorge e Francis como compadres de Maria de Souza e Maria Sancha de Araújo, respectivamente, se relacione a algum grau de parentesco consanguíneo e/ou aos laços de afetividade constituídos ainda no convívio no cativo.

Chamaram atenção também os laços de compadrio estabelecidos por Esmeria, escrava pertencente ao capitão Manoel Pereira Pinto, dono da fazenda Parateca. No ano de 1848, ela foi madrinha de Maria, filha legítima do casal de livres, Antônio Gonçalves e Maria de Sales. Em 1855, apadrinhou Theodorico, filho de Fernandes e Clara Maria da Conceição, livres. Já no ano de 1857, Esmeria aparece descrita como liberta, revelando a conquista de sua carta de alforria. Mesmo na condição de liberta, ela continuou morando na fazenda Parateca. Naquele mesmo ano, Esmeria foi convidada pelos escravos José e Elias, pertencente à Manoela Pereira Pinto (filha do seu antigo senhor), para ser a madrinha de Jorge. E também para batizar as seguintes crianças: Manoel, filho de Felippa Maria (livre), e Manoel, filho de Martha Francisca (livre). No ano seguinte, Esmeria dirigiu-se à fazenda Batalha para apadrinhar João, filho legítimo do casal Januário e Simplícia, escravos daquela propriedade. Ainda em 1858, essa liberta batizou Theresa, filha de Januária de Barros, e também à Leolpoldina, filha de Maria Conceição (ver figura 3).

---

<sup>127</sup>Walter Fraga Filho (2005, p. 295) identificou, na pesquisa sobre trajetórias de escravos e ex-escravos no Recôncavo baiano (1870-1910), que alguns ex-escravos incorporaram os sobrenomes dos seus antigos senhores. Ver também: Florentino e Machado (2000, p. 62-63).

Figura 3 – Laços de compadrio de Esmeria (1848-1858)<sup>128</sup>

Os laços de compadrio envolvendo Esmeria evidenciam que ela foi bastante querida e respeitada na comunidade em que vivia. A sua rede de relação extrapolou os limites do cativeiro, que outrora vivera, e da propriedade em que morava. Livres e escravos buscaram estabelecer e/ou fortalecer os vínculos de amizade e consideração com aquela liberta. Tais vínculos foram constituídos no seio da comunidade escrava em que ela fazia parte, mesmo após ter conquistado a sua carta de alforria. Outro dado notificado nessa trajetória revelou possíveis contatos dessa liberta com os familiares de seu antigo senhor, visto que seus afilhados tiveram como padrinhos membros daquela família senhorial.

As fontes eclesiásticas descortinaram sociabilidades entre parentes e vizinhos e sugeriram aproximações nas lidas diárias, nos momentos de diversões e nas solenidades religiosas, como na realização dos ritos sacramentais (batismos e casamentos) nas pequenas capelas das fazendas e Igrejas dos arraiais e vila do Urubu. Se, por um lado, foi importante para os escravos formar alianças com pessoas de *status* social mais alto, devido a “[...] necessidade num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos seus filhos” (SLENES, 1997, p. 271), por outro, o parentesco ritual também fora

<sup>128</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

utilizado para estreitar os laços com companheiros de cativeiros (muitas vezes dispersos por outras fazendas), libertos e livres pobres (ou até mesmo com ricos). Essas redes de convívio foram imprescindíveis para os arranjos da sobrevivência nos sertões baianos, sobretudo, frente a um contexto de crise e sob a ameaça do tráfico interprovincial que tanto desestruturou a vida familiar e social desses sujeitos, conforme veremos a seguir com a trajetória de Noberta.

### 2.3 TRÁFICO INTERPROVINCIAL E FAMÍLIA: NOBERTA E FILHOS

[...] fugira a escrava Noberta, em março deste anno, quando aqui cheguei soube que a fuga da escrava para a casa do Major Olegario foi em consequencia de ter o capitão Gualter contratado venda da mesma escrava e seus filhos com o negociante de nome Augusto, que aqui esteve, não chegando a realizar o contrato por causa da fuga da dita escrava, sendo d'esta data, que apareceu a noticia de se acharem forras por Dona Maria Joaquina, partindo tal noticia da casa do mesmo Major.<sup>129</sup>

Assim declarou uma das testemunhas do processo cível, datado de 1875, movido pelo capitão José Marinho Cavalcante contra Noberta e seus dois filhos, Maria e Francisco. Essa ação buscou anular as cartas de alforria passadas por D. Maria Joaquina, esposa do capitão Antônio Gualter Guimarães, proprietária dessa família escrava. A passagem transcrita informa sobre a fuga de Noberta com seus filhos para a casa do major Olegário Pereira Pinto Liberal, irmão de sua proprietária, buscando com esse ato evitar aquela transação com o negociante Augusto. E conseguiu, pois a transação de compra e venda não foi efetivada. Esse episódio ocorreu antes da citada ação cível. Mas essa tentativa de venda da família de Noberta para o negociante Augusto não fora a única empreendida pelo capitão Gualter. Meses depois do ocorrido, ele negociou novamente a família de Noberta, vendendo-a para o capitão José Marinho Cavalcante. Antes do desenrolar dessa nova transação de compra e venda e do drama de Noberta para tentar assegurar sua liberdade pessoal e familiar, vejamos brevemente um pouco de sua trajetória.

Noberta nascera em julho de 1848, filha natural de Catharina, escrava pertencente ao capitão Manoel Pereira Pinto, um dos mais ricos fazendeiros da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Além de Catharina e sua filha, o capitão Manoel possuía 21 escravos distribuídos entre suas fazendas Parateca e Pituba. Provavelmente, Noberta não fora a única filha de Catharina. Supõe-se que, dentre os demais escravos arrolados no inventário, deveria

---

<sup>129</sup> APB. Seção Judiciário. Apelação cível. Autor: José Marinho Cavalcante. Réu: Noberta e seus filhos menores, Maria e Francisco. Classificação: 60/2142/03. Ano: 1875.

haver algum irmão, dado o número de nove crianças com idade de até 12 anos inventariadas. A pequena Noberta foi batizada naquele mesmo ano, em ato de “desobriga na Capella de Santa Anna do Arraial de Parateca”. Teve como padrinhos um casal de livres, João Rodrigues Borges e a esposa deste, Antônia Pereira de Magalhães.<sup>130</sup>

Com o falecimento de D. Lina Ferreira de Magalhães, esposa do capitão Manoel, ocorrido em 1851, os bens do casal (avaliados em Rs. 12:744\$880) foram partilhados entre o viúvo e seus sete filhos: Bernardo, Olegário, Joaquim, Luís, Anna, Manuela e Maria Joaquina. Nessa divisão de bens, Catharina, descrita como “criolla, de idade de quarenta annos”, foi partilhada entre cinco herdeiros. Já Noberta, que nessa data tinha apenas três anos de idade, foi herdada pela filha caçula do casal, Maria Joaquina, com 12 anos de idade, juntamente com Joana, de nove anos.<sup>131</sup> Não seria demasiado supor possíveis convivências infantis entre Noberta e Maria Joaquina.

A historiografia sobre família escrava tem demonstrado que a estabilidade da vida familiar estava diretamente relacionada ao tempo de vida dos proprietários. Segundo Sidney Chalhoub (1990, p. 111), no momento de morte do senhor, os escravos sentiam-se ameaçados:

Mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades.

Contudo, análises recentes demonstram que nem sempre a morte do proprietário e a divisão de seus bens significaram a desestabilização da vida familiar escrava, o resultado dependia da especificidade de cada unidade escravista.<sup>132</sup> No caso da posse escrava do capitão Manoel Pereira Pinto, tratou-se de uma divisão que ocorreu muito mais no plano judicial que na vida prática. É certo que Noberta continuou a viver em companhia de sua mãe e também de outros escravos, visto que a administração da grande maioria dos bens continuou sob a responsabilidade do capitão Manoel P. Pinto, como tutor dos filhos menores, incluindo a herdeira de Noberta, Maria Joaquina. Todavia, com a partilha de bens o destino dessa escrava atrelou-se ao de sua nova proprietária.

<sup>130</sup> Livro de registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 98. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA.

<sup>131</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Lina Ferreira de Magalhães. Classificação: 03/1290/1759/04. Ano: 1851.

<sup>132</sup> Sobre os estudos das relações familiares e suas estabilidades, ver dentre outros: Freire (2009), Rocha (2004), Motta e Valentim (2002), Slenes (1999) e Florentino e Góes (1997).

Maria Joaquina uniu-se em matrimônio, em 1858, com Antônio Gualter Guimarães, um jovem rico que herdara, dez anos antes, com o falecimento de sua mãe, Rosa Felismina de Jesus, o monte-mor de Rs. 19:220\$830, distribuídos principalmente em escravos, terras, gado *vacum* e *cavalar*, incluindo a fazenda Santo Antônio<sup>133</sup>. Esse casamento ocasionou certas mudanças na vida de Noberta. A partir desse momento, essa escrava deixou a fazenda Parateca, onde nascera e vivera até aquele momento de sua vida, para morar em companhia de sua senhora, na vila do Urubu. Quando isso ocorreu, Noberta tinha dez anos de idade.

Os anos passaram... Em 1875, Noberta já havia constituído uma família. Nessa data ela contava com os seus 27 anos e tinha dois filhos, Maria, de oito anos, e Francisco, de nove anos. Infelizmente não foi possível obter, na pesquisa documental, informações sobre o companheiro de Noberta e saber se ambos mantinham uma relação consensual estável.

Aquele ano foi decisivo para a vida de Noberta. Um cativoiro ainda mais cruel ameaçava desestabilizar toda a sua família. Os vestígios desse drama vivenciado por ela foram reconstituídos a partir do processo de apelação cível, movido pelo senhor José Marinho Cavalcante, com a seguinte justificativa:

Diz o capitão José Marinho Cavalcante [...], negociante e residente nesta villa, que tendo comprado ao Capitão Antônio Gualter Guimarães tão bem morador nesta villa as escravas Noberta e seus filhos menores Maria e Francisco acontece que dias depois de comprados os mesmos escravos appresentão-se em Juizo cartas de liberdade que se diz passadas por D. Maria Joaquina Guimaraes [...].<sup>134</sup>

Nota-se do documento que se trata de uma ação pela anulação das cartas de alforria de Noberta e seus dois filhos, Maria e Francisco, como já fora mencionado. Sua proprietária, D. Maria Joaquina, concedeu alforria para toda a família em junho de 1874. Contudo, essas cartas de liberdade só vieram a ser registradas em setembro de 1875, na Vila de Carinhanha, em “cujo termo se achava a mesma D. Maria Joaquina, em casa de seu irmão o Major Olegario Pereira Pinto, tratando-se a expensas do mesmo de seus incommodos de saúde.”<sup>135</sup> As cartas foram concedidas sob condição: Noberta e sua filha Maria, “gosaram de sua liberdade depois da morte de meu marido”, e Francisco, “gosará de sua liberdade depois de minha morte”.<sup>136</sup>

<sup>133</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848. Documentação não catalogada. O capítulo 3 deste trabalho apresenta uma abordagem específica sobre a vida escrava na fazenda Santo Antônio, ao analisar a trajetória do escravo vaqueiro Braz.

<sup>134</sup> APB. Seção Judiciário. Apelação cível. Autor: José Marinho Cavalcante. Réu: Noberta e seus filhos menores, Maria e Francisco. Classificação: 60/2142/03. Ano: 1875.

<sup>135</sup> Ibid.

<sup>136</sup> Ibid.

Como sugere Maria de Fátima N. Pires (2009, p. 44), “[...] o tráfico ampliou as necessidades de acordos entre escravos e senhores”. Nesse sentido, após ter conhecimento de sua venda e de seus filhos, Noberta buscou auxílio junto à sua senhora e a proteção do irmão desta, o major Olegário P. Pinto Liberal, dirigindo-se para a fazenda Capim de Raiz, no termo de Carinhanha, “distante desta Villa [Urubu] mais de 20 legoas”. Certamente, o trajeto que ligava esses dois lugares era bastante conhecido por Noberta, uma vez que ela sempre acompanhava sua senhora nas viagens constantes que esta fazia à casa do irmão. A permanência dessa família na fazenda Capim de Raiz ocorreu entre os meses de maio e agosto de 1875.

A decisão de buscar refúgio junto ao major Olegário demonstra que Noberta tinha conhecimento de que D. Maria Joaquina, por si só, não teria condições de protegê-la dos planos de venda do seu esposo, Antônio Gualter. Depreende-se dos autos que Noberta contou em sua fuga com a ajuda de pessoas próximas, visto o tempo que demandava uma viagem de mais de vinte léguas ao lado de duas crianças.

Talvez as cartas de alforria tenham sido um caminho encontrado por D. Maria Joaquina, com anuência de seu irmão, o major Olegário, para tentar garantir a permanência de Noberta e seus dois filhos na fazenda, evitando que o seu marido, Gualter, os vendesse como já havia tentado anteriormente. Essa atitude demonstra, por um lado, que D. Maria Joaquina buscou preservar a família de Noberta, evidenciando sua consideração pela escrava, a quem vira nascer e que herdara ainda criança. Expressão de gratidão por todos os anos de serviços e de companheirismo que Noberta dedicou a ela. Por outro lado, pode significar que esta senhora buscou poupar os bens do descontrole financeiro do marido, conforme declaração do auto cível, que apontou como motivo maior para o capitão Gualter Guimarães vender a família de Noberta: “satisfazer seus credores com os quaes se acha bastante complicado [...]”.

Todavia, as alforrias não serviram de empecilho para que o esposo de D. Maria Joaquina, Antônio Gualter, efetuasse a venda dos referidos “libertos”. Nos autos, a escritura de compra e venda de Noberta e seus filhos data de maio de 1875. Após a compra, o senhor José Marinho Cavalcante passou procuração para Constantino Gonçalves Castanheira, concedendo plenos poderes para que esse procurador efetuasse a venda daquela família em “qualquer parte ou província” do Brasil. Assim, eles foram enviados, no início de setembro, para a Barra do Rio Grande, onde ficaram sob a posse do referido procurador.

Constantino Gonçalves Castanheira fora um dos sócios da firma Castanheira, Santos e Monteiro<sup>137</sup>, que atuava no comércio de escravos entre o sertão do São Francisco e Minas Gerais, durante as décadas de 1860 e 1870. O procurador dos “libertos”, Manoel Joaquim, apontou o senhor Castanheira como “comprador de escravos da Província de Minas Geraes”.<sup>138</sup> Uma folha avulsa encontrada junto ao acervo documental da comarca do Urubu demonstra que o outro sócio dessa firma, o senhor Francisco Gonçalves dos Santos, que era tio de Castanheira, residia na vila do Bom Sucesso, província de Minas Gerais. Certamente José Marinho Cavalcante comprava os escravos no termo do Urubu e adjacências e os emitia, por meio de procuração, aos sócios da referida firma, que se responsabilizavam por efetuar a venda dos escravos na província de Minas ou até mesmo de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Slenes (1986 *apud* Reis, 2007, p. 45), indivíduos como José Marinho Cavalcante e Constantino G. Castanheira atuavam como negociantes intermediários, cada um dos quais

[...] comprava o escravo do vendedor e o vendia depois ao comprador final, quando não a outro mercador. Nesse caso, não se costumava fazer escritura de compra e venda para cada transação efetuada: disfarçava-se a transferência de posse para um negociante intermediário com uma procuração, conferindo a este pleno poder para vender o escravo, onde e quando quisesse.

Quando foi intimado pelo juiz de Barra do Rio Grande a entregar os escravos que estavam sob a sua posse, o senhor Castanheira negou-se a entregá-los com a justificativa de que não fora ele o comprador e sim o procurador responsável pela venda dos escravos. Sua declaração demonstra que ele atuava no mercado de escravos. Isso fica claro, sobretudo, na sua afirmação de que a procuração passada pelo capitão Cavalcante lhe conferia plenos poderes para “vender os ditos Escravos em qualquer parte ou Provincia do Imperio como constava ou mostrava de seos documentos”.<sup>139</sup>

Após a venda e transferência de Noberta e seus filhos para Barra do Rio Grande, D. Maria Joaquina, com o apoio do irmão, o major Olegário, apresentou na Justiça as referidas cartas de alforria, alegando que aquela família se encontrava em cativeiro ilegal. Com isso, o juiz da comarca do Urubu emitiu uma carta precatória para o juizado de Barra do Rio Grande, solicitando o retorno dos alforriados. A precatória foi aceita. Assim os “libertos” retornaram

<sup>137</sup> Não se pode precisar se a referida firma fora matriculada na província de Minas Gerais ou na Bahia.

<sup>138</sup> APB. Seção Judiciário. Apelação cível. Autor: José Marinho Cavalcante. Réu: Noberta e seus filhos menores, Maria e Francisco. Classificação: 60/2142/03. Ano: 1875.

<sup>139</sup> Ibid.

para a vila do Urubu e o major Olegário Pereira Pinto Liberal foi nomeado como seu depositário até a decisão final do processo.

Na disputa judicial, o capitão José Marinho Cavalcante buscou argumentar de várias maneiras para assegurar a posse da família de Noberta. Certamente, ele já a havia negociado com o traficante Constantino Castanheira. Daí todo seu empenho em defender a posse sobre os referidos “libertos”, pois isso significava defender ganhos e lucros previamente acertados. Um dos argumentos usados pelo autor do processo foi apontar que D. Maria Joaquina, “a um anno para dois [...] infelismemente tem soffrido constantemente alteração em suas faculdades intellectuaes”.<sup>140</sup> Nessas condições, os seus atos não teriam validade jurídica.

A resposta dada pelo curador dos réus em relação ao estado da saúde mental de D. Maria Joaquina evidencia que ela vivia num casamento que lhe acarretava grandes infelicidades:

P. que D. Maria Joaq<sup>na</sup> ha 3 ou 4 annos que soffre graves encommodos de saude, provenientes da devassidão de seu marido, e do mesmo trato que este lhe tem dado, o que a tem tornado triste e melancólica; mas não em estado de não ter consciência de seus actos e tanto é certo que durante o período de sua longa moléstia, tem assignado Escrip<sup>ta</sup> de venda de bens de raiz, feitas por seo marido, e ha bem pouco tempo a Escrip<sup>ta</sup> de venda de uma morada de casa nesta V<sup>a</sup>, sendo obvio q estando D. M<sup>a</sup> Joaquina no estado que allega o A., ninguem certamente compraria taes bens.<sup>141</sup>

O curador, Manoel Joaquim, apontou na defesa de Noberta que o capitão Cavalcante só efetuou a compra após conversar com o advogado Aristides de Souza Spínola sobre a proposta da ação cível:

[...] diremos que as cartas de liberdade forão legalmente passadas e constão dos autos. [...] que o A. [autor] quanto efetuou a compra dos libertos não ignorava a existência das alludidas cartas, tanto assim que só depois de animado por uma proposta que a respeito fez ao D<sup>or</sup> Spinola effetuou a compra dos mesmos libertos; sabendo porem que o Major Olegario protegia a causa desses infelises, se dirigio d'esta Villa em companhia do Dr. Lopes a casa do mesmo Major Olegario, e ali disse que abria a mão deste negocio, e que iria tratar de ser pago com os recursos que disposesse seu devedor Capitão Gualter. E com effeito, regressando o A. [autor] a esta Villa tratou de comprar os escravos Sebastião e Anna como consta do doc. junto, os quaes escravos até hoje existem em poder do vendedor Capitão Gualter; o que prova a combinação feita entre elle e a A., isto é, de propor o A. a presente ação.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> APB. Seção Judiciário. Apelação cível. Autor: José Marinho Cavalcante. Réu: Noberta e seus filhos menores, Maria e Francisco. Classificação: 60/2142/03. Ano: 1875.

<sup>141</sup> Ibid.

<sup>142</sup> Ibid.

Este registro aponta que o capitão Cavalcante tinha conhecimento acerca das cartas de alforria, mas ainda assim efetuou a compra de Noberta e seus filhos. Nota-se que ele procurara o major Olegário para dizer que abriria mão da compra, visto que o mesmo major “protegia” a causa dos referidos “libertos”. A afirmativa do capitão de que “abria mão deste negócio”, fez com que o major Olegário enviasse Noberta e seus filhos de volta à casa de Antônio Gualter. Este logo encaminhou a referida família para o capitão Cavalcante.

Como visto, Cavalcante não concretizou o que havia prometido e efetivou a compra da família de Noberta. Ainda comprou outros dois escravos, os irmãos Anna, parda, 16 anos, e Sebastião, cabra, 13 anos, pelo valor de Rs. 1:600\$000, conforme escritura de compra e venda anexa ao processo.

O procurador de José Marinho Cavalcante, Martinho Pereira Passos, justificando a compra dos escravos Anna e Sebastião, confirmou a participação desse capitão no tráfico interprovincial de escravos: “[...] podia percorrer os cartórios e ver que o A. [autor] compra constantem<sup>te</sup> escravos, e talvez não seja som<sup>e</sup> estes de que fallou, que tenha comprado ao capitão Gualter pois continuamente vende escravos como é público nesta Villa”.<sup>143</sup>

Essa declaração afirma que o capitão José Marinho Cavalcante fora um negociante de escravos que atuou fortemente na vila do Urubu e circunvizinhança. Como visto, Noberta e seus filhos, Francisco e Maria, não foram os únicos a enfrentarem a ameaça do tráfico interprovincial, havendo muitos outros, como os irmãos Sebastião e Anna. Esse senhor comprava escravos de proprietários locais, especialmente daqueles com dificuldades financeiras, como fora o caso de Antônio Gualter Guimarães, e os remetia para a província de Minas Gerais através de procurações passadas a alguma firma envolvida nesse tipo de comércio, como no caso da firma Castanheira, Santos e Monteiro. Contudo, não se pode precisar se o destino final de homens, mulheres e crianças traficadas fora mesmo Minas Gerais, podendo ter sido esta província um lugar de passagem com o destino para São Paulo ou Rio de Janeiro.

A declaração do médico Dr. João Lopes Rodrigues, que acompanhou o negociante José Marinho Cavalcante à casa do major Olegário P. Pinto Liberal, evidencia o real motivo de esse capitão ter levado adiante a compra da família de Noberta:

[...] em dias de agosto do corr<sup>e</sup> anno, logo dep<sup>s</sup> da festa do Bom Jesus, q. foi no dia 6, tendo vindo do Urubu em comp<sup>a</sup> do Snr Cap<sup>m</sup> Jose Marinho Cavalcante e chegando à casa do Snr Major Olegario Per<sup>a</sup> Pinto Liberal, ali disse o primeiro ao segundo q. se havia comprado a escrava Noberta e seos dous filhos ao Cap<sup>m</sup> Gualter, apesar de alforriadas p<sup>r</sup> sua senhora, era p<sup>r</sup> q. o

---

<sup>143</sup> Ibid.

D<sup>or</sup> Aristides Spinola lhe tranquilizara, dizendo q. a carta passada p<sup>r</sup> mulher casada era nulla.<sup>144</sup>

Como sinalizado, o advogado Dr. Aristides Spínola garantira ao senhor Cavalcante que as cartas de liberdade passadas por D. Maria Joaquina à família de Noberta não teriam validade judicial.

Baseado num julgamento moral e religioso, o juiz da comarca do Urubu, Joaquim Mello Rocha, proferiu, em três de junho de 1876, a seguinte conclusão da ação cível:

**Julgo procedente a ação do Autor, e portanto lhe reconheço o direito de chamar a seu captiveiro a ré Noberta e seus filhos Maria e Francisco,** que pela sua parte ficão obrigados as consequências de sua condição escrava. [...] Considerando que tanto não tem a mulher casada a posse e administração dos bens do casal e por conseguinte não pode delles dispor, que só por morte do marido. [...] **Considerando ainda que tanto pelas leis divinas, como humanas, a mulher está sujeita ao marido e lhe deve obediência e sujeição,** que [?] se fosse licito a'ella por e dispor dos bens do casal sem expresso consentimento do marido, traria a desordem e desharmonia entre os cônjuges.<sup>145</sup>

A Justiça não reconheceu D. Maria Joaquina como legítima proprietária de Noberta e seus filhos. Quando ela se casou, em “carta de metade” com o capitão Antônio Gualter, o direito de posse e administração de todos os bens recebidos de herança materna e paterna foi transferido para o marido. Desse modo, não bastou àquela senhora ter herdado Noberta, com o falecimento de sua mãe, quando ela ainda era uma criança. Seu desejo de alforriar a família dessa escrava, ainda que sob condição, não fora compartilhado por seu marido, que achou mais lucrativo vendê-la para um traficante de escravos. Desse modo, numa sociedade marcadamente autoritária e patriarcal, prevaleceu, perante a Justiça, a vontade daquele que seria o “cabeça do casal”, ou seja, o marido.

O curador, Manoel Joaquim, apelou da sentença junto à Relação Superior da Bahia. Contudo, esta instância superior confirmou o veredicto apresentado pelo juiz da comarca do Urubu. Essa decisão selou o destino de Noberta e seus filhos, Maria e Francisco, junto ao tráfico interprovincial. Contudo, esse curador, em meio aos argumentos proferidos em defesa dos réus, declarou sua indignação quanto ao comércio interno de escravos que havia “afluído em nossos sertões”:

**Pq. que o copioso e abusivo costume de dar-se procurações (e muitas vezes particulares) para a venda de escravos aos negociantes de tão odioso trafico, os quaes ultimam<sup>te</sup> tem afluído em nossos Sertões,** vindos da Provincia de Minas Geraes, tem por muitas vezes sido a causa de

<sup>144</sup> Ibid.

<sup>145</sup> Ibid.

equivocos, questões e monopólios, em prejuízo particular, e sempre em excessivo escândalo aos Direitos da Fazenda N<sup>al</sup> [Nacional].<sup>146</sup>

Essa declaração do curador, Manoel Joaquim da Silva Leão, não foi aleatória. Trata-se de uma declaração elaborada por alguém que tinha muito conhecimento acerca da legislação sobre a escravidão e de seus desdobramentos no contexto regional. Esse curador já havia, nesse período, ocupado o cargo de juiz municipal da comarca do Urubu. Buscou naquele momento denunciar mecanismos escusos do tráfico, que tantos prejuízos trouxeram aos cofres públicos.

Depreende-se dos autos que o maior desejo de Noberta fora permanecer unida aos seus entes queridos (filhos e talvez o seu companheiro), no lugar onde nascera e vivera até aquele momento de sua vida, pois ali estavam fincadas suas raízes familiares, seus laços de afetividade e de amizade. Ser arrancada daquele lugar significou deixar para trás toda a sua história de vida, com as tristezas e também alegrias vivenciadas ao longo de sua trajetória. Havia ainda a incerteza do que viria e, mais ainda, não dispunha de nenhuma garantia de que ela e seus filhos, Maria e Francisco, permaneceriam juntos. Apesar de a Lei do Ventre Livre (1871) proibir separação de pais e filhos com menos de 12 anos de idade, essa prerrogativa nem sempre fora respeitada pelos negociantes de escravos. Como explicitou Eivaldo Fagundes Neves (2000, p. 118):

Os traficantes internos se revelaram astuciosos na burla das leis e do fisco, negociando menores de 12 anos sem a companhia materna, como determinava a Lei do Ventre Livre, de 1871, alegando orfandade ou filiação desconhecida; informando preços inferiores, sob o argumento dos escravos serem doentes; comercializando cativos matriculados em outras províncias após a Lei dos Sexagenários, com a justificativa de adquiri-los para a venda antes desse dispositivo legal.

Rômulo Andrade (1998, p. 102), ao analisar se havia um mercado de famílias escravas em Juiz de Fora e Muriaé (Zona da Mata Mineira), através do levantamento dos registros de compra e venda de escravos das referidas regiões, entre os anos de 1860 e 1887, pontuou que, “[...] num momento em que a lei, embora com limitações, favorecia a unidade familiar, ainda assim o que se viu foi o uso de expedientes para burlar a norma legal e um número significativo de casais negociados sem os filhos e filhos negociados sem os pais”. Este autor indicou que 22% dos escravos foram negociados junto aos seus familiares e 78% sofreram o ônus da separação.

---

<sup>146</sup> APB. Seção Judiciário. Apelação cível. Autor: José Marinho Cavalcante. Réu: Noberta e seus filhos menores, Maria e Francisco. Classificação: 60/2142/03. Ano: 1875.

Maria de Fátima Novaes Pires (2009, p. 44) identificou, para o alto sertão da Bahia, que “um número considerável de escravos foi vendido desacompanhado, desbaratando famílias, laços, amizades...”.

Crianças, entre 8 e 12 anos, foram apartadas de seus pais, parentes e amigos: “Manoel, preto, com 12 anos; Maria, preta, com 12 anos, filhos gêmeos da escrava Constança, preta, hoje liberta condicionalmente, por 1:500\$000”. Outras mais, como Sebastiana, nascida em 1868, tinha calculados 10 anos quando foi apartada de sua família (“cuja mãe é liberta”) para ser comercializada em São Paulo (Ibid, p. 43).

Neves (2000, p. 116) pontuou algumas das possíveis motivações para a participação considerável de crianças cativas no tráfico interprovincial:

Pode-se explicar parcialmente essa escolha da mão-de-obra infanto-juvenil também por consequência da “Lei do Ventre Livre”, que mantinha o filho menor unido a sua mãe, menor preço das mulheres e de cativos nessas faixas etárias, devido ao emprego nas colheitas de café e até pela perspectiva de se proteger a extinção gradual da escravidão.

Pires (2009, p. 44) observou, noutros casos, famílias inteiras sendo vendidas, como fora o caso de Noberta e seus dois filhos, Maria e Francisco:

Famílias inteiras foram “negociadas”, mas não se pode precisar se continuaram integradas no destino de suas vendas. Muitos senhores, talvez temendo revoltas e buscando evitar maiores complicações, negociavam todos os membros de uma família ou os conservavam na região. Também não deve ter sido incomum que escravas domésticas casadas com escravos de lavoura, apelassem às suas senhoras a fim de resguardarem da venda os seus maridos e filhos, ou mesmo pedissem para que fossem vendidas conjuntamente.

Ser comercializada pelo tráfico interno significou ainda, para Noberta, o aniquilamento de todo um projeto de liberdade almejado para si e para os seus. O novo caminho dessa família deve ter sido doloroso. Consoante Elisângela Ferreira (2005, p. 188): “Sem dúvida, existiam castigos mais cruéis do que aqueles que se limitavam às agressões físicas, pois atingiam o sentimento mais recôndito e infligiam marcas que o tempo não conseguia apagar. A separação dos parentes de sangue ou de afetividade era um deles”.

Estudos históricos têm revelado que uma das tristes consequências do tráfico interprovincial de cativos foi a desagregação das famílias escravas, o que resultou em sofrimentos para suas vidas. Conforme explicitou a historiadora Isabel Cristina F. Reis (2007, p. 49): “[...] não nos faltam exemplos das iniciativas empreendidas por indivíduos que buscaram impedir a venda de seus familiares e parentes, e das tentativas de recuperação de laços familiares desfeitos pelo tráfico interprovincial”.

Reis (2007) apresentou, em seu estudo sobre família negra na Bahia oitocentista, o drama do escravo Alexandre, de 26 anos de idade, que tentou contra a vida de sua proprietária e depois da sua, buscando assim evitar ser vendido para fora da província:

Nos autos do processo-crime foi detalhadamente descrito o momento em que Alexandre invadiu a casa de sua senhora, munido de uma faca. Ela, ao perceber a presença do invasor e temendo ser morta, atirou-se através de uma janela, tendo a sorte de ser amparada por um de seus escravos. Logo em seguida a este acontecimento tão dramático, Alexandre atentou contra a própria vida, esfaqueando-se. O motivo para tamanho desatino de Alexandre? O fato de sua senhora o ter vendido para fora da província! (Ibid, p. 40).

Esse episódio ocorreu em 1875. De acordo com a referida autora, a ameaça de venda para fora da província da Bahia levou Alexandre a tomar essa atitude desesperadora, pois ele já havia vivenciado a triste experiência de ter sido separado de seus irmãos, vendidos no tráfico interno. Aquela transação frustraria seu projeto pessoal de compra da sua alforria. A aspiração de Alexandre pela liberdade ficou evidente quando ele, no momento do delito, ainda tentou negociar com sua senhora, solicitando “que não o vendesse para fora da terra, ou que mesmo esperasse mais algum tempo a ver se elle arranjava o dinheiro para dar por sua liberdade”. O motivo da venda foi “por que ele não conseguira pagar suas semanas como pedreiro, já que não conseguia arranjar emprego” (Ibid, p. 41). Após a decisão do júri condenando-o à pena de “galés perpétua”, o desfecho foi dramático: Alexandre tirou a própria vida.

Além da luta de Noberta para preservar a sua família e da luta de Alexandre para conquistar a liberdade, tantos outros exemplos poderiam ser citados de lutas e resistências empreendidas por escravos no contexto do tráfico interprovincial.<sup>147</sup> De acordo com Sidney Chalhoub (1990, p. 27):

[...] havia visões escravas da escravidão que transformavam as transações de compra e venda de negros em situações muito mais complexas do que simples trocas de mercado. Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia ainda maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo de venda. O tráfico interno deslocou para o Sudeste, a partir de meados do século XIX, milhares de escravos que se viram subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares, e do desempenho das tarefas às quais estavam acostumados.

<sup>147</sup> Sobre as resistências escravas no contexto do tráfico interprovincial, ver: Pires (2009), Graham (2002) e Chalhoub (1990, capítulo I).

Pires (2009, p. 61-66) tratou das lutas escravas no contexto do tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia. Em sua abordagem, a autora apresenta exemplos de escravos que desafiaram seus senhores, buscando, assim, evitar suas vendas para fora do lugar, utilizando-se de mecanismos diversos como a fuga e, até mesmo, de assassinato. Desse modo, Pires (Ibid, p.65) pontua o significado dessa resistência escrava no sertão:

Resistir às vendas significou para os escravos do alto sertão, em diversas ocasiões, uma tentativa de permanência na região na qual nasceram, foram criados ou mesmo acolhidos. A permanência nesses lugares lhes garantiria a manutenção de laços afetivos e de convivência com vizinhos e parentes, caros à sobrevivência. Por outro lado, essa resistência foi uma recusa ao ritmo de trabalho nas “matas de café” ou em regiões nas quais não se estava afeito aos hábitos e aos costumes locais. Os escravos do sertão, acostumados aos trabalhos nas lavouras de subsistência (mantimentos) e no serviço com o gado, em roças, sítios ou mesmos nas grandes fazendas, viram-se tendo que arcar com as exigências maiores de uma lavoura cafeeira em expansão [...]. Nesse sentido, as fugas foram importantes armas contra o tráfico interprovincial.

A venda de Noberta e seus filhos, Maria e Francisco, ocorreu no momento de intensificação do tráfico interno. O fim do tráfico atlântico de escravos e a emergência do tráfico interprovincial concorreram para aumentar o preço dos cativos, que alcançou cifras consideráveis, conforme foi visto anteriormente. Desse modo, muitos homens e até mesmo mulheres viram no comércio de escravos uma oportunidade de enriquecimento rápido. A busca pelo lucro, à custa da dor e do sofrimento de muitos negros escravizados, resultou numa alta estimativa de escravos do Nordeste traficados para o Sudeste.<sup>148</sup>

O triste episódio envolvendo a família de Noberta evidencia, por outro lado, o quanto foram frágeis os limites entre escravidão e liberdade. Nota-se que não havia por parte da sociedade escravocrata uma preocupação em garantir conquistas e direitos auferidos pela população negra. Pelo contrário, conforme explicitou Pires (2003, p. 68): “A lógica desse sistema temia prejuízos monetários, jamais humanos”. Muitos senhores desrespeitaram a condição de liberto, utilizando, muitas vezes, da força e coerção para restabelecer ou manter a condição cativa do negro. Contudo, escravos souberam forjar lutas e resistências, contaram com o apoio de outros segmentos sociais, ampliaram os espaços de autonomia e, com isso, mitigaram as duras condições de vida sob o cativo.

---

<sup>148</sup> Sobre a estimativa de escravos traficados das províncias do Norte para o Sul, na segunda metade do século XIX, ver: Chalhoub (1990), Slenes (1976), Graham (2002). O pesquisador B. J. Barickaman (2003) apresenta o número de escravos saídos da província da Bahia em direção ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Cf. ainda, Reis (2007). Como evidenciado, os sertões baianos também estavam inseridos na rota do tráfico interno e exportaram um número nada desprezível de cativos nascidos nessas regiões para as províncias do Sul. Para um aprofundamento do tema, ver: Pires (2009), Pinho (2001) e Neves (2000).

### 3 VIDA SOCIAL E MATERIAL DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DO URUBU DE CIMA NO OITOCENTOS

#### 3.1 O RIO SÃO FRANCISCO: VIA COMERCIAL E ATIVIDADE PESQUEIRA

O rio São Francisco exerceu papel primordial no processo de povoamento do interior da América portuguesa. Capistrano de Abreu (2000), no seu livro **Capítulos de História Colonial**, apontou a importância desse grande rio para a instalação dos primeiros currais de gado nos sertões baianos. Conforme o autor: “Foi o gado acompanhando o curso do São Francisco” (Ibid, p. 151). Nas suas margens localizaram-se condições necessárias para a fixação dos primeiros povoadores. Como ressaltou Gabriela Amorim Nogueira (2011, p. 47):

Pelos “caminhos dos sertões”, transitavam vaqueiros e tropeiros com seus rebanhos bovinos e suas cargas de mantimentos, num vai e vem, ora no sentido Recôncavo/litoral, ora rumo à região das Minas. O rio São Francisco tornou-se guia desses primeiros povoadores dos sertões. Os caminhos que margeavam o “Velho Chico”, ofereciam condições primordiais para longas viagens: água em abundância e o provimento de mantimentos. [...] Sendo assim, esses pioneiros homens sertanejos encontraram no dito rio meios básicos para o estabelecimento nessas novas paragens.

A ocupação e povoamento dessa região remontam ao final do século XVII, quando foram implementados os primeiros currais de gado nas margens do rio São Francisco.<sup>149</sup> Esse foi um processo lento e descontínuo que esteve entrelaçado com as doações de terras sob a forma de sesmaria a particulares e ao processo de expansão desses territórios.<sup>150</sup>

O sistema de sesmaria objetivou, por meio da distribuição de terras, estimular o povoamento de áreas incultas. As doações de terras dadas em remuneração ao serviço prestado à Coroa Portuguesa contra povos indígenas, nem sempre tinham seus limites estabelecidos com exatidão. Isso possibilitou aos sesmeiros ampliar suas posses através das conquistas de novos territórios “[...] que alongavam donatarias e indicavam limites com vagas

<sup>149</sup> Segundo José Ricardo Moreno Pinho (2001, p. 24), a expansão da pecuária no sertão do São Francisco ocorreu “[...] de um movimento que se iniciou do Recôncavo baiano, via Sergipe e à margem direita do rio, antes da guerra contra os holandeses. Este processo foi acompanhado por outro idêntico de gado, porém mais lento, ao lado da margem esquerda, na direção de Pernambuco para o Rio São Francisco, tomando a fronteira entre as duas capitanias”.

<sup>150</sup> Teixeira Silva (SILVA, 1997 *apud* SANTOS, 2010, p.187) esclareceu sobre o processo de expansão pecuária e sua relação com a distribuição de sesmarias: “A definitiva expulsão do gado para os *sertões* em fins do século XVII e, ao mesmo tempo, a abertura da fronteira (através da intensificação das guerras de extermínio e/ou escravização das populações indígenas), permitiram a formação, por parte dos colonizadores, de uma vastíssima rede de propriedades: as fazendas de gado. As bases do novo *rush* fundiário, com seu ápice nos anos entre 1670/80-90, são as mesmas que moldaram a estrutura fundiária da *plantation* açucareira: as sesmarias. Tratava-se da doação de vastas extensões de terras recém-conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos”.

referências, sem precisar demarcações, com a convivência de prepostos governamentais, que não fiscalizavam e, quando cobrados, alguns se deixavam subornar” (NEVES, 2005, p. 99).

Erivaldo Fagundes Neves (Ibid, p. 93) identificou, em sua pesquisa sobre estrutura fundiária do alto sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX, que as terras pertencentes aos Guedes de Brito, principal família latifundiária do sertão do São Francisco, foram adquiridas não somente através da sesmaria, mas também por meio de compra e da disputa com índios locais e, conseqüente, ocupação.

A distribuição de sesmarias não foi a única responsável pela ocupação e povoamento dos sertões. A empresa militar empreendida por bandeiras paulistas na guerra contra os indígenas, nos séculos XVII e XVIII, foi fundamental na implantação de núcleos de povoamento. Além da busca de riquezas minerais e aprisionamentos de índios, muitos bandeirantes paulistas fixaram-se na região como grandes proprietários de fazendas de gado e implementaram a colonização luso-brasileira.<sup>151</sup>

Situação semelhante foi identificada pela pesquisadora Isnara Pereira Ivo (2008, p. 72) sobre o povoamento do Sertão da Ressaca:

A conquista do Sertão da Ressaca, região centro-sul da Bahia, está inserida no contexto de expansão de Minas Novas do Araçuaí, ao tempo pertencente à Capitania da Bahia. O regimento do superintendente de Minas Novas, Pedro Leolino Mariz, objetivou conquistar o sertão entre os Rios das Contas, Pardo e São Mateus, no intento de encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos eventualmente encontrados.

As fazendas de gado do sertão do São Francisco tornaram-se as principais fornecedoras de gado bovino para as regiões de exploração das reservas mineiras. No início do século XVIII, “[...] entrariam anualmente nas minas, a partir das fazendas do São Francisco, duzentas mil cabeças de gado” (SANTOS, 2009, p. 103). Mas, a região mineira não era a única consumidora do gado sertanejo, esse também fora comercializado para Salvador, Recôncavo baiano, Chapada Diamantina, assim como fora comercializado para outras partes através de estações ferroviárias, a exemplo da Machado Portela. Monica Duarte Dantas (2007, p. 38) esclareceu sobre a importância da criação do gado *vacum* na manutenção da economia açucareira:

À medida que a produção canavieira se expandia, provocando o crescimento populacional do Recôncavo e da Bahia, aumentava também a demanda por gado. Esse era peça vital para a sobrevivência da colônia e, portanto, para os lucros da Coroa. O gado fornecia a carne, um dos alimentos básicos da dieta

---

<sup>151</sup> Sobre a ocupação do sertão do São Francisco empreendida pelos bandeirantes paulistas, ver: Santos (2009 e 2010).

da população, além de ser fundamental para o bom andamento das atividades açucareiras. O boi não só puxava os carros que transportavam os feixes de cana do eito para a moagem, como era utilizado nos vários engenhos movidos a tração animal – afinal, nem só de engenhos reais era feito o Recôncavo. Seu couro também representava um dos elos da grande cadeia da produção açucareira. Das inúmeras boiadas saía o couro que embalava tanto o tabaco fino a ser vendido da Europa, quanto o de segunda qualidade que era trocado por escravos na África.

Por outro lado, o povoamento e desenvolvimento do sertão baiano estiveram entrelaçados com as descobertas de minas de ouro na região de Jacobina e Chapada Diamantina devido “[...] ao fluxo e refluxo de garimpeiros” (AZEVEDO, 1980, p. 16), que, na busca pela extração do ouro, espalharam-se pela região e nela estabeleceram roças, sítios e engenhos. Ivo (2010, p. 143) assinalou o interesse de latifundiários como Antônio Guedes de Brito por essas minas: “A grande migração para os sertões do norte de Minas Gerais e da Bahia resultou da dilatação das fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito e seus sucessores no rio São Francisco que estenderam suas posses, atraídos pela exploração do ouro nestes espaços.”

Mediante a presença de posseiros em suas propriedades, os grandes latifundiários, “[...] moradores na cidade da Bahia, passaram então a alegar que as terras eram suas e, valendo-se de pessoas poderosas, ministros e governadores, conseguiram colocar sob arrendamento ou vender parte delas” (SANTOS, 2010, p. 203). Com a família latifundiária Guedes de Brito não foi diferente. De acordo com José Ricardo Moreno Pinho (2001, p. 32):

Antônio Guedes de Brito e seus herdeiros se beneficiaram do fato da legislação portuguesa ignorar a existência de posseiros e sempre reconhecer, em casos de conflitos, o direito dos donatários de sesmarias. Desta forma, a imensidão de terras ermas facilitou a ocupação quanto à espoliação dos posseiros por parte de administradores experientes que legalizavam as extensas áreas ocupadas, passando a cobrar foros e arrendamentos de moradores.

Nogueira (2011, p. 36), na pesquisa sobre as vivências escravas no sertão do São Francisco setecentista, identificou a presença de pessoas de diferentes lugares do Brasil e de Portugal, vivendo no interior das posses territoriais dos Guedes de Brito. De acordo com a autora, a prática de arrendamentos pelos grandes latifundiários viabilizou parte da ocupação das terras, pois “[...] diante da grande extensão territorial de posse dos Guedes de Brito e da necessidade de torná-las produtivas, esses proprietários permitiram que outros cultivassem e/ou criassem em suas terras” (Ibid, p. 38).

No livro de Tombo da Casa da Ponte constam os prédios “Situados no Certão, e Destricto da Villa de Sto. Antonio do Urubú comarca de Jacobina, deduzidos os limetes, extremas, confrontações, e valor de cada hum [...]”, toambo realizado no ano de 1819.<sup>152</sup> Foram identificadas nessa região 111 propriedades da família dos Guedes de Brito, sendo que a grande maioria encontrava-se arrendada para terceiros. Simeão Ribeiro Pires (1979, p. 280) informou que, no ano de 1826, foram postos à venda 688 prédios (sítios e fazendas) pertencentes à Casa da Ponte, localizados em Jacobina, Rio de Contas, Caetité, Urubu, Rio Pardo e Xique-Xique.

Mesmo com as vendas e arrendamentos de sítios e fazendas, a família Guedes de Brito manteve-se, no século XVIII, como proprietária de grande latifúndio no sertão do São Francisco. Ao analisar o inventário do sexto Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, datado de 1832, Pires (1979, p. 281-282) identificou oito grandes fazendas de criação localizadas no termo do Urubu: Santo Antônio, Curralinho, Campo Grande, Campos de São João, Fazenda Itaberaba, Batalha, Volta e Boa Vista.

Após a desintegração do grande latifúndio dos Guedes de Brito,<sup>153</sup> no início do século XIX, estabeleceram-se estruturas fundiárias de médias e pequenas propriedades. Segundo Neves (2003, p. 259):

Apenas nos baixios do São Francisco se mantiveram as grandes fazendas, perfil regional que não se modificou nos cursos dos séculos XIX e XX. Enquanto sucessões de herança das famílias numerosas fracionavam, a dinâmica comercial recompunha latifúndio, mantendo o predomínio numérico da pequena e média propriedade.

Todavia, algumas das antigas fazendas do sertão do São Francisco permaneceram, no Oitocentos, com estrutura de grande propriedade rural, como as fazendas Santo Antônio, Curralinho, Batalha e Rio das Rãs, desenvolvendo a criação extensiva de gado *vacum* com o uso do trabalho escravo. Essas grandes fazendas sertanejas congregavam diversificadas funções – econômica, política e social –, formando um microcosmo no qual escravos, homens livres e fazendeiros se movimentavam em diferentes funções, conforme veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Muitas dessas fazendas pecuaristas “[...] proporcionaram a formação de aglomerações populacionais, como os arraiais e suas capelas” (Op. cit., p. 49). Para Nogueira (2011, p. 50-

<sup>152</sup> APB. Anais do Arquivo Público da Bahia. Livro de Tombo da Casa da Ponte. Vol. 34, ano 1819, p. 10.

<sup>153</sup> “Herdeiros e sucessores de Antônio Guedes de Brito não puderam impedir a ocupação dos entornos das minas por arrendatários e posseiros. A incidência de conflitos pela posse de terra e o temor das revoluções liberais peninsulares e seus reflexos no Brasil fizeram a sucessora Casa da Ponte transferir, em fins do século XIX, sítios e fazendas para seus arrendatários e outros interessados, decompondo aqueles seculares latifúndios sertanejos” (NEVES, 2003, p. 256.).

51), o arraial e depois vila do Urubu surgiu da fazenda de gado Santo Antônio do Urubu, que pertenceu à D. Joana Guedes de Brito:<sup>154</sup>

A fazenda Santo Antônio do Urubu, identificada, no início do Setecentos, por Quaresma Delgado, como propriedade de D. Joana Guedes de Brito, provavelmente foi estabelecida no final do século XVII, no processo de ocupação das sesmarias dos Guedes de Brito. Sendo localizada em ponto estratégico dos “caminhos dos sertões”, logo tornou-se local de passagem de boiadores e tropeiros que conduziram suas boiadas e mantimentos para a região das Minas e Bahia de Todos os Santos. Esse dinamismo proporcionado pelo comércio “itinerante” de rebanhos bovinos e outros produtos contribuiu para o povoamento nessa região, e, assim, surgiu o arraial do Urubu no interior da fazenda Santo Antônio do Urubu de Cima. Os moradores daquela fazenda, africanos, indígenas e luso-brasileiros, desenvolviam ali a pecuária atrelada à agricultura.

Em meados do século XVIII, o arraial do Urubu pertencia juridicamente à vila do Rio das Contas. Nesse período, encontrava-se bastante povoado devido a sua localização estratégica, por onde circulavam boiadas e tropas com mantimentos em direção a Minas Gerais e Goiás. Márcio Santos (2010, p. 254) esclareceu que o arraial de Santo Antônio do Urubu foi elevado à categoria de vila pela Coroa em 1745, “[...] atendendo a parecer do ouvidor-geral da comarca da Bahia da parte do Sul, emitido no ano anterior”. Com base no parecer do ouvidor-geral, o referido autor pontuou as motivações que levaram à criação da vila do Urubu:

Nessa estrada e no sertão eram frequentes os assassinatos e roubos, facilitados pela possibilidade de fuga dos criminosos para a outra banda do rio São Francisco, que, por ser jurisdição de Pernambuco, não era alcançada pela justiça da vila do Rio das Contas. Além disso, as pessoas que tinham causas a apresentar à justiça da vila eram obrigadas a enfrentar uma viagem de dez dias [...], agravada pelas enchentes que embarçavam as passagens dos rios na época das cheias. Chegados a Rio das Contas, podiam se alojar somente debaixo de uma tolda ou no mato. O lugar, sempre segundo o ouvidor, não tinha mais do que o nome (de vila), encontrando-se “despovoado”, sem pastos e ilhado entre dois rios caudalosos, onde sucediam várias desgraças. Com isso, subiam a níveis exorbitantes os custos com diligências judiciais, que em muitos casos ultrapassavam o valor da própria causa. Eram frequentes os desmandos, as arbitrariedades e a apropriação ilegal de bens de órfãos por parte de juízes e escrivães (Ibid, p. 254-255).

Diante desses fatos, o ouvidor requisitou que fosse elevado à condição de vila o arraial do Urubu, por ser uma povoação antiga e a primeira freguesia de todo o sertão do São

---

<sup>154</sup> Márcio Santos (2010, p. 121) pontuou que muitas fazendas setecentistas se transformaram em unidades de povoamento: “A concentração de casas, ranchos e igrejas num curral principal de uma fazenda podia levar, na zona pecuária, ao estabelecimento de uma pequena povoação”. Esse autor apresentou como exemplo a formação do município de Montes Claros (Minas Gerais).

Francisco. Sua freguesia foi criada em 1718 pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, desmembrada de Jacobina, com o nome de Santo Antônio do Urubu de Cima<sup>155</sup> devido à devoção existente a Santo Antônio de Pádua (VIANNA, 1893, p. 558).

Em 1879, o engenheiro Theodoro Sampaio apresentou a seguinte descrição da vila do Urubu, quando percorreu os caminhos do São Francisco e da Chapada Diamantina como membro da comissão Milnor Roberts, encarregada pelo governo de proceder a estudos sobre a navegação do São Francisco:

Urubú é uma vila pobre, **das mais antigas do sertão** e edificada em sítio elevado, mas sem beleza...

Informou-nos o cônego vigário que a **sua freguesia é muito extensa, povoada com muitas fazendas, roças e arraiais pelo interior e ao longo do rio**, dizendo-nos que chegava a dar quatrocentos conscritos para o exército. **A população é quase toda de mestiços**. Os homens bem falantes e as mulheres, as de mais recato, tímidas e acanhadas, espiando-nos por detrás das suas rótulas e gelosias com desconfiança. Ainda assim, as da melhor sociedade desejaram ver o vapor e nos foram visitar a bordo.

**O Urubú entretém comércio regular com a cidade de Lençóis na Chapada Diamantina e com o Salgado**, que é como aqui se conhece a cidade da Januária, antigo Brejo do Salgado em Minas Gerais. Esse comércio, porém, através de maus caminhos por terrenos ásperos, e por via fluvial não é ou está bem longe de ser um grosso trato, como aliás a região já o comportaria e a população relativamente o podia sustentar (SAMPAIO, 1955, p. 100-103, grifos meus).

Sua descrição, um tanto quanto pessimista, remete a um lugar sem importância socioeconômica no cenário mais amplo. Mas, por outro lado, evidencia aspectos importantes desse lugar, como a extensão de sua freguesia “com muitas fazendas, roças e arraiais”, uma grande maioria da população composta de mestiços e o comércio com Lençóis e Minas Gerais.<sup>156</sup>

<sup>155</sup> A cultura popular apresenta a seguinte versão para a denominação Santo Antônio do Urubu de Cima: “A lenda relativa ao primitivo nome do município conta que um caçador penetrou nas matas da região, à procura de caças, e descobriu uma imagem que reconheceu ser de Santo Antônio, notando por cima, pousado em uma árvore, um urubu, cuja sombra se projetava sobre a cabeça da imagem, à semelhança de um pálio, coisa que despertou sua curiosidade. A imagem seria a mesma que se encontra na igreja matriz local”. Fonte: Jornal da Bahia, Edição Especial. “Projeto Agrícola da ilha é esperança de Paratinga”. Salvador, 04 de outubro de 1976.

<sup>156</sup> Outros intelectuais oitocentistas apontaram breves considerações sobre a vila do Urubu, como Francisco Vicente Vianna (1893, p. 558): “Situada a dous kilometros da margem direita do S. Francisco, quarenta e duas leguas acima da cidade da Barra e trinta e seis abaixo da vila de Carinhanha, defronte de uma ilha muito fértil que a supre de verduras e cereaes. As inundações periódicas do rio fizeram com que não fosse fundada immediatamente na margem d’ellas. Acha-se em período de decadencia. Suas ruas são desertas, as casas arruinadas, vasia na maior parte e sem criação. Sua igreja matriz de São Antonio é velha, o mesmo a casa do conselho. Poucas são as casas de negocio e tem duas escolas. A tal estado chegou esta villa que, aliás pela sua posição parecia estar destinada a ser um dos grandes centros commerciaes do rio S. Francisco, por ter sido o theatro de longas e selvagens luctas partidarias. Há, entretanto, no município importantes fazendas de criação que chegam a pegar annualmente até oitocentos bezerros”. Cf. Aguiar (1979), Burton (1977), Spix & Martius (1981).

Todavia, a documentação eclesiástica e judiciária da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, na segunda metade do século XIX, revelou uma sociedade dinâmica constituída por diversos segmentos sociais envolvidos na criação de gado; no plantio de lavouras; manufaturando produtos como farinha, aguardente e rapadura; pescando e vendendo peixe; e comercializando produtos vindos da capital e da Europa... Levavam e traziam mercadorias com suas tropas, cortando os caminhos que ligavam os sertões do São Francisco com sua capital (Salvador) e Recôncavo e também com outras províncias do Brasil, como Minas Gerais, Piauí, Goiás e Pernambuco. Pessoas navegavam o Rio São Francisco, estabelecendo trocas comerciais e culturais. Noutras palavras, essa freguesia mantinha um intenso comércio local, regional e com outras províncias do Brasil Império.

Nesse período, Santo Antônio do Urubu de Cima já se encontrava intensamente povoada por homens e mulheres nascidos nessa região e adjacências, e por outras pessoas provenientes de lugares distantes, como portugueses e africanos. A tabela a seguir tem por referência o “Mappa Estatístico da população da Província da Bahia”. Apresenta dados demográficos referentes ao ano de 1872, informando o número de 18.774 habitantes, classificados como pardo, 58%; branco, 28%; preto, 13%; caboclo, 1%. A população escrava representou 5% da população, totalizando 944 pessoas.

Tabela 7 – População, Urubu – 1872

<b>Cor/Etnia</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Branco	5.322	28
Caboclo	96	1
Pardo	10.981	58
Preto	2.375	13
<b>Total</b>	<b>18.774</b>	<b>100</b>
<b>Condição Jurídica</b>		
Livre	17.830	95
Escravo	944	5
<b>Total</b>	<b>18.774</b>	<b>100</b>

Fonte: PINHO, 2001, p. 78.

Segundo o “Mappa Estatístico da divisão Política, Administrativa, Judiciária e Eleitoral da Província da Bahia”, datado de 1876, a comarca do Urubu estaria dividida em dois termos: Urubu e Macaúbas.<sup>157</sup> O termo do Urubu compreendia as seguintes povoações: Oliveira dos Brejinhos, Bom Jardim, Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato.

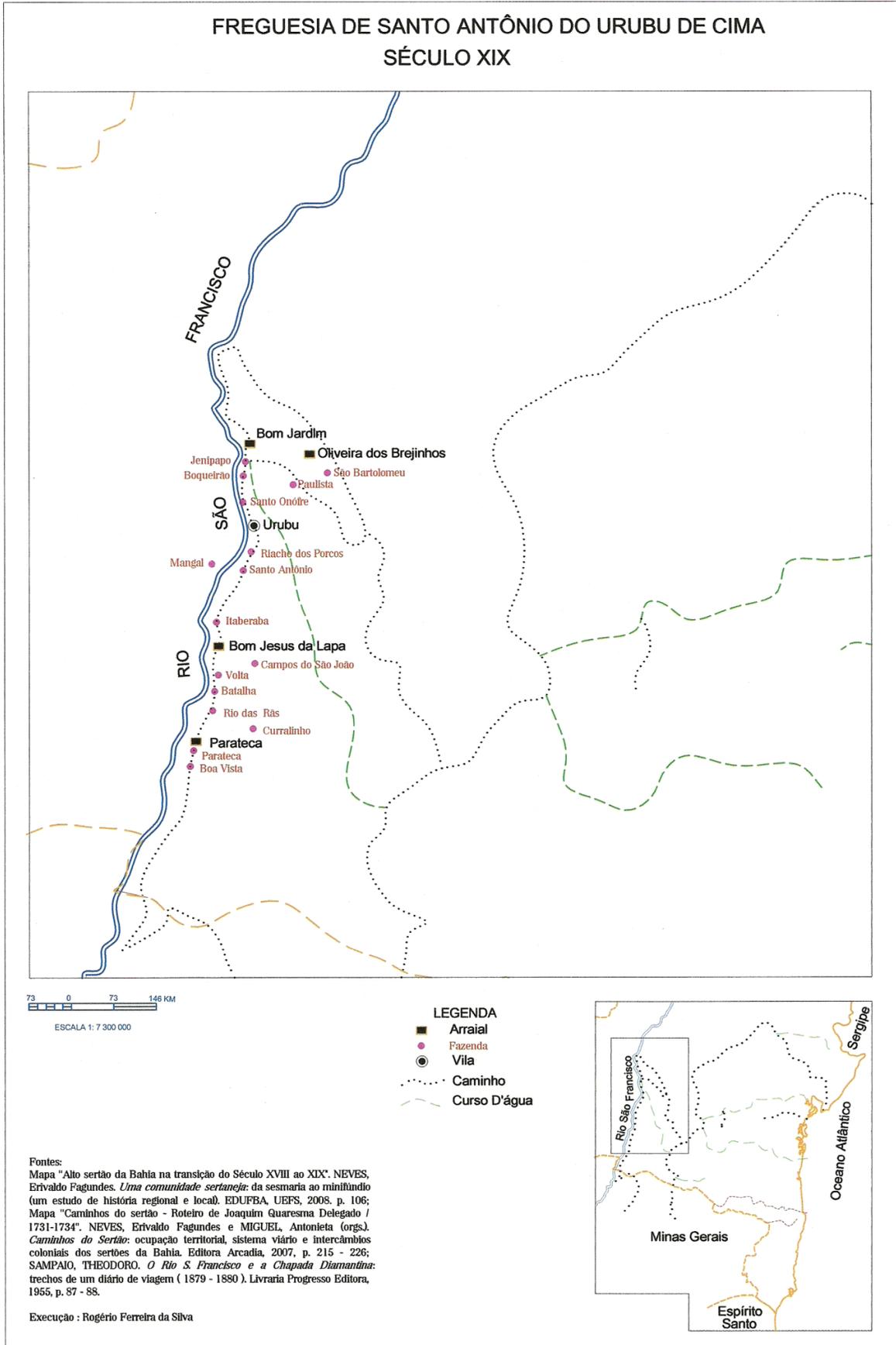
<sup>157</sup> APB. Seção Colonial e Provincial. Mapa Estatístico da Divisão Política, Administrativa, Judiciária e Eleitoral da Bahia (1876). De acordo com Vianna (1893, p. 558): “No anno de 1823 o ouvidor Francisco Ayres de

O mapa 2 evidencia a localização e dimensão da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima no século XIX. Destacou-se sua vila, os arraiais de Bom Jardim, Oliveira dos Brejinhos e Senhor Bom Jesus da Lapa ao lado de algumas fazendas pecuaristas. Foi acrescido, ainda, o arraial e fazenda Parateca, que foi incorporado ao termo de Carinhanha na segunda metade do século XIX. Buscou-se evidenciar Parateca devido às relações sociais estabelecidas entre os habitantes dos dois lugares.

---

Almeida Freitas, a pretexto de uma epidemia que então grossava na Villa, conseguiu obter a portaria de 17 de Dezembro de 1823 do ministro do Império, que fez passar as justiças e cartórios do Úrubu para o arraial de Macahubas, onde ficaram até que, depois de diversas representações da população, voltaram para o logar da antiga Villa no anno de 1834”.

Mapa 2 – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, século XIX



Além de ter sido primordial no povoamento dos sertões baianos, o “Velho Chico”, como é chamado pelos ribeirinhos, foi de fundamental importância como via de comunicação que interligava fazendas, vilas, povoados e cidades sertanejas com outras regiões. Em seu curso, transitavam pessoas e mercadorias com destino à capital da Bahia e a outras províncias do Brasil, e também por seu curso chegavam aos sertões produtos mais sofisticados importados da Europa. Desse modo, tornava-se dinâmico o comércio regional e interprovincial.

Em suas margens estabeleceram-se pequenos comerciantes vendendo produtos para viajantes que por lá navegavam. Richard Burton (1977, p. 241) escreveu sobre uma pequena fábrica de chapéus na vila do Urubu que comercializava seus produtos nas margens do rio: “A principal das pequenas indústrias é a fabricação de chapéus, para os quais a palmeira aricuri fornece matéria prima; custam 0\$200 e são vendidos no curso inferior do rio por 0\$500”.

No livro **O rio São Francisco**, o engenheiro Geraldo Rocha (1983, p. 72) pontuou sobre o comércio ambulante realizado outrora por barqueiros ao longo do rio São Francisco:

O barqueiro era um comerciante ambulante que subia de porto em porto vendendo sal ou tecidos de importação e descia em sentido inverso mercadejando gêneros de produção local. [...] A barca perdeu, assim, o seu papel de casa comercial ambulante que vai de fazenda em fazenda comprando couros e peles, plumas de aves ou sobras de pequena lavoura, para ser apenas um veículo de transporte a longas distâncias.

Para Erivaldo Fagundes Neves (2005, p. 220), o rio São Francisco foi “[...] a principal via interna de conexão comercial do Nordeste com o Sudeste, depois das trilhas de tropeiros”. Por conta dessa conexão, pecuaristas das margens do grande rio “[...] disputavam o domínio fundiário e o controle do tráfico fluvial de passageiros e de mercadorias [...]”. Esse controle transmutava-se na posse e acesso às embarcações. Nesse sentido, Burton (1977, p. 249), observando as navegações no rio São Francisco em 1867, registrou a hierarquia das embarcações: “A canoa deveria parar e cumprimentar o ajojo, tocando trombetas de chifres; o ajojo, por sua vez, devia a mesma deferência à barca, e a embarcação saudada passava orgulhosamente ou sem se dignar de responder”.

Depreende-se das fontes que a posse de embarcações maiores como barca<sup>158</sup> e ajojo<sup>159</sup> foi privilégio de bem poucos sertanejos da freguesia do Urubu. No inventário de

---

<sup>158</sup> Segundo Aguiar (1979, p. 32-33, grifos do autor), a barca “Imergida de proa, suspensa de popa, parece ao longe um grande pato a nadar. Vista de perto assemelha-se grosseiramente a uma das lanchas de nossa cabotagem marítima, sem mastros, tendo à ré alto e comprido *camarote*, com portas e janelas, e de um tamanho que absorve, pelo menos, um terço da barca, em cujo *camarote* fazem armações internas para gêneros, se porventura, a barca é de negócio; havendo algumas em que o *camarote* forma como que uma grande arca quase

Manoel Pereira Pinto foi avaliado, em 1859, “Um barco que se acha em poder do herdeiro Gualter”, por Rs. 100\$000.<sup>160</sup> No espólio do Capitão José Félix de Souza, datado de 1874, foram arroladas as seguintes embarcações: “Uma barca pequena avaliada” por Rs. 450\$000, “um ajoujo de passagem com duas canoas bastantes velhas”, Rs. 100\$000, “Uma canoa de tamboril nova grande”, Rs. 60\$000 e duas canoas “de sedro já usadas pequenas” avaliadas em Rs. 20\$000.<sup>161</sup> Só para mensurar os valores, nesse mesmo inventário uma cabeça de gado *vacum* avaliou-se em Rs. 12\$000, o que vale dizer que a barca de Rs. 450\$000 equivaleria a 37,5 cabeças de gado. Esses foram os únicos inventários localizados na pesquisa constando barca e ajoujo. E tratava-se dos mais ricos fazendeiros da região, evidenciando que só os mais abastados economicamente tinham acesso a embarcações de maior porte.

Registros como “duas canoas velhas”,<sup>162</sup> “Huma canoa de porto de sedro boa”<sup>163</sup> e “outra canoa mais pequena de vara”<sup>164</sup> apareceram com certa frequência nos inventários. Demonstram que embarcações simples eram mais acessíveis à população. Os sertanejos ribeirinhos utilizavam troncos de árvores para confeccionar canoas e com elas transitavam pelas vilas, arraiais e fazendas localizadas nas margens do São Francisco, muitas vezes, levando e trazendo mercadorias e produtos por eles fabricados. Além de transporte interno, a canoa foi muito utilizada por pescadores, tanto na pesca coletiva, com o manejo de tarrafas, quanto na pesca individual, com o uso de anzol. A foto seguinte, datada do início do século XX, permite visualizar a barranca do rio São Francisco e, encostada nesta, uma canoa feita com tronco de árvore, dessas usadas pelos ribeirinhos na pesca e no transporte de pessoas e mercadorias.

---

do comprimento da barca, a fim de melhor conduzirem as fazendas”. O camarote era “um misto de quarto, dispensa, sala de jantar e praça de armas, onde habitam tantas pessoas quantas redes estiverem armadas”.

<sup>159</sup> O ajoujo “consiste em três canoas paralelas, afastadas e reciprocamente ligadas com paus, sobre os quais se deita tabuado, circulando de um parapeito qualquer. Este *trambolho* é muito apropriado para cargas pesadas e conduções de animais” (Ibid, p. 32).

<sup>160</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Manoel Pereira Pinto. Ano: 1859. Documentação não catalogada.

<sup>161</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Félix de Souza. Ano: 1874. Documentação não catalogada.

<sup>162</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Eustáquio Ferreira Pessoa. Ano: 1846. Documentação não catalogada.

<sup>163</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Estevão Machado. Ano: 1860. Documentação não catalogada.

<sup>164</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Paulo Muniz de Aguiar. Ano: 1855. Documentação não catalogada.

## Fotografia 1 – Barranca do rio São Francisco



Fonte: Micek, 2006, p. 7.

Por outro lado, a documentação consultada evidenciou o trânsito intenso de barcas e ajoujos pelas águas do rio São Francisco. Muitas dessas embarcações eram oriundas de diferentes regiões e províncias, transportando pessoas e mercadorias. Constantemente, barqueiros e marujos atracavam suas embarcações nos portos dos arraiais e vilas sertanejas e ali se estabeleciam para descarregar mercadorias e/ou descansar, para depois prosseguir a viagem. Contudo, em alguns casos, esses descansos transmutavam-se em momentos de lazer e diversão, regados a bebedeiras que resultaram em tensões com os moradores locais. Assim revelou um processo-crime, datado de 1859, que trata do assassinato de José Joaquim Ribeiro, ocorrido no arraial de Bom Jardim.

De acordo com a testemunha Manoel Pereira da Conceição, pardo, solteiro, 40 anos, morador do arraial de Bom Jardim, que “vive de seo ofício de sapateiro”, o acontecido ocorreu da seguinte maneira: “[...] matarão a hú individuo de **cor parda**, cujo nome ignora que tinha portado ao Arraial de Bom Jardim, **vindo das Lavras**, com hua porretada na cabeça.”<sup>165</sup> Outra testemunha, Narcisio Pereira da Silva, cabra, 50 anos, solteiro, “vive de suas roças e negocios”, apontou outras informações sobre o delito: “[...] por ouvir dizer soube que o morto se chamava José Joaquim Ribeiro e que tinha ahi chegado a pouco da Chapada, e que no dia seis [...] do corrente mês de noite **tendo se metido em hua bebedeira dos môssos de**

<sup>165</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: homicídio. Réu: Marcos Maçangana. Autor: A Justiça. Ano: 1859. Documentação não catalogada.

**duas barcas e hú Ajojo que no porto do Arraial estavam [...]**.<sup>166</sup> Certamente, a vítima migrou das Lavras Diamantinas para o arraial de Bom Jardim buscando melhores condições de vida. Observa-se, ainda, que ele não tinha moradia fixa nem familiares naquele lugar.

O depoimento de Francisco Ferreira da Silva, cabra, 56 anos, morador do Bom Jardim, evidenciou a movimentação de pessoas e embarcações no porto daquele arraial:

[...] que no ajuntamento em que foi acontecido o delicto se achava **porção de barqueiros, marujos de duas Barcas e um Ajojo que se achavão fundeados no porto do mesmo Arraial**, por que elle testemunha os não conhece e nem sabe o nome deles [...]. **Que estando o defunto e os barqueiros em húa bebedeira, lá teve princípio suas desavenças**, porem o motivo não se sabe.<sup>167</sup>

Nos portos dos arraiais e vilas ribeirinhas ocorriam os (re) encontros de barqueiros e marujos de diferentes procedências. Nesses locais, eles estabeleciam trocas culturais, compartilhavam experiências e aventuras adquiridas nas navegações. Esses viajantes exerceram importante papel como mediadores culturais, “[...] mobilizando saberes e sabores, sentimentos e identidades, técnicas e culturas, crenças e valores [...]” (IVO, 2008, p. 66). Pedro José Joaquim da Silva, casado, 32 anos, natural e morador do arraial da “Paçoqua, Villa do Joazeiro”, província de Pernambuco, “[...] que **trabalhava alugado no serviço de Barcos, neste Rio de São Francisco** e que igualmente trabalhava em roças”<sup>168</sup>, foi um desses homens que vivia a transitar pelas águas do rio São Francisco e que se encontrava atracado no porto do arraial do Bom Jardim, na data do crime.

O acusado do delito fora o “barqueiro de nome Marcos Maçangana”.<sup>169</sup> De acordo com a testemunha Justiniano Ferreira, ele fugira numa canoa roubada no porto da Fazenda Fronteira:

Perguntado se não tinha visto dizer que tinham **furtado hua canoa no porto do Bom Jardim, digo no porto da Fazenda Fronteira no lugar chamado Itaim?** Respondeo por ouvir dizer sabe que na noite mencionada **furtarão do porto dito hua canoa a [?] Antonio Maria = Xorão = e que este indo em seguida de sua canoa** achara noticia della abaixo da Fazenda Grande e que por ouvir dizer sabe que quem a levou tinha sido Marcos Maçangana, que hia fugindo por haver morto a José Joaquim Ribeiro.<sup>170</sup>

O “Velho Chico”, além de via comercial e de comunicação, contribuiu de modo muito significativo para fomentar o comércio de peixe na região e garantiu a muitas famílias

<sup>166</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: homicídio. Réu: Marcos Maçangana. Autor: A Justiça. Ano: 1859. Documentação não catalogada.

<sup>167</sup> Ibid (grifos meus).

<sup>168</sup> Ibid (grifos meus).

<sup>169</sup> Ibid.

<sup>170</sup> Ibid (grifos meus).

ribeirinhas o sustento alimentar. Por outro lado, possibilitou, nos períodos de vazantes, o plantio de gêneros alimentícios em suas margens. Durval Vieira Aguiar (1979, p. 123 – grifos do autor) descreveu sobre o plantio de lavouras pelos sertanejos:

Divide-se em duas espécies de plantação: uma que é periódica, feita anualmente pelos moradores das margens do rio, para aproveitarem os terrenos fertilizados pelas águas que se escoam na vazante; consistindo no plantio do feijão, milho, aipim, mandioca, melancia, abóbora, e todas as demais sementes de fácil colheita, a qual é feita com uma abundância verdadeiramente maravilhosa, que lhes compensa a esterilidade do mesmo terreno durante a seca. A outra é permanente, para o cultivo da cana, e é feita nos *gerais* [...].

A prática pesqueira foi muito difundida e não raras vezes foi possível captar seus vestígios na documentação referente à freguesia do Urubu. O auto de interrogatório policial sobre o roubo feito ao cofre e armário da Gruta do Senhor Bom Jesus da Lapa, ocorrido no ano de 1847, evidenciou o cotidiano dos moradores daquela freguesia e das atividades desenvolvidas corriqueiramente, como a pescaria:

[...] respondeu o interrogado chamar-se Joaquim Jose de Souza nactural da Villa do Salgado e morador neste Arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa, a vinte e tantos annos e disse que se achava nas Campinas no dia que aconteceu o roubo no Cofre e Armario do Senhor Bom Jesus, e **que viera aqui no dia de sabado neste Arraial Tarrafiar com Marcos Ribeiro** [...].<sup>171</sup>

Outro interrogado afirmou ter a pesca como atividade comercial: “[...] respondeu o interrogado chamar-se Longuinho Pereira da Silva e que he nactural deste Arraial da Lappa, onde he morador e que vive de fazer cal, fazer telha , e **Pescar Peixe** [...].<sup>172</sup>

Alguns ribeirinhos preferiam pescar à noite, depois de cumprir com seus afazeres na roça, como no caso de Justiniano Ferreira, 24 anos, solteiro, “vive de suas roças, natural desta Freguesia e morador no Arraial do Bom Jardim”: “[...] que [?] **somente inda a noite quando passava de sua caza para húa lagoa onde elle testemunha pescava fora do Arraial**, porem vira aquelle homem deitado, e não supôs estar morto e sim embriagado.”<sup>173</sup>

O inventário de Marcos Rufino de Souza revelou outro exemplo de atividades pesqueiras nas águas do rio São Francisco.<sup>174</sup> Este proprietário possuía uma pequena parte de

<sup>171</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Auto crime: furto ao cofre do Senhor Bom Jesus da Lapa. Ano: 1847 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>172</sup> Ibid (grifos meus).

<sup>173</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: homicídio. Réu: Marcos Maçangana. Autor: A Justiça. Ano: 1859 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>174</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Marcos Rufino de Souza. Ano de 1867. Documentação não catalogada.

terra com manga na fazenda Itibiraba, onde, juntamente com seu escravo Nicolão, cuidava de suas 80 cabeças de gado *vacum* e 29 *cavalar*. Residia no arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa e dali partia para realizar as pescas. Entre os bens arrolados havia “uma rede velha de pescar com oitenta braças” avaliada em Rs. 12\$800 e “uma canoa grande furada de tamburil”, no valor de Rs. 5\$000. Dado o tamanho da rede, pode-se supor que pescava com outros companheiros, separava os peixes destinados ao consumo e negociava os demais.

Como sinalizado, a pesca, em muitas ocasiões, fora uma atividade praticada coletivamente e de diferentes modos. O documento seguinte, datado de 1871, para além da denúncia de um crime, revelou ricos indícios da relação dos sertanejos com o rio São Francisco. Apresentou, em suas páginas, o cotidiano de ribeirinhos que contavam com a vazante do rio para complementar suas dietas alimentares e, ainda, adquirir uma renda a mais no comércio de peixes.

Trata-se do processo-crime referente ao assassinato de “Domingos de tal”, acontecido em 1869, no lugar denominado “Porto dos Macacos”, na fazenda Santo Antônio. O delegado, Rodrigues José de Magalhães, encaminhou a denúncia do crime nos seguintes termos:

[...] sahindo juntos Martinho dos Santos, Domingos de tal e outros companheiros para uma **frexaria de peixes em occasião de enchente do Rio, nos terrenos da fazenda Santo Antonio**, d’este Districto, e nunca mais tendo voltado de tal frexaria o referido Domingos o qual consta que fora depois encontrado morto com duas facadas e pesando todas as suspeitas d’assassinato sobre o dito Martinho dos Santos, que se acha recolhido as Cadeias desta Villa [...].<sup>175</sup>

Os companheiros de pescaria eram moradores de diferentes fazendas (Santo Antônio, Gameleira, Curralinho) e juntaram-se para realizar a pesca nos alagadiços da fazenda Santo Antônio. A grande maioria foi descrita como “lavradores” ou que “vive de roças”. Deste modo, fica evidente que esses sertanejos buscavam na pesca um meio a mais de garantir suas alimentações e de seus familiares. E a depender da quantidade de peixe pescado, poderiam ainda negociar certa quantidade entre os moradores locais, como fez o acusado do crime: “[...] no dia vinte e dous deste mesmo mês **apresentando-se nesta Villa, o referido Martinho dos Santos, pelas ruas vendendo peixes [...]**.”<sup>176</sup>

Para o lavrador e ferreiro Lúcio Alves Laranjeira (morador na fazenda Santo Antônio) o peixe significou, em muitos momentos, a refeição básica nos dias de trabalho em sua roça

<sup>175</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: homicídio. Réu: Martinho dos Santos. Autor: A Justiça. Ano: 1871. Documentação não catalogada.

<sup>176</sup> Ibid.

que margeava o “Velho Chico”. Conforme as informações presentes no depoimento de Florêncio Alves (18 anos de idade, lavrador), empregado daquele senhor:

[...] respondeu que **tendo-se ajuntado com Lucio Alves Laranjeira para carpinar uma roça que o mesmo tem na beira do rio de São Francisco**, em o lugar denominado Gritador – por cima dos Macacos, um quarto de legoa, e **achando-se ahi pela manhã, [...] e para continuar o trabalho da Capoeira, declarou o mesmo Lucio que precisava mais de alguns peixes nesse dia, e que elle testemunha fosse a pescaria para esse fim**, e de facto indo elle testemunha ao lugar denominado Macacos ahi encontrara Domingos de tal, Martinho dos Santos, Manoel José de Araujo e André Rodrigues, os quaes [?] de irem a pescaria **convidando elle testemunha para dentro do alagadiço onde forão pescar**, até o lugar denominado Anga-Muleque – e sendo o meio dia apresentou-se uma chuva e por isso elle testemunha convidando seus companheiros para se arretirarem, não quiserão, retirando elle testemunha só, em direção a casa de seu amo Lucio, e de nada mais sabe.<sup>177</sup>

O tipo de pesca transcrito no documento como “frexaria” consiste na atividade pesqueira com o uso de arco e flecha para extrair peixes que se encontravam no alagadiço. Provavelmente, esse modo de pescar foi transmitido pelos povos indígenas que habitaram essa região nos séculos XVIII e XIX. Trechos documentais evidenciam outros aspectos dessa prática pesqueira:

[...] como **é sabido na pescaria de frexar peixe anda-se só não podendo andar reunido a outro.**<sup>178</sup>

[...] **chegando todos em certo lugar ahi apartarão-se cada um para seu lugar com o trato de se acharem nesse dito lugar, para se reunirem para cada um ir para sua casa**, mas chegando a hora aprazada comparecerão-se todos, menos Domingos de tal [...].<sup>179</sup>

Durval Vieira Aguiar (1979, p. 21, grifos do autor) observou esse tipo de pescaria entre os moradores de Carinhanha, termo vizinho ao do Urubu, quando por lá passou pelos idos de 1882:

Para a pesca fazem toscas cabanas de palha nas coroas ou nas *ipueiras*, a fim de salgarem e secarem o peixe, do qual formam pequenas pilhas, ou *costais* próprios para carga, e os vendem aos *catingueiros*. **Não raro são os indivíduos que, à semelhança do *caboclo*, deitam a panela ao fogo e vão depois pescar o peixe; para que lhes basta um arpão, arco, e flecha, uma isca num pau, ou mesmo um cesto.** Esse peixe assado, cozinhado, ou frito no toucinho, é frequentemente comido com abóbora quando a seca faz subir o preço da farinha, que então se torna vasqueira.

<sup>177</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: homicídio. Réu: Martinho dos Santos. Autor: A Justiça. Ano: 1871. Documentação não catalogada.

<sup>178</sup> Ibid. Depoimento do réu Martinho dos Santos.

<sup>179</sup> Ibid. Depoimento da testemunha Lucio Alves Laranjeira.

A pesquisa realizada por Nivaldo Osvaldo Dutra (2007), sobre o *modus vivendi* da comunidade negra rural Rio das Rãs<sup>180</sup>, apontou diversas experiências daqueles moradores com a pesca em rios e lagoas que ainda são praticadas na atualidade. Provavelmente, essas experiências foram adquiridas com os seus antepassados negros escravizados e libertos que viveram nas fazendas pecuaristas oitocentistas. O referido autor apresenta diferenciadas práticas pesqueiras dos moradores locais que se utilizam, dentre outros instrumentos, da tarrafa, rede, anzol e flecha. Neste sentido, vale ressaltar o depoimento oral do senhor Francisco Magalhães, sobre a pesca com a flecha:

Agora a outra é a de flecha o senhor entende né. Quando o curimatá está no alagadiço, agora eles fazem um arco igual ao do índio nós tudo aqui sabe, eu mesmo sou bonzão nisso aí. Agora o senhor pega (demonstra como atira a flecha) o curimatá tá lá o senhor só puxa aqui assim tope e sortia a flecha mata quinze, vinte, trinta curimatá de vez. Isso tudo é o meio da gente viver dentro do quilombo (Ibid, p. 44, depoimento concedido em 2005).

Retornando ao processo-crime, o testemunho de José Dominiciano Lobo (lavrador, morador na fazenda Mangal) demonstra que muitos ribeirinhos atravessavam o rio São Francisco com suas canoas em busca de melhores lugares para realizar uma boa pesca:

[...] respondeu que a dous annos pouco mais ou menos, **indo elle testemunha a uma pescaria com frexa, em direção aos allagadiços da fazenda Santo Antonio deste Municipio em occazião que se achava o rio cheio** e para cujo fim atravessava elle testemunha a fazenda Mangal para este lado, **tendo subido em distancia de uma legoa da fazenda Mangal para este lado, tendo a subido em distancia de uma legoa até o lugar denominado Gameleira, onde deixou a canoa que havia passado, subindo a pé frexando no alagadiço que se achava cheio d'agua pela enxente do rio**, entrando bastante para dentro do rio, digo, do allagadisso, influído na pescaria, e achando-se já perdido pela grande distancia que se vio entrenhando, ali encontrou o cadáver de Domingos [...].

Os autos não ofereceram maiores esclarecimentos sobre a morte de “Domingos de tal” “[...] conhecido de todos os moradores da fazenda do Mangal, Barrozo e Gameleira”.<sup>181</sup> O suspeito Martinho dos Santos, qualificado como: casado, 30 anos de idade, “vive de roças”, “natural das Varges, Districto d’esta Villa”, morador no “lugar da Gameleira”, negou as acusações do assassinato, afirmando que “[...] nunca teve em diferença nenhuma com o referido Domingos, antes tinha amizade”, sendo absolvido do processo.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> De acordo com Dutra (2007, p. 20): “Os remanescentes de quilombos das comunidades negras do Rio das Rãs e Brasileiras se constituem como uma população que habita o território da fazenda Rio das Rãs, desapropriada, desde 1998, por Decreto Federal. Mantêm algumas tradições e costumes dos quilombos e adquiriram outros das novas relações desses remanescentes”.

<sup>181</sup> Ibid. Depoimento da testemunha Raimundo José Leite.

<sup>182</sup> Ibid.

Contudo, nota-se da análise documental que os envolvidos no processo, sejam testemunhas ou acusado, eram, em sua grande maioria, libertos e livres pobres que viviam nas fímbrias das grandes propriedades rurais, buscando cotidianamente meios diversos de arranjar-se e garantir suas sobrevivências e de seus familiares. Assim também fizeram muitos dos escravos do sertão do São Francisco que, em alguns casos, pescavam nas margens do rio e/ou lagoas que se formavam no interior das fazendas e sítios onde moravam. E o “Velho Chico”, ao fornecer fartura de peixes em suas águas, contribuiu de modo muito significativo no sustento desses sertanejos. A foto abaixo retrata alguns pescadores às margens do rio São Francisco, provavelmente datada do início do século XX. Observa-se que são em sua maioria homens negros, possíveis descendentes de escravos e libertos que habitaram a freguesia de Santo Antônio do Urubu, no Oitocentos.

Fotografia 2 – Pescadores nas margens do rio São Francisco, s. d.



Fonte: Acervo particular de Itamar Cardoso. (*apud* NOGUEIRA, 2011, p. 156).

Como visto, pescar foi uma das atividades que contribuíram para o sustento dos mais pobres, incluindo escravos e libertos. Foi uma prática comumente utilizada pelos sertanejos desde o Setecentos. Conforme pontuou Nogueira (2011, p. 155), sobre os pescadores do São Francisco:

Como “barranqueiros”, ou seja, moradores nas barrancas do rio São Francisco, devem ter utilizado a pescaria como mais um meio de sobrevivência, trazendo para casa um ótimo alimento, e se a pescaria fosse boa, o que não seria difícil no século XVIII, tempo de muita abundância nas águas do “Velho Chico”, os pescadores poderiam vender peixes aos parentes, vizinhos e fazendeiros locais, e também a tropeiros e viajantes que adiante comercializavam os peixes salgados vendidos por esses barranqueiros.

Nas andanças pelo interior da Bahia oitocentista, viajantes e intelectuais observaram a fartura de peixe nas águas do rio e registraram o modo dos sertanejos de pescá-lo e consumi-lo. O capitão inglês Richard Burton (1977, p. 242-243) registrou, em 1867, a abundância de peixe no sertão do São Francisco:

Ao anoitecer, dirigimo-nos a uma coroa, em frente a um lugarejo, o Riacho das Canoas. A tripulação estava vivendo à custa de bacalhau seco, enquanto o peixe saltava no rio em todas as direções; não havia isca. Envergonhado por eles, mandei o jovem Agostinho preparar um anzol, com uma isca de carne e, em poucos minutos, tínhamos o suficiente para a alimentação de um dia.

Teodoro Sampaio (1955, p. 160-161), ao observar o pequeno povoado de Parateca em 1879, descreveu sobre o comércio de peixe associado à criação de gado desenvolvida naquela localidade:

Na margem do rio, que fica pouco distante, à indústria da criação se ajunta a da pesca, cuja sede é o povoado da Parateca, um pouco mais em baixo, com cerca de cem vizinhos e sua capela de pedra e cal. Aí se pesca muito surubim e se faz dele bom comércio, ao longo do rio, ou para o interior, exportando-se o peixe seco ou salgado como o bacalháu com o qual muito se parece.

Já Geraldo Rocha (1983, p. 26, grifos meus) informou sobre o envolvimento da população do sertão sanfranciscano na extração de minérios nas Lavras Diamantinas ao mesmo tempo em que comercializava seus produtos, como o peixe seco, naquelas paragens:

O São Francisco foi [...] o celeiro das minas em fins do século XVII e XVIII. Dos extremos deste para o século XIX, foram descobertas as minas de ouro do Assurá, Gentio, Santo Inácio, e de diamantes, em Lençóis. As turmas de trabalhadores do São Francisco se revezavam em tais empreendimentos, e as boiadas e **tropas conduzindo peixe seco**, farinha e cereais, alimentavam as atividades naqueles rincões.

No arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa, o comércio de peixe, principalmente o seco, desenvolveu-se às margens do rio São Francisco, no porto, “[...] à margem direita da Ipueira. Ali fica o centro do comércio. Encontramos umas poucas casas, meia dúzia de barracões, uma barca e cinco canoas” (BURTON, 1977, p. 233). Os peixes foram comercializados entre os moradores locais e também para muitos dos viajantes que vinham em romaria visitar a Gruta do Senhor Bom Jesus.

Depreende-se das informações dos viajantes e intelectuais que transitaram pela região, no século XIX, que o peixe seco do sertão do São Francisco foi comercializado em outras regiões da Bahia. Certamente, este produto fora transportado em canoas e barcas pelo rio ou levados pelas tropas cargueiras, alcançando a praça comercial da Chapada Diamantina, Recôncavo baiano e a capital da província, Salvador. Deste modo, a pesca no rio de São Francisco foi de grande importância para a organização da vida material da população sertaneja não só porque era uma garantia de alimentação, mas também pelas rendas auferidas com a comercialização do peixe seco para outras regiões do sertão e da província baiana.

## **3.2 DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA: MEIOS DE VIDA DOS SERTANEJOS**

### **3.2.1 Escravos, gado e terras nos inventários**

Os inventários consultados na pesquisa referente à freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, nos anos de 1840 a 1880, possibilitaram aproximações da vida econômica e social do sertão do São Francisco.<sup>183</sup> Nesta pesquisa, foi selecionada uma amostragem parcial de inventários<sup>184</sup> que, organizada em tabelas e gráficos, permitiu evidenciar padrões de

---

<sup>183</sup> Cabe ressaltar que muitos dos inventários analisados se encontravam fragmentados e incompletos. Alguns, sem o auto de partilha, e outros, sem as descrições dos bens. Nos inventários que não apresentaram o auto de partilha, optei por contabilizar o monte-mor através da soma dos valores de cada um dos bens arrolados. Naqueles que não apresentaram as descrições dos bens, os mais trabalhosos, fiz o caminho inverso, busquei identificar todos os bens nas partilhas. Em alguns dos inventários o monte-mor apresentado no “auto de partilha” não condizia com a soma de todos os bens arrolados na “descrição dos bens”; nestas condições considerei as informações dos bens descritos nos autos inventariados.

<sup>184</sup> Diante das difíceis condições materiais dos documentos e do próprio tempo de pesquisa, foi possível consultar 80 inventários; desses, cinco são referentes aos anos de 1835-39. Para o período de 1840-80 foram analisados 75 documentos. No número total de inventários estão incluídos os arrolamentos e as partilhas amigáveis; para simplificar o tratamento metodológico, optei por denominar a todos genericamente de “inventários”, o que não acarretou prejuízos para o tipo de análise desenvolvida. Joana Medrado (2008, p. 26) pontuou as diferenças entre partilha amigável, inventário e arrolamento: “Os primeiros eram normalmente realizados pelas famílias mais ricas cujos membros conseguiam chegar a um consenso amigável sobre a partilha dos bens do falecido. O segundo era o procedimento mais comum, no qual a família definia um inventariante

riquezas regionais através da análise da composição patrimonial dos diversos segmentos sociais. Conforme assinalou Monica Duarte Dantas (2007, p. 81), sobre os inventários pesquisados da Comarca de Itapicuru (Norte da Bahia):

Embora registrem um momento congelado da vida material da população, os inventários abarcam uma variedade de situações que permitem entrever a multiplicidade de espaços de sobrevivência que a população mais pobre podia improvisar nos interstícios de uma sociedade marcada pela concentração de riquezas.

Os dados analisados revelaram que a riqueza regional estava distribuída principalmente, seguindo a ordem valorativa, em escravos, gado e terras. A Tabela 8 (abaixo) demonstra que o escravo foi o “bem” de maior valor econômico. Para os anos de 1840-80, a posse escrava correspondeu à média de 36,8% do valor total dos bens inventariados. Visando melhor esclarecer sobre as diferenças na aquisição da posse escrava no sertão do São Francisco, os inventários foram organizados de acordo com as similaridades socioeconômicas dos proprietários locais, como se verá mais adiante.

Tabela 8 - Bens inventariados, Urubu – 1840-1880

<b>BENS/ANOS</b>	<b>1840-49</b>	<b>1850-59</b>	<b>1860-69</b>	<b>1870-80</b>
Escravos	20:088\$910	32:790\$000	19:320\$000	72:210\$000
(%)	41,08	37,61	36,48	32,16
Gado <i>vacum</i>	13:511\$000	25:471\$000	8:622\$000	63:262\$000
(%)	27,63	29,21	16,28	28,17
Gado <i>cavalar</i>	2:425\$000	8:753\$000	4:867\$000	16:160\$000
(%)	4,96	10,04	9,19	7,19
Outras criações	41\$600	4\$000	16\$000	567\$000
(%)	0,08	0,0	0,03	0,25
Terras	5:340\$440	6:396\$000	5:958\$300	47:935\$750
(%)	10,92	7,33	11,25	21,35
Casas/ Benfeitorias	988\$000	2:000\$000	3:769\$000	11:764\$000
(%)	2,02	2,29	7,12	5,24
Móveis e Utensílios	1:136\$960	1:070\$350	1:474\$830	3:776\$990
(%)	2,32	1,22	2,78	1,68

para se incumbir da burocracia cartorial e pagava os custos do inventário. Já os simples arrolamentos, que configuram parcela significativa dos inventários, não tinham custo e significavam quase o mesmo de um inventário, ou seja, os bens eram arrolados, avaliados e partilhados entre os herdeiros”.

Ouro/prata	1:023\$830	818\$245	1:401\$550	2:080\$735
(%)	2,09	0,94	2,64	0,92
Dívidas ativas	3:327\$154	2:517\$483	3:265\$660	4:248\$083
(%)	6,8	2,88	6,16	1,89
Dotes	966\$428	5:930\$000	3:968\$400	2:525\$000
(%)	1,97	6,80	7,49	1,12
Dinheiro	52\$989	-	289\$500	-
(%)	0,10	-	0,54	-
Mercadorias	-	1:430\$180	-	-
(%)		1,64	-	-
(Dívidas passivas)	(5:825\$520)	(4:496\$574)	(6:296\$112)	(52:141\$117)
(%)	11,91	5,15	11,89	23,22

Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários. Nota: Valores em réis.

Após a posse escrava, o gado *vacum* e *cavalar* foi o segundo bem de maior valor econômico, com a porcentagem de 33,1%. Isso revela a importância da criação de gado na configuração da economia regional. Ao longo deste trabalho, vai-se perceber que foi intensa a comercialização de gado entre proprietários regionais e também com a capital da província e Recôncavo baiano. A produção e o comércio de gado em pé envolveram não só grandes proprietários, mas também pequenos lavradores, sitiantes e até mesmo libertos e escravos. A crise do açúcar, ocorrida na Bahia no século XIX, atingiu não só a economia exportadora, mas também a produção interna. Nesse período, observa-se um declínio considerável na produção bovina do sertão do São Francisco, tendo em vista que senhores de engenhos da capital e do Recôncavo foram uns dos principais consumidores de gado daquela região. Os dados dispostos na tabela 8 apontam, entre os anos de 1860-69, uma estimativa total em Rs. 8:622\$000, enquanto na década antecedente (1850-59) o gado foi estimado em Rs. 25:471\$000. As secas também contribuíram significativamente para a crise econômica dos sertões baianos vivenciada naquele período.

No terceiro lugar estão os bens de raiz (terras e benfeitorias) com 16,8% do total inventariado. Numa sociedade marcadamente rural, o acesso à terra foi um grande diferenciador socioeconômico. De acordo com Elisângela Oliveira Ferreira (2008, p. 196-197):

É evidente que a propriedade da terra assumia o seu valor na maior parte dos casos, dentro de uma estrutura de poder político, de influências, interesses e dependência. Nisto se reflete a preocupação das famílias em investir em terras ao longo da vida, como possessão segura e hereditária.

Na freguesia do Urubu, grandes fazendas pecuaristas, ao lado das pequenas e, muitas vezes, ínfimas posses de terras, compuseram o chão social daquela região. Observou-se que nas propriedades rurais, independentemente de suas dimensões, a criação de gado esteve sempre associada ao plantio de lavouras. A documentação revelou o cultivo de policulturas como feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar ao lado da produção de farinha, aguardente e rapadura. Essa pequena lavoura de subsistência desempenhou um papel agregador na dinâmica da economia interna, sobretudo na comercialização de seus excedentes entre os moradores locais.

As dívidas ativas, passivas e dinheiro (estimados em 17,7% do total de bens inventariados) evidenciaram as relações comerciais estabelecidas na freguesia do Urubu. Observou-se a circulação de valores monetários, os negócios estabelecidos no sertão e entre casas mercantis de Salvador e a prática de empréstimos a juros, comumente observada na região.

Os bens agrupados como mercadorias, bens móveis e utensílios, ouro e prata somaram 5,28% do valor total inventariado. A descrição detalhada de alguns desses bens demonstrou a existência de objetos de luxo como talheres e esporas de prata, “pente de prata com chapas de ouro”, vestimentas de seda, joias em ouro e cravadas de diamantes, cama francesa em posse dos sertanejos. E não se tratou somente dos mais abastados economicamente. Os menos afortunados também possuíam objetos de luxo, como a africana Maria de Oliveira, que teve seus irrisórios bens somados em Rs.114\$980, dentre eles “hú par de colher de prata com 21 oitavas” avaliado em Rs. 2\$520, no ano de 1835.<sup>185</sup>

A pesquisadora Isnara Pereira Ivo (2010, p. 142) também observou, entre os moradores do Sertão da Ressaca, o consumo de objetos de luxo, muitas vezes, oriundos da Europa:

Repensamos-se [sic] a idéia de isolamento e pobreza para os sertões [baianos] em análise, visto que a simplicidade refletida no mobiliário dos seus habitantes, [...] contrasta, não só com a riqueza comprovada pela posse de centenas [de] cabeças de gado, mas também pela presença de objetos de luxo como baixelas e esporas de prata, pente de ouro e peças de vestuários originárias de várias partes da Europa, especialmente França e da Inglaterra.

---

<sup>185</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Maria de Oliveira (africana). Ano: 1835. Documentação não catalogada.

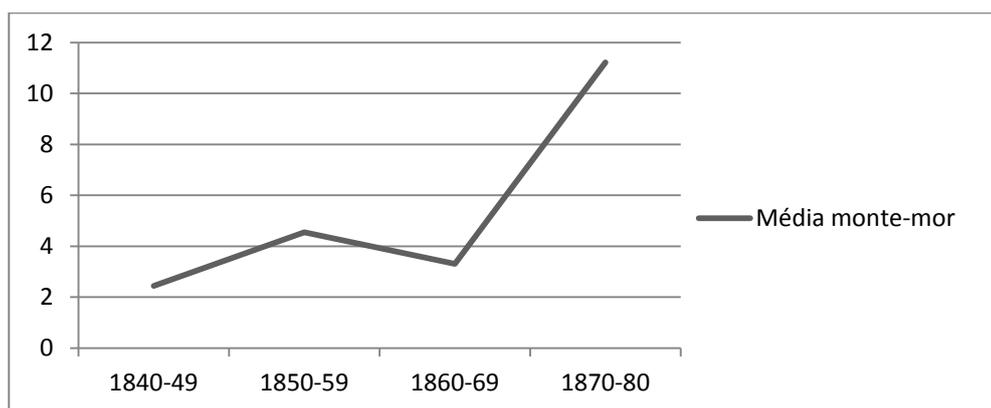
A tabela 9 (na sequência) evidencia o nível de riqueza regional nos períodos estudados. Desse modo, possibilitou avaliar a evolução da média do monte-mor por décadas, dando base para identificar oscilações econômicas ocorridas entre os anos de 1840 e 1880.

Tabela 9 – Média do monte-mor por período, Urubu – 1840-1880

ANOS	1840-49	1850-59	1860-69	1870-80
Quant. de Inventários	20	19	16	20
Média monte-mor	2:445\$115	4:558\$434	3:309\$515	11:226\$447

Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga – BA. Inventários. Nota: Valores em réis.

Gráfico 2 – Evolução da média do monte-mor, Urubu – 1840-1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga – BA. Inventários. Nota: Valores em réis.

O padrão de riqueza para a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima foi bastante modesto. Com exceção dos anos de 1870 a 1880, a média do monte-mor não ultrapassou cinco contos de réis. Nota-se que o crescimento econômico na região sofreu retração na década de 1860, provavelmente, pelos reflexos da crise econômica açucareira na capital e Recôncavo baiano motivada pela baixa do preço do açúcar no mercado internacional, bem como pela ocorrência de secas e epidemias que assolaram os sertões baianos, como assinalado acima.

José Ricardo Moreno Pinho (2001, p. 62), pesquisador do sertão do São Francisco, explica a crise açucareira e seu desdobramento na economia sertaneja:

Outra praça consumidora dos produtos São Franciscanos, especialmente de gado, Salvador e Recôncavo baiano, experimentava no século XIX uma crise sem precedentes gerada pela queda do preço do açúcar no mercado

internacional. O açúcar foi perdendo a condição de primeiro lugar entre os produtos de exportação do Império, cedendo este posto ao café produzido nas províncias do sul. A queda nos preços no mercado internacional acelerava-se motivada pela concorrência com a produção cubana, que havia instalado novos aparelhos industriais de maior eficiência produtiva e dos países europeus que desenvolviam a produção do açúcar de beterraba. Também no âmbito da concorrência interna, desde 1850 o açúcar baiano fora ultrapassado tanto em volume quanto em valor pelo açúcar pernambucano. Essa crise trouxe conseqüências negativas para toda a área de influência econômica naquela região exportadora.

No século XIX, ocorreram três grandes secas que acarretaram escassez e alta nos preços de alimentos: as secas de 1830, 1860 e 1890. A literatura regional registrou conseqüências desses períodos de estiagens prolongadas na vida dos sertanejos, como, por exemplo, mortes, epidemias e migrações em massa para regiões menos devastadas.<sup>186</sup> Para Elisângela Oliveira Ferreira (2008, p.175), a seca de 1860 foi a mais rigorosa de todas e a que ocasionou maiores prejuízos:<sup>187</sup>

Consta que a grande seca que se prolongou entre os anos de 1857 e 1860 foi a mais rigorosa que o Oitocentos assistiu, dizimando grande número de pessoas nas áreas mais atingidas e provocando escassez generalizada de alimentos. Essa escassez atingiu não só a Bahia como as demais províncias vizinhas, tanto pela seca em si quanto pela especulação no mercado, que elevou enormemente os preços. De quantas secas têm devastado o sertão ao longo dos tempos, poucas legaram tão horrível memória quanto esta, conhecida e imortalizada pela literatura regional como “a fome de 1860”.

As fontes pesquisadas deixaram entrever desdobramentos desse período de crise na vida cotidiana de homens e mulheres do sertão do São Francisco. Observa-se na tabela 8 (pág. 103/104) que a década de 1860 registrou o menor percentual do valor total de gado *vacum* e *cavalar* para os períodos analisados. Noutras palavras, houve uma queda considerável da produção do gado ocasionada pela seca. Ricos e pobres foram atingidos, mas certamente os menos providos de recursos financeiros, como os pequenos proprietários, lavradores sem terras próprias e escravos, sentiram mais de perto o peso da estiagem, com a perda de suas

<sup>186</sup> Romances regionais retratam as secas ocorridas ao longo do século XIX nos sertões baianos. Dentre outros, Cf.: FREITAS, M.M. de. *Estradas e Cardos* (descrição histórica dos sertões baianos). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra e Laemmert, 1947. ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

<sup>187</sup> Erivaldo F. Neves (1997, p. 240) apresentou o número de mortos, vítimas da seca de 1860, de diversas freguesias vizinhas à de Santo Antônio do Urubu de Cima: “O pároco Jerônimo Dantas Barbosa, da freguesia de Minas de Rio de Contas (Rio de Contas), comunicou ao governante baiano a morte de 524 pessoas; o vigário Fernando Augusto Leão, da paróquia de Macaúbas, apresentou relação de 204 mortes; o padre Policarpo de Brito Gondim, de Caetité, notificou a morte de ‘centenas de famintos’; o cônego José de Souza Barbosa, de Bom Jesus de Rio das Contas (Piatã), listou nominalmente 1.044 vítimas da fome e outras 3.274 pessoas que migraram; o cura Pedro Orlando Jatobá, de Gentio (Ceraíma, distrito de Guanambi), avaliou seus mortos entre 350 e 400; o juiz da comarca de Caetité, José Antonio Gomes Neto, estipulou que no termo de Santo Antônio da Barra (Condeúba) as vítimas da fome elevavam-se para ‘mais de mil’”.

lavouras e das poucas criações e, em geral, não dispunham de reserva de recursos. Conforme explicitou Ferreira (Ibid, p. 180):

As famílias de fazendeiros, além de poderem dispor mais facilmente de uma reserva de recursos, não raro possuíam várias parcelas de terras com localizações diferenciadas, o que gerava uma gama mais ampla de alternativas de deslocamento de gados e pessoas e, portanto, um maior poder de resistência.

O inventário do pequeno lavrador Lino José Barbosa evidencia a difícil situação dos menos providos de recursos mediante as longas estiagens. Quando este senhor faleceu, no ano de 1858, legou para os seus sete netos menos da metade dos seus poucos bens avaliados em Rs. 1:307\$600. Cada um dos órfãos herdou o valor de Rs. 84\$112 distribuídos principalmente em gado. Na prestação de contas, ocorrida em 1865, informou o tutor dos menores que houve perda de bens semoventes:

Perguntou o juiz a elle procurador pelos bens e rendimentos que tenha havido do orfão Felipe dados em seu quinhão. Respondeu que das quatro cabeças dada em pagamento ao mesmo orfão existião unicamente duas por ter morrido as demais com a sêca, que o poldro de anno tão bem morreu [...].<sup>188</sup>

Os bens de maior valor econômico herdados pelo órfão Felipe foram justamente as cabeças de gado e um poldro. E com a seca boa parte da sua herança foi ceifada. Seus irmãos também tiveram perdas do gado *vacum* e *cavalari*, principalmente com os rendimentos: “morreu algumas crias pela sêca”.<sup>189</sup>

A Tabela 8 demonstra também que houve retração na posse escrava na década de 1860. Nos anos de 1850 a 1859, o valor total dos escravos foi de 32 contos de réis aproximadamente, enquanto que nos anos de 1860 a 1869 foi estimado em 19 contos de réis, apesar do aumento no preço unitário dos cativos (conferir tabela 1 na pág. 36). Certamente, muitos proprietários de escravos, na impossibilidade de sustentá-los, viram-se forçados a vender alguns deles para as províncias do Sudeste que se encontravam em plena expansão econômica.

Mas não se pode descartar a possibilidade de morte de alguns escravos, vítimas de epidemias que assolaram a Bahia na segunda metade do século XIX. Em 1864, o juiz da comarca do Urubu escreveu para o presidente da província, avisando-o de que não fora

---

<sup>188</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Lino José Barbosa. Ano: 1858. Documentação não catalogada.

<sup>189</sup> Ibid.

possível reunir a sessão judiciária devido à disseminação da varíola, comumente denominada de peste da bexiga:

Continuando a grassar n'esta Villa a peste da bexiga, tornou-se impossivel, apezar do emprego de todas as diligencias legaes, reunir nova sessão judiciária do Jury d'este termo [...] e como o mal longe de retroceder, pelo contrario continua a atacar à todos quantos n'esta mesma Villa chegão, conservando-se, porém, delle isentos alguns Districtos d'este Municipio, onde se acha agglomerada a maior parte dos seos habitantes [...].<sup>190</sup>

Correspondências pessoais de proprietários regionais revelam que a varíola já era uma ameaça presente na vida dos sertanejos desde, pelo menos, a década de 1840. As cartas enviadas por familiares de José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) informam sobre a morte de escravos vítimas dessa doença:

Meu Mano e Amigo  
Caetité 5 de Janr<sup>o</sup> de 1844  
A pouco recebi carta sua p<sup>lo</sup>. seu escr<sup>o</sup> Gregório e m<sup>to</sup> estimei [...]. **A bexiga aqui ainda continúa e a poucos dias morreo João Mentira (da peste).** [...] Mano Amigo do Cor<sup>cao</sup>.  
Joaq<sup>m</sup>. Manoel Roiz Lima<sup>191</sup>

Meu Mano e Amigo de Cor<sup>m</sup>.  
Caetité 5 de Agosto de 1846  
[...] Estou m<sup>to</sup>. ancioso q. xegue novembro p<sup>a</sup> lhe abraçar. Depois q. nosso Pai morreo **tem morrido dous escravos e em vida delle houve m<sup>to</sup>. prejuiso de escravos e animaes como elle decerto lhe havia de comunicar**, a tropa compõem-se de 50 bestas e a pouco despaxei a p<sup>a</sup> São Felis p<sup>a</sup> hir amontinando a conta da casa com Zeferino e só deixei humas 6 bestas p<sup>a</sup> sua subida em 8br<sup>o</sup> ou 9br<sup>o</sup> as quaes ficão engordando. [...] Seo Comp<sup>e</sup>. Mano Am<sup>o</sup> do Cor<sup>m</sup>.  
Joaq<sup>m</sup> Manoel Roiz Lima<sup>192</sup>

Meo Comp<sup>e</sup> e Amigo  
Campos 1<sup>o</sup> de Dezembro de 1860  
[...] Eu e minha Família gosamos saude, e a 20 aqui chegemos de Monte Alto, tendo achado pouca agua, mas de 24 a 29 bastante chuveo q. estou com os tanques uns san grandes, e outras com bastante agua. **A diharreia de sangue bastante assolou por estes lugares, pois de 15 de 9br<sup>o</sup> the fins perdi 3 escravos sendo o João Grande, o B<sup>a</sup> e o Xico tatu e ainda tenho alguns doentes.** [...] Seo amigo e com<sup>o</sup> aff. [?]<sup>193</sup>

<sup>190</sup> APB. Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário – Juízes (Urubu), maço 2623, ano 1864.

<sup>191</sup> Acervo Particular da Casa do Barão de Caetité. Grupo Joaquim Manoel Rodrigues Lima, Série Correspondências (1889–1903). Caixa 3, Maço 1 (grifos meus).

<sup>192</sup> Acervo Particular da Casa do Barão de Caetité. Grupo Joaquim Manoel Rodrigues Lima, Série Correspondências (1878–1916). Caixa 2, Maço 1 (grifos meus).

<sup>193</sup> Acervo Particular da Casa do Barão de Caetité. Grupo Sem identificação do destinatário, Série Correspondências (1840–1951). Caixa 1, Maço 1 (grifos meus).

Os dois primeiros trechos foram extraídos de cartas escritas por Joaquim Manoel Rodrigues Lima<sup>194</sup>, genro do Barão de Caetité. Ressalta a morte de escravos que trabalhavam nas fazendas agropecuaristas de sua família, diga-se, uma das mais abastadas do alto sertão baiano. A terceira carta não revela o seu remetente nem o destinatário, mas certamente trata-se de algum parente do senhor Gomes Neto. Evidencia que os escravos da fazenda Campos (Caetité) também foram vítimas de epidemias. Talvez a “diharreia de sangue” se refira ao cólera-morbo, pois a diarreia foi um dos fortes sintomas dessa doença. Esses indícios revelam o quanto os escravos foram vulneráveis a essas epidemias devido à precariedade dos recursos materiais necessários às suas sobrevivências associada ao grande esforço físico dispensado nos afazeres cotidianos das propriedades rurais.

O pesquisador Onildo Reis David (1993), em seu estudo sobre a epidemia do cólera-morbo entre os anos de 1855 e 1856, apontou as tristes consequências desse surto epidêmico na vida da população baiana. Baseou-se em estatísticas apresentadas pelo médico Rodrigues Seixas; mesmo considerando que “os dados sejam imprecisos, esse é o único trabalho à época que nos dá uma idéia de conjunto da mortalidade epidêmica” (Ibid, 146). O autor apontou a seguinte estimativa no número de vítimas: “A população da Bahia, em 1855, era estimada em um milhão de habitantes. Segundo Seixas, 36.000 pessoas morreram de cólera em toda a província. Isto representa um despovoamento da ordem de 3,6%” (Ibid, p. 146). De acordo com os dados apresentados, a grande maioria dos mortos foi classificada como mulatos (49%) e negros (36%) e isso acarretou certas mudanças na vida cotidiana dos escravos:

Com grande mortalidade ocorrida entre os escravos dos engenhos, os sobreviventes foram obrigados a aumentar o volume de seus trabalhos. Em janeiro de 1857, os cativos africanos Ivo e Jacob foram recolhidos na prisão Aljube por terem fugido do Engenho Maroim, no Iguape. Eles alegavam que haviam se evadido por “ser muito pesado o serviço e poucos escravos, tendo parte deste morrido da epidemia do cholera” (Ibid, p. 163).

Apesar de os dados apresentados por Onildo R. David concentrarem-se na capital da província e no Recôncavo baiano, não se pode deixar de apontar que o surto de cólera também atingiu os sertões baianos, conforme sinalizaram as fontes oitocentistas. Contudo, essa temática ainda carece de pesquisas específicas.

De acordo com o Gráfico 2 (pág. 106), nos anos de 1870 a 1880, a economia regional voltou a crescer e atingiu seu maior índice. O valor total de escravos inventariados na

---

<sup>194</sup> Joaquim Manoel Rodrigues Lima foi um dos influentes políticos de Caetité; ocupou o cargo de Deputado Provincial (1888-1889) e foi o primeiro governador (eleito) da Bahia (1892-1896). Sobre a política sertaneja ver a dissertação de mestrado: “Agora um pouco da política sertaneja: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924)”, de Lielva Azevedo Aguiar (2011).

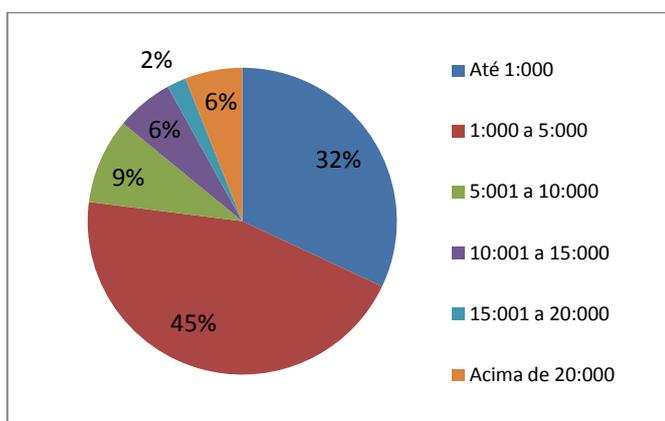
comarca do Urubu elevou-se consideravelmente. Esse aumento explica-se, em parte, pelo fim do tráfico atlântico de africanos e a implementação do tráfico interprovincial, que aumentou o preço dos cativos devido à demanda pela força de trabalho no Sudeste brasileiro, como veremos adiante.

O gado *vacum* alcançou a estimativa de 63 contos de réis, valor bem acima dos registrados nos demais períodos analisados. Essa elevação, após a crise de 1860, demonstra uma recuperação nas atividades pastoris, confirmando a importância do gado *vacum* para a economia no sertão do São Francisco.

Contudo, o fator preponderante para o aumento significativo das cifras econômicas nesse período reside na participação do monte-mor dos ricos fazendeiros. Dos dez inventários avaliados acima de 10 contos de réis, identificados na pesquisa, cinco deles foram abertos na década de 1870, incluindo aí as duas maiores fortunas. Nesses espólios concentrava-se a imensa maioria das cabeças de gado *vacum* e também o maior número de escravos inventariados, o que contribuiu significativamente para elevar os índices econômicos. O peso econômico desses inventários correspondia aproximadamente a 73% do valor total dos bens inventariados na década de 1870.

Como sinalizado, a riqueza regional esteve concentrada nas mãos de bem poucos sertanejos. Do total de 75 inventários analisados, 32% referem-se àqueles cujas posses não ultrapassaram um conto de réis, somando aos que possuíam até cinco contos de réis, 45% dos inventários, percebe-se que 77% dos inventários estavam na faixa de até cinco contos, ou seja, a grande maioria populacional inclusa: sitiantes, lavradores, agregados, pequenos fazendeiros e comerciantes (ver Gráfico 3). Entre cinco e dez contos de réis foram identificados 9% dos inventariados. Os demais 14% correspondem aos mais ricos e que detinham a posse da maioria dos bens inventariados.

Gráfico 3 – Distribuição dos valores médios de monte-mor dos inventários,  
Urubu – 1840 - 1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários.

Visando melhor identificação da vida material dos variados segmentos sociais da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima no Oitocentos, os inventários foram divididos em quatro faixas de riquezas com base no monte-mor. A primeira faixa de riqueza refere-se àqueles que possuíam até um conto de réis; a segunda, entre um e cinco contos de réis; a terceira, entre cinco e dez contos de réis; e por último, os acima de dez contos de réis.

A **primeira faixa de riqueza** compreendeu um grupo de 24 indivíduos com bens avaliados em até um conto de réis, o que corresponde a 32% do número total de inventários. Nesse grupo estão incluídos os pequenos lavradores,<sup>195</sup> sitiantes e agregados que, de modo geral, se dedicavam ao cultivo de alguma lavoura e à criação de gado *vacum* e *cavalar*, e nem sempre foram proprietários de escravos e terras, conforme Gráfico 4. Desse modo, foi possível caracterizá-los como:

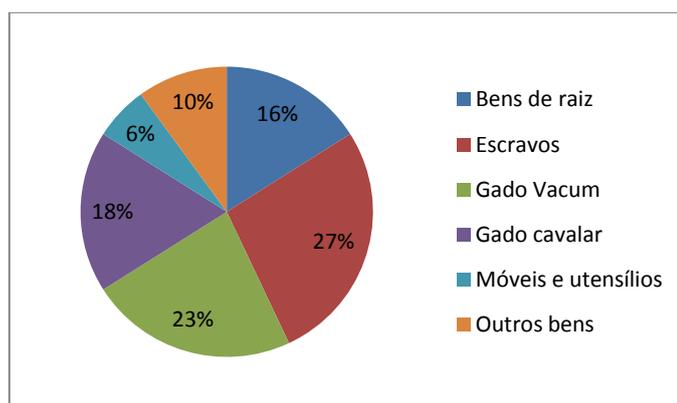
Homens e mulheres que ganhavam a subsistência cotidiana com o trabalho familiar, auxiliados por um escravo e, talvez, por um alugado nos momentos de precisão. Pessoas que moravam em diminutos chãos de terra, na casa de parentes, nas fímbrias das maiores propriedades ou em posses ainda não contestadas (DANTAS, 2007, p. 82).

Nos afazeres da vida cotidiana, contavam com o trabalho familiar visto que muitos não possuíam escravos. No universo de 24 inventários que compõem essa faixa de riqueza, a posse escrava foi identificada em 10 inventários e variava em número de um e dois escravos por proprietário. Totalizou-se o número de 16 escravos.

<sup>195</sup> De acordo com Pires (2009, p. 147), “a denominação ‘lavradores’ serviu de rótulo para várias situações: poderia designar agregados, roceiros, meeiros, posseiros, ou mesmo uma função exercida em determinado momento”. Nesta pesquisa, o termo lavrador, de modo genérico, refere-se àqueles que se dedicaram à plantação e cultivo de lavouras independentemente de sua condição (se de agregado, roceiro, meeiro ou posseiro).

O inventariado Manoel Francisco de Castro foi o único que possuía três escravos. No seu inventário, datado de 1843, foram arrolados: “Huma parte de terras no Citio do Paulista” (Rs.25\$000), “Huma parte que tem [...] em huma casa velha no lugar do Citio do Paulista com hum milheiro de telha e huma porta e huma janella” (Rs. 7\$000), móveis e utensílios (Rs. 61\$040), dois cavalos (Rs. 40\$000), dívidas ativas (113\$420) e os seguintes escravos: Thomas, africano, doente (Rs. 30\$000); Francisco, cabra, 30 anos, “torto de hum olho e xacoso” (Rs. 200\$000); e Cristina, cabra, 28 anos, “doente de huma perna que caxinga della”, (Rs. 180\$000). As condições físicas desses escravos revelam as duras condições de trabalho a que eram submetidos e, talvez, fossem consequências de maus tratos sofridos por eles. Possivelmente, esse proprietário dedicava-se ao cultivo de lavouras no sítio do Paulista em parceria dos irmãos Paulo Francisco e Fabrício.<sup>196</sup>

Gráfico 4 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 1 (até 1:000), Urubu – 1840 - 1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários.

A grande maioria dos inventariados dedicava-se à criação de gado. Possuíam em média 18 cabeças de gado *vacum* e sete de gado *cavalari*. As exceções foram Francisco Fortunato Ferreira Gomes e Joaquim Antônio de Castro. O primeiro teve seus bens avaliados em Rs. 328\$720, no ano de 1849, sendo uma escrava de nome Amância, crioula, 11 anos (Rs. 300\$000), e bens móveis e utensílios (28\$720).<sup>197</sup> Não se pode precisar, com base nas descrições dos bens, os meios de vida de Francisco Fortunato, presume-se que vivesse do

<sup>196</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Manoel Francisco de Castro. Ano: 1843. Documentação não catalogada.

<sup>197</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Francisco Fortunato Ferreira Gomes. Ano: 1849. Documentação não catalogada.

aluguel de sua escrava Amância e desenvolvesse serviços temporários em fazendas e sítios da região.

Joaquim Antônio de Castro deixou para os três filhos menores seus poucos bens, avaliados, em 1853, em Rs. 390\$000, sendo uma parte de terra na fazenda do Riacho (Rs. 150\$000) e dois escravos: João, africano, “já bastante velho” (Rs. 90\$000), e Joanna, africana, 50 anos (Rs. 150\$000). Provavelmente, vivia da plantação de lavouras e comercialização dos excedentes.<sup>198</sup>

Foram identificadas 13 pessoas com posse de terras avaliadas, em sua grande maioria, entre Rs. 25\$000 e Rs. 30\$000. Esses valores informam que se tratava de diminutas propriedades. Desse número, quatro delas tiveram suas terras avaliadas entre Rs. 50\$000 e Rs. 150\$000. Ainda assim, pode-se considerar como pequenas propriedades rurais. O inventário de Dionísia da Silva Abreu apresentou o maior valor de terras (Rs. 425\$500), caracterizando-o como uma exceção entre os demais inventários dessa faixa de riqueza.<sup>199</sup>

Dentre os pequenos sitiantes com posse territorial, Eduardo de Souza Britto apresentou o menor monte-mor. Seus bens, avaliados em Rs. 371\$100, estavam distribuídos em 20 cabeças de gado *vacum* (Rs. 160\$000), oito de gado *cavalar* (Rs. 94\$000), móveis e utensílios (Rs. 61\$100), um relicário de ouro (26\$000) e uma “parte de terras na Fazenda Saco, hoje pertencente a da Lagoa Clara à margem do Paramirim, terras em comum entre os herdeiros do finado Antonio de Souza Britto [...]”, no valor de Rs. 25\$000, advinda de herança paterna. As únicas ferramentas descritas foram dois machados de ferro; nesse sentido pode-se deduzir que fora criador de gado e, talvez complementasse suas rendas com o aluguel de seus serviços para fazendeiros e sitiantes da região.<sup>200</sup>

Muitos dos indivíduos com bens inventariados nessa faixa de riqueza não possuíam terras. Viviam como diaristas (aluguel de seus serviços), vaqueiros ou agregados de alguma fazenda ou sítio. Antônio Teixeira Trovanca, morador na fazenda do Boqueirão, foi um desses. Seu inventário, aberto em 1848, demonstrou que foi dono de 35 cabeças de gado *vacum* (Rs. 280\$000), 14 de gado *cavalar*, móveis e utensílios (Rs. 79\$920) e um dote por Rs.

<sup>198</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Joaquim Antônio de Castro. Ano: 1853. Documentação não catalogada.

<sup>199</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Dionísia da Silva Abreu. Ano: 1868. Documentação não catalogada.

<sup>200</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Eduardo de Souza Britto. Ano: 1849. Documentação não catalogada.

72\$000. Possivelmente labutava com gados e com lavouras, dadas as descrições das ferramentas de trabalho como machado, foice e enxada.<sup>201</sup>

O inventário de Sebastiana Moreira revela que ela e o esposo, Manoel Pinto Rabelo, viviam no Sítio das Caraíbas, mas não possuíam terras. Tratava-se de uma família de agregados com posse escrava: Lusía e sua pequena filha Canuta avaliadas em Rs. 130\$000. Os demais bens eram onze cabeças de gado *vacum* (Rs. 66\$000), cinco ovelhas (Rs. 1\$600), móveis e utensílios (Rs. 32\$900) e uma dívida ativa (200\$000).<sup>202</sup> Outro agregado, Paulo Muniz de Aguiar, residia na fazenda Campos, teve seus bens inventariados em 1855, somados em Rs. 204\$940 e distribuídos em dez cabeças de gado *vacum* (Rs. 76\$000), quatro de gado *cavalar* (Rs. 76\$000), móveis e utensílios (Rs. 28\$940) e dívidas ativas (Rs. 14\$000). Presumivelmente, Paulo Muniz prestava serviços para algum criador da fazenda Campos e recebia em pagamento uma porcentagem em animais de criação. As condições de vida dos agregados nem sempre foram fáceis e dependiam, em certa medida, da disposição dos fazendeiros e sitiantes, como se verá mais adiante.

No grupo de inventários que possuíam até um conto de réis, foram identificadas pessoas que viviam em regime de trabalho familiar em pequenas propriedades territoriais próprias ou de terceiros, seja na criação de animais ou na lavoura, e nem sempre dispunham do trabalho escravo. Realidade muito próxima da identificada por Monica Dantas (2007, p. 86-87) para alguns dos habitantes do sertão do Soure e Itapicuru, no século XIX:

Ainda que não fossem, necessariamente, as figuras mais pobres da região (uma vez que tinham bens para serem inventariados), fica patente que, dentre os habitantes de Soure e Itapicuru, havia os que moravam em terras de terceiros, quem sabe vaqueiros ou agregados, conseguindo juntar algum patrimônio em gado ou escravos, e outros que, possuindo a terra, eram forçados, de qualquer maneira, a empregar a própria mão-de-obra familiar e algum alugado em períodos de precisão. Pessoas que, diante de seus poucos bens e da necessidade de sustentar a família, talvez fossem forçadas a alugar o braço escravo ou familiar para juntar alguma renda extra.

De modo geral, tratava-se de vaqueiros, roceiros ou pequenos lavradores e agregados que se ocupavam de afazeres próprios com a criação de alguns animais e da plantação de suas pequenas roças de milho, mandioca, feijão e outros gêneros alimentícios. Dessas atividades forjaram meios de sobrevivências familiares, negociavam os excedentes desses produtos na vizinhança e nas pequenas feiras dos arraiais. Ou, quem sabe, simplesmente trocavam alguns

---

<sup>201</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Antônio Teixeira Trovanca. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

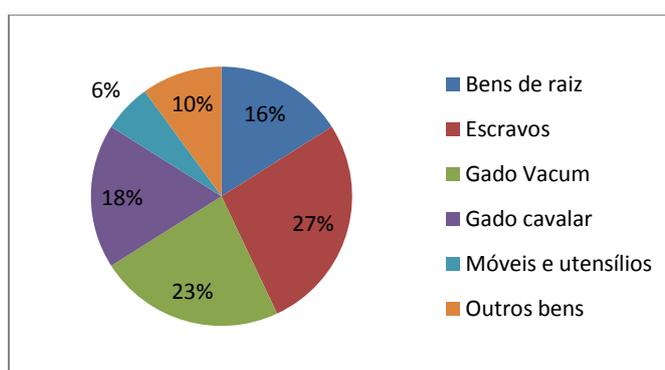
<sup>202</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Sebastiana Moreira. Ano: 1843. Documentação não catalogada.

dos produtos com vizinhos de mesma condição social. E nos momentos de escassez, poderiam alugar sua força de trabalho para proprietários mais abastados da região.

A **segunda faixa de riqueza** compõe-se de inventários com monte-mor entre um conto e cinco contos de réis. Incluem 34 inventariados (45% do total) entre pequenos fazendeiros, sitiantes e comerciantes. Nota-se nesse grupo que o aumento do valor dos espólios corresponde ao maior acesso a determinados bens como escravos, gados e terras. A grande maioria dedicava-se à criação de gado *vacum* e/ou *cavalar* em terras próprias, possuía engenhocas, casas de farinha e dispunha do trabalho escravo. Cabe ressaltar, ainda, a participação de pequenos comerciantes e de profissionais liberais nessa faixa de riqueza.

Foram arrolados 114 escravos em 28 inventários, com média de quatro escravos por proprietário. Um aumento significativo em relação ao grupo da primeira faixa de riqueza e diferenciador econômico desse segmento social. De acordo com Dantas (2007, p. 90): “O tipo de mão-de-obra utilizada tinha papel de destaque na configuração e inserção sociais, influenciando as escolhas econômicas”. A maior posse escrava foi do senhor Francisco Martins da Costa; seu inventário, autuado em 1854, constava de 14 escravos avaliados todos por Rs. 4:250\$000.<sup>203</sup>

Gráfico 5 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 2 (1:000 a 5:000), Urubu – 1840 - 1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários.

Nessa segunda faixa de riqueza, a propriedade rural teve peso econômico maior que os gados *vacum* e *cavalar* conforme se observa no Gráfico 5. Partes de terras foram arroladas em 23 inventários e tratava-se de sitiantes e pequenos fazendeiros. Essas terras foram avaliadas em Rs. 9:607\$250, sem somar com as benfeitorias. A média do valor territorial foi de

<sup>203</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Francisco Martins da Costa. Ano: 1854. Documentação não catalogada.

417\$000 por proprietário. As descrições apresentadas nos inventários não possibilitaram precisar o tamanho das posses, visto que não foram registradas suas dimensões, seguem geralmente descrições genéricas como: “hua parte de terras em commum na Fazenda da Chapada deste Termo avaliada em oitenta e cinco mil réis”.<sup>204</sup>

No inventário de Clemente Malaquias Ferreira Gomes (1849), foi localizada a maior posse territorial, notificada da seguinte forma: “Duas partes de terras em commum nesta Fazenda de Sam Bartholomeo” avaliada por Rs. 1:000\$000 e “parte e meia de terras na fazenda Paramirim com curral e casa coberta de telha” por 1:000\$000.<sup>205</sup> O valor dessas terras equivalia praticamente a metade do monte-mor apresentado (4:314\$940).

Por outro lado, foi possível identificar Eustáquio Ferreira Pessoa como pequeno fazendeiro. Seu inventário, datado de 1844, apresentou um monte-mor de 4:297\$160 distribuídos nos seguintes bens: “haverá no valor das terras da fazenda Pernambuco ou Umbuzeiros avaliadas na quantia de trezentos mil réis” e “haverá no valor das terras da Penha avaliada na quantia de duzentos e cinquenta mil réis”; somando com as benfeitorias, totalizaram-se os bens de raiz em Rs. 710\$000; 100 cabeças de gado *vacum*, por Rs. 600\$000; *cavalar*, por Rs. 324\$000; 80 cabeças de ovelhas, por Rs. 40\$000; móveis e utensílios, Rs. 273\$160; e setes escravos: quatro homens, duas mulheres e uma criança.<sup>206</sup> Esse proprietário lidava com atividades diversificadas, como lavoura, fabricação de farinha, criação de animais e ainda possuía uma tenda de ouvires. O número de reses inventariadas aponta para “[...] uma comercialização mais efetiva de gado em pé e não uma criação voltada basicamente à subsistência da família e alguma troca de carne na feira” (DANTAS, 2007, p. 89). O emprego do trabalho escravo nas variadas atividades desenvolvidas nas propriedades dispensava o uso mais efetivo do braço familiar de Eustáquio Pessoa.

Gados *vacum* e *cavalar* foram arrolados em 25 inventários. A média foi de 38 cabeças de gado *vacum* e 10 de *cavalar* por inventário. Dentre os bens descritos no inventário de Marianna Rodrigues (1866), cujo monte-mor foi de Rs. 2:855\$000, o gado possuía o maior peso econômico. Foram arroladas 100 cabeças de gado *vacum* (Rs. 1:200\$000), 14 de *cavalar*

<sup>204</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Joaquim Luís Ferreira Portela. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>205</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Clemente Malaquias Ferreira Gomes. Ano: 1849. Documentação não catalogada.

<sup>206</sup> Os escravos foram inventariados da seguinte maneira: Manoel, pardo, 20 anos; João, pardo, 29 anos, “achacado de dores no peito”; Antônia, crioula, 30 anos, “sabe fiar”; Benedicta, cabra, 34 anos, “achacada de dores [?]”, “custureira, rendeira, engomadeira, doceira”; Antônio, crioulo, 30 anos, “surdo de hú ouvido”, roceiro; José, 36 anos, “quebrado da virilha”, roceiro; Antonio, cabra, 3 anos.

(277\$000), uma parte de terra e benfeitorias no Sítio São Francisco (Rs. 238\$000), um escravo (Rs. 550\$000), móveis e utensílios (Rs. 111\$000) e dote (479\$000).<sup>207</sup>

Nessa segunda faixa de riqueza, o gado passou a ser o terceiro na ordem dos bens de maior peso econômico, sendo ultrapassado pela porcentagem de “outros bens”, conforme se observa no Gráfico 5 (acima). Isso se explica pela participação de comerciantes no grupo, como no caso do senhor José Vicente de Oliveira com os bens avaliados em Rs. 2:256\$930;<sup>208</sup> e de Jesuína Antônia dos Santos, esposa do proprietário de armazéns de secos e molhados Porfírio Simoens da Cunha, com monte-mor de Rs.4:932\$653,<sup>209</sup> cujas trajetórias serão tratadas ainda neste capítulo. E também de profissionais liberais, como o advogado Manoel Joaquim da Silva Leão, que teve seus bens avaliados em Rs. 4:875\$000.<sup>210</sup>

**A terceira faixa de riquezas** compreende sete inventários com monte-mor entre cinco contos e dez contos de réis (representa 9% do total de bens). Pode-se considerar esse grupo, em sua grande maioria, de fazendeiros de “médio” porte. Homens e mulheres que se sustentavam das atividades agropastoris, com um número relativo de escravos e com posse de terras consideráveis.

Foram arrolados 62 escravos, com uma média de 10 escravos por proprietário. O inventário de José Estêvão Machado foi o único que não incluía posse escrava. Aberto em 1860, apresentou um monte-mor de Rs. 6:716\$100, com os bens: terras (Rs. 1:710\$000), casas e benfeitorias (320\$000), 302 cabeças de gado *vacum* (Rs. 3:624\$000), 13 de gado *cavalar* (Rs. 545\$000), quatro muares (Rs. 400\$000), oito ovelhas (Rs. 8\$000), móveis e utensílios (Rs. 109\$100). Nesse inventário não havia escravos arrolados porque aquele senhor lhes concedeu alforrias em testamento:

Declaro que os escravos que eu possuir e forem achados depois de meo falecimento, poderão gozar de plena liberdade, como nassesse de ventre livre, pois lhes ficará servindo esta verba de verdadeira carta de liberdade, cujo ato é muito do meo gosto e vontade, jamais poderá ser revogado.<sup>211</sup>

O inventário de Pacífico Theodoro de Castro foi avaliado em Rs. 9:472\$00. Seus bens constituíam-se, na sua grande maioria, de 22 escravos, sendo quatro homens, sete mulheres e

<sup>207</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Marianna Rodrigues. Ano: 1866. Documentação não catalogada.

<sup>208</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Vicente de Oliveira. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

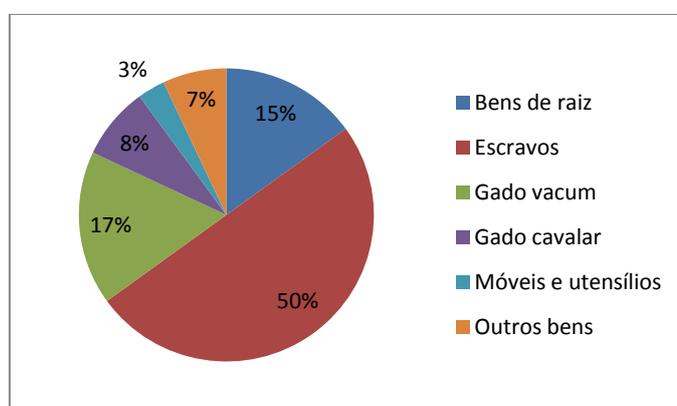
<sup>209</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Jesuína Antônia dos Santos. Ano: 1850. Documentação não catalogada.

<sup>210</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Manoel Joaquim da Silva Leão. Ano: 1877. Documentação não catalogada.

<sup>211</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Estêvão Machado. Ano: 1860. Documentação não catalogada.

onze crianças, totalizados em 8:200\$000. Os demais bens eram partes de terras (Rs. 26\$000) e móveis e utensílios (Rs. 16\$000).<sup>212</sup> Os bens de Manoel Gonçalves de Carvalho também se resumiam na posse de 13 escravos: cinco homens, três mulheres e cinco crianças, avaliados em Rs. 8:100\$000. Certamente, suas rendas provinham do aluguel de seus escravos.<sup>213</sup> Nota-se o alto índice de crescimento vegetativo presente nessas duas posses escravas, evidenciando que aqueles escravos estavam ligados por laços familiares.

Gráfico 6 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 3 (5:001 a 10:000), Urubu – 1840 – 1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários.

Nessa terceira faixa de riqueza, a posse escrava representou 50% do total de bens inventariados. Em seguida, temos o gado *vacum* com 17% e depois, bens de raiz com 15% (vide Gráfico 5). Gado *vacum* foi arrolado em cinco inventários, com uma média de 194 cabeças por proprietário. Sérgio Martinianno da Roxa (monte-mor avaliado em 6:804\$420) possuía uma quantidade de gado *vacum* muito acima dessa média, tinha 350 cabeças (Rs. 2:110\$000) espalhadas na “[...] metade das terras da fazenda de Santo Onofre em comum com outro herdeiro”.<sup>214</sup>

Três proprietários foram donos de posse de terras avaliadas acima de um conto, e outros dois, com Rs. 390\$000 e Rs. 700\$000, respectivamente. A média do valor territorial foi de Rs. 928\$000 por proprietário. Outros três dos inventariados possuíam parcelas de terras

<sup>212</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Pacífico Teodoro de Castro. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>213</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Manoel Gonçalves de Carvalho. Ano: 1870. Documentação não catalogada.

<sup>214</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Sérgio Martinianno da Roxa. Ano: 1852. Documentação não catalogada.

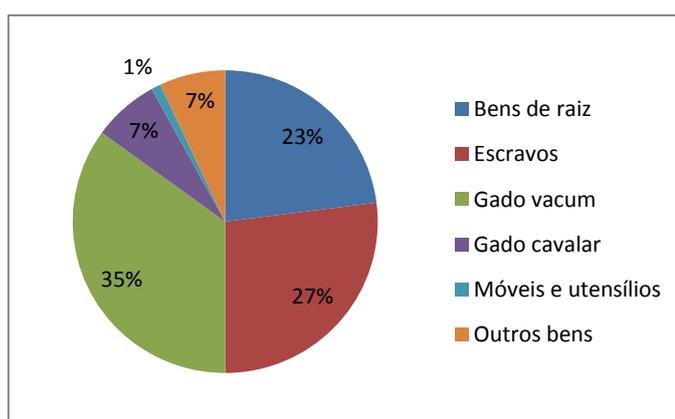
espalhadas por diferentes fazendas. Eram donos de uma propriedade maior, geralmente onde moravam, e possuíam pequenas parcelas de terras espalhadas por outros sítios e fazendas.

Por último, a **quarta faixa de riqueza**, composta dos mais ricos sertanejos detentores de monte-mor acima de dez contos de réis. Foram identificados 10 inventários (14% do total dos inventários). Com exceção do inventário de D. Herculana Francelina da Silva Leão, esposa do ex-juiz da Comarca do Urubu, com monte-mor de Rs. 11:776\$720,<sup>215</sup> todos os demais inventários são de ricos fazendeiros, proprietários de mais de uma fazenda. Gozavam de maior prestígio econômico e social, com acesso a cargos públicos e patentes.

Todos possuíam escravos numa média de 12 por proprietário. No inventário de D. Lina Ferreira de Magalhães (monte-mor Rs. 12:744\$880), datado de 1851, foi arrolado o maior número de escravos dos inventários analisados para a comarca do Urubu. Tinha a posse de 23 cativos avaliados todos em Rs. 6:700\$000, sendo seis homens, sete mulheres e dez crianças.<sup>216</sup>

Impressiona a quantidade de gado *vacum* arrolada nesses inventários. Foram 7.847 cabeças de gado *vacum* de toda sorte, descritas em nove dos dez inventários analisados, com média de 871 cabeças por proprietário. Em quatro inventários foram arroladas mais de 1.000 cabeças. O gado *vacum* teve a porcentagem mais alta (35%) no total do patrimônio inventariado nessa faixa de riqueza, ultrapassando até mesmo a posse escrava.

Gráfico 7 – Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventários pertencentes à faixa 4 (acima de 10:001), Urubu – 1840 - 1880



Fonte: Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventários.

<sup>215</sup>Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Herculana Francelina da Silva Leão. Ano: 1876. Documentação não catalogada.

<sup>216</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Lina Ferreira de Magalhães. Classificação: 03/1290/1759/04. Ano: 1851.

Observa-se concentração de terras. Em seis inventários foram descritas posses de terras avaliadas entre um e dois contos de réis. Contudo três ricos fazendeiros detinham posse de grandes parcelas fundiárias. O primeiro deles, José Félix de Souza Brasil, teve seus bens avaliados em Rs. 61\$272\$920 no ano de 1874. Era proprietário das fazendas Bella Vista, Tabuleiro, Santa Rosa, Genipapo, Barra do Paramirim e Umbuzeiro, avaliadas em mais de 12 contos de réis. Possuía ainda 2.100 cabeças de gado *vacum*, 126 de gado *cavalar*, 57 muares, 370 ovelhas e cabras, 20 escravos: onze homens, cinco mulheres e quatro crianças.<sup>217</sup>

Por ocasião do falecimento de D. Otília Spínola de Souza Teixeira, esposa do fazendeiro Francisco Teixeira de Araújo, os bens do casal, localizados na comarca do Urubu, foram avaliados em Rs. 57:794\$000. As terras e fazendas somaram 18:040\$000, gado *vacum* (em número de 2.400) e *cavalar* (em número de 258) Rs. 28:300\$000, 18 escravos Rs. 10:550\$000, demais bens, Rs. 904\$000.<sup>218</sup> E por último, o inventário de Miguel Braz da Silva, com monte-mor de 16:970\$000 distribuídos em: fazendas e parcelas de terras avaliadas em Rs. 10:464\$000, três escravos em Rs. 850\$000, 84 cabeças de gado *vacum* e *cavalar* em Rs. 1:215\$000, dentre outros bens somados em Rs. 4:441\$000.<sup>219</sup>

Todas as indicações presentes nas composições patrimoniais demonstram que no sertão do São Francisco a vida estava entrelaçada as roças e a criação de gado. Dos pequenos aos grandes proprietários, nota-se o quanto que o acesso a terra foi essencial e exerceu importante papel na distinção social dos sertanejos, assim como a posse de escravos e de gado.

Organizar os inventários de acordo com o valor do monte-mor correspondente possibilitou analisar mais detidamente a posse escrava na região. Assim, viu-se que a grande maioria dos sertanejos possuía um número bastante modesto de escravos, e, em muitas situações, não se isentavam dos afazeres na roça e da lida com o gado. Muitos dos sitiantes, pequenos lavradores e agregados contaram muito mais com a força braçal dos membros de suas famílias para cuidar de seus pequenos rebanhos e cultivar a terra. Por outro lado, os inventários revelaram que escravos estavam envolvidos por laços familiares. Mesmo nas propriedades menores, foi possível identificar indícios de parentescos. Mas, certamente, as maiores propriedades proporcionaram melhores condições para que muitas famílias escravas

<sup>217</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Félix de Souza Brasil. Ano: 1874. Documentação não catalogada.

<sup>218</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Otília Spínola de Souza Teixeira. Classificação 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Lençóis – BA.

<sup>219</sup>Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Miguel Braz da Silva. Ano: 1879. Documentação não catalogada.

alcançassem certa estabilidade. Isto ficou evidente, sobretudo, no número considerável de crianças escravas inventariadas. Reforça-se mais uma vez a importância das famílias escravas na economia local e regional, especialmente, das grandes fazendas pecuaristas, aspecto que será melhor abordado no terceiro capítulo.

Vejamos a seguir, com maiores detalhes, a importância da lavoura nos arranjos cotidianos de sobrevivência dos sertanejos.

### 3.2.2 Lavouras e a produção de farinha, rapadura e aguardente

Associadas à atividade pastoril, que predominou no sertão do São Francisco desde os primórdios de sua ocupação, havia lavouras de gêneros alimentícios, como mandioca, feijão, milho, e produtos fabricados da cana-de-açúcar (rapadura e aguardente) e da mandioca (farinha). De acordo com Neves (2008, p. 187), a policultura complementou a atividade pastoril e possibilitou a fixação de populações na região:

Ao favorecer-se da pecuária e lhe complementar, a policultura agrícola expandiu-se, possibilitou o assentamento de populações e viabilizou a própria criação do gado, num processo de mútua complementação. O rebanho bovino exigiu a presença do indispensável equino; ao mesmo tempo, a multiplicação das lavouras consorciadas de algodão, milho e feijão, além das pequenas culturas de fumo, mandioca, arroz e cana, que não admitem associação com outros plantios, proporcionaram excedentes que dinamizaram o comércio regional e interprovincial, com algumas espécies, como algodão, fumo e aguardente, que entraram nos circuitos internacionais.

Os autos-crime consultados, referentes ao século XIX, informam sobre as ocupações dos diversos sujeitos sociais que “vive[m] de sua roça” ou de “plantar roças”. Revelaram ainda a lida cotidiana de muitos trabalhadores em busca de “ganhar algum vintem” para suas sobrevivências nos sertões:

[...] respondeu o interrogado chamar-se Plácido Pereira da Silva, nactural deste Arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa, onde he morador, e que **vive de plantar Roça, e ganhar algum vintém em viagens**, e que tinha chegado aqui neste Arraial a noite vindo da Ilha de Itibiraba, no dia que aconteceu o roubo no Cofre do Senhor Bom Jesus, **e que pela manhã apanhou hum cabresto e foi aos Campos apanhar hum animal para carregar mandioca [...]**.<sup>220</sup>

As referências dessas ocupações, como o plantio de lavouras, foram recorrentes nas fontes: “Uma rossa de mandioca e uma dita de milho ja aproveitada pela cabeça de casal tanto

<sup>220</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Auto crime. Ano: 1847 – grifos meus. Documentação não catalogada.

de mandioca como o milho”;<sup>221</sup> “trez quartas de arroz”;<sup>222</sup> “[...] quintal de aroeira com muita plantação de coqueiro, cafezeiro e bananeira [...]”.<sup>223</sup> Noutras, há referências aos instrumentos necessários para a fabricação da farinha, rapadura e aguardente: “hum veio de ferro de roda de mandioca com varam e mancoes de ferro”;<sup>224</sup> “Hum Engenho constando de tres moendas, e duas fornalhas, coberta com hum telheiro de quinhentas telhas”;<sup>225</sup> “Uma fabrica de fazer farinha, com fornos de barro e mais pertences na mesma fasenda [Andaçó]”; “Um engenho de moer cana” e “Um alambique com a panella de cobre e capacete de barro”.<sup>226</sup> As produções, muitas vezes, eram destinadas ao consumo doméstico. Mas isso não inviabilizou a comercialização de seus excedentes em pequenas feiras livres e vendinhas localizadas pelos arraiais ou nas “porteiras” de sítios e fazendas da região.

Nos inventários foi possível flagrar tipos e ritmos em que as atividades de lavoura e fabricação de produtos foram realizadas. Os bens arrolados no inventário de Josefa Ignácia do Nascimento, aberto em 1843, revelaram que sua família conjugou a atividade pastoril com a pequena lavoura.<sup>227</sup> O seu monte-mor foi avaliado em Rs. 2:715\$290, distribuídos em escravos (Rs. 2:200\$000), bens de raiz (Rs. 165\$000), gado *vacum* e *cavalar* (Rs. 114\$000), bens móveis (Rs. 87\$290) e dívidas ativas (Rs. 149\$000). Boa parte dessa dívida ativa provinha de um débito de um ex-escravo que pertenceu àquela senhora:

Diz Joaquim Martins de S<sup>za</sup>. morador neste Termo q. elle sup<sup>e</sup>. sendo inventariante dos bens q. ficaram p<sup>f</sup>. falecim<sup>to</sup> de sua finada sogra Josefa Ignacia do Nascim<sup>to</sup>. lhe passara p<sup>lo</sup>. sent<sup>o</sup>. dar a discrever a dívida q. deve o Escravo de nome Leonardo q. a m<sup>s</sup>. de hú anno antes do falecim<sup>to</sup>. da mencionada sogra o havia libertado do q. ficou o m<sup>mo</sup> escravo a dever a q<sup>tia</sup>. de sento e treze mil rs. E como esteja ainda em tempo vem o sup<sup>e</sup>. perante VS<sup>a</sup>. p<sup>a</sup>. q. se digne juntar esta aos respectivos autos [...].<sup>228</sup>

Conforme requerimento do inventariante, o liberto Leonardo devia a sua ex-proprietária a quantia de Rs. 113\$000; muito provavelmente, tratava-se do restante do

<sup>221</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Marcos Rufino de Souza. Ano: 1867. Documentação não catalogada.

<sup>222</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José da Silva Ribeiro. Ano: 1877. Documentação não catalogada.

<sup>223</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Manoel Jorge do Boqueirão. Ano: 1871. Documentação não catalogada.

<sup>224</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Lisarda da Silva do Coração de Jesus. Ano: 1846. Documentação não catalogada.

<sup>225</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Fabrício dos Santos Castro. Ano: 1862. Documentação não catalogada.

<sup>226</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Maria Rodrigues de Carvalho. Ano: 1876. Documentação não catalogada.

<sup>227</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Josefa Ignácia do Nascimento. Ano: 1843. Documentação não catalogada.

<sup>228</sup> Ibid.

dinheiro para pagamento de sua alforria. As dívidas passivas, advindas das custas com o inventário e com o funeral da falecida, totalizaram Rs. 269\$860.

Josefa Ignácia era viúva e seus bens foram partilhados pelos dois filhos: Cândido, de 16 anos, e Dezidéria, casada. Vivia na fazenda Barrozo e ali possuía “a metade das terras d’esta Fazenda” e “a metade das casas”. Foram arroladas 15 cabeças de gado *vacum* e três de gado *cavalar*; talvez, com o falecimento do esposo, João Martins de Andrade, se tenha desvencilhado de algum gado para as despesas familiares. O certo é que essa família possuía “hum caza coberta de palha com sua officina de ralar mandioca e fabrica de farinha”.<sup>229</sup> Provavelmente, plantava mandioca e desta fabricava a farinha que servia tanto para o consumo quanto para a comercialização na região. Nesse trabalho e também em tantos outros realizados na fazenda, contava com o serviço de seus oito escravos: dois homens, três mulheres e três crianças.<sup>230</sup>

A família de Elina Maria do Espírito Santo foi uma das poucas do sertão do São Francisco que não possuía gado *vacum* no rol dos bens inventariados. Seus bens, inventariados em 1846, somaram Rs. 2:342\$128 distribuídos em escravos (1:120\$000), bens de raiz (795\$000), dotes (350\$428), bens móveis (56\$700) e um único cavalo (20\$000).<sup>231</sup> Descrições dos bens de raiz como: “hum oficina de farinha”, “a metade de um Engenho de suciedade com os herdeiros do finado Manoel Luiz”, “hum coartel [roça] de mandioca”, “hum coartel de cana”; deixam claro que a principal atividade desenvolvida, naquela “parte de terra na Fazenda da Chapada”, era a fabricação de farinha e rapadura, com a utilização do trabalho dos quatro escravos: três homens e uma mulher. Ao que indicaram as fontes, pelo menos o fabrico da rapadura era realizado em sociedade com a família “do finado Manoel Luiz”.

A partilha amigável dos bens deixados pela viúva Marianna Rodrigues ocorreu no ano de 1866. O monte-mor foi avaliado em Rs. 2:855\$000. Seus bens resumiam-se em partes de terras no sítio de São Francisco, 10 cabeças de gado *vacum* e 14 de *cavalar*, alguns móveis e utensílios e um escravo de nome Cassiano. Havia ainda a descrição de bens que compõe um alambique para a fabricação de aguardente:

2 Muendas de engenho em S. Francisco 8\$000  
1 Alambique de cobre com capacite e cano 60\$000  
1 Caldeira de cobre já velho 15\$000

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> Os escravos eram: Manoel, africano, 58 anos; Paulo, cabra, 13 anos; Benedicta, africana, 32 anos; Maria, mestiça, 27 anos; Antônia, parda, 25 anos; e as crianças: Fellipa, crioula, 12 anos; Francisca, cabra, 6 anos; e Catharina, cabra, 3 anos.

<sup>231</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Elina Maria do Espírito Santo. Ano: 1846. Documentação não catalogada.

1 Veio de ferro, varão e mancaes de roda 5\$000<sup>232</sup>

Essas descrições informam ter sido o alambique, avaliado em Rs. 88\$000 (quase que o mesmo preço de sua propriedade territorial, que foi avaliada em Rs. 100\$000), a principal fonte de renda e sustento da família daquela sitiante.

Os pequenos lavradores que não possuíam casa de farinha ou alambique costumeiramente alugavam as instalações de vizinhos, parentes ou amigos. Em muitas ocasiões, a forma de pagamento fora feita com uma parcela da produção. Noutros casos, a fabricação de farinha, aguardente ou rapadura ocorria coletivamente, conforme podemos perceber da declaração da testemunha José Dominiciano Lobo (lavrador, morador na fazenda Mangal): “[...] **que tendo ido a casa de Raimundo Leite, a fim de fazer farinha com João Manoel, vaqueiro do Major José Felix de Souza Brasil**, ahi teve elle testemunha occazião de contar tudo quanto aconteceu na occazião d’achado do corpo de Domingos”.<sup>233</sup> A fotografia abaixo, datada do século XX, demonstra moradores do sertão do São Francisco (Barra do Rio Grande) preparando coletivamente a mandioca para a fabricação de farinha. Esta imagem ainda guarda resquícios da vida sertaneja oitocentista.

Fotografia 3 – Casa de farinha de João Félix de Deus



Fonte: Battistel e Camandaroba, 1999, p. 333.

<sup>232</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Marianna Rodrigues. Ano: 1866. Documentação não catalogada.

<sup>233</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: homicídio. Réu: Martinho dos Santos. Autor: A Justiça. Ano: 1871. Documentação não catalogada.

Para a historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2009, p. 147), as atividades de criação e lavoura foram os principais meios de sobrevivência da grande maioria da população que vivia no alto sertão da Bahia, no século XIX e início do século XX. Sua afirmativa pode ser estendida à freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima:

Os trabalhos da lavoura e do gado sustentavam a maior parte de homens, mulheres e crianças, e absorvia-os no curso de suas vidas. Os trabalhos de limpa, plantio e colheita obedeciam às estações do ano, aos períodos de chuva e estiagem, que tornavam propício o cultivo de milho, feijão, mandioca, café, frutas, verduras e cana-de-açúcar. Essa produção agrícola servia tanto ao consumo como à venda e, juntamente com a criação de gado, sustentou a economia regional ao longo do século XIX e início do século XX.

A feira livre era o lugar que agregava muitos desses lavradores e sitiantes para a comercialização de seus produtos. O engenheiro G. Simas Pereira (1946 *apud* Op. cit, p. 98) descreveu da seguinte maneira a feira de Bom Jesus da Lapa:

Semanalmente, por ocasião das feiras tão comuns no sertão, são centralizadas as atenções gerais destas cidades, fazendo as famílias os seus abastecimentos de gêneros alimentícios [...] os “roceiros”, que cultivam os terrenos das fazendas mais próximas, em lombo de animal, vêm também fazer seu comércio, trazendo farinha de mandioca, feijão, arroz, rapadura, etc., e no fim do dia, com o dinheiro que adquirem pela venda do que trazem, fazem as compras do que necessitam em seus lares, vão ao médico, cortam cabelo, discutem negócios etc.

Como assinalado, a feira livre era mais que um simples espaço de comercialização. Significava ainda o lugar de encontros e reencontros de grande parte da população local onde,

[...] entre negócios e conversas, intensificavam-se as redes de convívio e solidariedade, quando não, recrudesciam inimizades... Ali era possível saber notícias que chegavam da “Bahia”, assim como obter informações dos mais corriqueiros acontecimentos passados naquelas cidadezinhas e pequenos lugarejos vizinhos. E era, sobretudo, nos dias de feira que as vilas se faziam mais movimentadas e também mais animadas (Ibid, p. 98).

Presumivelmente, escravos participavam frequentemente das feiras sertanejas, ora negociando produtos de seus senhores, ora comercializando produtos próprios adquiridos com as atividades extras desenvolvidas nas propriedades, como o plantio de roças próprias, a criação de animais e a pesca. Nessas ocasiões, tinham a oportunidade de ampliar suas relações, realizar trocas monetárias e adquirir bens de consumo. De acordo com Walter Fraga Filho (2006, p. 43), sobre a participação de escravos dos engenhos do Recôncavo baiano nas feiras livres:

Freqüentar as feiras locais dava aos escravos roceiros a oportunidade de ter acesso a dinheiro e a bens que não eram produzidos nos engenhos. Nas feiras, os cativos estabeleciam relações com escravos e libertos de engenhos vizinhos, criavam redes de amizades e comércio com gente da cidade e com marinheiros dos portos que transportavam os produtos da roça para os mercados urbanos.

Feiras livres, engenhos ou enghocacas, alambiques e oficinas de farinha, ao lado da plantação de mandioca, cana, milho, feijão, arroz, café, verduras e frutas, compuseram o cenário do sertão sanfranciscano. Esses produtos exerceram papéis fundamentais na organização da vida sertaneja, sobretudo porque garantiram o sustento, como suprimento básico alimentar, de muitas famílias de escravos, pequenos sitiantes, agregados, lavradores e até mesmo de fazendeiros mais abastados. Mas criação de gado e lavoura não foram os únicos meios de vida encontrados pelos habitantes do sertão sanfranciscano. Havia outros... E são deles que trataremos a seguir.

### 3.2.3 Comerciantes, tropeiros e práticas usurárias

Os documentos pesquisados possibilitaram entrever aspectos da vida comercial da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Desenvolviam-se ali vários tipos de atividades econômicas. Armazéns de fazendas, armarinhos de secos e molhados eram localizados nas vilas, arraiais e também em algumas fazendas pecuaristas. Atividades autônomas de indivíduos que viviam “de fazer cal, fazer telha”<sup>234</sup>, de “vender seus vintens de fumo e Sal”,<sup>235</sup> ou, ainda, aqueles que possuíam um ofício especializado: “vive de seu officio de alfaiate”,<sup>236</sup> e seus instrumentos: “Huma tenda de ouvires”,<sup>237</sup> “Uma tenda de ferreiro com dous martelos um torno grande uma bigorna pequena duas tenazes”.<sup>238</sup> Havia, ainda, aqueles que improvisavam suas sobrevivências como no caso de Leonarda Archanja Ribeiro de Magalhães.

O inventário dessa senhora data de 1869. Os poucos bens que possuía, avaliados em Rs. 984\$940, provinham de uma herança materna. Não foi casada nem teve filho. O seu bem

<sup>234</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Auto crime. Ano: 1847. Não catalogada.

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Vicente de Oliveira. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>237</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Eustáquio Ferreira Pessoa. Ano: 1844. Documentação não catalogada.

<sup>238</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Ana Joaquina de Jesus. Ano: 1876. Documentação não catalogada.

mais valioso era “uma morada de casa coberta de telhas na rua de baixo, tendo uma porta e quatro janellas de frente”, por Rs. 500\$000, o que reflete um passado de melhores condições econômicas. Os demais eram: sete cabeças de gado *vacum* (Rs. 94\$000), seis de gado *cavalar* (Rs. 120\$000), ouro e prata (Rs. 93\$220), móveis e utensílios (Rs. 106\$800) e dívidas ativas (Rs. 70\$920). As dívidas passivas referentes aos débitos com credores, as despesas com o funeral, as custas com o inventário e os legados do testamento somaram ao todo em Rs. 530\$034.<sup>239</sup>

A partir da descrição das dívidas ativas, percebe-se que, nos últimos anos, Leonarda Magalhães angariava recursos para suas despesas, com a venda de alguns bens, com o aluguel de sua casa e, o mais curioso, com o aluguel de tachos de cobre:

Declarou dever Jesuina da Barra a quantia de *doze mil reis* importância de cinquenta dias de aluguel de um taixo a dusentos e quarenta reis por dia, e por conta de que havia a inventariada recebido a quantia de mil dusentos e quarenta reis, restando portanto a de dez mil setecentos e sessenta reis.<sup>240</sup>

Importa observar que os quatro tachos de cobre daquela senhora foram avaliados, respectivamente, em Rs. 8\$000, Rs. 12\$800, Rs. 12\$000 e o mais novo (provavelmente, o que foi alugado), em Rs. 30\$000. Esse aluguel custou mais caro que os tachos “velhos” daquela senhora e mais que o preço de uma cabeça de gado avaliada nesse inventário por Rs. 10\$000. Certamente, utensílios domésticos de cobre não foram de comum acesso a todos os moradores do sertão sanfranciscano. Essa situação faculta pensar os meios de ganhar a vida, forjados por homens e mulheres diante das dificuldades enfrentadas numa sociedade marcada pela concentração de riquezas.

As pequenas vilas e arraiais foram os lugares onde se congregava boa parte das negociações comerciais. Para a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima destacava-se a vila do Urubu e os arraiais do Senhor Bom Jesus da Lapa, Oliveira dos Brejinhos e do Bom Jardim. Nessas cidadezinhas sertanejas, as transações econômicas se tornavam mais intensas.

Muitos dos negócios realizados nas fazendas se desdobravam nas cidades. A cidade era indispensável a expedientes mais burocráticos das transações comerciais, a exemplo de pagamento de impostos de exportação para a coletoria provincial ou estadual; articulação com outros fazendeiros para envio de tropas, boiadas e dinheiro – para o Recôncavo e capital da província – e, ainda, pelas possibilidades de assistência médica (mesmo que precária), jurídica, de comunicação e sociabilidade (PIRES, 2009, p. 170).

<sup>239</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Leonarda Archanja Ribeiro de Magalhães. Ano: 1876. Documentação não catalogada.

<sup>240</sup> Ibid (grifos meus).

Naquelas cidadezinhas, os comerciantes realizavam seus negócios em pequenos estabelecimentos, como as duas lojinhas do senhor Porfírio Simoens da Cunha localizadas na vila do Urubu. Os bens pertencentes a sua família foram calculados em Rs. 4:932\$653 naquele ano de 1850. Seus comércios eram conjugados às duas casas de morada, pois ambas possuíam “barcam e partilheiras”. Uma das lojas, um armazém composto de “fazenda seca”, teve suas mercadorias avaliadas por Rs. 1:132\$260. Vendiam-se acessórios de vestimenta como meias, suspensórios, “xales francês” e tecidos de vários tipos e cores: “algudamsinho americano”, “xita”, “madrasta”, “brim”, “cassa fina”, “baeta”. O outro comércio, avaliado em Rs. 152\$680, foi composto de miudezas, negociavam-se ferramentas, utensílios domésticos e iguarias. O senhor Porfírio possuía quatro escravos: Pórfiro, Ilaria, Maximiana e Teresa. Ademais, tinha onze cabeças de cavalos e éguas, “três bestas muares”, “hum burro ainda novo”, “outro burro já velho” e “Des cangalhas arriadas”.<sup>241</sup>

As bestas, burros e cangalhas descritos no inventário do senhor Porfírio, revelam sobre as viagens que esse comerciante realizava em companhia de seus escravos, pelos caminhos do sertão, em direção aos centros comerciais da Bahia, para adquirir as mercadorias e, talvez, revendê-las nas vilas e cidades da região.

O pesquisador Lycurgo Santos Filho (1956, p. 255) informou sobre o transporte de mercadorias realizado por tropas cargueiras no sertão nordestino:

A tropa cargueira compunha-se de muares, bestas e burros carregados de algodão, aguardente, açúcar, fazendas, etc. No sertão nordestino, cada animal carregava uma carga de 6 arrobas, em dois “costais”, um de cada lado, cada um pesando três arrobas. Noutras regiões, como em Minas Gerais, a carga era maior. Compreende-se. A travessia da caatinga exigia maior esforço dos animais, daí ser menor a carga.

Outros homens de negócios também percorreram com seus muares os trajetos que ligavam o sertão às demais regiões do Brasil. Os difíceis caminhos dificultavam muito as viagens com tropas e cargas. Santos Filho (Ibid, p. 255) assinalou os percalços inerentes ao ofício de tropeiro:

Duro e penoso era o ofício de tropeiro. Caminhos ruins e estreitos, pouca água, contratempos que acarretavam perda de carga e até dos animais... exigiam do condutor a maior atenção, o maior cuidado. Devia, além do mais, prover à alimentação dos ajudantes (mulatos libertos, negros escravos) e dos animais.

---

<sup>241</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Jesuína Antônia dos Santos. Ano: 1850. Documentação não catalogada.

Constituíam-se viagens longas, cansativas e perigosas. Numa dessas viagens o negociante Elói Dias da Rocha não conseguiu chegar ao destino previsto. Morador da Imperial Villa da Victoria no Sertão da Ressaca, viajava constantemente “a negocios p<sup>a</sup> o Rio de S. Fran<sup>co</sup>” e, naquele ano de 1847, estava de passagem pela vila do Urubu “a poucos dias falecendo”. Os bens que carregava consigo foram sequestrados pela Justiça daquela Comarca e constavam de:

Huma obrigação passada por [?] Francisco de Mescias da quantia de quatrocentos e quarenta mil reis; hum fico da quantia de des mil reis passada por Manoel dos Santos Barbosa; Dous burros, huma sella usada; Hum par de esporas e huma brida de ferro, huma cangalha, hum par de Bruacás, hum couro, hum sacco de Zuarte com uma purçam de papeis, humas óras Lusitanas velha [...].<sup>242</sup>

Observe-se que esse negociante levava dois muares, um para montaria e o outro para carregar os pertences necessários à viagem. É possível, a partir da descrição acima, visualizar a imagem de Elói Rocha com seus animais cortando as matas sertanejas, percorrendo as distantes léguas que ligavam a região do São Francisco ao Sertão da Ressaca, certamente, para cobrar dívidas de negócios realizados anteriormente. Deixou para trás sua esposa, Benta Roza de Souza, e seus cinco filhos menores. A viúva requereu a posse dos bens do seu falecido marido, sequestrados pelo juizado do Urubu.

De acordo com a historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2003, p. 39-40, grifos da autora), durante os séculos XVIII e XIX, havia três principais rotas do tropeirismo que interligavam o comércio dos sertões baianos. Essas rotas eram articuladas com estradas locais.

**A primeira – via rio São Francisco** – onde se realizava um comércio ativo de carne seca e sal extraído da terra. Por esta via, chegava-se a Januária-MG, região produtora de aguardente e rapadura, a São Francisco das Chagas, atual Barra, produtora de sal (extraído da terra) e a Carinhanha. Por ali se realizava o abastecimento de aguardente e rapadura para os chamados “currais da Bahia” e estes últimos abasteciam a região mineradora com gado e carne seca. Com a exploração de minérios e pedras preciosas, durante os séculos XVIII e até inícios do XIX, este comércio estendeu-se por Goiás e Minas Gerais. Constam, inclusive em registro da Casa de Fundação de Mariana-MG, guias de trânsito do ouro, como pagamento de mercadorias, para os “currais da Bahia” e povoados. **A segunda via se fazia pelo rio Paraguassú.** Este circuito ligava o Recôncavo Baiano (Nazaré, Cachoeira) à Chapada (Vila do Rio de Contas) e desta para o rio de São Francisco. Por esta via comercializavam-se todos os gêneros. **A terceira via passava pela estrada de Juazeiro,** um importante entroncamento que apresentava proximidade com o Piauí e Pernambuco. Por este circuito realizava-se o comércio de algodão e gado do Piauí, de onde se trazia borracha de maniçoba, cera de carnaúba, importantes para o fabrico de sabão e vela.

<sup>242</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Sequestro de bens pertencentes a Elói Dias da Rocha. Ano: 1847. Documentação não catalogada.

Contava-se ainda com a região do Parnaguá, no Piauí, que figurava como grande centro criatório de gado.

Tropas e tropeiros aproximavam os sertões baianos de sua capital e também de outras províncias do Brasil, como Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Piauí, onde desenvolveram as trocas comerciais ao longo dos séculos XVIII e XIX. Realizavam ainda um importante intercâmbio social: “Nas suas constantes viagens, traçavam um emaranhado de comunicações entre cidades, vilas, povoados, vilarejos [...]” (GOULART, 1961, p. 64). Ao mesmo tempo, estabeleciam contato desses lugares com as capitais das províncias.

Pires (2009) ressaltou a importância das tropas para a dinâmica comercial do alto sertão da Bahia, seja na relação comercial com a capital da província, seja na circulação de produtos e informações entre as diversas localidades sertanejas:

Através do movimento das tropas assegurou-se o abastecimento da região até as primeiras décadas do século XX, quando gêneros da agricultura eram exportados para cidades próximas e para Salvador, de onde se importavam ‘produtos industriais’. A presença maciça de tropeiros em processos criminais informa sobre a dinâmica das relações comerciais com Salvador, quando se fazia contatos com o porto de São Felix e as estações de Queimadas e Machado Portela. As tropas tiveram importância basilar na vida econômica do alto sertão. Garantiram o comércio interno de gêneros da agricultura, do algodão (produto de exportação) e mantiveram o sertão articulado com outras localidades, possibilitando um intercâmbio dinâmico entre o ‘sertão distante’ e outras localidades (Ibid, p. 155).

A historiadora Isnara Pereira Ivo (2010, p. 155 – grifos meus) aponta a existência de “várias [outras] artérias” nos sertões baianos que “[...] convergiam para o Piauí, Maranhão [...], Sergipe [...], Pernambuco, Paraíba, Ceará e várias localidades do centro-sul do Brasil, tais como, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo e Rio de Janeiro”. A referida autora destaca principalmente os caminhos que ligavam Minas e Bahia, sendo que muitos deles foram criados sem autorização do governo, buscando escapar das fiscalizações:

Os caminhos e picadas abertos à revelia das autoridades que governavam a capitania, muitas delas, envolvidas no comércio clandestino, seguiam em paralelo a outras rotas já traçadas ou se abriam novas que encurtassem distâncias. O desvio dos registros fiscais, o temor dos indígenas e o receio aos assaltos de negros aquilombados estimulavam a abertura de rotas clandestinas que alteravam a vida social e a paisagem natural do sertão. Mas o rio São Francisco e seus afluentes ainda eram os protagonistas deste ir e vir de coisas entre os sertões de Minas Gerais e da Bahia (Ibid, p. 152).



O inventário e o testamento do capitão José Vicente de Oliveira vislumbram outras nuances das relações comerciais no sertão do São Francisco. Quando faleceu, em março de 1851 no “arraial da Lapa”, o referido capitão era um homem de poucos recursos. Os bens que deixou para sua filha Carolina Leopoldina somaram Rs. 2:926\$930. Desse valor ainda foram deduzidas as dívidas (Rs. 1:598\$131), as custas (Rs. 26\$041) e as disposições do testamento (Rs. 434\$252). Restou de quinhão para a herdeira a quantia de Rs. 868\$506. Possuía um único escravo, Ildefonso, cabra, 17 anos, que foi dado para pagamento de dívidas.<sup>243</sup>

Outrora, esse senhor gozou de melhores condições econômicas. É o que demonstra sua patente de capitão e a propriedade de três casas na vila do Urubu que, pelas descrições apresentadas, duas delas “com huma porta e seis janellas de frente”, e uma com “cinco portas e doas janellas em frente”, representavam casarões. A leitura atenta do inventário e testamento revelou que esse capitão tentou manter, mesmo com as crises econômicas, o prestígio social, pois apresentou uma lista de bens acima dos que foram autuados. Talvez, não quisesse admitir que estava arruinado financeiramente.

Seu testamento, escrito em 1848, evidencia que manteve relações de amizade e comerciais com homens influentes dessa região e da circunvizinhança. Homens “doutores” e que possuíam patentes de tenente, coronel, capitão, major e alferes. Negociava nas praças de Caetité, Rio de Contas, Jacobina, Sento Sé, Barra do Rio Grande, Carinhanha, Monte Alto, Macaúbas, em Salvador e também em Minas Gerais, nas vilas de Salgado e São Romão. E também por outros lugares, conforme sua anotação: “[...] ser sucetivel falecer em algum lugar ermo que não pertença as d<sup>as</sup> cid<sup>es</sup> ou Villas aqui declaradas em razão do giro do meo negocio [...]”<sup>244</sup>.

Percebe-se, pelas poucas mercadorias arroladas, que no seu comércio se vendiam diversas miudezas (ferramentas e utensílios), vidros e boticários. A declaração abaixo demonstra que as adquiria, principalmente, em Salvador:

Diz Claro Fran<sup>co</sup> Negrão, como cessionário de Henrique José Teix<sup>ra</sup> Chaves, negociante e m<sup>or</sup> na Cid<sup>e</sup> da Bahia [...] quer justificar perante V.S. os itens seguintes.

1º que aquelle finado Cap<sup>m</sup> J<sup>c</sup> Vicente de Ol<sup>a</sup> em 9 de Set<sup>o</sup> de 1831 se constituiria devedor a seo cedente da quantia de 339\$980 rs. proveniente de miudezas q lhe comprara em sua loja passando-lhe obrigação de seo próprio punho [...].<sup>245</sup>

<sup>243</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Vicente de Oliveira. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>244</sup> Ibid.

<sup>245</sup> Ibid.

Além da compra e venda de produtos, o capitão José Vicente de Oliveira esteve envolvido em outro negócio comumente praticado nos sertões da Bahia: a usura ou agiotagem<sup>246</sup>. Requisitou empréstimos dos ricos fazendeiros, como este: “Devo ao III<sup>mo</sup> S<sup>r</sup> Cap<sup>m</sup> Felipe Mendes de Vasc<sup>os</sup> a quantia de trezentos e dous mil reis d<sup>ro</sup> de empréstimo que recebi do d<sup>o</sup> S<sup>r</sup> cuja satisfação obrigo todos os meus bens [...]. Faz<sup>da</sup> da Varge G<sup>de</sup> 5 de Agosto de 1839”.<sup>247</sup> Possivelmente, era uma tentativa de revigorar seu comércio.

Vestígios da trajetória desse credor, capitão Felipe Mendes de Vasconcellos, revelaram aspectos da prática usurária no sertão do São Francisco. Era português natural de Castelo Branco e veio para o Brasil quando criança. No sertão do São Francisco, casou-se com Maria Alves de Brito e não deixou nenhum descendente. Percebe-se, da leitura do seu testamento e do de sua esposa, que vivia dos negócios com o gado e da agiotagem. Suas posses constituíam-se de escravos, gado e terras.<sup>248</sup> No seu leito de morte, preocupado em “salvar a [...] alma”,<sup>249</sup> solicitou ao testamenteiro mandar rezar “capellas de misças por proteção e alma de todos com quem tive negócios”.<sup>250</sup> Declarou, ainda, perdoar e renegociar algumas dívidas, mas impôs algumas condições:

Declaro que mi devem algumas quantias por créditos e róis e aquelas quantias de dez mil reis para baixo perdo-o sendo **obrigados a resarem por minha alma algum Rosario** e daquelles que deverem maiores quantias **que sejam pais de famílias e que sejam pessoas de onras e probidade** as nam derrotara e faram com elles algum contrato afim de pagarem passivamente sem clamor de justissa onde sejam merecedores das qualidades acima apontadas [...].<sup>251</sup>

Como visto, o capitão Felipe estava realmente preocupado com o seu destino após a morte. Solicitou dos pequenos devedores que rezassem algum rosário na intenção de sua alma e aos demais, homens honrados e responsáveis, concedia o direito de renegociar os débitos amigavelmente, sem cobrança judicial. Como observou Sheila de Castro Faria (1998, p. 271):

Na hora da morte, a consciência de prejudicar terceiros incomodava. Ao que tudo indica, o reconhecimento e, em alguns casos, a tentativa de reparação do erro contavam a favor do testador no julgamento final. A enorme quantidade de reconhecimento de erros passados, contidos em testamentos [...], significa um certo salvo-conduto para as ações durante a vida, ao mesmo tempo que se estava ciente de que tentar reparar aquelas

<sup>246</sup> Trata-se de negócio de empréstimos com cobrança de juros.

<sup>247</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Vicente de Oliveira. Ano: 1851. Documentação não catalogada.

<sup>248</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Testamento de Maria Alves de Brito. Ano: 1838. Documentação não catalogada.

<sup>249</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Testamento de Felipe Mendes de Vasconcelos. Ano: 1838. Documentação não catalogada.

<sup>250</sup> Ibid.

<sup>251</sup> Ibid (grifos meus).

teoricamente mal-intencionadas, no momento da morte, reduzia a penalidade. Dentro de certos limites, é claro, as ações se justificavam a partir do momento em que poderiam ser reparadas no momento oportuno.

Nota-se, por outro lado, que a clientela do capitão Felipe M. de Vasconcelos foi diversificada. Ele emprestava dinheiro a homens ricos e também aos menos providos de recursos econômicos. Evidenciou-se que a agiotagem perpassou por todos os segmentos sociais daquela sociedade sertaneja.

O senhor João José da Cunha, homem de poucos recursos, também praticava agiotagem. Listou no seu testamento dívidas e créditos que possuía.<sup>252</sup> Cobrava débitos de terceiros e também repassava seus créditos para serem cobrados por outros. Seu inventário revelou-o como pequeno criador de gado dono de 40 cabeças de *vacum* (Rs. 400\$000), sete de *cavalari* (Rs. 158\$000) e bens móveis (Rs. 32\$360). Não possuía terras próprias nem escravos. Seus poucos bens, avaliados em Rs. 590\$360, foram sequestrados para pagamento de suas dívidas. Sua esposa, Maria Felipa, requereu na justiça a posse dos bens “trásidos quando se casou com o ditto falecido [...]”, alegando ter “o falecido honerado de dívida contrahidas antes do matrimonio [...]”.<sup>253</sup> Noutro inventário, o de Maria Efigenia da Conceição Rocha, foram descritos 41 devedores, entre eles, os escravos: Francisca com débito de Rs. 2\$800; Thomás, com Rs. \$500; e Félix, com Rs. \$640.<sup>254</sup>

Havia uma circulação de créditos e débitos nas mãos dos negociantes. Credores transferiam seus créditos ou obrigações<sup>255</sup> para terceiros que se responsabilizavam pela cobrança e lucravam com os juros e/ou porcentagens, como foi o caso do Capitão José Vicente como procurador da Irmandade de Santo Antônio e de Nossa Senhora da Conceição na cobrança de créditos dessas instituições. E também de José João da Cunha, que lhe passou uma,

[...] obrigação em que hé Joaquim Martins de Souza morador no Barrozo Freguesia de Carinhonha da quantia de tresentos e dezacete mil e quinhentos e seus juros, a qual obrigação lhe entreguei com a condição de cobrar a ditta dívida dando-lhe de um reçalvo que se acha em meu poder.<sup>256</sup>

<sup>252</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José João da Cunha. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

<sup>253</sup> Ibid. Infelizmente, não se pode saber se a viúva logrou êxito no seu requerimento, pois o inventário está incompleto.

<sup>254</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Maria Efigênia da Conceição Rocha. Ano: 1870 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>255</sup> Lycurgo Santos Filho (1956, p. 340-1) esclarece o significado de obrigação: “Obrigação significou ‘afiançar’ ou ‘garantir’. ‘Obrigação’ significou confissão de dívida, exposta em papel ou documento”.

<sup>256</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José João da Cunha. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

Ocorria ainda de os créditos serem transferidos para casas mercantis de outras praças. O débito descrito a seguir é esclarecedor de transações nesses moldes:

Devo ao S<sup>r</sup> Joze Pinto Novaes a quantia de duzentos e trinta e cinco mil rs. **importância que eu era devedor ao Casal do falecido Sebastião de Abreu Lima**, cujos créditos em publica forma me entregou, e **p<sup>r</sup> isso fico devendo o dito S<sup>r</sup> como rematante de todas as dividas activas do d<sup>o</sup> casal** cuja q<sup>ta</sup> pagarei a elle dito S<sup>r</sup> ou aq<sup>m</sup> este me apresentar com ordem sua **datada deste a tres mezes e de todo a mais de mora os juros da Ley** e p<sup>a</sup> clareza do referido digo e p<sup>a</sup> cuja satisfação obrigo todos os meus bens presentes e fucturos e p<sup>a</sup> clareza do referido passei o pres<sup>c</sup> de m<sup>a</sup> letra e firma.

Bahia 24 de Abril de 1849

J.V<sup>e</sup> d'Oliv<sup>ra</sup><sup>257</sup>

Os créditos antes pertencentes ao falecido Sebastião de Abreu Lima foram arrematados por José Pinto Novaes, proprietário de uma casa mercantil em Salvador. Como sinalizado, o lucro dessas transações residia nos juros consideráveis que normalmente se cobrava dos devedores. Caso estes não pagassem nas condições e prazos estabelecidos, a dívida era cobrada judicialmente e os bens do devedor hipotecados.

Pinheiro Pinto, um dos proprietários da fazenda “Brejo do Campo Sêco” localizada em Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), foi “o grande usurário da região” (SANTOS FILHO, 1956, p. 333). Esse autor identificou, no livro de razão da fazenda, muitos registros de empréstimos:

De 1794 a 1821 o capitalista Pinheiro Pinto lançou no diário de contas correntes, em sucessão interminável, desde o vintém e a meia pataca às centenas de mil réis, todo o dinheiro que lhe pediram, a curto e longo prazo de pagamento, os parentes, compadres, agregados, vaqueiros, arrieiros, escravos, mulatos libertos, fazendeiras viúvas, fazendeiros e criadores da vizinhança, fazendeiros galardoados com patentes militares do Regime de Milícias (Loc. cit.).

A Igreja Católica também se fez presente nesse tipo de negociação. Isso através da atuação de suas irmandades e párocos. No inventário de D. Herculana Francelina da Silva Leão, datado de 1857, foram arroladas somas altíssimas de dívidas passivas contraídas por seu marido, Manoel Joaquim da Silva Leão, ex-juiz da Comarca do Urubu. As somas totalizaram em Rs. 11:008\$660.<sup>258</sup> Os credores eram homens de posses consideráveis, pois os valores dos empréstimos giravam em torno de Rs. 500\$000 e Rs. 1:000\$000. Vejamos alguns dos débitos:

<sup>257</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de José Vicente de Oliveira. Ano: 1851 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>258</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Herculana Francelina da Silva Leão. Ano: 1857. Documentação não catalogada.

“Dever o seo casal ao **Vigário Jose Alexandre da Silva Leão** por letra a quantia de um conto novecentos mil reis, por conta da qual tem elle dado oitocentos mil reis” Rs. 1:100\$00

“Idem ao **Reverendo Padre Francisco Freitas Sueiro**, por letra” Rs. 500\$000

“Idem a **Irmandade de Santo Antonio desta Villa** a quantia de um conto setecentos e vinte dois mil seiscentos e sessenta reis” Rs. 1:722\$660.<sup>259</sup>

Os valores concedidos por empréstimo pela Irmandade de Santo Antônio<sup>260</sup> e pelos padres, assim como os demais créditos identificados com certa frequência nos inventários, demonstram que a Igreja Católica detinha em seus cofres altas somas monetárias.

Demais irmandades daquela freguesia também praticavam agiotagem, como a Irmandade das Almas: “Haverá o pagamento da Irmandade das Almas [?] nesta Villa do Urubu da quantia de quinhentos mil réis. Haverá para esse pagamento a escrava Romana [...]”.<sup>261</sup> E a Irmandade do Senhor Bom Jesus da Lapa. Esta foi uma das mais ricas do sertão e não rara vez foi alvo de disputas dos mais abastados para administrar seus bens.<sup>262</sup> Só para dimensionar o valor de suas posses e riquezas, no ano de 1879, essa irmandade requereu na justiça nada menos que o valor de Rs. 5:000\$000 de um empréstimo concedido ao capitão José Félix de Souza.<sup>263</sup> Parte dessa riqueza advinha do pagamento de promessas e esmolas doadas pelos romeiros e visitantes do Santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa.

O patrimônio das irmandades formava-se, sobretudo, das doações de seus membros tanto em vida quanto no leito de morte, quando bens de maiores valores econômicos foram legados em testamentos para essas instituições. Os padres também lucravam com as “esmolas” deixadas em testamentos. José Domingues dos Santos, vigário da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, no ano de 1865, foi testamenteiro do falecido Candido Martins de Andrade e recebeu por seu trabalho um “escravinho de nome Roberto, criôlo, id<sup>e</sup>

<sup>259</sup> Ibid (grifos meus).

<sup>260</sup> A Irmandade de Santo Antônio foi uma das mais antigas da freguesia. O padre Mons. Turíbio Vilanova Segura (1987, p. 101) informou que o compromisso dessa irmandade foi assinado no início do século XVIII: “[...] o Pe. Francisco dos Santos e Oliveira, Visitador Geral, que a 22 de Setembro de 1703, viu e assinou todas as folhas do compromisso da Irmandade de Santo Antonio do Urubu e algum outro que o acompanhou como secretário de visita”.

<sup>261</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Gertrudes da Silva Ferreira. Ano: 1867. Documentação não catalogada.

<sup>262</sup> “Em 26 de Abril de 1849, o então Arcebispo da Bahia, D. Romualdo de Seixas, atendendo a uma representação que lhe foi feita pelo povo das circunvizinhanças e devotos do Senhor Bom Jesus; instruídos pelo missionário Frei Paulo, aprovou um compromisso de Irmandade, com a finalidade de zelar o Santuário abandonado” (Op. cit, p. 164). Sobre as disputas entre senhores locais pela administração da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Lapa, ver Segura (1987, p. 164-177).

<sup>263</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Miguel Braz da Silva Lopes. Ano: 1879. Documentação não catalogada.

de seis annos m<sup>s</sup> ou menos [...]”.<sup>264</sup> Por outro lado, poderia não haver uma separação nítida dos bens individuais em relação aos adquiridos no ofício religioso. Como sugeriu Faria (1998, p. 279), “[...] esmolos doadas para enterramentos e missas, que reduzia a fortuna de familiares, viesse a engordar os bens particulares dos sacerdotes”.

Erivaldo Fagundes Neves (2008) identificou uma escritura pública de constituição da empresa Fraga & Cardoso em Caetitê, datada de 1847. Tal empresa foi estabelecida pelo padre Manoel José Gonçalves Fraga associado à viúva Ana Teresa de Jesus Cardoso, com um capital inicial de mais 126 contos de réis. Segundo Neves (Ibid, p. 286): “A sociedade definida como empresa comercial, na prática, seu objetivo era compra e venda de escravos e empréstimos hipotecários”.

Sheila de Castro Faria (1998, p. 281) pontuou acerca da participação da Igreja em atividades financeiras na região do Sudeste escravista setecentista:

As próprias irmandades e ordens terceiras, receptoras preferenciais de gordas doações testamentárias, além das ‘jóias’ dos irmãos recém-aceitos e anuênios, agiam em atividades puramente financeiras e imobiliárias. Independente dos negócios serem feitos para seus membros, o fato é que emprestavam dinheiro a juros e alugavam terras e casas de sua propriedade. A Irmandade de Santo Antônio era um dos principais rentistas de terras, em 1785.

A participação dos membros da Igreja Católica em tratos e fianças contrariava os princípios da religião cristã. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (VIDE, 2010, p. 326, grifos meus), no título XI, “**Em que se ordena aos clérigos que não usem de trato e mercancia, nem façam fianças por ganhos ou interesses**”, encontram-se as seguintes proibições:

481. Proíbe a Igreja aos clérigos todo gênero de trato, mercancia e negociação, assim porque são atos tão perigosos que dificultosamente se podem exercitar sem pecado, como também porque os não quer distraídos dos ofícios divinos e ministério do altar; e, finalmente, porque, em serem tratantes e negociadores, mostram demasiada ambição e cobiça dos bens temporais, o que é indignidade nos eclesiásticos, que até no afeto devem conservar a pobreza evangélica.

O próximo artigo trata das punições das práticas desses atos:

482. Pelo que mandamos que nenhum clérigo de ordens sacras de nosso arcebispado seja tratante, rendeiro ou mercador de qualquer espécie de trato, nem compre frutos e mercadorias para as tornar a vender, tratar ou regatear com elas, nem seja fiador por interesse ou ganho; e os que fizerem o

<sup>264</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Cândido Martins de Andrade. Ano: 1867. Documentação não catalogada.

contrário pagarão pela primeira vez dois mil réis, e pela segunda a pena em dobre paga do aljube, e se depois da terceira admoestação se não emendarem, se procederá contra eles com mais rigor.

Conservar a pobreza evangélica parece não ter sido uma das preocupações dos membros religiosos do sertão do São Francisco. Envolveram-se nos negócios de finanças e empréstimos a juro e muito lucraram. A participação constante de padres e irmandades nessas negociações evidencia que a fiscalização do alto clero sobre as atuações de seus membros religiosos nos lugares mais distantes da capital da província fora muito fragilizada. Ou quem sabe não havia interesse ou consenso para que práticas costumeiras e tão rentáveis fossem banidas. O certo é que a Igreja Católica desempenhou papel significativo na concentração de riquezas naquela região. De acordo com Farias (1998, p. 281-282):

Pode-se concluir que, num mundo em que o comércio era o móvel que enriquecia seus praticantes, sem dúvidas os maiores detentores do poder econômico e de liquidez, padres e instituições religiosas inseriam-se nele, muito através da usura, com a desenvoltura de se estar tendo uma prática costumeira. Mesmo sendo um comércio específico, de salvação da alma, verificam-se mecanismos semelhantes aos que se praticavam no caso de mercadorias comuns.

Nota-se que a agiotagem para uns significou a desestabilização da vida econômica, levando-os à perda de seus bens, principalmente, no momento de morte, quando as dívidas eram cobradas judicialmente, ficando a família numa situação complicada para a organização da sobrevivência, como no caso de Manoel Joaquim Jambreira, que teve seus irrisórios bens (utensílios, roupas e sete cabeças de gado *vacum*), avaliados em Rs. 214\$660, apreendidos judicialmente para pagamento das dívidas arroladas em Rs. 1:919\$790.<sup>265</sup> Mas, por outro lado, ajudou a assegurar e ampliar riquezas daqueles que já possuíam muito, como os membros religiosos e os grandes proprietários de escravos, gado e terras.

Pode-se perceber, ao longo deste capítulo, o dinamismo da economia do sertão do São Francisco, mesmo com crise da economia vivenciada na segunda metade do século XIX, a exemplo da queda do açúcar baiano e das longas estiagens associadas à proliferação de epidemias que ocasionou uma queda na produção bovina e retração da posse escrava na década de 1860. Observou-se que a economia regional congregou diversificadas atividades, apesar do predomínio da pecuária. O rio São Francisco exerceu papel primordial como via comercial e, ao fornecer uma fartura de peixes em suas águas, possibilitou aos ribeirinhos um

---

<sup>265</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Manoel Joaquim Jambreira. Ano: 1841. Documentação não catalogada.

alimento a mais em suas refeições diárias e, ainda, fomentou um comércio de peixe seco que se estendeu para além dessa região sertaneja, alcançando outras praças, como, por exemplo, a Chapada Diamantina.

A divisão dos inventários em quatro faixas de riquezas revelou, além do padrão de riqueza regional, outros meios de ganhar a vida forjados por lavradores, sitiantes, agregados, libertos e escravos ao lado dos médios e grandes fazendeiros. Foi possível flagrá-los na lida com o gado; negociando reses e boiadas; aboiando os rebanhos pelos caminhos do sertão; cultivando roças de mantimentos; manufaturando produtos como farinha, rapadura e aguardente; vendendo suas produções nas pequenas feiras livres e vendinhas espalhadas pela freguesia; comercializando produtos mais “sofisticados” nos armazinhos de secos e molhados; cortando as matas sertanejas com suas tropas carregadas de mercadorias; e envolvidos nos negócios de empréstimos a juros.

Ocupando-se de diferentes atividades, seja nas pequenas, médias e grandes propriedades, os escravos buscaram dirimir as dificuldades da vida sob o cativo. Entretanto, as grandes fazendas sertanejas pareceram apontar maiores possibilidades para alargar os espaços de sobrevivência pessoal e familiar desses sujeitos sociais. Ao menos ali, foi possível descortinar aspectos de suas lutas cotidianas e visualizar algumas de suas conquistas, como o direito de organizar uma microeconomia escrava e participar ativamente da economia local e regional. Em seguida, veremos a análise detalhada desse aspecto das vivências escravas no sertão do São Francisco.

## 4 OS NEGÓCIOS COM O GADO E A MICROECONOMIA ESCRAVA

### 4.1 FAZENDAS SERTANEJAS: BATALHA, CURRALINHO, RIO DAS RÃS E SANTO ANTÔNIO

Neste capítulo, interessa saber os modos como as famílias escravas organizaram suas vidas, principalmente no que tange às suas participações na economia local e regional; e como essa participação possibilitou os arranjos de sobrevivência e até mesmo a conquista da alforria. Neste sentido, a análise dirige-se para algumas fazendas sertanejas: Batalha, Curralinho, Rio das Rãs e Santo Antônio. A seleção dessas fazendas deve-se à recorrência significativa de ricos registros presentes na documentação pesquisada, os quais possibilitaram aproximações das experiências cotidianas de escravos e libertos.

Essas fazendas foram antigos currais de gado que pertenceram à família latifundiária Guedes de Brito, no século XVIII. No inventário do sexto Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, datado de 1832, foram identificadas oito grandes fazendas localizadas na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima que foram “[...] formadas pelos primeiros currais de gado, ainda na administração do Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito, seu avô, na transição do século XVII para o XVIII” (NOGUEIRA, 2011, p. 39). Tratava-se de fazendas de criação de gado *vacum* e *cavallar* com o uso do trabalho escravo, dentre elas, as fazendas Batalha, Curralinho e Santo Antônio, conforme evidencia a tabela abaixo.

Tabela 10 – Fazendas do "Sertão do Rio São Francisco"

<b>Fazendas</b>	<b>Gado <i>Vacum</i></b>	<b>Gado <i>Cavallar</i></b>	<b>Escravos</b>
Boa Vista	2.084	81	30
<b>Batalha</b>	<b>1.611</b>	<b>36</b>	<b>37</b>
Volta	880	343	31
Campos de São João	1.494	45	32
Itaberaba	1.454	45	25
Campo Grande	1.564	41	57
<b>Curralinho</b>	<b>2.105</b>	<b>44</b>	<b>63</b>
<b>Santo Antônio</b>	<b>2.129</b>	<b>54</b>	<b>36</b>
<b>Total</b>	<b>13.321</b>	<b>689</b>	<b>311</b>

Fonte: Inventário de João de Saldanha da Gama, sexto Conde da Ponte, 1832; Testamento de 1809. NOGUEIRA, 2011, p. 40.

Inventários, testamentos e livros contábeis permitiram identificar os proprietários dessas fazendas após a sucessão dominial da família Guedes de Brito. A fazenda Santo Antônio foi arrolada, em 1848, no espólio de Felismina Rosa de Jesus, herança do falecido marido, o português Nicolau Tolentino de Proença. Desse modo, pode-se deduzir que esse mesmo senhor tenha adquirido a propriedade da Casa da Ponte. No tópico 4.2 deste trabalho, apontou-se maiores informações sobre essa propriedade.

A fazenda Rio das Rãs, que não apareceu inventariada entre os bens do Sexto Conde da Ponte, foi vendida no ano de 1808 para Antônio Pereira Pinto. De acordo com a pesquisa realizada por Gabriela Amorim Nogueira (2011, p. 36 – grifos meus), essa propriedade já estaria arrendada para o português Bernardo Pereira Pinto, desde pelo menos 1743, “[...] e lá [se] desenvolvia criação de animais com mão de obra escrava”. O sobrenome “Pereira Pinto” indica que Antônio era descendente de Bernardo, o que “[...] sugere uma sucessão parental através de heranças e da posse das terras” (Ibid, p. 37).

Erivaldo Fagundes Neves (2003, p. 406) apresenta maiores informações sobre a venda da fazenda Rio das Rãs e sobre seus sucessores:

Vendida com Parateca, pela Casa da Ponte, em 1808, por um conto e 200 mil réis, em quatro pagamentos anuais, através do procurador Joaquim Pereira de Castro, para Antônio Pereira Pinto, por seu procurador Anacleto Teixeira de Araújo. Antônio Pereira Pinto transferiu Rio das Rãs e Parateca, em 1813, ao capitão Anacleto Teixeira de Araújo e este aos herdeiros, entre os quais o major Francisco Teixeira de Araújo e Constança Teixeira de Araújo, casada com Antônio de Souza Spínola.

Como visto, a fazenda Rio das Rãs ficou por pouco tempo em posse de Antônio Pereira Pinto, que, cinco anos após a compra realizada com a Casa da Ponte, a vendeu para o capitão Anacleto Teixeira de Araújo.<sup>266</sup> Além das fazendas Rio das Rãs e Parateca,<sup>267</sup> também a fazenda Batalha pertenceu a esse capitão. Não se dispõe de maiores informações sobre a transferência dessa terra, se foi direta ou não, dos Guedes de Brito para o referido capitão. De qualquer modo, as fazendas Rio das Rãs e Batalha ficaram em posse da família Araújo por quase todo o século XIX.

<sup>266</sup> A memorialista Helena Lima Santos (1995, p. 124), autora do livro *Caetité: “Pequenina e Ilustre”*, apresentou as seguintes informações sobre a família de Anacleto Teixeira de Araújo: “Os Teixeira de Araújo vieram com os bandeirantes. [...] O mais remoto conhecido foi Anacleto Teixeira de Araújo, que na inauguração da vila foi o Delegado de Polícia. Estabeleceram-se no baixo de Monte Alto, adquiriram terras, tornando-se grandes proprietários”.

<sup>267</sup> Parte de terras da fazenda Parateca foi inventariada em 1859, entre os bens do capitão Manoel Pereira Pinto, certamente descendente de Antônio Pereira Pinto, avaliada em Rs. 500\$000. Isso demonstra que aquela propriedade passou por um processo de parcelamento com a transmissão de heranças. Fonte: APB. Seção Judiciário. Série Inventários. Manoel Pereira Pinto. Classificação: 03/1260/1729/14. Ano: 1859.

Os registros paroquiais apresentaram novas nuances sobre o domínio territorial das fazendas Rio das Rãs e Batalha após a posse do capitão Anacleto Teixeira de Araújo, o que possibilitou dirimir algumas dúvidas a esse respeito. As atas de batismo e casamento revelaram que as posses dessas terras foram transferidas, respectivamente, para Francisco Teixeira de Araújo e Joaquim Teixeira de Araújo (filhos do capitão). Em suas folhas, foram registradas práticas religiosas envolvendo escravos desses senhores, ocorridas nas capelas daquelas fazendas. A análise de um dos livros de batismo da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, por exemplo, revelou o número de vinte crianças batizadas entre os anos de 1846 e 1860.<sup>268</sup> Foram dez crianças batizadas de cada proprietário. A partir desses registros, foi possível contabilizar, entre pais, filhos e padrinhos, o número de 24 escravos, sendo oito mulheres, seis homens e dez crianças, pertencentes a Francisco Teixeira de Araújo, trabalhando na fazenda Rio das Rãs. Na fazenda Batalha contabilizou-se o total de 28 escravos, sendo oito mulheres, dez homens e dez crianças na posse de Joaquim Teixeira de Araújo. Certamente, o número de escravos pertencentes aos irmãos Joaquim e Francisco foi bem maior, contudo faltam fontes para alcançar sua exatidão.<sup>269</sup> Observa-se que todos esses escravos estavam envolvidos por laços de parentescos. Muitos dos membros dessas famílias escravas permaneceram, por um período considerável de suas vidas, prestando seus serviços naquelas fazendas. Mais adiante, serão apresentadas trajetórias específicas de algumas dessas famílias.

Com a morte de Joaquim Teixeira de Araújo, ocorrida no ano provável de 1857, a fazenda Batalha foi herdada pelo seu único filho, Francisco Teixeira de Araújo (homônimo do tio), que ainda era uma criança. Uma parte fragmentada do inventário de Joaquim T. Araújo apresentou descrições de bens que esse senhor possuía no termo da Vila de Carinhanha, avaliados todos em Rs. 6:635\$000. Dentre esses bens, constavam: “Duas partes de terras na fazenda da Pituba que o finado houve por herança de seos finados pais o Capitão Anacleto Teixeira de Araújo e Dona Anna Pereira de Souza, que julga ter meia legoa”, avaliadas em Rs. 1:000\$000; e três escravos (dois homens e uma mulher), avaliados em Rs. 2:400\$000.<sup>270</sup>

A família Teixeira de Araújo exerceu forte influência socioeconômica e política na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Os filhos do capitão Anacleto, assim como

---

<sup>268</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Livro de Registro de Casamentos nº 08. Data-limite: 1852-1865.

<sup>269</sup> Infelizmente, os livros de batismo e casamento da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa encontram-se incompletos. Não foram localizados os livros de batismo da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima para os períodos de 1830/1843 e 1862/1888. E os de casamentos, 1819/1851 e 1866/1888.

<sup>270</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Joaquim Teixeira de Araújo (incompleto). Ano: 1857. Documentação não catalogada.

ele, desfrutaram de patentes e ocuparam importantes cargos públicos. O “tenente coronel Joaquim Teixeira de Araújo”<sup>271</sup> exerceu o cargo de delegado do arraial de Bom Jesus da Lapa e foi juiz municipal da comarca do Urubu; o “major Francisco Teixeira de Araújo”<sup>272</sup> foi tesoureiro da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Lapa, uma das mais ricas dos sertões baianos (SEGURA, 1987, p. 165). Mais tarde, Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho) receberia o título de “Capitão da Guarda Nacional do município das Lavras Diamantinas”.<sup>273</sup> Como visto, essa família possuía maior inserção na região e isso advinha de suas posses e riquezas (fazendas, gado e escravos), associados a outros requisitos:

[...] o prestígio familiar, a ocupação de postos na administração e na justiça municipal, a detenção de patentes militares e, em menor medida, um mínimo domínio das letras e contas eram combinações fundamentais para a distinção na sociedade. Ser branco ou assim considerado certamente aumentava a margem de aceitação (FERREIRA, 2008, p. 194).

Em meados do século XIX, a fazenda Curralinho pertenceu ao coronel Antônio de Souza Spínola. Esse senhor foi um rico sertanejo que viveu em Caetité e, depois, em Lençóis, onde se dedicou à extração de minérios. Um dos livros de registros contábeis que pertenceu à família Spínola, com anotações de 1857 e 1858, revelou a participação desse coronel no garimpo “Capiváras”, uma empresa mineradora de Lençóis.<sup>274</sup> Ele fora “thezoureiro” e um dos 33 “accionistas”, com a detenção de 58 “acções” totalizadas em 29 contos de réis, valor este distribuído em escravos, gado e minerais.<sup>275</sup>

Além da fazenda Curralinho, localizada na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, o coronel Spínola foi proprietário, em Lençóis, da fazenda Boa Vista, voltada à criação de gado, plantio de lavouras como café e cana-de-açúcar e à fabricação de cachaça. Foi nessa propriedade que residiu, com toda a sua família, a maior parte de sua vida. Segundo a memorialista Helena Lima Santos (1995, p. 148), ele envolveu-se ainda na política, “[...] onde foi chefe político destacado, sendo várias vezes eleito Deputado Geral. Fez parte da Assembléia Constituinte de Dom Pedro II. Pertencia ao Partido Liberal”. Essas informações

<sup>271</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Casamentos nº 08. Data-limite: 1852-1865. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, fl. 06.

<sup>272</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, fl. 157.

<sup>273</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Otilia Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

<sup>274</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1857-1930). Maço 2.

<sup>275</sup> Encontram-se no APMC dois livros contendo registros contábeis da empresa “Capiváras” referentes aos anos de 1857 a 1860, com ricas anotações da extração de minérios (diamante, ouro, carbonato) e das despesas com alimentação, utensílios, vestuários, dentre outras. Esses documentos evidenciam as difíceis condições de trabalho a que escravos foram submetidos nos garimpos, visto que esses registros apontam índice considerável de escravos fugidos.

revelam que o coronel Spínola articulava suas economias agropastoris com outras atividades, como a exploração de minerais, atestando sólidas relações comerciais e políticas nos sertões baianos e na capital da província no Oitocentos.

As famílias Araújo e Spínola uniram-se através de enlaces matrimoniais. O capitão Anacleto Teixeira de Araújo foi casado com Ana Pereira de Souza e desse consórcio, além dos dois filhos, Francisco e Joaquim, nasceu uma filha chamada Constança Pereira de Souza. Esta se casou com o coronel Antônio de Souza Spínola e tiveram dez filhos: Rita, Mariana, Adelina, Otilia, Joaquim Antônio, Aristides, Maria Rita, Constança Haidê, Ana e Priscila (ver Figura 4: Genealogia da família Spínola Teixeira, pág. 154). Como afirmou Monica Duarte Dantas (2007, p. 148), com referência às mais abastadas famílias da Comarca de Itapicuru, no século XIX, “[...] tornam patentes que as famílias descritas acima também circulavam nos mesmos meios e se relacionavam com os descendentes” (Ibid, p. 148). O filho de Joaquim Teixeira de Araújo, Francisco T. de Araújo, casou-se com a prima, Otilia Spínola de Souza, filha de D. Constança e do coronel Spínola.

Sobre um dos significados do casamento entre os mais abastados economicamente, Maria de Fátima N. Pires (2009, p. 167) apontou o seguinte: “[...] o casamento entre a elite regional servia, em larga medida, para a formação ou consolidação de famílias poderosas, que constituíam grupos hegemônicos e mantinham prerrogativas de liderança regional”.

Para o período que interessa mais de perto a esta pesquisa, segunda metade do século XIX, as sobreditas fazendas já haviam passado, mais uma vez, pelo processo de transição senhorial. A fazenda Batalha, como mencionado acima, fora herdada por Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho), filho de Joaquim Teixeira de Araújo com Manoela Pereira de Souza. O inventário de sua esposa, Otilia Spínola de Souza Teixeira (1883), falecida precocemente em 1882, permitiu acessar alguns aspectos socioeconômicos da referida fazenda. O valor total do monte-mor do casal foi de Rs. 78:034\$800, entre bens localizados em Lençóis, Urubu, Monte Alto e Carinhanha. Vejamos as descrições das fazendas Batalha, Curralinho e Riacho dos Porcos, que se situavam no termo do Urubu:

**Fazenda Batalha, totalizada em Rs. 24:214\$000**

Uma casa de telhas, com três portas e quatro janellas de frente..... 400\$000  
 Móveis e utensílios..... 39\$000  
 As terras da fazenda Batalha na margem do Rio São Francisco, com todas benfeitorias.....8:000\$000  
 Mil e trezentas cabeças de gado de toda sorte [10\$000 cada].....13:000\$000  
 Cem cabeças de éguas [15\$000 cada]..... 1:500\$000  
 Trinta cavallos de fabrica [20\$000 cada].....600\$000  
 Vinte poldras [10\$000 cada].....200\$000

Quatro jumentos pastores de eguas [50\$000 cada]..... 200\$000  
 Seis burrinhos de anno e meio [35\$000]..... 210\$000  
 Cento e trinta cabeças de cabras e ovelhas de toda sorte [500  
 cada].....65\$000

**Fazenda Curralinho, totalizada em Rs. 9:590\$000**

Quatro partes de terras na fazenda Curralinho..... 4:000\$000  
 Quinhentas cabeças de gado de toda sorte [10\$000 cada]..... 5:000\$000  
 Trintas eguas [15\$000 cada]..... 450\$000  
 Sete cavallos de Campo [20\$000 cada]..... 140\$000

**Fazenda Riacho dos Porcos, totalizada em Rs. 13:050\$000**

A fazenda do Riacho dos Porcos com todas suas benfeitorias que houve por  
 herança.....6:000\$000  
 Uma casa de morada, coberta de telhas, com uma porta e duas janellas de  
 frente.....50\$000  
 Seiscentas cabeças de gado de toda sorte [10\$000 cada]..... 6:000\$000  
 Cincoenta eguas de ano acima [15\$000 cada].....750\$000  
 Dez cavalos de fabrica [20\$000 cada]..... 200\$000  
 Um jumento pastor de eguas.....50\$000<sup>276</sup>

Como visto, essas fazendas de criação conseguiram manter, mesmo com as transmissões de herança, a estrutura de grandes propriedades rurais após a sucessão da Casa da Ponte, principalmente, a fazenda Batalha. Parte de terras da fazenda Curralinho foi adquirida por Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho) através de herança do seu sogro, o coronel Spínola, e outra parte, por meio de compra.

Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho) contou com o trabalho de seus 18 escravos (treze homens, cinco mulheres) e de duas crianças ingênuas (nascidas após a Lei do Ventre Livre – 1871) para cuidar de seus rebanhos dispersos pelas fazendas. Certamente, esses escravos foram distribuídos em diferentes propriedades. O cruzamento de informações presentes no inventário com a lista de matrícula, datada de 1873, confirmou que a posse escrava desse capitão foi bem mais ampla. Mesmo estando fragmentada, foi possível identificar na lista de matrícula o número de 32 escravos. E ao analisá-la mais detidamente, e apensando as informações aos registros de batismos, revelou-se que a grande maioria deles, ou dos seus pais, pertenceu ao capitão Joaquim Teixeira de Araújo (pai de Francisco). Isso significa dizer que gerações de escravos se sucederam no tempo, ou seja, famílias escravas foram formadas e conseguiram manter certa estabilidade em suas uniões, vivendo nas propriedades da família Araújo, desde a primeira metade do século XIX.

<sup>276</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Oflia Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

Fatores conjunturais do sertão do São Francisco, como as secas e a emergência do tráfico interprovincial, explicam, em parte, a baixa de mais de 40% da posse de cativos de Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho), entre os anos de 1873-83. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de alguns dos escravos terem conquistado suas alforrias. Contudo, pelos bens arrolados no seu inventário, nota-se que esse senhor conseguiu manter um padrão de vida elevado para o sertão baiano, mesmo com as crises econômicas nos anos finais do Oitocentos.

Observa-se a continuidade da sucessão dominial das fazendas Rio das Rãs e Currealinho. O proprietário da fazenda Rio das Rãs, o major Francisco Teixeira de Araújo (tio), faleceu em 1874, e, como não teve filhos, legou sua herança aos seus sobrinhos, conforme declaração em testamento:

Instituo p<sup>r</sup> meos unicos e universais herdeiros a meos Sobrinhos e Sobrinhas filhos legítimos de meos ditos cunhado e irmã Antonio de Souza Spínola e D. Constança Pereira de Souza Spinola, e q<sup>do</sup> alg<sup>m</sup> delles faleça sendo vivos seos Pais a parte q' lhe cober será com iguald<sup>e</sup> dividida p<sup>los</sup> que sobreviverem, salvo se esse q assim falecer já tiver filhos ou filhas seos sucessores. Esta herança ficara [...] pro indivizo sob a administração do meo d<sup>o</sup> cunhado, e testamenteiro, e então q<sup>do</sup> se emancipar ou cazar alg<sup>m</sup> dos meos instituídos herdeiros se fará a partilha só p<sup>a</sup> isso e assim p<sup>r</sup> diante de sorte que tenham partes iguaes [...].<sup>277</sup>

Dentre os bens deixados como herança pelo major Francisco estava a fazenda Rio das Rãs com todas as benfeitorias. Em sua disposição testamentária estabeleceu a condição de essa fazenda ficar indivisa até a morte do seu cunhado, o coronel Antônio Spínola, ou quando alguns dos seus sobrinhos contraíssem matrimônio. Mas como a morte desse major ocorreu praticamente no mesmo período da morte do coronel Spínola (falecido provavelmente em 1873), tanto a fazenda Currealinho quanto a fazenda Rio das Rãs foram partilhadas praticamente no mesmo período e entre os mesmos herdeiros: os filhos de D. Constança, ou seja, os herdeiros do pai, o coronel Spínola, e do tio, o major Francisco T. Araújo.

Antes de adentrar na divisão das referidas fazendas, cabe destacar brevemente a trajetória do coronel Deocleciano Pires Teixeira, aquele que se tornou, mais tarde, o principal administrador daquelas terras e também o seu proprietário majoritário.<sup>278</sup> Esse coronel nasceu no seio de uma família de “[...] origem portuguesa, escravocrata e bem sedimentada, no ano

<sup>277</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Testamento de Francisco Teixeira de Araújo. Ano: 1857. Documentação não catalogada.

<sup>278</sup> A pesquisa de mestrado desenvolvida por Lielva Azevedo Aguiar (2011), intitulada “‘Agora um pouco da política sertaneja’: trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924)”, analisa mais detidamente a trajetória de Deocleciano Pires Teixeira e sua influência política no alto sertão baiano.

de 1844. Seu pai, Antônio José Teixeira, vivenciou o auge da extração diamantífera na região das Lavras Diamantinas, chegando a comercializar em praças brasileiras e estrangeiras, como Londres e Paris” (AGUIAR, 2011, p. 15).

Como filho de uma elite rural e escravocrata, procurou unir-se pelo matrimônio com seus pares. Desse modo, Deocleciano Pires Teixeira casou-se, sucessivamente, com três filhas do coronel Antônio de Souza Spínola. Sua primeira esposa foi Mariana de Souza Spínola e teve dois filhos, Alice e Eurico (faleceu prematuro). Complicações com o parto do segundo filho ocasionaram a morte de Mariana em 1878. Após seu estado de viuvez, casou-se novamente, com a cunhada Maria Rita e tiveram dois filhos: Mário e Alzira. Após o falecimento de Maria Rita de Souza Spínola (presumivelmente em decorrência do parto), ocorrido por volta de 1880, Deocleciano casou-se, pela terceira e última vez, em 1885, com Ana de Souza Spínola, uma das filhas caçulas de Antônio e Constança. Esse casamento foi o mais longo de todos e perdurou, após essa data, por toda a vida desse coronel, que faleceu em 1931 e deixou D. Ana viúva. Desse último consórcio teve o maior número de filhos, onze, dentre eles o educador Anísio Teixeira (ver Figura 4: Genealogia da família Spínola Teixeira, pág. 153).

Os enlaces matrimoniais com as filhas do rico e influente coronel Antônio de Souza Spínola renderam-lhe maior prestígio social e ampliação de suas posses e riquezas. Como afirmou Jonis Freire (2009, p. 39): “A historiografia tem demonstrado que, em algumas regiões do país, uma estratégia muito utilizada pelas famílias de elite foi a união a outras de igual *status*. Por meio do casamento entre seus pares, elas objetivaram manter, formar e/ou aumentar suas fortunas e prestígio”.

Deocleciano P. Teixeira formou-se em medicina na Faculdade da Bahia, mas não seguiu por muito tempo com a carreira médica. Dedicou-se a diversificados negócios comerciais e financeiros, certamente mais rentáveis, como os empréstimos a juros associados à criação de gado *vacum*. Esteve envolvido, ainda, no comércio de pedras preciosas como certificam suas anotações nos livros contábeis: “Din<sup>o</sup> recebido hoje de Braz de Souza Rib<sup>o</sup> resto dos 10:000\$ q elle recebera p<sup>a</sup> a compra de diamantes.....3:648\$000”<sup>279</sup> e “Din<sup>o</sup> q lhe entreguei [Snr. Capitão Auto Barbosa] hoje p<sup>a</sup> comprar diamante p. m/c.... 5:000\$000”<sup>280</sup>, ambas datadas de março de 1875. E no comércio de escravos no período em que se intensificou o tráfico interprovincial: “Imp<sup>cia</sup> p<sup>r</sup> q<sup>to</sup> me mandou dizer ter vendido em S. Paulo

<sup>279</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1875-1900). Caixa 3, Maço 1.

<sup>280</sup> Ibid.

meo escravo Querino...2:200\$000”<sup>281</sup>, em fevereiro de 1876. Cabe destacar que foi importante e influente chefe político da região do alto sertão baiano. De acordo com Aguiar (2011, p. 17):

De forma muito intensa, envolveu-se também com a política regional e estadual, especialmente após sua mudança para a cidade de Caetité, onde estrategicamente construiu uma carreira exitosa, sobressaindo, em meio aos percalços da política baiana na Primeira República, como político influente.

Seu inventário e os de suas primeiras esposas possibilitaram apontar as dimensões e os valores das fazendas Rio das Rãs e Curralinho, na segunda metade do século XIX. Por outro lado, comparando os dados presentes nesses documentos, foi possível perceber o quanto os bens que pertenciam às esposas contribuíram significativamente para o aumento das posses daquele coronel. O inventário de Mariana de Souza Spínola Teixeira (1878), primeira esposa, apresentou um monte-mor no valor de 27:906\$158, distribuídos em bens localizados nos Lençóis, onde residia o casal, e no termo do Urubu, onde se situavam as fazendas do sertão do São Francisco. Nesse inventário, parte de terras da fazenda Rio das Rãs ao lado das benfeitorias e do gado foram inventariados da seguinte maneira:

**Fazenda Rio das Rãs, totalizada em Rs. 10:236\$000**

Seiscentas cabeças de gado vaccum de toda sorte na fazenda Rio das Rans [12\$000 cada].....8:136\$000

Quinze eguas de três annos na fazenda Rio das Rans [20\$000].....300\$000

Dez cavallos de campo na fazenda Rio das Rans [30\$000].....300\$000

**Oitava parte de terras da fazenda Rio das Rans**, situada à margem direita do Rio São Francisco com as benfeitorias existentes, das quais algumas são em commum da mesma fazenda e outras pertencentes exclusivamente ao seo casal, situadas nas posses feitas pelo dito inventariante, denominadas Bom Retiro e Manga que os avaliadores derão o valor de.....1:500\$000<sup>282</sup>

Da fazenda Curralinho, o coronel herdou a “Nona parte nas terras [...] e benfeitorias que os avaliadores derão o valor de [...] 600\$000”.<sup>283</sup> Depreende-se, desta anotação, que o valor da fazenda Curralinho foi arrolado no inventário do coronel Antônio de Souza Spínola acima dos dez contos de réis. Isto leva em consideração que a viúva, D. Constança, herdou a metade das terras e que a nona parte refere-se à divisão da herança dos seus filhos.

Dentre os demais bens do casal foram arrolados nove escravos: quatro homens, duas mulheres e três crianças. Nota-se que a grande maioria dos escravos pertenceu ao coronel Spínola e que foi herdada por D. Mariana S. Spínola Teixeira, como a escrava africana

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Mariana de Souza Spínola Teixeira. Classificação: 05/2083/2554/10. Ano: 1878. Local: Lençóis.

<sup>283</sup> Ibid.

Benvinda e seus filhos Luiz, Elias, Cameto e Agostinho. Ela herdou, ainda, por parte do tio, o major Francisco Teixeira de Araújo, os escravos Ignácio e Brígida. Os outros dois, Sebastião e Gustavo, foram adquiridos através de compra realizada com D. Constança Spínola. A grande maioria desses escravos foi destinada ao trabalho nas fazendas Rio das Rãs e Curralinho.

Um rascunho do inventário da segunda esposa do coronel Deocleciano, Maria Rita de S. Spínola Teixeira (datado de 1886), localizado entre o acervo documental da Casa do Barão (Caetité), permitiu identificar um aumento significativo na posse da fazenda Rio das Rãs, passando o coronel a possuir metade daquelas terras e benfeitorias:

**Fazenda Rio das Rãs, totalizada em 28:100\$000**

240 cabeças de gado vacum de toda sorte na fazenda Mucambo avaliados a 15\$000.....3:600\$000

30 eguas paridas e solteiras a 20\$ no Mucambo ..... 600\$000

900 cabeças de gado vacum de toda sorte na Fazenda Bom Retiro avaliados a 15\$ e todas.....13:500\$000

20 cavallos de campo a 20\$ no Bom Retiro..... 400\$000

**Metade exactamente da fazenda Rio das Rans** a qual pertenceu antigam<sup>te</sup> ao C<sup>el</sup> Francisco Teix<sup>a</sup> de Araújo; as terras e propriedades que constituem esta metade formam hoje 2 Fazendas de criação pertencentes ao seu casal, as quaes são: a 1<sup>a</sup> fazenda Bom Retiro com casa de morada, curraes de arroeira a pique, manga no corpo da fazenda Bom Retiro, casa p<sup>a</sup> vaqueiro, curraes no retiro denominado manga, (Tem as extremas desta metade) – 6:000\$000  
A 2<sup>a</sup> fazenda Mucambo, retiro da antiga fazenda Rio das Rans – (Tem as extremas) com curraes, de arroeira a pique, tanques, mangas e retiro tudo por.....4:000\$00<sup>284</sup>

Já o inventário de Deocleciano Pires Teixeira, aberto em 1931, confirma que ele se tornou o abastado proprietário de duas das grandes fazendas pecuaristas do sertão do São Francisco. Como estava à frente da administração das fazendas Curralinho e Rio das Rãs, desde meados da década de 1870, foi adquirindo, aos poucos, via compra e permuta, partes de terras que pertenciam aos seus cunhados e cunhadas, conforme apontam os livros contábeis, como os registros seguintes feitos por ele em relação às contas com o seu cunhado, Joaquim Antônio Spínola:

1878 – 9br<sup>o</sup> 30 – Importancia da 9 parte de terras da Fazenda Curralinho que tenho lhe dado, pela avaliação do inventario do finado C<sup>el</sup> Spínola, em troca de sua parte de terras na fazenda Rio das Rãs  
Id. q. já lhe entreguei pelas benfeitorias do Mocambo, Riacho Seco, conf<sup>o</sup> o recibo q. me passou.....122\$000<sup>285</sup>

<sup>284</sup> Casa do Barão de Caetité. Acervo Particular. Série Documentos Jurídicos (1827-1913). Caixa 01, maço 05, 1886. De acordo com as anotações, os bens arrolados no inventário perfizeram o total de Rs. 38:797\$485.

<sup>285</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943), Maço 3.

Outras partes das fazendas foram adquiridas por Deocleciano Teixeira através da herança de suas esposas. Dessa forma, tornou-se o proprietário majoritário daquelas propriedades arroladas no seu inventário com as seguintes dimensões e valores:

**Fazenda Rio das Rãs, totalizada em Rs. 55:050\$000**

**Sete oitavas partes de terras situadas na Fazenda Rio das Rãs** que avaliamos o seu total por sessenta contos (60:000\$000), cinquenta e dois contos e quinhentos mil reis, que sae à margem.....52:500\$000  
 Uma casa de sede na referida Fazenda.....700\$000  
 Dois currais de aroeira a duzentos mil reis cada um..... 400\$000  
 Uma pequena manga, mais apropriadamente um quintal cercado de madeira branca.....200\$000  
 Uma casa na alludida Fazenda, no lugar denominado Mucambo.....800\$000  
 Um tanque no dito lugar Mucambo.....150\$000  
 Uma casa para vaqueiro, no lugar Brasileira, na Fazenda mencionada.....150\$000  
 Dois curraes no lugar Mocambo [75\$000 cada].....150\$000

**Fazenda Curralinho, totalizada em Rs. 38:786\$60**

**91/120 partes de terras** situadas na **Fazenda Curralinho**, avaliada em cinquenta contos, que sae à margem.....37:916\$600  
 Uma casa de sede da Fazenda dita Curralinho.....500\$000  
 Um curral na mesma fazenda.....200\$000  
 Uma casa em ruínas e de construção modesta, no Retiro da Bandeira da dita Fazenda.....70\$000  
 Uma casa no lugar Campo Grande, na Fazenda Curralinho.....100\$000

**Semoventes, totalizados em Rs. 113:040\$000**

**Duas mil cabeças de gado** de toda sorte existentes nas duas fazendas Rio das Rãs e Curralinho, que avaliamos a cinquenta e cinco cada.....110:000\$000  
 Quarenta e cinco cavallos de campo [40\$000 cada].....1:800\$000  
 Quinze eguas de diferentes edades [40\$000].....600\$000  
 Oito burros novos e bravos [80\$000 cada].....640\$000<sup>286</sup>

Com base nesses documentos, pode-se afirmar que, mesmo com os parcelamentos decorrentes das transmissões de heranças, ambas as fazendas se mantiveram como grandes propriedades territoriais, por todo o Oitocentos. Nota-se um avanço considerável dos bens pertencentes ao coronel Deocleciano Teixeira. No inventário de sua primeira esposa, foram arrolados: “oitava parte de terra da fazenda Rio das Rãs”, “nona parte nas terras da fazenda Curralinho” e seiscentas cabeças de gado. Com o segundo casamento, os bens já se haviam ampliado significativamente, abrangendo a metade da fazenda Rio das Rãs e mais de mil cabeças de gado. O último inventário revelou-o como o grande proprietário das fazendas (sete

<sup>286</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Deocleciano Pires Teixeira. Classificação: 08/3550/02. Ano: 1931. Local: Caetité.

oitavas da fazenda Rio das Rãs e 91/120 da fazenda Curralinho) e com duas mil cabeças de gado.

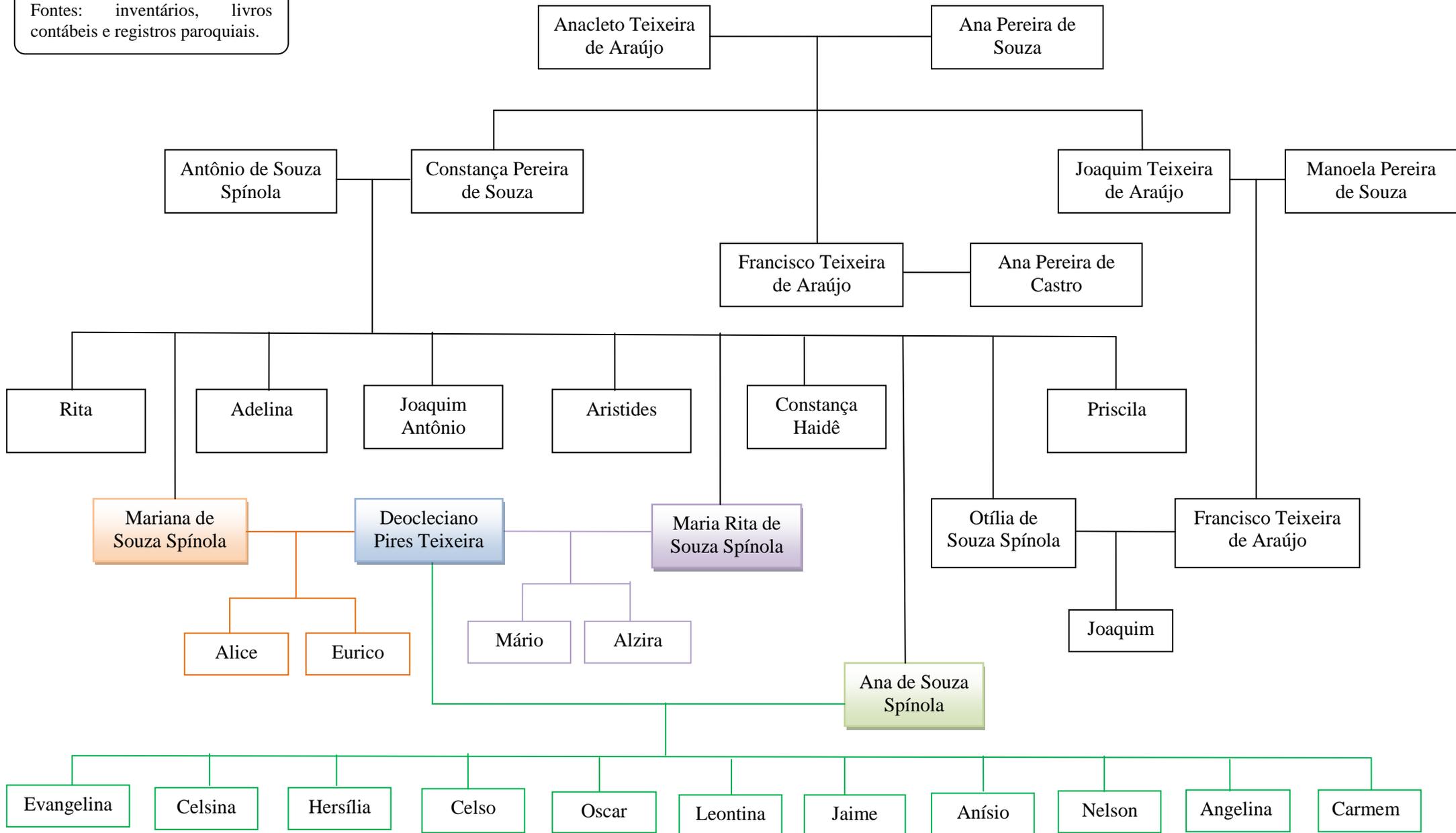
Não resta dúvida o quanto os casamentos com as filhas do rico coronel Antônio Spínola, em regime de comunhão universal de bens, concorreram na consolidação da fortuna daquele coronel, cuja soma ultrapassou e muito o valor das fazendas inventariadas.<sup>287</sup> Conforme pontuou Lielva A. Aguiar (2011, p. 51): “[...] Deocleciano Teixeira fez dos seus matrimônios um ‘investimento’ que se pode chamar de ‘bem pensado’”.

---

<sup>287</sup> O monte-mor dos bens inventariados do coronel Deocleciano Pires Teixeira somou Rs. 810:772\$278; abatidas as dívidas passivas, resultou em Rs. 765: 415\$178, divididos entre a viúva, D. Ana Spínola Teixeira, e os quatorze filhos do coronel.

Figura 4 – Genealogia da família Spínola Teixeira

Fontes: inventários, livros contábeis e registros paroquiais.



Os livros de registros contábeis que pertenceram à família Spínola Teixeira evidenciaram que as contas da família foram administradas, após a morte de Antônio Spínola (1873), pelo filho primogênito deste, Joaquim Antônio Spínola, e assumidas, logo em seguida, por Deocleciano Teixeira “[...] quando passou a ‘gerir as despesas’ não só da sua esposa, como de sua sogra e cunhadas solteiras” (AGUIAR, 2011, p. 52).

Esses livros de contas ou livros de razão apresentam ricas anotações acerca das fazendas do rio São Francisco. A partir deles, foi possível analisar os negócios de gado desenvolvidos nas fazendas Currealinho e Rio das Rãs, entre as décadas de 1870 e 1880, período que interessa mais de perto a esta pesquisa. Grande parte das anotações foi registrada por Deocleciano P. Teixeira, que pontuou as despesas constantes das fazendas, compras e vendas de gado, os transportes de boiadas, a presença de agregados e os serviços desenvolvidos pelos escravos. Apontam, ainda, para valiosos indícios da participação de escravos nos negócios com o gado e, conseqüentemente, a formação de uma microeconomia escrava, conforme se verá com mais vagar no tópico 4.2 deste capítulo.

Licurgo Santos Filho (1956, p. 109), ao pesquisar os livros contábeis ou de assento da fazenda Campo Seco (atual Brumado), apontou, nas seguintes palavras, a importância desses manuscritos como fonte histórica:

Espécie de memorial, o “livro de assento” recebeu lançamentos referentes às transações diárias de compra e venda, de troca, de ajuste de salários, nascimento e morte dos animais de criação e mais outros dados afins. Recebeu, igualmente, apontamentos relacionados com sucessos ou acontecimentos importantes de natureza familiar, social ou política. [...] Memorial contábil e diário de lembranças, o livro manuscrito transmitiu-se de pai para filho, cuidadosamente conservado como testemunha de acontecimento, documento de transações e recordação do passado.

Os apontamentos presentes nos livros de razão da família Spínola Teixeira possibilitaram recuperar vestígios do modo de vida de alguns dos moradores das fazendas sertanejas, especificamente, das famílias de livres pobres que se estabeleceram nessas propriedades como agregados. Trata-se de pequenos lavradores que não possuíam terras e buscaram, juntamente com seus familiares, meios de sobrevivências nas fímbrias das grandes propriedades rurais, “[...] submetendo-se às condições de um proprietário, a quem se pagaria pelo uso de pequena faixa de terra através do trabalho na fazenda e de favores para outras necessidades cotidianas” (PIRES, 2009, p. 148).

Domingos Antônio Teixeira (1991), no livro **Respingos Históricos**, informou alguns aspectos da vida cotidiana desses indivíduos:

Com a devida autorização do proprietário do terreno, o “agregado” construía a sua casa de taipa e começava a fazer roças, de cuja produção retirava o bastante para o seu consumo e o excedente ia levando, semanalmente para a feira vizinha, para obtenção do dinheiro necessário para a compra de artigos que carecia. A farinha de mandioca, o feijão e o milho que iam às feiras livres, ordinariamente, eram procedentes da roça do “agregado” (Ibid, p. 58-59 *apud* PIRES, 2009, p. 149).

Os registos seguintes apontam para alguns dos agregados das fazendas Rio das Rãs e Curralinho:

1878 – 1 garrote vendido M<sup>el</sup> de Riacho-Secco.... 10\$000  
 1880 – 2 vaccas vendidas ao M<sup>el</sup> do Roque.... 46\$000  
 1880 – Animais de Luzia comprados ao D<sup>f</sup>. J<sup>m</sup> Spinola, sendo 1 vacca parida 20\$, 1 novilha de anno 8\$, 1 bezerro 5\$, 1 egoa parida 25\$, 1 vacca solteira (metade 10\$).... 68\$000  
 1880 – 1 vacca matalotagens q dei a José Bóde.... 25\$000  
 1888 – 3 garrotes dados a aggregados da fazenda a 10\$... 30\$000  
 1890 – 4 vaccas q. mandei distribuir pelos pobres da fazenda ã 20\$.... 80\$000<sup>288</sup>

Observam-se alguns agregados comprando gado do dono das terras onde moravam. Esses dados assinalam que eles possuíam pequenos rebanhos que os ajudavam a complementar suas rendas junto ao cultivo de pequenas roças. Por outro lado, os registos revelam a precariedade da vida material de muitas das famílias, pois, conforme vimos, o fazendeiro registrou a doação de garrotes e vacas para os agregados e pobres da fazenda. Outros interesses, menos visíveis nas fontes, envolviam essa doação de gado do fazendeiro para os moradores de suas terras.

Além de dispor de poucos recursos materiais necessários a suas sobrevivências, muitas famílias de agregados enfrentavam outras dificuldades: quase sempre dependiam da boa vontade dos "senhores da terra" para conseguirem fixar-se nas propriedades. Desse modo, deveriam se adequar às exigências impostas por eles e cumprir uma série de obrigações. O documento seguinte evidencia nitidamente esta disposição. Trata-se de uma carta escrita pelo vaqueiro Firmino, da fazenda Rio das Rãs, destinada ao seu “patrão”, o coronel Deocleciano P. Teixeira. Nela, o vaqueiro tece uma série de argumentos favoráveis ao negociante Leovigildo Pereira de Araújo, visando adquirir a autorização do fazendeiro para que Leovigildo permanecesse na fazenda Rio das Rãs na condição de agregado:

Rio das Rans, 20 de novembro de 1913  
 Meu Patrão  
 [...]

<sup>288</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registro Contábeis (1875-1900), Caixa 3, Maço 1.

Retrocidendo o sentido ainda tenho a vos fallar com relação ao negociante a q<sup>m</sup> Vs<sup>a</sup> ordenou a falla-lo [?] afim de retirar-se.

O negociante é Leovigildo Per<sup>a</sup> de Araujo, **Major da Guarda Nacional [...], Adjunto da Promotoria Publica de Bom Jesus da Lapa, que bons trabalhos tem nos prestados e tem se esforçado, na medida de suas forças, para a prosperidade da fazenda;** tanto que já se deu o caso de no caráter official tomar uns cavallo d'uns ciganos, que tinham roubado, isto na porta da casa do Bom Retiro; finalmente todos [?] da estada delle aqui por ser **homem honesto, tanto q já não existia alguns furtozinhos anteriormente existia.**

Elle negociante com sua macha de procedimento tem dado boas lições não somente aos aggregados desta fazenda, mas também aos das demais outras. **Não é elle um lavrador, apenas quer fazer nos comandos de capoeira p<sup>a</sup> prisão de seus animaes de trabalho.** E' elle, ainda, **um homem laborioso que não receia aos trabalhos pezados e disto tem dado [?] provas indo commigo pelo campo e curado gado e sem receio do maltrato.** Depois é **um artista** do [?] povoado. Ainda não é tudo, é que de bom gosto quer elle educar os meus filhos e os dos vizinhos o que m<sup>lo</sup> precisamos. **Portanto e pelo mais que V<sup>sa</sup> poder imaginar pesso-vos [?] para manter o referido negociante alli no Bom Retiro aonde se acha, até q<sup>do</sup> convier.**

Lembranças a vossa idolatrada fam<sup>a</sup>. De seu vaqueiro e Am<sup>o</sup>  
Firmino J<sup>c</sup> de Magalhães<sup>289</sup>

O vaqueiro Firmino enfatizou bem as qualidades do comerciante Leovigildo, descrevendo-o como um homem de patente (major da Guarda Nacional), honesto, laborioso, “que não receia trabalho pezado”, artista e educador. Descreveu os “bons trabalhos” prestados por ele, que muito contribuía “para a prosperidade da fazenda”. Buscou também diferenciar o comerciante dos demais agregados estabelecidos naquela fazenda, afirmando que não se tratava de um lavrador, mas que somente desejava “fazer nos comandos de capoeira p<sup>a</sup> prisão de seus animaes de trabalho”.

Não foi possível saber se os argumentos tecidos pelo vaqueiro foram suficientes para convencer o fazendeiro. Contudo, o mais importante é perceber a relação estabelecida entre agregado e fazendeiro. Neste sentido, a carta demonstrou que o primeiro devia subordinar-se às exigências do segundo: ser útil na fazenda, zelar pelo seu progresso e agir de modo a não contrariá-lo eram algumas das prerrogativas básicas para fixar-se nos terrenos da fazenda. De acordo com Elizangela Ferreira (2005, p.178): “A dependência em relação àquele que o recebia em seus domínios, fosse um parente ou um estranho, podia ser muitas vezes transitória, mas estruturalmente era mecanismo eficiente na constituição e reprodução da desigualdade”.

<sup>289</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Correspondências Incompletas da Família Teixeira, Série Correspondências (1844 – 1978). Caixa 1, Maço 1, Carta 111.

Por outro lado, um maior contingente de agregados presentes numa determinada fazenda podia conferir maior poder ao fazendeiro, uma vez que essas pessoas poderiam submeter-se a obrigações militares:

Esse expediente certamente também servia para engrossar continuamente as fileiras de homens armados que seguiam muitos proprietários envolvidos nas disputas de poder no vale do São Francisco. A capacidade de agregar pessoas, ou seja, de reunir dependentes, devia compor naquela como em outras regiões uma fonte de distinção social, na mesma medida em que a dependência pessoal constituía-se em um elo básico de inserção de muitos homens livres pobres, e por extensão de suas famílias, no sertão da pecuária. (Ibid, 2008, p. 188).

E para os fazendeiros ausentes, aqueles que não moravam em suas grandes fazendas, como no caso dos herdeiros das fazendas Batalha, Curralinho e Rio das Rãs, “[...] a constituição de dependentes era vital para uma elite de proprietários cujos olhos não alcançavam os limites de suas terras, muito menos o rumo de seus animais” (MEDRADO, 2008, p. 76).

Nem sempre a relação fazendeiro e agregado ocorreu de forma amistosa. Como sinalizado acima, o segundo dependia em muitos sentidos da boa vontade do primeiro. Uma correspondência de Mário Spínola destinada ao pai, Deocleciano Teixeira, revela que fazendeiros e seus familiares não viam com “bons olhos” a presença de agregados em suas terras.

27 de abril de 1906

[...]

Tio Chiquinho estava aqui quando recebi sua carta e eu disse a elle que o Monsenhor Tobias me dissera haver Tio Rogaciano autorizado a Vm<sup>cc</sup> para dar 10.000 rs. de lucro no negócio da fazenda, elle riu-se e nada respondeu, [?] ponderei que um lucro de 10.000 rs não era mau nesses tempos, principalmente depois do prejuízo da cheia; não insistir mais por ver ser de grande desvantagem **a Tio Rogaciano que não poderia administrar de tão longe uma fazenda tão ruim e com a corja de aggregados que lá existe** [...].<sup>290</sup>

O processo-crime sobre o sumiço do “boi preto”, propriedade da fazenda Batalha, revelou outros aspectos da vida dos lavradores que se estabeleceram na condição de agregados em fazendas sertanejas. O sumiço ocorreu em 1843, e os suspeitos do delito foram os seguintes moradores da fazenda Volta:

<sup>290</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Dr. Deocleciano Pires Teixeira, Série Correspondências (1896 – 1929). Caixa 1, Maço 1 (grifos meus).

Respondeu o interrogado chamar-se Ancelmo Alves Moreira, natural do Riacho de Antonio da Silva, **Residente a hum anno na Fazenda da Volta** [...].

Respondeu o interrogado chamar-se João Nicolau natural da Cana Brava de Felipe Rodrigues, **Residente na Fazenda da Volta desde pequeno** e que ahí estava quando jurou, **vive de sua roça** [...].

Respondeu o interrogado chamar-se Eduardo José de Pina, **Natural de Chique-Chique morador na Fazenda da Volta desde pequeno** [...], **vive de sua roça** [...].<sup>291</sup>

Dois dos agregados, Eduardo José de Pina e João Nicolau, residiam naquela fazenda já havia muito tempo, enquanto Ancelmo Alves Moreira havia se mudado para lá havia um ano. Contudo, nenhum declarou naturalidade daquele lugar. Pode-se deduzir que essas pessoas saíram de seus locais de origem, buscando melhores condições de vida, um pequeno pedaço de chão onde pudessem plantar e colher suas sobrevivências. Muitos desses lavradores, acompanhados de suas famílias, viviam a transitar de uma propriedade para outra, buscando meios de garantir o mínimo para sobreviverem, como uma casinha de taipa de chão batido e um pedaço de terra para o plantio de pequenas lavouras. Além de cultivar roças próprias e adquirir pequenos rebanhos, os agregados alugavam seus serviços para os fazendeiros da região.

Os agregados descritos acima foram acusados de mentir sobre a propriedade do “boi preto”, ao afirmarem que o referido animal pertencia ao coronel José Antônio da Silva Castro, dono da fazenda Campos do São João. Mediante impasse, foi necessário realizar um exame de corpo de delito no boi e verificar a qual fazenda pertencia. Diante disso, o oficial de justiça deslocou-se, junto com o vaqueiro da fazenda Volta, até as “extremas da fazenda da Batalha com a Volta” para buscar o dito boi e encaminhá-lo ao arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa, onde se procedeu ao exame. De acordo com os peritos:

[...] declararam que o Boi Preto que estava presente tinha signal de ponta de lança, signal com que assignam o Tenente Coronel Jose Antonio da Silva Castro na Fazenda dos Campos de Sam Joam, e também o Tenente Coronel Joaquim Teixeira de Araújo conforme melhorem examinaram [...]; mais declararam que o dito boi tinha a diviza de orelha levada por baixo e que desta diviza usavam todas as fazendas que heram do Conde da Ponte, da Batalha para baixo, isto he inclusive a dita Fazenda da Batalha, salvo se alguns novos donos o mudaram, e mais declararam que tal boi tem na anca direita o ferro do tenente Coronel Joaquim Teixeira de Araújo [...].<sup>292</sup>

<sup>291</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: furto do “boi preto” da fazenda Batalha (incompleto). Ano: 1843. Documentação não catalogada.

<sup>292</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: furto do “boi preto” da fazenda Batalha (incompleto). Ano: 1843. Documentação não catalogada.

A partir dessas pontuações, nota-se que não havia cercas nas grandes propriedades ou, se existiam, eram bastante precárias, e que o gado fora comumente criado solto pelos pastos. A posse do rebanho era definida pelas marcações inscritas no corpo dos animais, como no caso do “boi preto”, que possuía um sinal de “ponta de lança”, um corte na orelha e uma marca de ferro com as iniciais do nome do proprietário. Contudo, essas marcações, registradas no gado com a marca de seu dono, não o isentavam de ser furtado, conforme apontou o processo. Consoante Joana Medrado (2008, p. 66):

[...] embora o gado fosse marcado ou assinalado com as iniciais do dono, os campos nos quais os animais pastavam não eram tão bem definidos, permitindo que os animais se misturassem. A precariedade dos cercamentos, e em particular das pastagens, associado ao absenteísmo e à criação de gado à solta definia um frágil domínio sobre tais bens, proporcionando um campo aberto para disputas de interesses e proveitos.

Por outro lado, a documentação consultada evidenciou que os furtos foram muito comuns nas fazendas de criação. Em muitas ocasiões, as suspeitas do sumiço de gado recaíam sobre os mais pobres, dentre eles, os agregados que viviam a transitar de um lugar para outro. Certamente, muitos deles utilizaram desse artifício como um meio de suprir suas necessidades de sobrevivência, uma vez que, na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, havia um alto índice de concentração de riquezas, enquanto um terço da população (mais de 30% dos inventários analisados) dispunha de poucos recursos materiais, tendo seus bens somados em menos de um conto de réis.

Livres pobres, na condição de agregados, conviviam cotidianamente com escravos, dividindo as lidas da vida sertaneja. Nas labutas com o gado ou nos cuidados com as roças, no interior das grandes propriedades rurais, esses sujeitos sociais compartilhavam entre eles as dificuldades de sobrevivência. Dessa convivência, afloraram amizades, afeições, considerações e solidariedades que foram seladas através do sacramento católico do batismo, conforme vimos no primeiro capítulo. Os registros dessas práticas possibilitaram acessar alguns significados dessas vivências.

A trajetória de Januário, escravo da fazenda Batalha, evidencia bem o quanto foram intensas as relações entre negros escravizados e agregados. Entre os anos de 1846 e 1857, foram identificadas seis atas de batismo envolvendo esse escravo. Das crianças batizadas, três eram escravas e três livres. Com exceção do batismo de Marciano, que ocorreu na fazenda Rio das Rãs, todos os demais ritos foram realizados na capela da fazenda Batalha.

A primeira ata batismal, datada de 1846, refere-se ao batizado de Benta, parda, com idade de um ano e sete meses, filha legítima da união de Pedro Rodrigues e Anna Felippa.

Trata-se de uma família de agregados que moravam na fazenda Batalha, onde viviam de suas roças.<sup>293</sup> Januário foi escolhido, junto com a livre “Athanasia Nunes parda soltr<sup>a</sup>”, para apadrinhar a pequena filha do casal. Naquele mesmo ano, Januário batizou Antônio, escravo de apenas seis meses, filho natural de Margarida, pertencente a Francisco Batista, ao lado de “Lucinda Nunes parda soltr<sup>a</sup>”.<sup>294</sup> Em 1848, ele batizou “Manoel crioulo com onse meses filho legitimo de Miguel e Simplicia, escravos do Tenente coronel Joaquim Teixeira de Araújo”.<sup>295</sup> No ano de 1850, Januário dirigiu-se à fazenda Rio das Rãs e apadrinhou Marciano, filho de Josefa, ambos, escravos de Francisco Teixeira de Araújo.<sup>296</sup> Em 1855, batizou Maria, filha de Baldoino José Soares e Maria da Conceição; e em 1857, apadrinhou Benedicto, filho do casal de livres, Pantaleão Medico e Juliana Moreira.<sup>297</sup>

A designação de algumas dessas crianças batizadas como pardas e crioulas sugere que elas poderiam ser filhas de pais libertos. Como veremos adiante, muitos escravos, após conseguirem suas cartas de alforria, continuaram prestando seus serviços nas fazendas onde foram escravos. Ou seja, tornaram-se agregados dos seus antigos senhores. E nesse caso, a escolha de um escravo como compadre evidencia a manutenção de vínculos construídos no cativeiro.

---

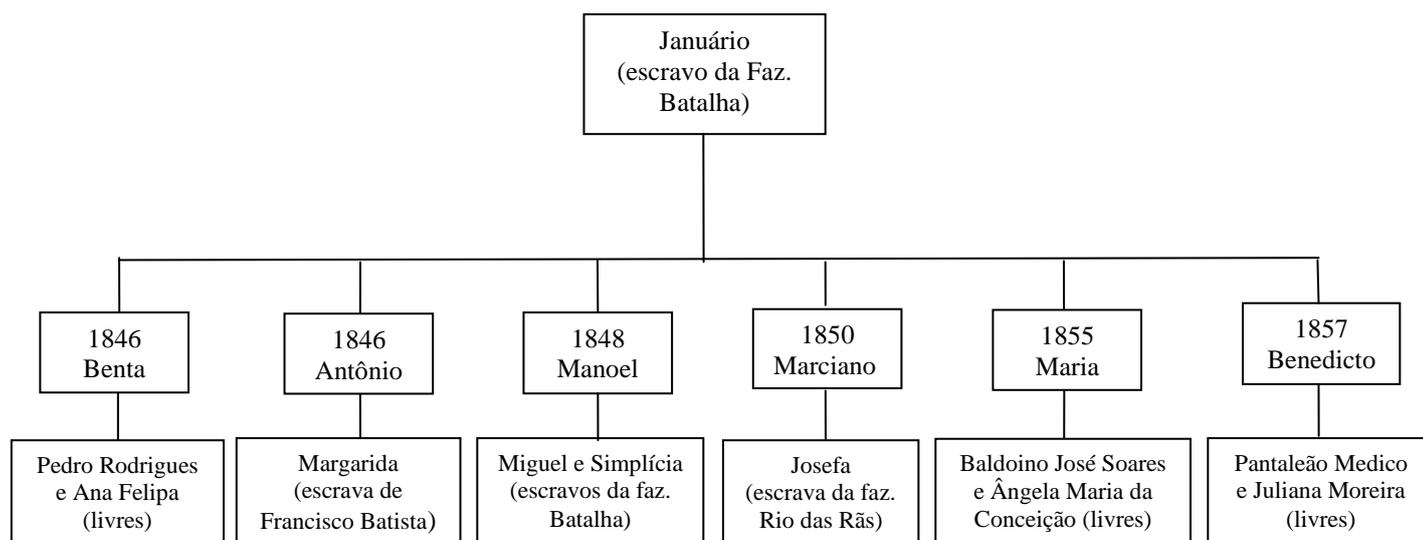
<sup>293</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: furto do “boi preto” da fazenda Batalha (incompleto). Ano: 1843. Documentação não catalogada.

<sup>294</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 55.

<sup>295</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 97.

<sup>296</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu, fl. 157.

<sup>297</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

Figura 5 – Laços de compadrio de Januário (1846-1857)<sup>298</sup>

Os registros relativos a Januário revelam redes de convívio familiar e social que envolveram escravos e livres naquela região. Esse escravo estabeleceu laços de compadrio com companheiros de cativeiro, livres e escravos de outras fazendas, situação que informa grande mobilidade espacial. Transitava por fazendas e, possivelmente, pelas vilas e arraiais, onde fazia amizades e estendia suas sociabilidades. Essa mobilidade assegurava a formação de redes de relações significativas também para a constituição de meios de sobrevivência. Como afirmou Alex Andrade Costa (2009, p. 97):

As sociabilidades desenvolvidas, pelos escravos ou por homens livres, garantiam-lhes uma espécie de anteparo para o enfrentamento de circunstâncias adversas, sendo mais fortalecidas nas relações de vizinhança e compadrio onde as pessoas trocavam experiências de forma mais corriqueira e constante.

As relações de compadrio envolvendo Januário demonstram a consideração e o respeito que os moradores da fazenda Batalha depositavam nele. Como visto, não se tratou somente dos companheiros de cativeiro, mas também de livres que viviam como agregados naquelas terras e também de escravos de outras propriedades, como no caso da escrava Josefa da fazenda Rio das Rãs. Todas essas indicações facultaram apontar que Januário gozava da confiança, não só dos compadres e comadres, mas também de seu proprietário, que nesse período fora o tenente coronel Joaquim Teixeira de Araújo. Deste modo, pode-se inferir que esse escravo exercia uma função privilegiada dentre os seus pares.

<sup>298</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

Embora identificar hierarquias internas entre escravos das fazendas sertanejas não seja um dado de fácil apreensão nas fontes, foi possível inferir, a partir dos indícios perscrutados da trajetória de Januário com os seus sucessivos apadrinhamentos, que ele exercia uma função de destaque dentre os seus pares. Certamente, era vaqueiro da fazenda Batalha. Isso justificaria a sua constante mobilidade pelas fazendas, vilas e arraiais da freguesia do Urubu. O exercício dessa função possibilitou-lhe gozar de certos privilégios. Com o seu ofício de vaqueiro, conquistou espaços relativamente autônomos, como o direito de possuir seus próprios rebanhos. E, possivelmente, essa economia independente facultou adquirir sua carta de alforria, conforme apontou a lista de matrícula de escravos de Francisco Teixeira de Araújo (filho e herdeiro do tenente coronel Joaquim T. de Araújo), no ano de 1873, na qual Januário apareceu descrito como liberto, casado com a escrava Simplícia.<sup>299</sup>

A trajetória de Januário faculta pensar que muitos outros escravos que ocupavam funções privilegiadas nas fazendas sertanejas, desfrutavam da confiança dos seus senhores, por vezes, mais que os agregados das fazendas. Certamente, isso advinha da própria relação senhor/escravo, onde o segundo oferecia maior segurança ao primeiro por sua condição de sujeição. Quanto aos agregados, “[...] costumavam gozar de mais independência social que os fixos por não serem fonte segura de mão-de-obra e, por conseguinte, nem de lealdade, obediência e defesa dos proprietários (MEDRADO, 2008, p. 60-61).”

Reforçando o argumento acima, os livros contábeis da família Spínola Teixeira apontam escravos contratando serviços de terceiros, possivelmente agregados da fazenda, para auxiliar nas lidas com o gado:

1881 8b<sup>ro</sup> – Dinheiro a Honorio para pagar camaradas que ajudarão abrir os vaquejadores e compra de feijão e farinha.... 20\$000

1882 Maio 24 – Dinheiro a Honorio p<sup>a</sup> pagar pastoreiros de 29 bois das meninas, q. vendi juntos com os meos a José Honorato da Rocha.... 7\$424.<sup>300</sup>

Esses registros referem-se ao escravo Honório, da fazenda Rio das Rãs, responsável por administrar certos serviços daquela propriedade. Os apontamentos foram escritos pelo fazendeiro Deocleciano P. Teixeira, administrador dos bens da família Spínola Teixeira. Fica patente, a partir do documento, que Honório era um escravo de confiança, incumbido de alugar os serviços de livres pobres (agregados), mediante necessidade da fazenda.

<sup>299</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Otilia Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

<sup>300</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

Mas nem só de amizades e afeições viveram os moradores das fazendas sertanejas. A vivência conjunta também acirrou desavenças e tensões, que resultaram em conflitos com desfechos trágicos. Assim evidenciou uma carta destinada ao fazendeiro Deocleciano P. Teixeira, escrita por seu vaqueiro, Antônio Jovino Pereira de Magalhães. O missivista narra uma briga envolvendo dois agregados da fazenda de Rio das Rãs. Vejamos:

Mucambo 18 de 9b<sup>to</sup> de 1885

Participo Vs q o M<sup>el</sup> Gasapa morreo ontem, matado pelo M<sup>el</sup> do Roque, brigaro na Parateca o M<sup>el</sup> do Roque sahio com 5 ou 6 facada e o Gasapa com 1 q morreo logo. A causa foi uma mulher q mechia entre elles dois. Assim q me veio a noticia fui o Riacho-Seco ver se pegava o M<sup>el</sup> porem não o achei, e hoje me veio o aviso q esta Napao-Preto m<sup>to</sup> mal. Amanha vou ao Bom-Retiro q fui chamado p<sup>a</sup> dar alg<sup>m</sup> deliberação athe chegar as ordens de Vs. Elle tinha vendido umas matalotagem não sei se sustava com o d<sup>to</sup> ou se esta no Bom-Retiro.

Por ca tudo vai bem já tem chuvido já tem agoa. Morreo sempre alg<sup>m</sup> gado<sup>301</sup>.

A disputa pela mesma mulher levou Manoel Gasapa e Manoel do Roque a desferir golpes de facas um no outro, resultando na morte do primeiro. A briga aconteceu no pequeno povoado de Parateca (Termo de Carinhanha), lugar para onde muitos dos moradores da fazenda Rio das Rãs e de outras propriedades se deslocavam constantemente para suas diversões, principalmente, por ser o povoado mais próximo. Além de ciúmes, muitos outros motivos levaram às desavenças entre agregados e demais moradores das fazendas, como a defesa de seus parques bens (roças e gado), tão necessários aos arranjos de sobrevivência. Observa-se, ainda, que, na ausência do fazendeiro, o vaqueiro, Antônio Jovino Pereira de Magalhães, se responsabilizava pela fazenda Rio das Rãs. E esse cuidado incluía resolver as diligências envolvendo os moradores daquelas terras.

Com base no que foi exposto acima, fica evidente o quanto essas fazendas sertanejas congregavam diferentes segmentos sociais: fazendeiros, administradores, livres pobres (agregados), libertos e escravos. Mesmo com as especificidades nos modos de vida de cada uma dessas pessoas, todos estiveram envolvidos com a criação de gado e isso foi fundamental para os arranjos de suas vivências e/ou sobrevivências. Dessa forma, a análise do comércio de gado realizado nessas propriedades é imprescindível para a compreensão da economia local e regional e do modo de inserção econômica dos moradores do sertão do São Francisco.

Registros apontam que foram intensas as transações de compra e venda de gado realizadas nas fazendas do sertão do São Francisco. O gado das fazendas Curralinho e Rio das

<sup>301</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1875-1900), Caixa 3, Maço 1. Essa carta se encontra solta dentro desse livro de registro contábil.

Rãs foi comercializado na “porteira” das referidas fazendas e, até mesmo, entre os próprios donos daquelas propriedades:

- 1876 – 8 [bois] vendidos no Rio das Rans (26\$)... 208\$000
- 1876 – 5 [bois] vendidos no Currálinho ã Moitinho ã 26\$000..... 130\$000
- 1877 – 1 boi vendido ã Fran<sup>co</sup> Teix<sup>a</sup>.... 22\$000
- 1879 – 22 cabeças de gado vaccum de toda sorte comprada ã Fran<sup>co</sup> Teixeira na fazenda “Mocambo” ã 13\$600.... 300\$000
- 1880 – Gado do Mocambo pertencentes as m<sup>as</sup> cunhadas Disinha, D. Anna e Priscilla q comprei ao D<sup>f</sup> J<sup>m</sup> Spínola, dando elle outro igual as irmãs na Fazenda Currálinho 77 cab. ã 14\$.... 1:078\$000
- 1881 – 17 cabeças de gado de toda sorte q ainda se acha no Mucambo pertencentes a m<sup>as</sup> cunhadas órphãs e q comprei de D<sup>f</sup> J<sup>m</sup> Spínola ã 14\$.... 238\$000.<sup>302</sup>

Conforme os registros acima, o gado das fazendas Currálinho e Rio das Rãs foi, muitas vezes, negociado entre os seus herdeiros. Deocleciano Teixeira foi um dos herdeiros que mais adquiriu gado dos cunhados. Nota-se, no cotejamento dos documentos, que o preço do gado negociado entre os membros familiares foi bem inferior ao dos demais vendidos para outros compradores, como se observa das compras realizadas por Deocleciano Teixeira em que pagou por cada cabeça de gado adquirido das cunhadas o valor de Rs. 14\$000, enquanto outros registros apontam para o valor de Rs. 18\$000 para cada cabeça de gado *vacum* no mesmo período.

As transações de compra e venda de gado não se restringiram à porteira da fazenda. Boiadas compostas de número considerável de cabeças de gado *vacum* foram vendidas e transportadas para diferentes lugares da província da Bahia. Vejamos algumas dessas transações:

- 1879 – 41 bois q mandei em Fev<sup>o</sup> deste anno vender nos **Lençóis** pelo Sr. Atilio deduzidas as despezas .... 918\$000
- 1880 – 86 bois vendidos este anno nos **Lençóis** pelo Sr. Ant<sup>o</sup> Jovino, abatidos as despezas.... 1:940\$000
- 1880 – 3 ditos [bois] vendidos em **Monte Alto** ao Mel Gasapa... 85\$000
- 1880 – 105 bois do Bom Retiro, Mocambo e Currálinho q mandei este anno p<sup>a</sup> **Feira de S<sup>ta</sup> Anna** p<sup>r</sup> Ant<sup>o</sup> Jovino.... 2:121\$489
- 1884 – 6 ditas [vacas] q mandei pelo Sr Antonio Jovino p<sup>a</sup> **Maracas** com a boiada.... 132\$000
- 1884 – 73 bois q mandei p<sup>a</sup> **Maracas** pelo Sr. Ant<sup>o</sup> Jovino.... 2:130\$000
- 1885 – 80 bois vendidos nos **Lençóis** ao Sr. Ant<sup>o</sup> Aff<sup>so</sup> Teix<sup>a</sup> ã 29\$ ã din<sup>o</sup>.... 2:320\$000
- 1885 – 31 rezes (bois e vacas) sahidos ã 2 de Março trazidos pelo Sr. Ant<sup>o</sup> Jovino e vendidas nos **Lençóis** ao Campos a 22\$, ã din<sup>o</sup>.... 682\$
- 1888 – 135 bois vendidos no principio do anno p<sup>a</sup> Sr. Ant<sup>o</sup> Jovino na **Feira** sendo 125 ã 23\$ e 10 ã 17\$157.... 3:046\$150

<sup>302</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1875-1900). Caixa 3, Maço 1.

1888 – Imp<sup>cia</sup> q coube aos meus 100 bois vendidos na **Victoria** pelo T<sup>te</sup> Pompilio e C<sup>el</sup> Castro, tendo 3 ã 10\$ em cam<sup>o</sup>.... 2:354\$200  
 Id. q cabe aos meus 100 bois vendidos no **Giquié** em Fev<sup>o</sup>. pelo Sr. M<sup>el</sup> Jovino.... 2:650\$700<sup>303</sup>

Como visto, o gado do sertão do São Francisco foi comercializado em diferentes praças da Bahia. Os registros apontam para a intensa comercialização de gado em Lençóis, certamente, pela forte demanda da carne bovina advinda com a exploração de minérios na região da Chapada Diamantina. Há que considerar também que o fato de a família Spínola residir naquela cidade concorreu na articulação das vendas de gado naquela localidade. O gado foi negociado também em Feira de Santana, Maracás, Vitória da Conquista, Jequié, Monte Alto e Caetité. O registro seguinte evidencia ainda a comercialização de gado entre fazendeiros e casas mercantis matriculadas na “Bahia” (Salvador): “1882 – 121 cabeças de gado comprado aos Sñres Oliv<sup>a</sup> Cardozo da C<sup>ia</sup> da B<sup>a</sup> ã 18\$000.... 2:178\$000”. Essa boiada foi comprada por Deocleciano Teixeira e o gado destinado à fazenda Rio das Rãs.

O transporte de boiada não se fez sem dificuldades. Perdas e prejuízos foram registrados por fazendeiros, o que evidencia os difíceis caminhos e longos trajetos por onde seguiram os vaqueiros, aboiando o gado. Havia viagens que duravam vários e vários dias, principalmente, aquelas com o destino para a região da Chapada Diamantina e para o litoral da província (Recôncavo e Salvador). A anotação “Conta do gado vindo do Rio de São Francisco”, datada de 1877, feita por Joaquim Antônio de S. Spínola, demonstra as despesas com o transporte de uma boiada das fazendas Currealinho e Rio das Rãs para os Lençóis:

Roberto trouxe 44 cabeças das quaes vendeo em caminho 36, cujos ferros não tomou, p<sup>r</sup> 762\$000  
 Pagou aos vaqueiros e fez a despeza de caminho p<sup>r</sup> 104\$000  
 Me entregou 8 que foram soltas no Bonito.<sup>304</sup>

Noutro registro, Deocleciano Teixeira pontuou os prejuízos com o transporte de gado para Feira de Santana, incluindo, nessa boiada, reses de sua filha menor, Alice. Conforme registro: “1881 – 15 bois de seo ferro que mandei este anno vender na Feira d’S’. Anna, sendo o condutor o Sr. Ant<sup>o</sup> Jovino e encarregado pela venda meo mano Rogaciano, liquido dos m<sup>mos</sup> bois... 303\$310”.<sup>305</sup> Abaixo desse registro, havia a seguinte anotação: “Desta boiada

<sup>303</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1875-1900). Caixa 3, Maço 1 (grifos meus).

<sup>304</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>305</sup> Ibid.

morreo na Feira m<sup>s</sup> da metade e as despesas forão grandes”.<sup>306</sup> Outros registros apontam para as perdas de gado ao longo dos trajetos:

1881 – 135 bois vendidos no principio do anno p<sup>lo</sup> Sr. Ant<sup>o</sup> Jovino na Feira, sendo 125 ã 23\$ e 10 ã 17\$157..... 3:046\$150

**18 [bois] q. ficarão em caminho**

1885 – Prejuízo da quantia de 66\$000, imp<sup>cia</sup> de 3 rezes que reclamou o Major Campos ter morrido antes da entrega das 50 cabeças e como não se verificou os ferros faço o prejuízo recahir proporcionalm<sup>te</sup> sobre as 50 cabeças, das q<sup>es</sup> 19 erão de suas filhas e 31 minhas, cabe as 19 – id 139 – 25\$080.<sup>307</sup>

1894 - Imp<sup>cia</sup> que coube ã 31 bois seus [D<sup>r</sup> Aristides de Souza Spínola] na quantia de 43:500\$000, sendo o total de 4 boiadas 515 bois e entregues somente 425 ã 60\$000 p<sup>r</sup> terem morrido e fugido em cam<sup>o</sup> 90 bois... 1:656\$113 (ficou cada boi p<sup>r</sup> 53\$374, além da despesa).<sup>308</sup>

Condições climáticas concorriam para dificultar ainda mais o transporte de boiadas, ampliando as despesas e os riscos de prejuízos. As estiagens prolongadas “[...] secavam os leitos dos rios e os transformavam em ‘perigosos atoleiros’ (AGUIAR, 2011, p. 43)”. As chuvas em abundância, por sua vez, enchiam os rios que transbordavam os caminhos sertanejos, dificultando as passagens.

Observa-se, ainda, que os gastos e as despesas advinham antes mesmo da saída da boiada das fazendas, como, por exemplo, na contratação de vaqueiros para ajuntar o gado disperso pelos pastos:

1885 – Despesas feitas pelo S. Ant<sup>o</sup> Jovino com 66 bois de suas filhas Constança, Anna e Priscilla vindos em jan<sup>o</sup> ultimo ao S. Ant<sup>o</sup> Teixeira id. id. 123.... 92\$004

Id. – Din<sup>o</sup> q entregou ao S. Ant<sup>o</sup> Jovino para pagar a Marcos vaq<sup>o</sup> de s/ filhas no Curralinho de despesas de pastoreiro de bois 123.... 12\$160<sup>309</sup>

Conduzir boiadas pelos caminhos do sertão não foi tarefa fácil. Os vaqueiros responsáveis pelos animais “[...] enfrentavam privações e perigos em suas longas viagens” (PIRES, 2009, p. 151). Licurgo Santos Filho (1956, p. 226) observou as dificuldades enfrentadas pelo “passador de boiadas”, vaqueiro responsável pelo transporte de gado:

Os proprietários de animais costumavam contratar os serviços de indivíduos experimentados na condução de boiadas, tarefa difícil naqueles sertões de solo árido, de chuva escassa, vegetação pobre e pouca água. De fato, exigia habilidade a travessia da caatinga, por dias e dias, vencendo quilômetros e léguas, seguindo por caminhos ínvios, péssimas trilhas, petrificadas na

<sup>306</sup> Ibid.

<sup>307</sup> Ibid.

<sup>308</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1890-1906). Caixa 3, Maço 14 (grifos meus).

<sup>309</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

estação da seca e repletas de atoleiros na estação das chuvas. Sempre havia perda de animais que se desgarravam do lote e fugiam, ou então que morriam por fadiga. Bons condutores eram os que menos animais perdiam.

Com base nos livros contábeis, pode-se apontar que o senhor Antônio Jovino Pereira de Magalhães foi o vaqueiro mais requisitado para o transporte de gado das fazendas Curralinho e Rio das Rãs. Foi responsável por levar muitas boiadas do sertão para outros lugares da província baiana, como “[...] às estações ferroviárias, onde eram embarcadas para negócios em Salvador” (PIRES, 2009, p. 151). Dispunha de experiência na lida com o gado e também no seu transporte, e por isso mesmo, gozava da confiança dos proprietários das fazendas onde trabalhava. Sua função envolvia a responsabilidade de conduzir e entregar o gado no destino previsto, assim como, em alguns casos, negociar sua venda. Cabia a esse vaqueiro tomar certas decisões, como vender, pelo caminho, algumas reses enfraquecidas com os percalços das longas viagens, evitando, assim, um prejuízo maior, como a morte dos animais. Podia também escolher os demais vaqueiros que o acompanhariam nas viagens, selecionar dentre os escravos da fazenda ou contratar (alugar) os serviços de terceiros. Era de sua total responsabilidade administrar todas as despesas realizadas nos caminhos. Conforme salientou Pires (2009, p. 152):

Os vaqueiros adquiriam produtos, contratavam serviços ou alugavam pastos em seus percursos, que eram registrados em seus cadernos de viagem: toucinho, feijão, arroz, farinha, milho, rapadura, colheres, algodão, latas, cordas para cabresto e arreios, pastos, sal, mercúrio, carnes, “manga” (pasto), ferragens em mula e cavalo. Também constam anotações com despesas relativas às “pegadas de bois”, referência ao gado perdido pelos pastos, e ainda pagamentos de “pensões” (pousadas) em que se hospedavam.

A referida autora (Ibid, p. 152) identificou, junto aos livros de razão da Casa do Barão de Caetité, registros de prestações de contas realizados pelos próprios vaqueiros com detalhes das despesas de viagem e as receitas da comercialização. Nesses apontamentos, as despesas com os vaqueiros foram relacionadas com os nomes dos lugares (fazendas e cidades) por onde passavam.

Demais fazendeiros pecuaristas da região dispunham de vaqueiro de confiança para o transporte das boiadas, conforme atestam as fontes: “Se precisas do Salviano p<sup>a</sup> conduzir a boiada, escreve-me, q o mandarei chamar”;<sup>310</sup> “Despezas com os 69 bois do Curr<sup>o</sup> q forão na

---

<sup>310</sup> Acervo Particular da Casa do Barão de Caetité. Grupo Quincas, Série Correspondências (1822-1917). Caixa 1, Maço 3. Carta escrita por Joaquim Antônio Rodrigues Lima ao sobrinho Quincas, em 1895.

s/ boiada conduzida p<sup>r</sup> M<sup>el</sup> Vieira [?]”;<sup>311</sup> “Roberto trouxe 44 cabeças das quaes vendeo em caminho 36, cujos ferros não tomou, p<sup>r</sup> 762\$000”.<sup>312</sup>

Buscando atenuar as despesas e prejuízos com o transporte de gado, fazendeiros articulavam-se entre si e transportavam o gado em conjunto. Ou seja, uma mesma boiada continha gado de diferentes proprietários, conforme as descrições abaixo:

1877 – 3 bois vendidos na boiada de Fran<sup>co</sup> Teix<sup>a</sup>... 56\$000  
 1885 – Imp<sup>cia</sup> q toca ã s/ filha Desinha nos 24 bois da mesma, vindos na boiada de 146 bois (sendo 80 meos e 66 das 3 meninas) vendidos ã 29\$000, na q<sup>tia</sup> de 1:500\$000<sup>313</sup>  
 1897 – C<sup>el</sup> J<sup>e</sup> Ant<sup>o</sup> de Castro Tanajura: Despezas com os 69 bois do Curr<sup>o</sup> q forão na s/ boiada conduzida p<sup>r</sup> M<sup>el</sup> Vieira [?].... 244\$968<sup>314</sup>

A correspondência seguinte, enviada por Joaquim Antônio Rodrigues Lima ao sobrinho Quincas, revela o modo como os fazendeiros locais se articulavam no comércio de gado nos sertões baianos:

Caetité, 6 de maio de 1895  
 Quincas.  
 Saude robusto te desejo.  
 O Cincinnato vae p<sup>a</sup> a Bahia em comp<sup>a</sup> do Deocleciano e Balbino, **vão pelo rio de S. Fran<sup>co</sup> indo tomar o vapor na fazenda do Deocleciano**, partem d’aqui a 13 do corr<sup>e</sup> devendo chegar a faz<sup>da</sup> do Deocleciano a 15.  
 É a melhor oportunidade de faseres **remessa de requeijões** a teu pai. [...] Em m<sup>a</sup> ultima carta eu te disse q achava conveniente não juntar os bois, visto achar peq<sup>na</sup> a oferta do Catharino (65\$ por cada boi, posto em qualq<sup>r</sup> estação).  
 O Deocleciano me diz q o Catharino pagará a 70\$. **Eu preferiria vender na port<sup>ra</sup> mesmo a 60\$, mas não apparecendo comprador, como parece q não haverá, não há remédio senão tocar-se. Se os bois estão gordos, acho bom tratares da junta e remessa. Acho melhor despachar-se a boiada pela estrada q passa nas proximid<sup>es</sup> do Brejo Gr<sup>de</sup> (q é a melhor) e procurar a estação do Tambury e [?] lugar de M. Portella.**  
 O Deocleciano já mandou juntar a boiada e vae fazer a remessa n’essa conformid<sup>e</sup>. Se precisas do Salviano p<sup>a</sup> conduzir a boiada, escreve-me, q o mandarei chamar.  
 Se porem, achares ahi o preço de 60\$, acho melhor realisares a venda. [...] Tio e am<sup>o</sup>,  
 JARLima<sup>315</sup>

<sup>311</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1890-1906). Caixa 3, Maço 14.

<sup>312</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>313</sup> Ibid.

<sup>314</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1890-1906). Caixa 3, Maço 14.

<sup>315</sup> Acervo Particular da Casa do Barão de Caetité. Grupo Quincas, Série Correspondências (1822-1917). Caixa, 1, Maço 3 (grifos meus).

Joaquim A. R. Lima inicia a carta fazendo referência à fazenda Rio das Rãs, que nesse período já pertencia a Deocleciano Pires Teixeira. Fica patente que naquela propriedade, ou em suas proximidades, se localizava um porto aonde fazendeiro, familiares e amigos corriqueiramente iam “tomar o vapor” com destino à “Bahia” (Salvador). O missivista pontua ao sobrinho as motivações para ajuntar e remeter o gado, visto não ser encontrado comprador na porteira da fazenda; conforme suas palavras, “não há remédio senão tocar-se”. Quanto ao destino do gado, não ficou claro na correspondência. Joaquim Antônio Rodrigues Lima já havia dialogado com Deocleciano Teixeira, buscando certificar-se do valor corrente por cabeça de gado e verificar se a oferta de “Catharino” seria mesmo vantajosa. A partir desse documento, observa-se que comércio de gado na porteira da fazenda parecia ser mais lucrativo e a preferência de alguns dos fazendeiros, sobretudo, por poupar as despesas com o transporte e a perda de reses pelo caminho.

O autor da correspondência aponta o melhor caminho para transportar a boiada: “nas proximid<sup>es</sup> do Brejo Gr<sup>de</sup> (q é a melhor) e procurar a estação do Tambury e [?] lugar de M. Portella”. Os livros de contas indicaram que muitas das boiadas do sertão do São Francisco foram deslocadas justamente para essas estações. A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2009, p. 153-154) ressaltou a importância das estradas de ferro – estações de Queimadinhos e Machado Portela – na articulação da economia entre os sertões e o litoral da Bahia:

As estradas de ferro articularam a economia regional e propiciaram o entrecruzamento de modos de vida entre o sertão e áreas mais desenvolvidas próximas ao litoral da Bahia. A partir dos anos finais da década de 1880, os tropeiros e vaqueiros – muito deles escravos, forros e ex-escravos – deslocavam-se de Caetité e Rio de Contas até as estações de trem mais próximas [...]. Em fins do século XIX, as estações de Queimadinhos e Machado Portela (atual município de Maracás - BA) foram portos para embarque e recepção de mercadorias carreadas pelas tropas do sertão para a capital da província, através de São Félix e Cachoeira (porto e estação ferroviária), cidades separadas pelo rio Paraguaçu e ligadas por ponte construída no império. Através do São Francisco foi assegurado o comércio com Minas Gerais e Goiás.

Ao lado da criação e comércio de gado *vacum*, desenvolveu-se a criação do gado *cavalar* e do muar, visto ser de fundamental importância na vida dos sertanejos, seja como meio de transporte, seja na sua utilização para lidar com o gado. Os livros contábeis apontam para a comercialização desses animais (cavalos, éguas e burros):

1876 – Cavallos no Rio das Rans 12 cabeças de toda sorte ã 12\$.... 144\$000  
1877 – 3 poldros comprados dep<sup>s</sup> de m<sup>a</sup> chegada... 46\$000

1887 – Imp<sup>cia</sup> de 55 egoas compradas ao Ex<sup>mo</sup> Senr. Brás de Caetité...  
 1:102\$000  
 1888 – Imp<sup>cia</sup> de 10 burros vendidos ao Sñr Sergio Bahiano.... 470\$000<sup>316</sup>  
 1893 – Uma mulla vendida na B<sup>a</sup> em 1889 q era cria da faz<sup>da</sup>.... 200\$000<sup>317</sup>

O pesquisador Erivaldo Fagundes Neves (2008, p. 187) pontuou a importância dos gados *vacum*, *cavalar* e dos muares para os sertanejos e os usos que eles faziam dos animais:

Para vaquejar utilizava-se o **cavalo**; no transporte de cargas, **mulas**, espécie híbrida do equino e do asinino, às vezes importadas de Minas e São Paulo. Os **burros**, em geral, destinavam à montaria, para acompanhar tropas e em outras viagens de longo curso. Para os carregamentos locais, empregavam também o **jumento** e, em menor escala, o **boi**, força de tração dos engenhos de rapadura e aguardente e dos sonolentos e dengosos carros-de-boi, usados nos carretos locais, de curtos trajetos. O **jumento** chegou, ao Brasil, trazido da Andaluzia, na Espanha, e da África. Adaptou-se bem às escassas pastagens do semi-árido, e foi usado para montaria e carga, em pequenas distâncias.

Os dados apresentados evidenciam, além das perdas e prejuízos, o comércio ativo e intenso de gado no sertão do São Francisco. Observa-se grande quantidade de gado comercializada, ora individualmente, ora em boiada, tanto na região, quanto para lugares mais distantes, como a Chapada Diamantina, Recôncavo baiano e Salvador. Isso demonstra o quanto aquelas fazendas foram prósperas, produção essa que se estendeu até o início do século XX. Por outro lado, a criação de gado *vacum* e *cavalar* demandou um contingente considerável de pessoas para cuidar dos rebanhos espalhados pelas propriedades sertanejas. Dessas pessoas, destacam-se os escravos. Nessas fazendas, eles ocuparam-se cotidianamente de diferentes funções: lavradores (roceiros), vaqueiros e dos serviços domésticos, dentre outras. No desempenho dessas atividades, os escravos participavam ativamente dos negócios com o gado das fazendas e dos seus próprios animais. Na sequência desta abordagem foi dedicado olhar especial a essas participações de escravos na vida econômica do sertão do São Francisco.

<sup>316</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>317</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817-1973). Caixa 3, Maço 1.

## 4.2 PARTICIPAÇÃO ESCRAVA NOS NEGÓCIOS COM O GADO

### 4.2.1 Breves considerações sobre a microeconomia escrava

Foi nessas críticas condições que chegamos à fazenda da Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, onde esperávamos ser socorridos, por que essa é uma das maiores propriedades do sertão; mas justamente esse grande núcleo de povoação de mais de cento e sessenta escravos opôs-se ao nosso desejo. Afirmaram que eles mesmos sofriam da carência de milho, e só a grande custo conseguimos comprar a necessária provisão dos negros, que cultivavam suas pequenas roças nos dias de liberdade (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 124).

As linhas traçadas pelos viajantes bávaros Spix e Martius, quando percorreram o vale do Rio de Contas em 1818, revelaram escravos cultivando roças próprias e negociando parte de suas produções. Indicaram também a participação escrava na microeconomia do alto sertão baiano.

O acesso de escravos às atividades autônomas foi uma prática comum no contexto da escravidão brasileira. A historiografia tem apontado os seus diferentes significados.<sup>318</sup> Por um lado, as atividades agrícolas dos escravos favoreciam os seus senhores, pois

Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão (SILVA e REIS, 1989, p. 28).

Por outro, o cultivo de roças conferiu aos escravos certa margem de autonomia na produção de sua própria subsistência e na comercialização do que era cultivado. Conforme pontuou B. J. Barickman (2003, p. 108):

[...] mediante o cultivo de alimentos por conta própria, os escravos conseguiam um grau limitado, mas real, de autonomia em suas vidas cotidianas. Mais que isso, em algumas áreas, as roças lhes permitiam desenvolver ampla variedade de atividades produtivas e comerciais independentes.

O acesso às roças e a outras atividades autônomas ampliou as possibilidades dos escravos de conquista da liberdade. Como afirmou Pires (2003, p. 91): “[...] ter direito a plantações próprias e mesmo ao criatório de gado contribuía para que amealhasse recursos para a compra da própria liberdade, de parentes ou parceiros, fato comum na escravidão brasileira”.

<sup>318</sup> Cf. dentre outros: Cardoso (1987), Machado (1988), Reis e Silva (1989, p. 28-31), Barickman (2003, p. 107-116), Fraga Filho (2006, p. 39-48) e Costa (2009, 95-109).

Entretanto, adquirir permissão para dispor de tempo livre e trabalhar em proveito próprio exigiu do escravo grande esforço de negociação com seu senhor. Conforme advertiu Wissenbach (1998, p. 104): “As pequenas posses eram reconhecidas como subsídios necessários para aliviar encargos senhoriais, seu manejo deveria ser mantido dentro de limites conhecidos e tolerados pelo senhor”. Em alguns contextos foram observados conflitos desencadeados pela interferência de senhores no “direito” dos escravos em cultivar suas roças. De acordo com Walter Fraga Filho (2006, p. 43):

Com o tempo, o acesso às roças transformou-se numa fonte permanente de conflito, na medida em que os escravos criaram um senso de “direitos” sobre as parcelas de terra que cultivavam. A interferência dos senhores em tais direitos, muitas vezes, desencadeou conflitos. Tais conflitos poderiam resultar da tentativa dos senhores de reduzir a margem de “tempo livre” de que os escravos roceiros, costumeiramente, dispunham para dedicar a suas plantações.

Deste modo, as atividades autônomas dos escravos foram “[...] frutos tanto da persistência dos escravos na defesa, mesmo violenta, de certas margens de autonomia, quanto do interesse dos senhores (MACHADO, 1988, p. 153).

Na pesquisa aos inventários de senhores de engenhos do Recôncavo baiano, B. J. Barickman (2003, p. 115) identificou indícios de economias próprias de escravos, extraídas do cultivo de roças donde, ao menos ocasionalmente, colhiam uma produção excedente e comercializável. Sobre as roças de escravos, pontuou o seguinte:

Muitas vezes, suas roças deviam ser meros retalhos de terra; as horas que a elas podiam dedicar, sem dúvida, eram poucas; e em geral as colheitas deviam ser mesquinhas. Mas, no cultivo dessas roças, eles mesmos, não seus donos, tomavam as decisões. Dentro dos limites impostos pela escravidão, eram escravos que, para usar a expressão de Eduardo Silva, “negociavam”. “Negociavam” com seus senhores e até com a própria escravidão (Ibid, 115-116).

O pesquisador Alex Andrade Costa (2009, p. 107) apontou que o acesso às roças foi essencial para a sobrevivência de escravos do Recôncavo Sul, principalmente pelas oportunidades que eles tiveram em participar da vida econômica daquele lugar:

Importante salientar a participação econômica dos escravos do Recôncavo Sul na venda de produtos agrícolas (principalmente a farinha), e agindo com uma grande autonomia a ponto de serem atravessadores. Se houve queixas e preocupações por parte da Câmara de Nazaré, foi porque a venda desse produto executada pelos escravos, em grande ou pequena quantidade, incomodava os senhores da região, em especial aqueles que produziam farinha.

De acordo com o referido autor (Ibid, p. 100-101): “[...] a conquista de espaços de autonomia não esteve ligada apenas às grandes propriedades, e as roças escravas não se deram exclusivamente no contexto do interior das fazendas de café [...]”. Assim, como em outras regiões brasileiras, os escravos dos sertões baianos também organizaram uma microeconomia que lhes possibilitou auferirem espaços significativos de autonomia.

A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2009, p. 140) identificou, em seus estudos sobre a vida escrava no alto sertão baiano, que “[...] os escravos beneficiavam-se de ‘roças’ para cultivo próprio”. Segundo a referida autora:

Essa situação foi uma opção vantajosa para os senhores, porque os isentavam de mantê-los. Tanto para aqueles com maiores posses e escravarias, como para aqueles cujos recursos mal lhes bastavam. Também essa face autônoma da escravidão revelava a capacidade de negociação muito presente na relação dos escravos com os seus senhores. De todo modo, a possibilidade do cultivo próprio gerava para o escravo a capacidade de formar pecúlio com o excedente de sua produção, servindo posteriormente à compra da alforria pessoal ou de familiares e, em termos mais imediatos, de contarem com dinheiro (mesmo que pouco) para inserção na vida social (Ibid, p. 140).

Conforme sinalizado anteriormente, os viajantes Spix e Martius (1981, p. 24) adquiriram, em suas andanças pelo alto sertão baiano, “[...] provisão dos negros, que cultivavam suas pequenas roças nos dias de liberdade”. Por sua vez, Licurgo Santos Filho (1956, p. 121) observou, nos livros de assentos da fazenda Campo Seco, localizada nessa mesma região sertaneja, que o fazendeiro Pinheiro Pinto “[...] permitiu que negros seus plantassem e criassem, possibilitando-lhes amealhar haveres que serviram para gastos diversos e para a compra da alforria”. Ressaltou, ainda, que o fazendeiro permitiu a “[...] alguns de seus escravos o exercício de atividades remuneradas, em proveito dos próprios negros” (Ibid, p. 123).

Nesse sentido, a documentação consultada da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima revelou alguns aspectos da microeconomia escrava no sertão do São Francisco. O inventário de D. Rosa Felismina de Jesus, datado de 1848, informa que os escravos da fazenda Santo Antônio cultivavam roças próprias. Anexada a este documento, consta a prestação de contas do tutor Francisco Pereira Nunes quanto aos bens herdados pelo órfão Antônio Gualter Guimarães e que se encontravam sob a sua responsabilidade. Em meio às suas contas, o tutor justificou, com as seguintes palavras, os gastos com alimentação dos nove escravos daquela propriedade:

**O servisso dos Escravos do dito orphan no tempo de seca, penúria e miséria nam xegava nem para sustento delles os quaes sempre**

**permaneceram na Fazenda do orphan**, vindo somente hum de nome Manoel para a casa delle ex-tutor por se achar infermo e que elle ex-tutor o tratava da moléstia, da qual inda nam estava sam, e **que por nam haver roças de mandioca na Fazenda comprou farinha para sustento dos Escravos** da fazenda remetendo para ali dous alqueire de farinha como consta do assento [...].<sup>319</sup>

Nota-se que o ex-tutor do herdeiro órfão, Francisco Pereira Nunes,<sup>320</sup> descreveu que, naquele ano de 1853, marcado pela “seca, penúria e miséria”, teve que comprar farinha, pois a produção dos escravos não foi suficiente para os seus próprios sustentos. Isso demonstra que os escravos da fazenda de Santo Antônio dispunham de autonomia para cultivar, naquelas terras, pequenas lavouras destinadas ao próprio consumo e, provavelmente, negociavam, em tempos de prosperidade, os excedentes de suas produções.

O fato de o proprietário não residir na fazenda e não haver ali a presença de um administrador contribuiu de algum modo na ampliação dos espaços de autonomia vivenciados pelos escravos. Assim, podiam dispor de melhores condições para conduzir suas vidas cotidianas, cuidando das obrigações da fazenda e cultivando roças próprias. Como se verá a seguir, o vaqueiro Braz foi um dos escravos que, no desempenho de seu ofício, conseguiu alargar os espaços de autonomia e conquistar sua carta de alforria. Vale destacar que os espaços de autonomia aqui apontados foram bastante relativos, uma vez que esses escravos deviam prestar contas de suas obrigações ao proprietário, que, por meio de seu tutor, acompanhou constantemente o desenvolvimento dos seus serviços. E os escravos ainda enfrentaram dificuldades nos arranjos materiais de suas sobrevivências, como a escassez de alimentos advinda da perda de suas produções em tempos de secas.

Os livros contábeis da família Spínola Teixeira permitiram inferir algumas considerações sobre o cultivo de roças próprias pelos escravos da fazenda Rio das Rãs. Na pesquisa a esses manuscritos, não foi identificado nenhum apontamento sobre a comercialização de lavouras provenientes daquela propriedade. Talvez esse silenciamento presente nos documentos possa ser um indício de que o cultivo de pequenas lavouras fora realizado pelos escravos, voltado, sobretudo, aos seus consumos. Os registros seguintes, datados de 1880, corroboram essa suposição: “4 pratos de milho entregue ao Honorio p<sup>a</sup> planta....1\$000” e “1/2 quarta de feijão p<sup>a</sup> planta....2\$000”.<sup>321</sup> Honório fora um dos escravos de

<sup>319</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

<sup>320</sup> Quando ocorreu a prestação de contas, o senhor Francisco Pereira Nunes havia sido destituído do cargo de tutoria, [re] assumindo o cargo o antigo tutor, o senhor José Antonio de carvalho.

<sup>321</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

confiança da fazenda Rio das Rãs. Ele cuidava da administração de certos serviços daquela propriedade.<sup>322</sup> Nas partes transcritas do registro contábil, esse escravo aparece recebendo do seu senhor sementes de milho e feijão para serem plantadas e cultivadas, certamente, por ele ou por algum membro de sua família.

Nova situação foi identificada com a anotação seguinte: “5 pratos de far<sup>a</sup> entregues p<sup>r</sup> Ignacio a Honorio..... \$625”.<sup>323</sup> Esse registro, datado de 1880, pode ser um pequeno vestígio da compra de farinha pelo fazendeiro, por meio de Honório, na mão de Ignácio, um de seus escravos. Veja-se que Ignácio entregou ao escravo Honório cinco pratos de farinha, avaliados em Rs. \$625, farinha que, possivelmente, fora extraída de sua roça de mandioca e manufaturada na casa de farinha daquela propriedade.

Outros indícios do envolvimento de escravos na produção de pequenas lavouras foram os constantes gastos advindos de compras e consertos de instrumentos de trabalho daqueles indivíduos:

1879 – Din<sup>o</sup> a Belmiro, concerto de machado..... 4\$000  
 1880 – Concerto de machado p<sup>a</sup> Gregorio.... 2\$000  
     2 foices p<sup>a</sup> Gregorio e Nicolão.... 4\$000  
     1 machado comprado há tempo p<sup>a</sup> Gregorio.... 3\$500  
     1 serrote [?].... 1\$800  
     Concerto de uma foice.... 1\$800  
 1881 – 1 enchada a Honorio.... 1\$500  
 1882 – 1 enchada a Honorio.... 1\$500<sup>324</sup>

Observa-se que cada escravo possuía instrumentos individuais de trabalho. Mesmo que usassem essas ferramentas para a limpeza de pastos destinados à pecuária, poderiam também empregá-las nos serviços de suas roças.

Todavia, nem sempre o plantio de lavouras pelos escravos foi suficiente para prover suas alimentações e de seus familiares, considerando as perdas ocasionadas pelas longas estiagens ou nos períodos de chuvas intensas. Isso explica, em parte, as anotações de compra de gêneros alimentícios presentes nos livros de contas das fazendas. Deocleciano P. Teixeira registrou, entre os anos de 1879 e 1880, as despesas com mantimentos na fazenda Rio das Rãs:

Despesas feitas na fazenda do Rio das Rãs por c/ das 3 meninas menores tuteladas e f<sup>as</sup> de m<sup>a</sup> sogra e p<sup>r</sup> ordem do D<sup>r</sup>. Joaq<sup>m</sup> Spínola:  
 1879 9br<sup>o</sup> 30 – 70 litros de farinha comprados e remetidos de Monte Alto....7\$000

<sup>322</sup> No tópico 4.2.3 “Formas de ganho: serviços extras nas fazendas” serão apresentadas algumas considerações a respeito do escravo Honório e de sua função na fazenda Rio das Rãs.

<sup>323</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>324</sup> Ibid.

	6 rapaduras....	2\$000
	10br <sup>o</sup> 9 – 200 litros de farinha....	17\$500
	14 – 120 litros de sal comprado na barranca do Rio....	16\$000
1880 Jan <sup>o</sup>	– 240 litros de farinha....	21\$000
	Fev <sup>o</sup> – ½ caixa de mercúrio....	3\$000
	30 litros de farinha....	3\$000
	¼ de farinha comprada p <sup>f</sup> Honorio	
1880 Março 26	– 160 litros de farinha remetidos de Monte Alto....	10\$000
	½ alq <sup>e</sup> de farinha id....	2\$500
1880 Junho 21	– ½ quarta de feijão p <sup>a</sup> planta....	2\$000
	30 – ½ alqueire de farinha....	3\$000
	¾ de farinha comprada p <sup>f</sup> Honorio....	6\$000
	12 pratos de sal id....	12\$000

O total dessa despesa foi somado em Rs. 110\$000. Nota-se a aquisição de grande quantidade de farinha e sal. Esses registros, associados aos de “vacas para consumo”, presentes nos documentos, apontam que farinha e carne-seca compunham a alimentação básica dos escravos daquela fazenda, situação similar à de outras propriedades escravistas espalhadas pelo Brasil.

Há que considerar que as mulheres negras escravizadas, responsáveis pelos serviços domésticos, podiam complementar suas alimentações e de seus familiares com a fabricação de produtos derivados, por exemplo, do leite, como doces, queijos e requeijões ou de quaisquer outras matérias-primas disponíveis na fazenda. Por outro lado, a proximidade com o rio São Francisco favoreceu o consumo de peixe pelos moradores daquela região. Assim, muitos escravos encontraram na pesca um meio a mais de ampliar seus suprimentos alimentares e, também, de auferir ganhos no comércio de peixe com os moradores locais.

Contudo, a análise da vida escrava no sertão do São Francisco tem evidenciado outras nuances da microeconomia escrava, para além do acesso às roças próprias. É certo que os escravos sertanejos tinham acesso ao cultivo de lavouras próprias, conforme indicaram os manuscritos oitocentistas. Todavia, as fontes revelaram alguns escravos que, através de negócios com o gado nas fazendas e sítios onde moravam, conseguiram amealhar economias, ora em dinheiro, ora em reses, e assim participar ativamente da economia local e regional. E como se verá a seguir, essa participação possibilitou a alguns desses escravos a compra de suas alforrias. Outros escravos receberam incentivos monetários no desempenho de serviços extras nas fazendas. Todos esses ganhos possibilitaram a formação de uma microeconomia escrava, fundamental para os arranjos da sobrevivência pessoal e familiar.

#### 4.2.2 Escravos vaqueiros e suas famílias

A este [vaqueiro] cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. [...] **Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma;** [...]. A gente dos sertões da Bahia, [...] tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. **Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles** (Abreu, 2000, p. 154, grifos meus).

Segundo as descrições de Capistrano de Abreu, eram grandes as responsabilidades do vaqueiro, que, por isso mesmo, teve importância fundamental nos sertões da Bahia e também em outras regiões brasileiras. E ter acesso a esse ofício significou um privilégio para muitos dos homens dos sertões, pois daí advinha a possibilidade de conquistar seus próprios rebanhos através da participação no sistema de sorte ou giz.

Licurgo Santos Filho (1956, p. 211), em sua pesquisa sobre a fazenda Brejo do Campo Seco, no alto sertão da Bahia, pontuou a importância do vaqueiro na fazenda de criação:

Dos servidores da fazenda de criação, o vaqueiro era o de maior importância. Cabiam-lhe os principais misteres, as principais obrigações. Ajudavam-no os campeiros, que nos tempos coloniais eram os escravos e pertenciam ao proprietário da fazenda. Algumas propriedades empregavam mais de um vaqueiro, de acordo com a quantidade de animais. Por vezes era ele aparentado com o fazendeiro, como no caso do Campo Sêco, onde o mais antigo em ordem cronológica, nos assentamentos, foi José Pinheiro, irmão de Pinheiro Pinto.

Os documentos revelaram que muitas pessoas, moradores do sertão do São Francisco oitocentista, extraíram o sustento próprio e familiar da criação de gado *vacum* e *cavalar*. A análise dos inventários evidenciou que o gado ocupou o segundo lugar em importância econômica naquele cenário, perdendo somente para a posse escrava. Fazendeiros, sitiantes, agregados, libertos e escravos ocuparam-se cotidianamente com as atividades pastoris associadas ao plantio de lavouras.

Proprietários mais abastados dispunham da mão de obra escrava e também contrataram serviços de livres e libertos, algumas vezes agregados de suas fazendas, para ocuparem o posto de vaqueiro. A forma comum de pagamento desses homens foi em crias, pelo sistema de sorte ou giz. Contratava-se com base na quantidade de gado que caberia à responsabilidade do vaqueiro, depois de certo tempo, haveria a conferência do número de

cabeças de gado e a produção (as crias) seria partilhada entre proprietário e vaqueiro. As porcentagens variavam, podiam ser de 25% ou menos. Dependeria de cada contrato. Nas palavras de Eivaldo Fagundes Neves (2008, p. 265):

Pelo sistema da “sorte” recebiam por ano, um de quatro, cinco ou seis bezerros dos que ferasse anualmente, do gado sob seus cuidados. Variavam as condições estipuladas e a proporção de bezerros recebida. Em alguns casos, apenas “depois de quatro ou cinco anos de serviços, começava o vaqueiro a ser pago”. Denominavam também de “giz” esse sistema que retribuía o vaqueiro com cerca de 25% da produção do gado, no final do quadriênio contratado.

Santos Filho (1956, p. 213) identificou, nos assentos da fazenda Campo Seco, anotações referentes ao pagamento de vaqueiros pelo sistema de “sortes”: “Esse sistema de pagamento por ‘sortes’ favorecia o vaqueiro, permitindo-lhe ajuntar um bom pecúlio e ao fim de certo tempo adquirir terras e tornar-se também criador”. O referido autor observou também que os fazendeiros costumavam comprar as “sortes” dos vaqueiros e estes passavam a ser credores daqueles de quantias em dinheiro.

Como sinalizado, a documentação pesquisada revelou muitos homens do sertão do São Francisco dedicando suas vidas a labutar com o gado. O inventário de D. Rosa Felismina de Jesus, viúva do fazendeiro português Nicolau Tolentino de Proença, é um rico documento que fornece indícios valiosos para a discussão do papel desempenhado pelo vaqueiro naquela região. Essa senhora, antes de falecer, reconheceu na Justiça como herdeiro legítimo o seu filho, Antônio Gualter Guimarães, com sete anos de idade, nascido após o seu estado de viuvez. Nomeou como tutor do menor o senhor José Antônio de Carvalho, cuja esposa foi madrinha de batismo do pequeno herdeiro.

O inventário foi aberto em 1848 e encerrado em 1855. Seu monte-mor totalizou-se em Rs. 19:220\$830, distribuídos principalmente em escravos, terras, gado *vacum* e *cavalar*. Dentre os bens herdados por Antônio Gualter estava a fazenda Santo Antônio, avaliada por Rs. 1:545\$000, descrita da seguinte forma:

As terras que em sua meação lhe tocou na Fazenda de Santo Antonio por falecimento de seu marido Nicolão Tolentino de Proença da quantia de [...] [Rs. 1:125\$000].

Mais duas partes de terras na mesma fazenda de Santo Antonio compradas a Joaquim Pedrosa e suas irmãs Carolina da França e Rosalina Carolina da França como consta do titulo que apresentou [...] [Rs. 120\$000].

Outra parte de terras na mesma fazenda comprada a Luis Pedrosa de Almeida como consta do título [...] [Rs. 80\$000].

Quatro curraes velhos de pau a pique [...] [Rs. 200\$000].

[uma] morada de casa coberta de telha com huma porta e huma janella [...] [Rs. 20\$000].<sup>325</sup>

As descrições acima não permitem inferir com precisão as dimensões da referida fazenda, mas, pelo seu preço e pela quantidade de gado presente naquelas terras, pode-se considerar como grande propriedade rural. No ano de 1849, foram identificadas nessa fazenda 600 cabeças de gado *vacum* e 22 cavalos e éguas. Esse número se alterou substancialmente no decorrer do inventário. Em 1852, na prestação de contas ao juizado de órfãos, o tutor José Antônio de Carvalho declarou que as cabeças de gado *vacum* “[...] tem produzido em tres anos, seiscentos e quatro cabeças [...]”.<sup>326</sup> Acrescentou ainda: “[...] que além das seiscentas cabeças de gado que se deu a inventario no ferro achou-se mais duzentas além da produçam já declarada [...]”.<sup>327</sup> Nota-se que se tratava de uma fazenda muito próspera voltada à criação extensiva de gado *vacum*, com mais de mil e quatrocentas cabeças de gado espalhadas pelos seus pastos.

Enquanto o inventário estava sendo arrolado, houve uma substituição do tutor José Antônio de Carvalho, anteriormente nomeado, por Francisco Pereira Nunes. Ao assumir a tutoria, este achou necessário contratar uma pessoa para o serviço de “vaquejar os gados *vacum*” da fazenda Santo Antônio. Assim, contratou, em 1852, o seu irmão José Clemente Pereira nos seguintes termos:

Tracto q faço com meu comp<sup>e</sup> o Sr. Joze Clemt<sup>e</sup> Per<sup>a</sup> na qualidade de Tutor do órfão Antonio Gualter p<sup>a</sup> vaquejar os gados *vacum* do d<sup>o</sup> orfão na Faz<sup>da</sup> de St<sup>o</sup> Ant<sup>o</sup> **com a condição deste anno sortiar no Xiq<sup>ro</sup>. de quatro tirar hum como he custume;** em qt<sup>o</sup> se gizar, e tudo faço p<sup>r</sup> ordem do S<sup>r</sup> D<sup>or</sup> J<sup>s</sup> de órfão e como assim contratemos e assignamos. Sítio da Pedra Comprida 15 de 7b<sup>ro</sup> de 1852.

Fran<sup>co</sup> Per<sup>a</sup> Nunes  
Joze Clemente Per<sup>a</sup> <sup>328</sup>

Foi entregue aos cuidados do contratado José Clemente Pereira o total de 410 cabeças de gado. A imagem abaixo, extraída do inventário de D. Rosa Felismina de Jesus, evidencia a forma como proprietário e vaqueiro controlavam os rebanhos destinados ao sistema de sorte ou giz (rol da giza). Nota-se que foi riscado o total de reses entregues ao vaqueiro, divididas entre machos (100 cabeças) e fêmeas (310 cabeças). Após marcar o número total do rebanho,

<sup>325</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848 (grifos meus). Documentação não catalogada.

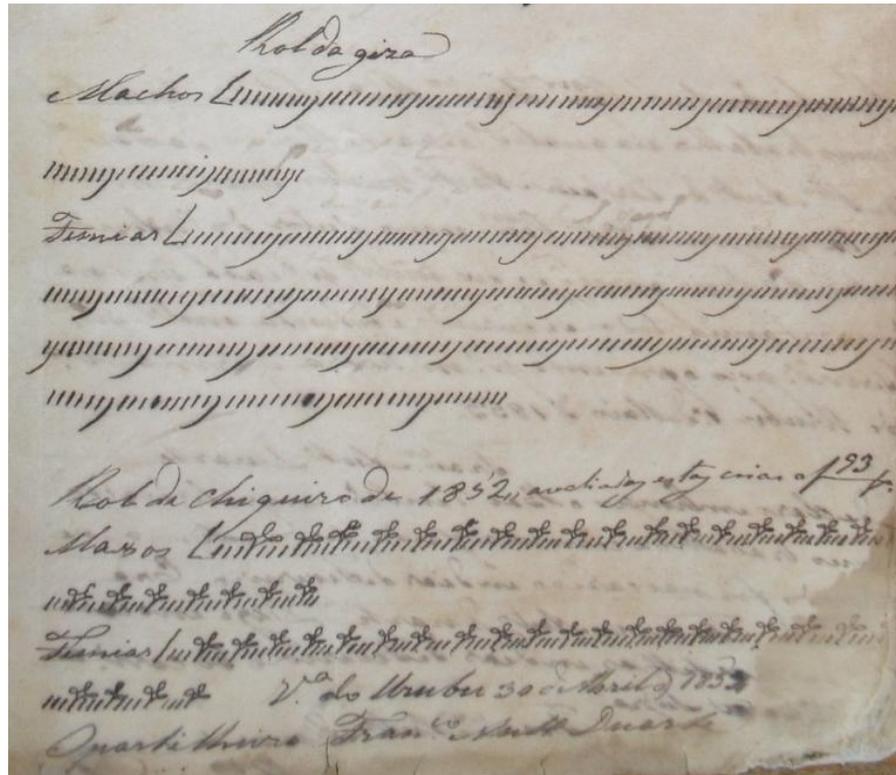
<sup>326</sup> Ibid.

<sup>327</sup> Ibid.

<sup>328</sup> Ibid (grifos meus).

o vaqueiro pontuou a produção do gado sob seus cuidados, dividindo as crias em machos e fêmeas. Depois de certo período, foram realizadas as partilhas, quando se contratou o serviço de uma terceira pessoa, o denominado partilheiro.

Fotografia 4 – Contrato pelo sistema de sorte ou giz, ano 1853



Nas condições pré-estabelecidas, o senhor José Clemente ficou na posse de 49 bezerras (24 machos e 25 fêmeas) pela prestação de seus serviços como vaqueiro daquela fazenda, entre os anos de 1852 e 1853, conforme recibo assinado por ele: “Recebi alias estou na posse de quarenta e nove bizerros maxos e femias da beira de 1852 a 1853, q. me coberão de sorte nesta Fasenda de Santo Antonio [...]”.<sup>329</sup>

Contudo, o ex-tutor do menor, José Antônio de Carvalho, questionou na Justiça o contrato de sorte ou giz estabelecido por Francisco P. Nunes, afirmando que esse senhor estava dilapidando os bens do herdeiro:

[...] acontece que o nomeado o Capp<sup>m</sup>. Fran<sup>co</sup>. Per<sup>a</sup>. Nunes, na carreira em que vai, em breve o m<sup>no</sup> órfão ficará exaurido dos bens, já p<sup>las</sup> grandes

<sup>329</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

despesas q. consta estar fazendo, já p<sup>f</sup> q metia na Fz<sup>da</sup> um seo irmão de nome Jose Clemente Pereira, a q<sup>m</sup> o m<sup>mo</sup> Tutor já deo de sorte no espaço de 7 meses mais de quarenta cabeças de gado, e assim Vs. ignorando talvez todas estas cousas q são publicas nesta V<sup>a</sup> [Vila].<sup>330</sup>

Por fim, solicitou a remoção da tutoria de Francisco Pereira Nunes “e restituir ao Supp<sup>e</sup> na tutella, não p<sup>r</sup> interesse que disso terás, **más som<sup>e</sup> p<sup>la</sup> razão expend<sup>a</sup>**, com o q fará Vs. Justiça ao m<sup>mo</sup> na qualid<sup>e</sup> de Pay dos Orfaos e nestes termos pois espera [...]”.<sup>331</sup> A razão expendida foi a preocupação com o herdeiro e o desejo de zelar pelo seu patrimônio. Nesses argumentos, José Antônio de Carvalho reassumiu a tutoria do menor Antônio Gualter Guimarães.

A partir do contrato de sorte e giz apresentado, fica patente que fazendeiros mais abastados não concediam 25% da produção do gado para seus vaqueiros. Como exemplificado, num contrato de “quatro tirar hum”, em pouco tempo, vaqueiros adquiriam rebanhos suficientes para se tornarem criadores independentes. Mas, por outro lado, não resta dúvida quanto à participação desses sujeitos nesse sistema, muito comum nos sertões até os dias atuais. O que as fontes não revelaram diz respeito a quais as suas margens de porcentagens, evidenciando que cada contrato estipularia suas próprias condições.

A fazenda Santo Antônio dispunha dos seguintes escravos: Braz, Manoel, Luciano, Vitória, Iria, Joaquina e Maria. E as crianças: Benedito (dois anos) e João (quatro anos), filhos de Vitória. Três crianças nasceram no período em que o inventário estava sendo feito: João, filho de Iria; Maria Rita, filha de Vitória, nascida em 1853, que teve sua carta de alforria comprada por sua madrinha de batismo; e Aprígio, outro filho de Vitória, nascido em 1849, também alforriado por intermédio dos seus padrinhos de batismo. Desses escravos, a africana Maria foi a única que morou na vila do Urubu, “para servir o orphan [...]”.

Trata-se de escravos que havia muitos anos viviam na fazenda Santo Antônio, muitos deles envolvidos por laços familiares, como no caso das escravas Vitória (três filhos) e Iria (um filho). Talvez dividissem o mesmo espaço de moradia na “[...] casa coberta de telha com huma porta e huma janella”.<sup>332</sup> Ou poderia, ainda, cada família possuir espaços individuais de moradias, que, por serem muito simples e sem valor econômico considerável, não foram arroladas no inventário. Conforme explicitou Wellington Castellucci Junior (2010, p. 204), para as casas dos escravos da Ilha de Itaparica (Recôncavo baiano): “A sua não descrição ou o

<sup>330</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848. Documentação não catalogada.

<sup>331</sup> Ibid.

<sup>332</sup> Ibid.

não arrolamento poderia evidenciar o pouco valor atribuído a elas e o desprezo dos avaliadores pelas casas de taipa, cobertas de palha, com chão batido, com porta e janela”.

Dentre esses escravos, cabe destacar a trajetória de Braz. Esse escravo foi descrito no inventário como “bom vaqueiro”. Os serviços com o gado da fazenda cabiam a sua responsabilidade. Nessa tarefa árdua, contava com o companheiro Luciano, conforme se observa na lista de despesas da fazenda, anexa ao inventário: “1 cabeção p<sup>a</sup> Luciano”, “1 sella p<sup>a</sup> Luciano”, “1 cabeção p<sup>a</sup> Braz”. Em alguns momentos, o tutor contratou serviços de vaqueiros livres para ajudar os escravos na lida com o gado, como o aluguel dos serviços de Rufo Tenório, no ano de 1852: “1 sella p<sup>a</sup> Rufo vaqueiro q aluguei” e “Recebi do Snr José Antonio de Carvalho a q<sup>ta</sup> de quarenta e quatro mil e quarenta reis a conta do meo Salario dos Serviços da Fazenda de Santo Antonio [...]. A rogo de Rufo Tenorio”.<sup>333</sup>

Depreende-se dos autos que Braz se envolveu ativamente nos negócios com o gado da fazenda Santo Antônio. Um indício dessa participação foi o registro seguinte que aponta esse escravo como credor de sua falecida proprietária: “Dever o casal da falecida Dona Rosa Felismina ao escravo Braz por huma obrigação a quantia de cincoenta mil reis”. Mas o que confirma sua atuação frente aos negócios daquela propriedade fora sua petição solicitando a autorização para a compra de sua alforria.

Braz (crioulo, 35 anos) foi avaliado em Rs. 800\$000. Este preço estava muito acima da média encontrada para a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, que nesse mesmo período – década de 1850 – foi de Rs. 430\$000, conforme apontado no primeiro capítulo. Cabe destacar, ainda, que o seu valor foi o mais alto dentre os dos demais companheiros de cativeiro avaliados nesse mesmo inventário, como, por exemplo, o escravo Manoel (cabra, 30 anos), avaliado em Rs. 500\$000. A valorização no preço de Braz advinha do seu ofício de vaqueiro, o que indica que ocupava uma posição hierárquica superior dentre seus pares. Como afirmou Pires (2003, p. 93): “O escravo vaqueiro ostentava entre os seus pares uma posição hierárquica mais elevada, dispondo também de maior confiança por parte do seu senhor. Era também um escravo de valor mais alto, devido a sua qualificação profissional”.

No momento em que solicitou ao juiz da comarca do Urubu permissão para comprar a sua alforria, Braz não questionou o seu preço. Só para se ter uma ideia, o valor desse escravo corresponderia a 100 cabeças de gado *vacum*, visto que nesse mesmo inventário uma cabeça de gado foi avaliada por Rs. 8\$000. Possuir o valor da alforria significa dizer que esse

---

<sup>333</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848 (grifos meus). Documentação não catalogada.

vaqueiro auferia certa gratificação pelo desempenho de suas obrigações. Muito provavelmente, recebia uma porcentagem na produção do gado *vacum* da fazenda Santo Antônio sob seus cuidados, ou seja, indica sua participação no sistema de sorte ou giz. Certamente, ele não aguardou reunir grande quantidade de reses para, só depois, vendê-las. É mais viável pensar que Braz já vinha negociando o gado conquistado com o seu ofício e dessa venda amealhava o pecúlio necessário a sua liberdade. Possivelmente, suas economias, em reses ou em dinheiro, extrapolavam o valor de sua alforria com vistas a arranjar-se na condição de liberto.

Braz sabia da importância de seus serviços na fazenda Santo Antônio. E, por isso mesmo, precisaria de muita cautela para negociar sua liberdade. A solicitação de compra da alforria emitida em 25 de maio de 1853 ao Juiz de Órfãos, Jerônimo Borges de Barros, através de seu procurador, Apolinário Ribeiro J[?], evidencia bem como ele estava atento às meticulosidades que envolviam sua relação, na condição de cativo, com a Justiça e com o seu senhor, por meio do representante legal. Vejamos seus argumentos:

Diz o crioulo Braz, escravo do órfão Antonio Gualter q. se achando peticego do olho esquerdo, quasi em estado de a perder de todo pela continua inflamação, q de dias em dias n'elle se apresenta, **q muito priva ao Supp<sup>e</sup> de ser assíduo no cumprimento das suas obrigações, principalmente no de vaqueijar aos gados do dito órfão seu senhor, em q<sup>e</sup> vive o Supp<sup>e</sup> sempre ocupado;** e porq<sup>e</sup> não possa mais o Supp<sup>e</sup> pelo motivo já expendido conservar-se em hum **serviço tão penoso como o de vaqueiro**, apesar do desejo q sempre teve o supp<sup>e</sup> [de] viver e trabalhar para o engrandecimento do dito orfão seu Senhor, principalmente se achando este ainda no estado de orphandade que muito consternará ao Supp<sup>e</sup> a separar-se d'elle, não só por ter visto nascer, como m<sup>mo</sup> pelo grande amor q<sup>e</sup> lhe consagra, se não fôra **tam somente o mau estado de sua saúde [...]**.<sup>334</sup>

Esse escravo tinha plena consciência de que, para adquirir sua liberdade, era preciso apresentar uma alternativa mais vantajosa ao seu proprietário. Assim, justificou que, como estava doente, o seu serviço não teria o mesmo rendimento de antes e que isso poderia ocasionar um prejuízo para o seu senhor. Em suas palavras, estava “[...] evitando com isso qualquer prejuízo futuro q<sup>e</sup> o m<sup>mo</sup> possa soffrer com a decadência dos annos e mau estado de saúde do Supp<sup>e</sup>”. E como ele oferecia um valor alto para compra de sua carta de alforria, buscou indicar uma negociação mais vantajosa. Braz, com toda a sua perspicácia, através de seu procurador, prestou reverência ao seu senhor, especialmente nesta fala: “[...] apesar do desejo q sempre teve o supp<sup>e</sup> [de] viver e trabalhar para o engrandecimento do dito órfão seu

<sup>334</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848 (grifos meus). Documentação não catalogada.

Senhor”. E que estava propondo a sua liberdade, alegando “[...] tam somente o mau estado de sua saúde”. Esse escravo sabia que estava negociando numa relação de força desigual, daí sua estratégia em não contrariar os desígnios senhoriais.

O curador geral dos órfãos, Silvério de Abreu Pereira, concordou com os argumentos de Braz e afirmou ser mais vantajoso receber o valor dado pela alforria, pois “[...] a moeda não morre, e pode resultar em maior q<sup>tia</sup> afinal, e o Supp<sup>e</sup> está sujeito a morte, e p<sup>r</sup> consequencia perde o meu Curado [...]”.<sup>335</sup>

Já o tutor do órfão, José Antônio de Carvalho, posicionou-se contrário:

[A liberdade] requerida pelo esc<sup>to</sup> Braz não é conveniente ao Orfão meu tutelado, e Snr do m<sup>mo</sup>, p<sup>r</sup> q<sup>to</sup> **é o unico esc<sup>ro</sup> vaq<sup>ro</sup> q o d<sup>o</sup> Orfão possui, e que se encarrega da criação e vaqueira de seos gados e que bem conhece dos pastos da fazenda**, e se bem q apresenta a importancia de seo valor, **com tudo o prejuiso que as vezes pode ocorrer p<sup>r</sup> falta de bons vaq<sup>ros</sup> q rara vezes se encontra**, pode exercer a essa q<sup>tia</sup> e q<sup>to</sup> a moléstia ponderada não é m<sup>s</sup> q uma [?] antiga no ôlho esquerdo, q de nada lhe priva e **o motivo m<sup>s</sup> forçoço que lhe pode ter é tão som<sup>e</sup> o desejo da m<sup>ma</sup> liberdade.**<sup>336</sup>

O tutor reconhecia a importância de Braz como vaqueiro da fazenda de Santo Antônio. Ele fora encarregado de cuidar da criação e conhecia bem todos os pastos da fazenda. Sua função, pontuada por ele mesmo como “serviço tão penoso”, exigia experiência na lida com o gado e muita responsabilidade. Cabia ao vaqueiro conhecer bem os terrenos da fazenda e, mais ainda, saber identificar cada um dos animais que ficavam sob os seus cuidados. De acordo com Joana Medrado (2008, p. 20): “Os vaqueiros comuns, por assim dizer, lidavam diretamente com o gado, tocavam de um pasto para outro, cuidavam das bicheiras e também faziam serviços associados à criação, como conserto de cercas e limpeza dos bebedouros dos animais – as fontes e os olhos d’água”. Noutras palavras, a lida com o gado exigia vários outros serviços como, por exemplo, a limpeza dos pastos e zelar pela segurança e propriedade do animal. O vaqueiro era responsável ainda pela “junta”, “[...] que era a reunião dos animais dispersos pelos campos e ‘malhadas’, para separá-lo, vendê-lo, ferrá-lo, curá-lo de ferimentos...” (SANTOS FILHO, 1956, p. 216). As “juntas” poderiam durar dias, a depender da dispersão do gado pelas mangas.

A postura do tutor José Antônio Carvalho demonstra que senhores locais não estavam dispostos a abdicar de seus escravos de confiança. O referido tutor argumentou que a ausência do escravo na fazenda poderia acarretar prejuízos maiores, sobretudo, pelos serviços

<sup>335</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>336</sup> Ibid (grifos meus).

oferecidos por ele, destacando-o como bom vaqueiro, “q rara vezes se encontra”. Pontuou, ainda, que a moléstia apontada por Braz não lhe privava de suas obrigações e que o motivo “m<sup>s</sup> forçozo” para a compra da alforria “é tão som<sup>e</sup> o desejo da m<sup>ma</sup> liberdade”.

No dia 9 de agosto de 1853, o juiz de órfãos da comarca do Urubu apresentou seu parecer final. Acatou ambos os argumentos e apresentou uma decisão conciliatória. Decidiu que o valor oferecido por Braz fosse recolhido ao cofre do juizado de órfãos e a carta de liberdade passada pelo tutor. Mas, por outro lado, determinou: **“obrigado todavia o m<sup>mo</sup> liberto a ser vaqueiro da Fazenda, tirando a sorte correspondente a criação [...]”**.<sup>337</sup> Braz alcançou sua liberdade e, ainda, continuou a prestar seus serviços como vaqueiro na fazenda de Santo Antônio, ao lado de parentes e amigos de muitos anos. Certamente, na condição de liberto teria um maior poder de barganha para negociar suas porcentagens no sistema de tirar “a sorte correspondente a criação”.

Como visto, Braz conseguiu traçar os caminhos que o levaram a sua tão almejada liberdade. Com o seu ofício de vaqueiro, participou ativamente dos negócios realizados naquela fazenda e, no desempenho de suas funções, destacou-se dentre os demais companheiros. Através de seus serviços, conquistou certas gratificações, como o direito de participar no sistema de sorte e giz. A partir daí, adquiriu seus próprios rebanhos com os quais conseguiu amealhar o pecúlio necessário à compra de sua alforria.

Outros escravos desempenharam importantes funções no interior de fazendas e sítios pecuaristas do sertão do São Francisco. Os manuscritos oitocentistas revelaram a forte presença de escravos vaqueiros nas propriedades, como, por exemplo, “o vaq<sup>ro</sup> da faz<sup>da</sup> dos Campos de S. João ainda m<sup>mo</sup> q seja escravo”.<sup>338</sup> Em algumas fazendas sertanejas, principalmente naquelas de proprietários abastados, donos de mais de uma propriedade e, em alguns casos, envolvidos em outros negócios comerciais e, nessas condições, não residentes nas fazendas, tais proprietários contaram com o auxílio de seus escravos nos negócios com o gado, ainda que nas propriedades houvesse a figura do administrador.

As fazendas Rio das Rãs, Curralinho e Batalha apresentavam as referidas características. Como apontado anteriormente, as fazendas Rio das Rãs e Curralinho passaram por um processo de transição senhorial na década de 1870, sendo partilhadas por diferentes membros da família Spínola Teixeira. Cabe destacar que essa família não residiu no sertão do

<sup>337</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Inventário de Rosa Felismina de Jesus. Ano: 1848 (grifos meus). Documentação não catalogada.

<sup>338</sup> Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães, Paratinga-BA. Processo-crime: furto do “boi preto” da fazenda Batalha (incompleto). Ano: 1843. Documentação não catalogada.

São Francisco, mas sim na região da Chapada Diamantina, na cidade de Lençóis. Deocleciano Pires Teixeira, acompanhado de sua esposa D. Ana e filhos, mudou-se para a cidade de Caetité em 1885. De Lençóis e, depois, de Caetité ele administrava as referidas propriedades e constantemente dirigia-se a elas para acompanhar os serviços e os negócios realizados por lá. Noutras palavras, tratava-se de fazendas absenteístas que seus proprietários controlavam através de administradores cuidadosamente selecionados.

A noção de absenteísmo empregada nesta pesquisa aproxima-se, com certas particularidades, daquela apresentada por Eugene Genovese (1979, p. 41-43) para o Caribe Britânico do século XVIII, onde grandes fazendeiros preferiram contratar administradores livres para cuidar de suas fazendas. Por outro lado, difere da noção apresentada por Gabriela Amorim Nogueira (2011), para as fazendas setecentistas dos Guedes de Brito, localizadas na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima. Nestas propriedades, os senhores absenteístas confiaram a administração de suas propriedades a alguns dos seus escravos:

[...] a responsabilidade diária no interior das fazendas ficava a cargo dos próprios escravos, isto é, em cada propriedade um escravo era eleito para exercer o papel da feitoria. Observam-se como características dos escolhidos: escravo, casado, vaqueiro. A descrição do cativo Manoel Pereira, “incumbido da feitoria” da fazenda da Canabrava, como “regente e criador”, ajuda a problematizar as intrínsecas informações das fontes paroquiais e cartoriais, que registraram a presença, nesse contexto, de escravos identificados como criadores, a exemplo, o cativo Faustino Pereira (Ibid, p. 91).

Os pesquisadores Carlos A. M. Lima e Kátia A. V. de Melo (2004, p. 128), ao analisarem propriedades escravistas em Curitiba (1797) e Castro (1835) no Paraná, identificaram essa mesma prática entre os fazendeiros daquelas regiões. Apresentaram as seguintes características das fazendas de absenteístas:

[...] unidades que não contavam com a presença de seus donos, mas que também não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta dos próprios escravos. Os senhores às vezes residiam em habitações urbanas. Às vezes, viviam em outras localidades, em certos casos distantes. No caso provavelmente mais freqüente, possuíam várias unidades escravistas, o que por sua vez se ligava a um caráter muito expansivo da fronteira agrária nas partes meridionais da capitania/província de São Paulo.

No caso de algumas das propriedades escravistas de senhores absenteístas do sertão do São Francisco oitocentista, foi identificada a presença de administradores livres. Os assentos contábeis da família Spínola Teixeira evidenciaram que alguns herdeiros da fazenda Rio das Rãs contrataram um livre, o senhor Joaquim Pereira, para administrá-la:

(Cópia da conta dos herdeiros do finado J<sup>m</sup> Pereira)

As Ex<sup>mas</sup> Sen<sup>as</sup> D. Constança, Anna e Priscilla, filhas e tuteladas da Ex<sup>ma</sup> Sen<sup>a</sup> D. Constança Pereira de Souza, ao finado meo pae Joaq<sup>m</sup> Pereira de Souza, administrador da Fazenda Rio das Rãs.<sup>339</sup>

O registro data de 1879 e foi feito pelo senhor Camillo Pereira, filho do falecido administrador. Pelo trecho documental, o senhor Joaquim Pereira foi contratado para administrar as partes da fazenda correspondentes a D. Constança Spínola e suas três filhas menores, Constança Haidê, Ana e Priscila. Certamente, os demais herdeiros da fazenda administravam pessoalmente as partes que lhes couberam. Outro registro que faz referência ao administrador é o seguinte: “1879 – 10<sup>bro</sup> 18 – Saldo a favor dos herdeiros do **administrador da Fazenda Rio das Rãs**, conf<sup>c</sup> a conta dos m<sup>mos</sup> é q. me ordenou pagar a parte de suas 3 irmãs, conforme a conta do Sñr Camillo Pereira [...].....54\$403”.<sup>340</sup> Pelas anotações contábeis, a administração de Joaquim Pereira não perdurou por muito tempo. Fora ele, não consta nos documentos o registro de outra pessoa como administrador da fazenda Rio das Rãs.

Situação similar foi identificada na fazenda Batalha. O herdeiro Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho) também não residia naquela propriedade. Morava em Lençóis e vivia a transitar de uma fazenda para outra, acompanhando seus negócios. Consta, nos assentos, o nome de Francisco, como o seu encarregado: “O senr Francisco Teixeira de Araújo: 1876 Março 20 – Imp<sup>cia</sup> recebida hoje por conta de bois meos vendidos por seu **encarregado Fran<sup>co</sup>**.....70\$000”.<sup>341</sup>

A pesquisadora Joana Medrado (2008, p. 20-21) aponta a função ocupada pelo administrador nas fazendas pecuaristas:

O administrador [...] estava mais presente nas fazendas absenteístas, mas não apenas nelas. Cumpria a função de *administrar* de fato a propriedade. Era ele quem se reportava diretamente ao proprietário para prestar contas gerais, articulava a venda de gado ou de gêneros agrícolas, organizava a contratação de empregados e controlava seus serviços, além de ser o responsável pela apartação, a partilha e as ferras dos animais, momentos em geral festivos nas fazendas. [...]

Supõe-se, com base nos documentos consultados, que alguns vaqueiros ocuparam a função de administradores ou, ao menos, assumiram determinadas responsabilidades que os

<sup>339</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>340</sup> Ibid.

<sup>341</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817-1973). Caixa 3, Maço1.

confundiam como tal. De acordo com Medrado (Ibid, p. 20): “[...] os administradores também podiam trabalhar diretamente com os animais, tocando boiadas, correndo os pastos etc. Talvez por esse motivo os administradores definissem a si próprios enquanto vaqueiros [...]”. Um exemplo claro é o vaqueiro da fazenda Rio das Rãs, Antônio Jovino Pereira de Magalhães. Na correspondência enviada por ele ao fazendeiro Deocleciano Teixeira, em que narrou uma briga entre dois agregados (apresentada anteriormente), prestou contas da situação da fazenda naquele momento, conforme se observa nos seguintes trechos: “Amanha vou ao Bom-Retiro q fui chamado p<sup>a</sup> dar alg<sup>m</sup> deliberação athe chegar as ordens de Vs.” e “Por ca tudo vai bem já tem chuido já tem agoa. Morreo sempre alg<sup>m</sup> gado”.<sup>342</sup> Evidenciava que, na ausência do fazendeiro, era ele o responsável ou o encarregado da propriedade.

A ausência direta dos fazendeiros nas propriedades teve implicações na vida cotidiana dos escravos. Nas fazendas aqui analisadas, ainda que nelas houvesse a presença de administradores e/ou encarregados, os escravos desempenharam importantes funções junto à administração daquelas propriedades. A eles cabia cuidar do gado, cultivar pequenas lavouras e realizar tarefas domésticas. Em meio aos seus serviços, eles vendiam e compravam gado, contratavam os serviços de livres e foram responsáveis por gerir certas despesas das fazendas onde moravam. Da participação ativa nos negócios com o gado, os escravos conquistaram espaços significativos de autonomia e mobilidade.

Os livros de razão facultaram identificar alguns dos escravos que trabalharam nas fazendas Rio das Rãs, Curralinho e Batalha. Muitos deles ocuparam a função de vaqueiros, envolvidos com a criação de gado *vacum* e *cavalar* e no comércio desses animais.

Importa ressaltar que, na divisão de bens ocorrida por falecimento do coronel Antônio de Souza Spínola e do coronel Francisco Teixeira de Araújo, os escravos, outrora pertencentes a esses senhores, foram partilhados entre diferentes herdeiros. Muitos deles foram transferidos das propriedades onde residiam havia anos e passaram a conviver e dividir os mesmos espaços de trabalho e moradia com novos companheiros de cativeiro. Mas isso não valeu para todos. Muitos já trabalhavam havia anos nas referidas fazendas e continuaram por lá, prestando seus serviços, só que para um novo proprietário (algum dos herdeiros).

---

<sup>342</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1875-1900), Caixa 3, Maço 1. Essa carta se encontra solta dentro desse livro de registro contábil.

Tabela 11 – Relação dos escravos descritos nos livros contábeis da família Spínola Teixeira (1870-1888)

<i>Escravos</i>	<i>Pais</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Fazenda</i>
Ignacio (vaqueiro)	Simplicia e Miguel	Deocleciano Teixeira	Currallinho
Manoel (vaqueiro)	Simplicia e Miguel	Francisco Araújo	Rio das Rãs
Gustavo (vaqueiro)	Benvinda	Deocleciano Teixeira	Rio das Rãs
Luiz (vaqueiro)	Benvinda	Deocleciano Teixeira	Currallinho
Elias (vaqueiro)	Benvinda	Deocleciano Teixeira	Rio das Rãs
Agostinho	Benvinda	Deocleciano Teixeira	Rio das Rãs
Cameto	Benvinda	Deocleciano Teixeira	
Sebastião		Deocleciano Teixeira	Rio das Rãs
Lúcio (vaqueiro)		Deocleciano Teixeira	Currallinho
Honório	José e Iria	Francisco Araújo	Batalha
André (vaqueiro)	Agostinha	Francisco Araújo	Batalha
Hylarião	Eugênia	Francisco Araújo	Batalha
Cyriaco		Francisco Araújo	Batalha
Nicolão		Joaquim Antônio Spínola	Rio das Rãs
Alexandre		Joaquim Antônio Spínola	Rio das Rãs
Morete		Maria Rita Spínola	
Paulo		Maria Rita Spínola	Currallinho
Clemente (vaqueiro)		Ana Spínola	Rio das Rãs
Militão		Ana Spínola	Rio das Rãs
Belmiro			
Gregório (vaqueiro)	Dorothea	Ana Spínola	Rio das Rãs
Camilo			Rio das Rãs

Fonte: Registros contábeis e inventários.

Havia muitos outros escravos morando no interior das fazendas Rio das Rãs, Currallinho e Batalha. Os escravos que aparecem descritos na tabela acima foram justamente os que se envolveram corriqueiramente nos serviços com o gado e também mantiveram contato direto com fazendeiro. Observa-se que constam na tabela somente nomes de escravos do sexo masculino, mas isso não significa dizer que não houvesse mulheres escravizadas vivendo nas fazendas pesquisadas. Contudo, captar seus vestígios exigiu trilhar por outros manuscritos – registros paroquiais e inventários – e articular suas informações. A partir desse exercício, descortinou-se um universo em que mulheres e homens, envolvidos por laços familiares, dividiam as obrigações cotidianas daquelas fazendas.

Muitos escravos foram gerados, nasceram e cresceram no interior das sobreditas fazendas sertanejas. Seus pais e, em alguns casos, avós haviam trabalhado nessas propriedades desde, pelo menos, a primeira metade do século XIX. Ao lado de parentes, aprenderam a lidar desde pequenos com o gado e a especializarem-se no ofício de vaqueiro. Conforme sublinhou Pires (2009, p. 151): “Naquela sociedade do sertão, crianças desde muito cedo se iniciavam na cavalgadura ao lado de seus pais, aprendiam a ordenha, o pastoreio e a

apartação, além do trato das ‘bicheiras’ do gado”. Assim fez o escravo Jorge, da fazenda Batalha, que aprendeu com seu pai, o escravo Chrispiano, o ofício de vaqueiro.<sup>343</sup>

Nogueira (2011, p. 92-93) identificou, nos manuscritos setecentistas, algumas famílias escravas das fazendas dos Guedes de Brito que buscaram manter uma posição privilegiada na comunidade em que viviam. A autora destacou a trajetória da família de Manoel Cruz, escravo vaqueiro da fazenda da Itibiraba, em que o seu ofício foi transmitido de pai para filho, sucedendo gerações:

Observe-se como essa família se preservou em posição destacada nas hierarquias sociais internas na fazenda da Itibiraba. Entre os vaqueiros dessa fazenda, estiveram membros de quatro gerações da família de Manoel Cruz. A convivência familiar atravessa o século XVIII, chegando, pelo menos, até a primeira metade do Oitocentos. A transmissão da função de vaqueiro, entre os filhos da família Cruz, assegurou hierarquias nas relações comunitárias entre cativos desses senhores absenteístas (Ibid, p. 92-93).

A posse escrava de Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho), dono da fazenda Batalha, fora formada por famílias escravas. Muitos dos membros familiares foram adquiridos pelo referido proprietário através de heranças, principalmente com a morte de seu pai, o major Joaquim Teixeira de Araújo. No inventário de sua esposa, Otília Spínola de Souza Teixeira (1883), foram arrolados 18 escravos. Com exceção de quatro deles, todos os demais estavam envolvidos por redes de parentesco, que compunham cinco núcleos familiares. O cruzamento de inventários com os registros paroquiais evidenciou que a extensão familiar desses escravos fora bem mais ampla. Certamente, com o passar dos anos, muitos dos membros familiares tiveram outros destinos dadas as vicissitudes da vida no cativeiro, podendo ter sido vendidos, alforriados ou, até mesmo, ter falecido.

O escravo Ignácio foi um dos escravos que nasceu e cresceu no interior da fazenda Batalha, filho da união de Simplícia e Miguel, antigos escravos daquela unidade escravista. Os registros paroquiais apontam que ele foi batizado em “acto de Desob<sup>ta</sup> na fazenda da Batalha”, em 1846, aos dois anos de idade.<sup>344</sup> Pertenceu ao coronel Francisco Teixeira de Araújo e, com as transmissões de herança, passou a ter como proprietário, em 1878, Deocleciano P. Teixeira.<sup>345</sup> Em 1873, foi descrito como: pardo, vaqueiro, com trinta anos de idade.

<sup>343</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Otília Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

<sup>344</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

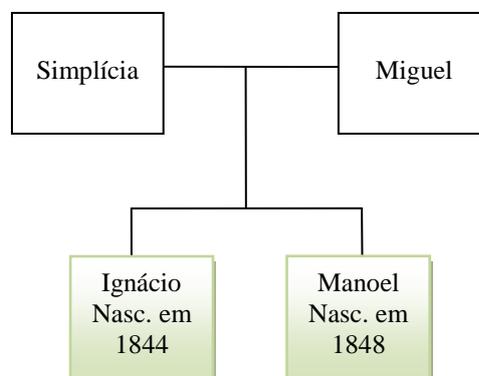
<sup>345</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Marianna de Souza Spínola Teixeira. Classificação: 05/2083/2554/10. Ano: 1878. Local: Lençóis.

Os livros contábeis evidenciaram que Ignácio fora um dos escravos de confiança do coronel Deocleciano Teixeira. Além de vaquejar o gado, esse escravo tinha permissão para comercializá-lo:

1876 Junho 15 – 6 bois vendidos p<sup>r</sup> Ignacio ..... 150\$000  
 5 ditos id. id. ã 23\$000..... 115\$000  
 3 ditos id. id. ã 18\$000..... 54\$000  
 1877 7<sup>bro</sup> 28 – Imp<sup>cia</sup> de gado vendido no Curralinho p<sup>lo</sup> escravo Ignácio e q.  
 p m/o entregou ao Ten<sup>te</sup> J<sup>e</sup> Caetano 3 vaccas ã 16\$..... 48\$000  
 9<sup>bro</sup> 18 – 5 matalotagens vendidas no Urubu pelo escravo Ignacio..... 99\$000  
 1877 9<sup>bro</sup> 28 – Din<sup>o</sup> q acusa em sua carta [Senr Alferes José Caetano de  
 Andrade] de 9 de ag<sup>to</sup> do corr<sup>te</sup> ter recebido p<sup>r</sup> m/o de meo escravo  
 Ignacio..... 48\$000.<sup>346</sup>

Os registros revelaram que Ignácio trabalhava ora na fazenda Curralinho, ora na fazenda Rio das Rãs. Dispunha da autorização de seu senhor para negociar o gado sob sua responsabilidade, tanto na porteira da fazenda, quanto fora de seus limites. Assim, transitava constantemente de uma fazenda para outra e, destas, para a vila do Urubu, conduzindo gado para ser vendido e também levando consigo dinheiro para entregar aos credores de seu senhor. Essa situação informa que Ignácio dispunha de autonomia considerável para circular pelas fazendas e vilas daquela região. Essa mobilidade, presente na vida de Ignácio, estava vinculada ao exercício de sua função de vaqueiro. Por outro lado, sugere que a “[...] circulação com ‘autonomia’ dos escravos não era exclusivamente do mundo das cidades coloniais e imperiais” (LIMA e MELO, 2004, p. 130). Estava presente também na vida de escravos do mundo rural.

Figura 6 – Família de Simplícia e Miguel, escravos da fazenda Batalha<sup>347</sup>



<sup>346</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817 – 1973). Caixa 3, Maço1.

<sup>347</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

O irmão de Ignácio, Manoel, também foi vaqueiro. Certamente, os dois irmãos aprenderam ainda na infância a labutarem com o gado, conhecimento este adquirido com o pai, Miguel. Manoel pertenceu a Francisco Teixeira de Araújo (sobrinho), herança do pai deste, o coronel Joaquim Teixeira de Araújo. Foi batizado em ato de desobriga, na fazenda Batalha, no ano de 1848. Teve como padrinho Januário, escravo vaqueiro da fazenda Batalha.<sup>348</sup> Foi inventariado em 1883, como preto, solteiro e vaqueiro.<sup>349</sup>

De acordo com os livros de razão da família Spínola Teixeira, Manoel prestou seus serviços, na década de 1880, na fazenda Rio das Rãs. Nas anotações em que constam as despesas realizadas naquela propriedade, aquele escravo aparece adquirindo tecidos para suas vestimentas e, talvez, para seus familiares, dada a recorrência desses registros nos assentos contábeis. Adquiriu também instrumentos necessários ao seu ofício de vaqueiro, como um par de esporas e uma sela.

1880 8<sup>bro</sup> 15 – 5 varas de panno para roupa do escravo Manoel..... 2\$000  
 8<sup>bro</sup> 25 – 3 covados de baêta para o mesmo..... 3\$000  
 Junho – 5 varas de panno p<sup>a</sup> Manoel..... 2\$500  
 8<sup>bro</sup> – 3 covados de baeta para Manoel..... 3\$000  
**1 par de espora para Manoel.... 2\$500**  
 10bro 16 - 7 ½ varas de panno p<sup>a</sup> Gregorio e Manoel.... 3\$000  
**1882 Março 25 – 1 sella de campo p<sup>a</sup> Manoel.... 10\$000**  
 2 ½ varas de panno de algodão p<sup>a</sup> Manoel..... 1\$000  
 1 chapeo p<sup>a</sup> Manoel.... 1\$800  
 Maio 24 – 7 ½ varas de panno p<sup>a</sup> M<sup>el</sup> e Nicolão... 3\$000<sup>350</sup>

Conceder certos instrumentos e vestimentas aos escravos não foi mero ato de benevolência senhorial. Nesse sentido, para Manoel conseguir esses itens, exigiu-se certa negociação com o seu proprietário. Wellington Castellucci Junior (2010), em seus estudos sobre a vida escrava no Recôncavo baiano oitocentista, apontou que os escravos pressionavam os seus senhores para assumirem algumas obrigações que lhes possibilitassem uma modesta condição de sobrevivência. Segundo o referido autor:

Além do fornecimento de moradia e parte da ração, alguns escravos também cobravam outros itens para a sua vida diária e os senhores sentiram-se compelidos a realizar essas funções, e isso não era mero ato de espontaneidade. Dentre outras obrigações, havia o compromisso, por exemplo, do fornecimento de vestuário para os cativos, o que, em algumas ocasiões, constaram como despesas na prestação de contas nos inventários de alguns senhores (Ibid, p. 206).

<sup>348</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

<sup>349</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Oflia Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

<sup>350</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817 – 1973). Caixa 3, Maço1.

As fontes acessadas nesta pesquisa evidenciaram escravos vaqueiros com significativa economia amealhada através de negócios com o gado, conforme se verifica no Quadro 2 (abaixo). Observa-se o registro de venda, compra e troca de gado realizado pelos escravos das fazendas Curralinho e Rio das Rãs. Cabe destacar que os registros apontam para o comércio de rebanhos que pertenciam aos próprios escravos, como, por exemplo, o escravo Camillo, que vendeu duas novilhas para a fazenda Rio das Rãs e comprou um boi; Belmiro aparece nos registros comprando duas vacas; e Militão, comprando uma matalotagem.<sup>351</sup> Provavelmente, esses escravos possuíam uma quantidade maior de gado, pois os registros contábeis apontaram somente aquelas reses que foram negociadas com o fazendeiro Deocleciano P. Teixeira. Esses registros são fortes indícios que confirmam a participação de escravos vaqueiros no sistema de sorte ou giz.

Quadro 2 – Registros de escravos com pecúlio das fazendas Curralinho e Rio das Rãs  
(1877 – 1878)

PERÍODO	PECÚLIO	VALOR
16/06/1877	01 novilha de 2 anos comprada a <b>Camillo</b> (escravo)	8\$000
16/06/1877	1 dita da m <sup>ma</sup> comprada ao m <sup>mo</sup> q. ainda não ferrei (já ferrei)	8\$000
09/07/1878	01 boi vendido ã <b>Camillo</b> (?) p <sup>r</sup> c/ de serviço	25\$000
13/12/1877	02 matalotagem vendida, 1 ã <b>Militão</b> e outra a <b>Belmiro</b>	46\$000
08/07/1878	01 dita [vacca vendida] ã <b>Belmiro</b>	20\$000
24/02/1878	01 boi e 1 novilha dados ao escravo <b>Luiz</b> do Curralinho em troca de egoas e poldros	35\$000
08/07/1878	2 novilhas vendidas no Curralinho ao escravo <b>Luiz</b>	30\$000
09/07/1878	01 mulla de anno e meio comprada ao escravo <b>Luiz</b>	35\$000

Fonte: APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registro Contábeis (1817 – 1973). Caixa 3, maço1.

Esses dados atestam que escravos do sertão do São Francisco participavam ativamente dos negócios realizados nas fazendas. Cabia a eles a responsabilidade de cuidar dos rebanhos espalhados por suas mangas. A depender da necessidade, e, caso aparecessem compradores, alguns dos escravos tinham autorização do seu senhor para comercializar as reses. Das lidas

<sup>351</sup> De acordo com Licurgo Santos Filho (1956, p. 227): “‘Vaca de matalotagem’ e ‘boi de matalotagem’ significavam – e ainda significam no Norte e Nordeste do país – o animal abatido para fornecer a carne de alimentação dos indivíduos que estejam em viagem ou afastados de seus penates”.

cotidianas com o gado, escravos conquistaram o direito de possuir seus próprios animais, com os quais constituíam seus pecúlios e, quem sabe, podiam comprar suas alforrias.

Ao analisar as cartas de alforrias de escravos do alto sertão baiano, Pires (2008, p. 84) identificou alguns escravos que pagaram suas alforrias com reses:

A venda de reses também foi outra forma de adquirir pecúlio. Sabe-se que vaqueiros recebiam pelo sistema de sorte ou giz, mas não há provas de que escravos partilhassem dessa espécie de bônus. Entretanto, escravos vaqueiros, tornados forros, poderiam utilizá-lo para a compra da alforria de seus familiares, como se observa nas referências ao gado como pagamento em diversas cartas de alforria. Outros mais poderiam empregar algum dinheiro em animais e revendê-los em ocasião considerada mais oportuna.

Licurgo Santos Filho (1956, p. 247) também apontou, na fazenda Brejo do Campo Seco, a presença de escravos possuidores de criações:

E aqui o fazendeiro alinhou os seguintes nomes de escravos, todos possuidores de éguas de criação: “Felis”, “João”, “Salvador”, “Luiz”, “Courano” e “Franco. Creoulo”. Na frente de cada um desses nomes, Miguel Lourenço assentou os poldros e poldras nascidos, ano por ano, sempre de maneira já descrita. Pertenciam tais crias cavaleares aos escravos do fazendeiro, aí inscritos como “partes”, como proprietários de éguas. O mais aquinhonado em animais era o negro Félix, que, só em 1760, se encontrava na posse de 3 poldras e 2 poldros.

A historiadora Maria Helena P. T. Machado (1988, p. 148) fez a seguinte ressalva acerca das atividades autônomas desenvolvidas por escravos e as variadas formas de constituição de pecúlio:

As atividades autônomas referem-se, em primeira análise, à questão das roças e sua profunda conexão com o desenvolvimento do pequeno comércio em torno das fazendas, vilas e cidades. Porém, ainda outras atividades escravas autônomas devem ser consideradas: o artesanato, a pesca, a coleta, a prestação de serviços remunerados realizados dentro ou fora das fazendas, no tempo livre disponível pelo escravo, as gratificações e prêmios embutidos no próprio regime de trabalho das fazendas, finalmente, e por que não, os furtos e desvios da produção agrícola empreendidos pelos escravos, que constantemente atormentavam a vida dos senhores.

De acordo com Sidney Chalhoub (1990, p. 108), “[...] as economias dos escravos, assim como a alforria mediante indenização de preço, eram práticas cotidianas relativamente comuns, porém não foram objetos de legislação específica antes de 1871”.

A documentação perscrutada nesta pesquisa tem evidenciado alguns escravos vaqueiros do sertão do São Francisco recebendo uma espécie de bônus pelo desempenho de suas funções. E esse bônus referiu-se à participação no sistema de sorte ou giz. O escravo Luiz, vaqueiro da fazenda Curralinho, foi um deles. Os registros presentes no Quadro 2

apontam que esse escravo adquiriu reses no desempenho de suas funções. Nos assentos de 1878, ele aparece negociando os seus próprios rebanhos: comprou uma mula; trocou éguas e poldros por um boi e uma novilha; e, ainda, adquiriu duas novilhas.

Não tardou muito para Luiz adquirir sua liberdade. Conseguiu, através de suas criações, amealhar o pecúlio necessário à compra de sua alforria, conforme aponta o seguinte registro, datado de 1882: “Recebi de Luiz escravo de D. Anna por conta da liberd<sup>e</sup> 200\$000”.<sup>352</sup>

Outras anotações indicam a permanência do vaqueiro Luiz na fazenda Curralinho, após a aquisição de sua alforria:

1885 – Dez<sup>bro</sup> 31 – Um boi de Priscilla vendido pelo Luiz no Curr<sup>o</sup> p<sup>r</sup> estar entrando em roças.... 29\$000  
 1886 M<sup>so</sup> 6 – Uma vacca de Desinha vendida por Luiz no Curralinho p<sup>a</sup> despesas da fazenda.... 23\$000  
 8<sup>bro</sup> 5 – Despesas feitas no Curr<sup>o</sup> pelo Luiz vaq<sup>o</sup> com pastoreio dos 10 bois das meninas q forão p<sup>lo</sup> major Domingos.... 3\$816<sup>353</sup>

Observa-se que Luiz, após sua alforria, continuou prestando seus serviços na fazenda Curralinho. É certo que na condição de liberto teria maiores possibilidades de auferir ganhos com o seu ofício de vaqueiro. Conforme apontam os registros transcritos, ele desempenhava importante papel na fazenda em que trabalhava. Auxiliava na administração daquela propriedade, tomando decisões, como vender bois que adentrassem pelas roças e gado para suprir determinadas despesas da fazenda. E também geria outros gastos, como aqueles advindos do pastoreio dos animais.

Os documentos não deixam claro quais os fatores que levaram Luiz a continuar prestando seus serviços na fazenda, talvez preferisse não “enfrentar a vida fora do lugar, distante de parentes e amigos (PIRES, 2006, p. 165)”. Por outro lado, na fazenda Curralinho, com o seu ofício de vaqueiro, ele dispunha de condições materiais necessárias para os arranjos de sua sobrevivência e de seus familiares.

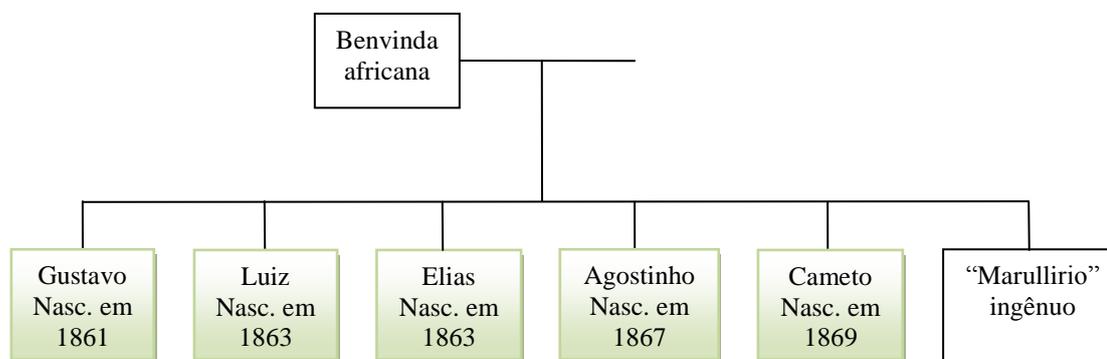
Luiz nasceu em Lençóis na propriedade da família Spínola. Foi o segundo filho da escrava africana Benvinda. Possuía cinco irmãos, dentre eles, um irmão gêmeo, Elias. No ano de 1873, quando do falecimento do seu senhor, o coronel Antônio Spínola, ele foi herdado no quinhão de Deocleciano Teixeira. Em 1877, foi enviado juntamente com os irmãos Gustavo, Elias, Cameto e Agostinho, para o termo do Urubu, para trabalhar nas fazendas pecuaristas

<sup>352</sup> Arquivo Público Municipal de Caetité. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859– 1943). Caixa 3, maço 3, 1882, fl. 78.

<sup>353</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817 – 1973). Caixa 3, Maço1.

daquela família. Sua mãe, Benvinda, ficou nos Lençóis com o filho caçula – “Marullirio” (ingênuo). Mas no ano de 1879, a africana veio a óbito, aos 56 anos de idade.

Figura 7 – Família de Benvinda<sup>354</sup>



Luiz e seus irmãos tornaram-se escravos de confiança nas fazendas em que trabalhavam. Muitos deles ocuparam o ofício de vaqueiro. Registros revelaram suas atuações naquelas propriedades. Merece destaque também seu irmão Gustavo, escravo vaqueiro da fazenda Rio das Rãs. As contas do Alferes José Caetano de Andrade com Deocleciano P. Teixeira evidenciaram que esse escravo vivia a transitar, de canoa, pelas águas do rio São Francisco, da fazenda Rio das Rãs para a vila do Urubu, distante cerca de vinte léguas. Dada a distância entre os dois lugares, pode-se inferir que esse escravo gastava mais de um dia para concluir o trajeto. Certamente, em meio às suas viagens, ele parava para se alimentar e descansar em alguma das propriedades que margeavam o rio. E, quem sabe, aproveitava a ocasião para rever conhecidos e amigos, fortalecendo os seus vínculos de vizinhança.

Nessas viagens, Gustavo trazia do Urubu mercadorias consumidas naquela fazenda e efetuava pagamentos de débitos do seu senhor:

1877 8<sup>bro</sup> 16 – Imp<sup>cia</sup> de s/c de 13 do corrente constante de gêneros e outros objetos vindos pelo Gustavo..... 15\$000  
 10bro 4 – Imp<sup>cia</sup> de s/c de 2 do corrente constante de gêneros (p<sup>lo</sup> Gustavo)..... 14\$480  
 1878 Jan<sup>o</sup> 6 – Din<sup>o</sup> q. lhe remetto em carta pelo escravo Gustavo..... 100\$000  
 Imp<sup>cia</sup> p<sup>r</sup> q<sup>to</sup> mandou-me dizer ter comprado a canoa..... 15\$000  
 Jan<sup>o</sup> 10 – Imp<sup>cia</sup> de objectos vindos pelo Gustavo na canoa conf<sup>c</sup> c/ nota..... 27\$900  
 Din<sup>o</sup> q me remetteo em carta..... 70\$000<sup>355</sup>

<sup>354</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Marianna de Souza Spínola Teixeira. Classificação: 05/2083/2554/10. Ano: 1878. Local: Lençóis.

<sup>355</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817 – 1973). Caixa 3, Maço1.

Imaginar Gustavo subindo e descendo as águas do “Velho Chico”, levando consigo uma canoa, alimentos, objetos e dinheiro, faculta questionar: por que esse escravo não procurou mudar seu destino por meio da fuga? Uma série de fatores concorreu para que Gustavo não realizasse tal façanha. Primeiramente, devem-se considerar os mecanismos de controle imposto pela sociedade escravista aos “homens de cor”<sup>356</sup>, pelos quais um escravo enfrentaria uma série de dificuldades para fugir das perseguições. Segundo, Gustavo possuía um ofício especializado, o que, certamente, lhe proporcionou dispor de certa margem de autonomia e melhores condições materiais de sobrevivência. Por fim, os laços familiares e sociais tecidos por ele naquele lugar merecem especial atenção. Afinal, Gustavo trabalhava ao lado de seus irmãos, ainda que alguns deles morassem na fazenda Curralinho, como no caso de Luiz. Entretanto, essa distância geográfica não impedia a manutenção dos vínculos de consanguinidade e afetividade entre eles, dada a mobilidade presente em suas vidas.

As histórias de escravos vaqueiros como Januário, Braz, Ignácio, Manoel, Luiz e Gustavo apontam para o modo como esses homens, em meio às dificuldades inerentes à vida no cativeiro, forjaram arranjos de sobrevivência e galgaram espaços significativos de autonomia em suas vidas. Trata-se de escravos que desfrutaram da confiança de seus senhores e recebiam certos incentivos no desempenho de suas funções. Muitos deles participaram ativamente dos negócios da fazenda, forjando uma microeconomia que lhes garantiu realizar trocas monetárias, adquirir certos bens materiais e, até mesmo, conquistar a carta de alforria. Isso evidencia o quanto estavam inseridos na economia local e regional do sertão do São Francisco.

Por outro lado, tal situação revelou que os escravos que ocuparam as funções privilegiadas estavam envolvidos por redes familiares, muitas vezes, extensas. Significa dizer que não se tratou de uma conquista individual, mas sim familiar, visto que membros de uma mesma família ocuparam a mesma função e, em alguns casos, os ofícios foram transmitidos de pai para filho. Evidenciou-se, assim, a importância dos laços familiares para os arranjos de sobrevivência naquelas propriedades pecuaristas.

#### **4.2.3 Formas de ganho: serviços extras nas fazendas**

Os serviços das fazendas sertanejas proporcionaram para alguns escravos a conquista de espaços significativos de autonomia. Como foi visto, escravos vaqueiros envolveram-se

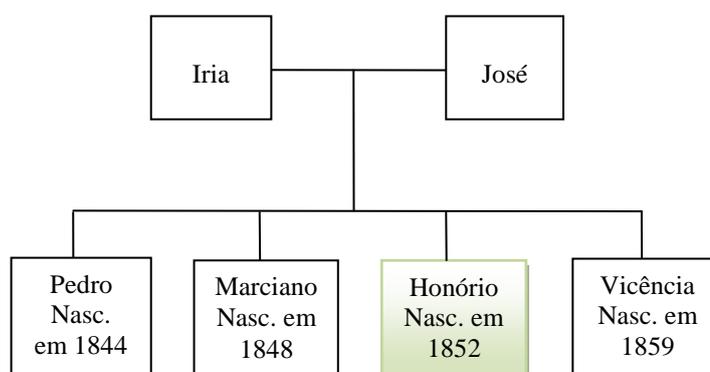
---

<sup>356</sup> Sobre esse tema, cf. Pires (2003).

nos negócios com o gado. Por seus serviços recebiam como bônus o direito de participar no sistema de sorte ou giz. No entanto, a microeconomia escrava do sertão do São Francisco revestiu-se de outras formas, como os ganhos adquiridos pelos escravos na realização de serviços extras nas fazendas pecuaristas.

Depreende-se dos livros contábeis que havia entre, os escravos da fazenda Rio das Rãs, uma organização interna, segundo a qual determinados escravos tinham a responsabilidade de “administrar” certos serviços da fazenda onde moravam. Honório foi um desses. Ocupou uma função de destaque e gozou de certos privilégios. Esse escravo pertencia ao coronel Francisco Teixeira de Araújo (o sobrinho) e estava à frente da organização do trabalho escravo naquela propriedade. Honório era um dos filhos do casal Iria e José, antigos escravos da fazenda Batalha e que pertenceram ao pai de Francisco, o coronel Joaquim Teixeira de Araújo. Nascido e criado no interior daquela fazenda, por isso mesmo, conhecia bem todos os serviços de uma propriedade pecuarista. No ano de 1873, fora listado na matrícula de escravos de Francisco Teixeira de Araújo com as seguintes descrições: pardo, 21 anos, solteiro, natural do Urubu e do serviço doméstico.

Figura 8 – Família de Iria e José, escravos da fazenda Batalha<sup>357</sup>



Os registros das “Despesas feitas na fazenda do Rio das Rãs”, nos anos de 1879 a 1882, pontuadas por Deocleciano Pires Teixeira, evidenciam os serviços que cabiam a Honório naquela propriedade:

1879 – ¼ de farinha comprada p<sup>r</sup> Honorio.... 2\$000  
 1880 – ¾ de farinha comprada p<sup>r</sup> Honorio.... 6\$000  
 12 pratos de sal id..... 12\$000  
 Agosto – Din<sup>o</sup> a Honorio p<sup>a</sup> despesas.... 4\$000  
 Id. id. [Din<sup>o</sup> de pastoreiros] pagos p<sup>r</sup> Honorio de outra entrega..... 6\$000

<sup>357</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima.

5 pratos de far<sup>a</sup> entregues p<sup>r</sup> Ignacio a Honorio..... \$625  
 8b<sup>ro</sup> 25 – ½ caixa de mercúrio entregue ao Honorio.... 3\$000  
 9b<sup>ro</sup> 18 – Din<sup>o</sup> a Honorio para compra de farinha..... 2\$000  
 Id. id. entregue por Ignacio para despesas.... 2\$000  
 1881 8b<sup>ro</sup> – Dinheiro a Honorio para pagar camaradas que ajudarão abrir os  
 vaqueijadores e compra de feijão e farinha.... 20\$000  
 10b<sup>ro</sup> 16 – Dinheiro a Honorio p<sup>a</sup> compra de 1 forno de barro.... 2\$000  
 1882 Maio 24 – Dinheiro a Honorio p<sup>a</sup> pagar pastoreios de 29 bois das  
 meninas, q. vendi juntos com os meos a José Honorato da Rocha.... 7\$424.<sup>358</sup>

Observa-se, nas anotações, que Honório recebia dinheiro constantemente de seu senhor para empregar nas despesas da fazenda. Comprava mantimentos e, certamente, distribuía para os demais companheiros de cativo. A depender da necessidade, tinha autorização para contratar serviços de terceiros – camaradas – para auxiliar nos “pastoreios” e “abrir vaqueijadores”. Por esses serviços prestados, Honório recebia uma gratificação anual no valor de Rs. 20\$000. Conforme o documento: “Din<sup>o</sup> que dei a Honorio p<sup>r</sup> conta da gratificação de 20\$000 p<sup>r</sup> anno.... 10\$000”; “1 sella de campo à Honorio p<sup>r</sup> conta da gratificação.....10\$000”; “1881 7b<sup>ro</sup> – **Id [dinheiro] a Honorio, salario do mesmo.... 20\$000**”.<sup>359</sup>

Honório não fora o único escravo a receber incentivos monetários no desenvolvimento de suas funções. Foram identificados outros escravos, também pertencentes a Francisco Teixeira de Araújo, recebendo esse tipo de gratificação:

O senhor Francisco Teixeira de Araújo:  
 1876 Agto 11 – Din<sup>o</sup> q. lhe mando por seo escravo Cyriaco, conforme seo  
 pedido de hoje..... 140\$000  
 10bro 6 – Din<sup>o</sup> a s/ escravo Honorio p. s/c .... 40\$000  
**Din<sup>o</sup> a s/ escravos André e Hylarião.... 2\$000**  
**10bro 29 – Din<sup>o</sup> a seo escravo André p<sup>r</sup> s/c.... 12\$000.**<sup>360</sup>

Esses escravos foram arrolados no inventário de D. Otilia Spínola de Souza Teixeira (1883), com as seguintes características: “Hylarião, preto, solteiro, quarenta e sete anos, doente”, avaliado em Rs 200\$000; e “o escravo André, preto, solteiro, com vinte e sete anos de idade, vaqueiro”, avaliado em Rs. 1:000\$000.<sup>361</sup> Possivelmente, o incentivo monetário destinado a Hylarião seria uma espécie de recompensa pelos anos de serviços prestados naquela fazenda; e no caso de André essa gratificação advinha de seu ofício de vaqueiro.

<sup>358</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1859-1943). Maço 3.

<sup>359</sup> Ibid (grifos meus).

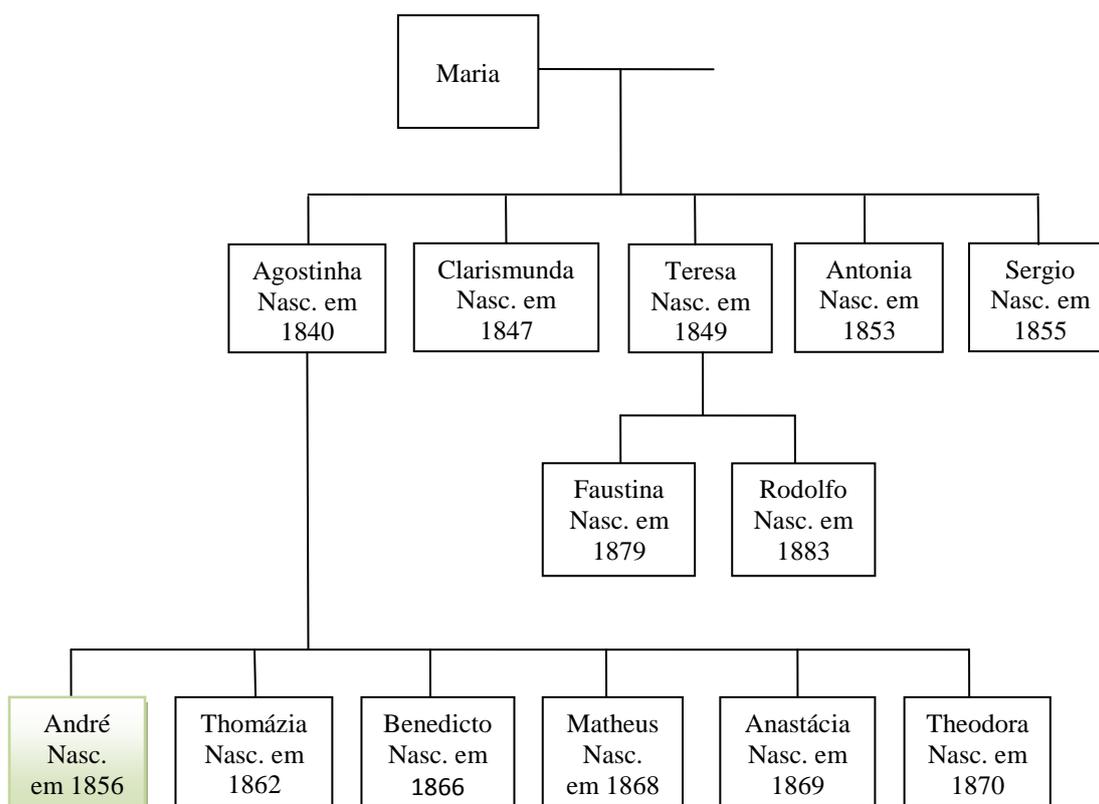
<sup>360</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1875-1900). Caixa 3, Maço 1 (grifos meus).

<sup>361</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Otilia Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

O cruzamento de informações presentes nos registros de batismos e nos inventários possibilitou traçar as relações familiares dos escravos André e Hylarião. Ambos nasceram e foram criados na fazenda Rio das Rãs. Pertenceram ao coronel Francisco Teixeira de Araújo e, com a morte deste, foram transferidos para o sobrinho, Francisco T. de Araújo. Hylarião era filho da escrava Eugênia e tinha um irmão, Chrispiano, que foi casado com Silvéria, e dessa união nasceu Jorge, escravo vaqueiro da fazenda Batalha.

Já a família de André fora bem mais extensa. Sua avó materna, Maria, foi escrava do referido coronel Teixeira. Foram identificados cinco filhos dessa escrava, dentre eles, Theresa (nascida em 1849) e Agostinha (nascida em 1843). Theresa teve dois filhos ingênuos, Rodolfo e Faustina. E Agostinha teve seis, entre eles André. André, sua mãe, Agostinha, e dois de seus irmãos, Benedicto e Matheus, ao lado de sua tia Teresa e dos primos Faustina e Rodolfo, permaneceram na fazenda Batalha, prestando seus serviços para Francisco Araújo (sobrinho).

Figura 9 – Família de Maria, escrava da fazenda Rio das Rãs<sup>362</sup>



<sup>362</sup> Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa – BA. Livro de Registro de Batizados nº 15. Data-limite: 1844-1861. Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima; e APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Otilia Spínola de Souza Teixeira. Classificação: 04/1510/1979/04. Ano: 1883. Local: Lençóis.

Os livros contábeis indicaram outros ganhos adquiridos pelos escravos na realização de serviços extras nas fazendas, como, por exemplo, a construção da casa e do curral no Bom Retiro, um dos núcleos da Fazenda Rio das Rãs. Conforme a seguinte notação realizada por Deocleciano P. Teixeira: “Dez<sup>bro</sup> 12 - Imp<sup>cia</sup> da edificação da casa no Bom Retiro, inclusive todas as despesas, c/ execupção apenas de meos escravos conf<sup>e</sup> a n<sup>a</sup> (nota).....864\$000”.<sup>363</sup> A construção da casa e do curral ocorreu no ano de 1877, entre os meses de abril e dezembro. Vejamos as despesas listadas pelo fazendeiro:

1877 Abril 29 – 5 dias de serviços pagos a Sulpricio ã 320rs. p<sup>r</sup> dia.... 1\$600  
**Maio 2 – Din. ã Camillo p<sup>r</sup> c/ do curral q. tem de fazer no Retiro... 3\$000**  
 Id. ao Chico Curraleiro p<sup>r</sup> c/ do Curral da Manga.... 5\$000  
**Concerto de 2 machados p<sup>a</sup> Militão e Gregorio ã 3\$.... 6\$000**  
 Maio 9 – Ao Chico Curraleiro p<sup>r</sup> c/ do Curral.... 15\$000  
**Maio 12 – Ao Gregorio [?] de serviço.... 2\$000**  
 Farinha comprada ã Joaq<sup>m</sup> e q tenho mandado p<sup>a</sup> os negros 3 quartas e meia (ã 1\$ a quarta).... 3\$500  
**Concerto de 1 foice ã Belmiro..... 1\$000**  
 Feijão comprado em Monte Alto 2 quartas.... 6\$000  
 Junho 3 – Din<sup>o</sup> m<sup>s</sup> ao Chico Curraleiro p<sup>r</sup> c/ do serviço..... 3\$000  
 Sal p<sup>r</sup> varias vezes 2 pratos.... 1\$000  
**8 – 1 boi ao Camillo [?] p<sup>r</sup> c/ do serviço..... 25\$000**  
 16 – Farinha de 12 de maio até hoje 2 quarta e meia (ã 1\$ ã quarta).... 2\$500  
**Julho 6 – Din<sup>o</sup> ã Camillo ..... 3\$000**  
 Ag<sup>to</sup> 13 – Id. id.... 2\$000  
 Farinha comprada na Lagoa-Grande e mandada de 16 de junho ate o presente 4 ½ quartas a 1\$, ã quarta.... 4\$500  
 Milho até o presente 3 quartas.... 3\$000  
**Madeiras do [?] Gregorio.... 5\$000**  
**Dez<sup>bro</sup> 14 – 1 matalotagem a Militão p<sup>r</sup> c/ de madeiras p<sup>a</sup> casa..... 23\$000**  
**Din<sup>o</sup> ao m<sup>mo</sup> dado antes p<sup>r</sup> 3 vezes..... 18\$500**  
 900 telhas..... 9\$000  
 Casca ao Chico Curraleiro..... 2\$000<sup>364</sup>

Nota-se que alguns escravos trabalharam junto com livres na construção do curral e casa do Bom Retiro e puderam auferir, por seus serviços, dinheiro e reses. O escravo Camillo, conforme descrição, foi um dos construtores do curral e recebeu como pagamento seis mil réis em dinheiro e um boi avaliado em vinte e cinco mil réis. Gregório e Militão foram os responsáveis por extrair, das matas da fazenda, as madeiras necessárias para as construções. De acordo com o inventário da fazenda, tratou-se de “aroeira a pique”.<sup>365</sup> Certamente, esses escravos gastaram vários dias de trabalho na derrubada de árvores e em transformá-las em

<sup>363</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registro Contábeis (1817–1973). Caixa 3, maço1, 1880, fl. 27.

<sup>364</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817–1973). Caixa 3, Maço1.

<sup>365</sup> Casa do Barão de Caetité. Acervo Particular. Série Documentos Jurídicos (1827-1913). Caixa 01, maço 05, 1886.

madeiras. Talvez tenham contado com a ajuda de outros companheiros, dadas as dificuldades no desempenho dessa tarefa. Gregório recebeu o valor de sete mil réis. Já os ganhos de Militão foram bem mais amplos, possivelmente, por ter entregado maior quantidade de madeira. Recebeu uma matalotagem avaliada em vinte e três mil réis e dezoito mil e quinhentos réis em dinheiro.

No inventário de Deocleciano Pires Teixeira, datado de 1931, a casa e o curral do Bom Retiro foram avaliados da seguinte maneira: “Uma casa de sede na referida Fazenda.....700\$000” e “Dois currais de aroeira a duzentos mil reis cada um.... 400\$000”.<sup>366</sup>

Outros pesquisadores apontaram em seus estudos escravos auferindo incentivos monetários, evidenciando que essa prática não foi tão incomum no contexto da escravidão brasileira, especificamente, no meio rural. Walter Fraga Filho (2006, p. 39) identificou que alguns escravos do Recôncavo baiano oitocentista recebiam remuneração pelos serviços extras realizados nos engenhos:

[...] a contrapartida ao trabalho cativo nos engenhos era feita em forma de dinheiro. Por exemplo, em 30 de janeiro de 1870, o conde registrou o pagamento de 30\$000 ao ‘preto’ João Nicolau. Algumas contas inseridas nos inventários de senhores de engenhos mostram que alguns escravos podiam ser remunerados por trabalhos extras realizados nos domingos e dias santos.

Situação similar foi identificada por Alex Andrade Costa (2009, p. 92), ao analisar inventários de senhores de escravos do Recôncavo Sul:

Além de garantir o recebimento de gêneros para prover a alimentação, alguns escravos como os de dona Maria Ferreira da Silva conseguiram outra conquista, pouco comum: o pagamento de “salário”. Os escravos adultos da referida proprietária apareceram listados, entre os meses de março de 1851 e junho de 1853, recebendo um “salário” que variava, possivelmente, pelo tipo de trabalho desempenhado ou pela idade, entre Rs.2\$000 e Rs.3\$000. [...] Aparentemente, essa foi uma prática iniciada por dona Maria Ferreira durante o período em que aquela propriedade ficou sob seu comando, visando garantir o cumprimento do período de plantio, numa tentativa de reorganizar a produção agrícola da propriedade.

Foram flagradas nos documentos da freguesia do Urubu outras formas de incentivos, como as concessões aos escravos por parte de seus senhores de determinados bens e instrumentos de trabalho:

1879 – 26 varas de panno p<sup>a</sup> Nicolão e Manoel.... 13\$000  
 3 couros de capivara p<sup>a</sup> gibão dos moleques.... 3\$000  
 1 par de espora p<sup>a</sup> Gregorio..... 3\$000  
 1881 8<sup>bro</sup> 24 – 3 covados de baêta para Nicolão.... 3\$000

<sup>366</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventário. Deocleciano Pires Teixeira. Classificação: 08/3550/02. Ano: 1931. Local: Caetité.

½ vara de americano p<sup>a</sup> o mesmo.... \$250  
 1 par de espora para Manoel.... 2\$500  
 3 covados de baêta p<sup>a</sup> Gregorio.... 3\$000  
 1 sella de campo p<sup>a</sup> Gregorio..... 10\$000  
 10bro 16 - 7 ½ varas de panno p<sup>a</sup> Gregorio e Manoel.... 3\$000  
 1882 Março 25 – 1 sella de campo p<sup>a</sup> Manoel.... 10\$000<sup>367</sup>

Segundo Wellington Castellucci Junior (2010, p. 206-207):

Em certa medida, os cativos tinham muito apreço pelo que possuíam e procuravam sempre deixar um canto da senzala, ou do quarto coletivo onde moravam, para guardar suas roupas e “trastes”, suas vasilhas de trabalho usadas na coleta de rochas calcárias, seus instrumentos de trabalho e musicais, potinhos de águas e adornos pessoais. Eles costumavam guardar tais objetos em baús de couro velho, arcas de madeira ordinária e de pouco valor ou caixotes, dispostos próximos de suas redes, esteiras ou camas com colchões de capim onde dormiam.

Todos esses indícios da microeconomia escrava apontaram para uma ativa participação de escravos na economia regional do sertão do São Francisco. Contudo, não se pode pensar que o “direito” de possuir roças próprias, de participar no sistema de sorte ou giz, de receber gratificações monetárias ou determinados bens de consumo foi “[...] uma conquista exclusiva do escravo ou uma concessão pura e simples por parte do senhor, muito menos como atos de benevolência por parte deste último. Na verdade, ambas as partes ganhavam num jogo de ‘acomodação e resistência’, ‘negociações e conflitos’” (COSTA, 2009, p. 92).

A reconstituição de trajetórias familiares de alguns dos escravos, baseada no cruzamento de informações presentes nos diferentes documentos, revelou que muitos deles foram gerados no interior das propriedades pecuaristas, pois seus pais e, em alguns casos, avós haviam sido escravos dos antigos proprietários daquelas terras. A partir dessas informações, pode-se inferir que os ganhos advindos das participações de escravos nos negócios com o gado, como os incentivos monetários e a participação no sistema de sorte ou giz, correspondem a conquistas antigas transmitidas de geração em geração pelos membros familiares. Como foi visto, algumas famílias mantiveram-se numa situação privilegiada, ocupando, nas hierarquias sociais internas, uma função de destaque. Uma das estratégias utilizadas por essas famílias foi a transmissão, de pai para filho (ou entre os demais parentes), do ofício de vaqueiro.

---

<sup>367</sup> APMC. Acervo Casa Anísio Teixeira, Grupo Livro de Caixa, Série Registros Contábeis (1817 – 1973). Caixa 3, Maço1.

A compreensão dessas práticas costumeiras parte das perspectivas conceituais apresentadas por E. P. Thompson (1998) em seu estudo sobre as classes trabalhadoras inglesas no século XVIII:

[...] o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de existir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, **o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes** (Ibid, p. 16-17, grifos meus).<sup>368</sup>

Desse modo, as lutas empreendidas pelas famílias escravas que viviam nessas fazendas sertanejas exigiram delas grandes esforços para consolidar antigos direitos ou garantir novas conquistas. Conforme esclarecimento de Maria Helena P. T. Machado (1988, p. 153):

Pois, segundo o ponto de vista dos escravos, importava defender das investidas senhoriais os espaços de autonomia conquistados através de confrontos constantes: uma cadência de trabalho orgânica ao grupo, uma organização social independente, uma incipiente produção de subsistência na forma de roças e de uma microeconomia monetária, proveniente tanto do pequeno comércio de gêneros produzidos ou furtados quanto pelo recebimento de gratificações pelo trabalho realizado a mais ou nos dias livres do escravo.

Mas isso não significa dizer que, em muitas situações, as famílias escravas não tiveram que abrir mão de certas conquistas, visando driblar as adversidades da vida sob o cativo. Frente a esses desafios, os escravos puderam contar com seus parentes e amigos. Desse modo, a família configurou-se como o *locus* primordial para a organização de suas sobrevivências cotidianas, pois “[...] era nela que eles compartilharam sua vida afetiva e conseguiram manter um mínimo de autonomia” (FREIRE, 2009, p. 156). Neste sentido, ao mesmo tempo em que a conquista e/ou manutenção de certos espaços de autonomia só foi possível graças aos laços familiares enraizados naquelas fazendas sertanejas, por outro lado, essas margens de autonomia se revestiram de importância com os arranjos de sobrevivência forjados pelas famílias escravas ao longo dos anos.

---

<sup>368</sup> Thompson (1998, p. 15) aponta a relação entre costume e direito consuetudinário: “Se, de um lado, o ‘costume’ incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à ‘cultura’, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] há, no fundo de [quase] toda pesquisa documentária, um resíduo de inopinado e por conseguinte, de risco” (Marc Bloch, 1923).

Procurei, ao longo deste trabalho, aproximar de experiências cotidianas de escravos e libertos moradores da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, localizada no sertão do São Francisco, entre os anos de 1840 e 1880. O foco central foi analisar os modos como as famílias escravas organizaram suas vidas em fazendas e sítios pecuaristas e forjaram arranjos de sobrevivência cotidiana.

Desse modo, busquei examinar aspectos da vida escrava naquela região, apontando algumas especificidades das relações escravistas inscritas naquele lugar. Nesse intuito, foi observado o perfil da posse escrava, o qual revelou o predomínio de número bastante modesto de escravo por proprietário. Em muitas situações, senhores e escravos dividiam os mesmos espaços de trabalho e moradia. Por outro lado, nas grandes fazendas pecuaristas havia um contingente bem maior desses indivíduos, exercendo diferentes funções. Os homens escravizados foram flagrados limpando campos e pastos; cultivando pequenas lavouras policulturas; manufaturando produtos, como farinha, rapadura e aguardente; lidando com o gado (apartando, ferrando e tratando de bicheiras); vaquejando e aboiando reses pelos caminhos sertanejos; pescando nas águas do rio São Francisco, dentre outros serviços. As mulheres se desdobravam com os afazeres domésticos e com os serviços das roças. Cuidavam ainda, de tecer, fiar e costurar roupas para seus senhores, familiares e para a vizinhança.

Ao analisar os registros paroquiais e os inventários, observei que os escravos dessa região estavam fortemente ligados por laços de parentesco. E tratou-se de famílias formadas no interior das propriedades sertanejas. Muitas delas conseguiram manter estabilidade considerável em suas relações, convivendo lado a lado por três gerações. Ampliando as lentes de observação, constatei que esses arranjos familiares foram fundamentais na organização das sobrevivências escravas. No desempenho de seus serviços, as famílias forjaram espaços de autonomia e mobilidade. E, mais, formaram uma microeconomia e garantiram participação na economia local e regional. Desse modo, não foi difícil deparar nas fontes com escravos transitando por diferentes propriedades, arraiais e vila da freguesia do Urubu, realizando trocas monetárias, ajuntando o pecúlio e adquirindo a carta de alforria.

Dos registros batismais afloraram amizades, solidariedades, respeito e considerações entre as famílias escravas, libertos e livres pobres. Os laços tecidos socialmente foram fundamentais para driblar as adversidades e alcançar melhorias em suas vidas. Convivendo dia a dia no interior das propriedades pecuaristas, compartilhavam entre eles as dificuldades da vida sertaneja, sobretudo, diante dos poucos recursos materiais necessários às suas vivências ou sobrevivências. Esses sujeitos enfrentaram, ainda, o arrefecimento da economia local e regional, os períodos de seca e a proliferação de epidemias. Com a intensificação do tráfico interprovincial, ampliaram-se as lutas de escravos para evitar que fossem arrancados daquele lugar e enviados para alguma província distante e desconhecida. Mediante situação, puderam contar com a ajuda de familiares e amigos.

Algumas trajetórias de vida foram reconstituídas a partir da leitura atenta aos diferentes manuscritos oitocentistas. O cruzamento de informações possibilitou recompor histórias de vidas permeadas de lutas e negociações. Em alguns casos, foram flagrados momentos de grandes alegrias, como nas trajetórias dos escravos vaqueiros Braz e Luiz e suas conquistas pela tão almejada carta de alforria; noutros casos, momentos de aflição, tristeza e medo, observados na história de Noberta e seus filhos, Francisco e Maria, e na luta dessa família para evitar ser vendida e traficada para outra província.

Tentei ainda, delinear o universo da vida social e material dos moradores da freguesia do Urubu de Cima, focando na importância da posse escrava, da propriedade de terras e de gado como elementos agregadores da riqueza regional. Dispor desses bens conferiu a um pequeno grupo de fazendeiros maior inserção econômica na região, atrelada ao prestígio social e ao poder político. Do outro lado da hierarquia social, tantos outros sertanejos remediavam suas sobrevivências com ínfimos bens que dispunham, revelando uma sociedade marcada pela concentração de riquezas e desigualdes sociais.

Para reconstituir trajetórias pregressas de homens e mulheres no tempo segui os caminhos apontados pela História Social e pela Micro-história. A partir desse embasamento teórico e metodológico, busquei, sobretudo, aproximar dos significados que escravos e libertos deram as suas próprias experiências.

Contudo, muitas histórias dos antigos moradores do sertão São Francisco ainda permanecem adormecidas nas prateleiras dos arquivos improvisados das igrejas e fóruns regionais, a espera de pesquisadores para subtrair do anonimato tantos outros aspectos de suas vidas...

## 6 FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Manuscritas:

#### Arquivo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa - Bahia:

Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1840 – 1880.

Livros de Registros de Casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, 1840 – 1880.

#### Arquivo do Fórum Dr. Nivaldo Rodrigues de Magalhães Paratinga – Bahia:

Autos crimes da Comarca do Urubu, 1840 – 1880.

Autos de inventários da Comarca do Urubu, 1835 – 1880.

Testamentos da Comarca do Urubu, 1840 – 1880.

Folhas avulsas de manuscritos diversos.

#### Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC)

Livros de registros contábeis, 1840 – 1880.

#### Arquivo Público da Bahia (APB):

Autos de inventários da Comarca de Carinhanha, 1840 – 1880.

Autos de inventários da Comarca de Lençóis, 1840 – 1880.

Seção Colonial e Provincial. Correspondências oficiais: Câmara do Urubu, 1840 – 1880.

Seção Colonial e Provincial. Correspondências oficiais: Juízes do Urubu, 1840 – 1880.

Seção Colonial e Provincial. Correspondências oficiais: Câmara de Carinhanha, 1840 – 1880.

Seção Colonial e Provincial. Recenseamento, 1851 – 1881.

### Fontes Iconográficas:

Fotografia da Barranca do rio São Francisco. Acervo Particular. Século XX.

Fotografia de Pescadores nas margens do rio São Francisco. Acervo Particular. Século XX.

### Fontes Impressas:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ed. rev. Anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AGUIAR, Durval Vieira. *Província da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. (edição fac-simile) Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

BATTISTEL, Arlindo Itacir e CAMANDAROBA, Joana. *Barra: um retrato do Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, 1999.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

CASAL, Aires de Casal. *Corografia Brasílica Tomo 02*. (Fac-simile da edição de 1817). Coleção obras raras. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. s. d.

FREITAS, M. M. de. *Estradas e Cardos (descrição histórica dos sertões baianos)*. Rio de Janeiro: Ministério de Guerra e Laemmert, 1947.

MICEK, Pe. Francisco, CSsr. *Missionários Redentoristas de Bom Jesus da Lapa: Jubileu de ouro, 1956 – 2006*. Bom Jesus da Lapa/BA: Gráfica Bom Jesus, 2006.

PEREIRA, G. Simas. Expedição ao Sudoeste da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, ano VIII, n. 4, out. – dez. 1946.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Codevasf, 1983.

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2. Ed. Salvador: Progresso, 1955.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo – aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité Pequenina e Ilustre*. 2 ed. Tribuna do Sertão: Brumado, 1995.

SEGURA, Pe. *Monsenhor Turíbio Vilanova*. Bom Jesus da Lapa: Resenha Histórica. 5ª Ed. Gráfica Bom Jesus: Bom Jesus da Lapa-BA, 1987.

SILVA, Pedro Celestino da. *Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité*. Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Bahia, n. 58, p. 89-294, 1932.

SPIX, Johann Baptiste Von, e Martius, Carl Friedrich Phillipp Von. *Através da Bahia*. Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, editados e anotados pelo Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

\_\_\_\_\_. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. Ed. (1. Ed. 1823, 1828 e 1831). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

TEIXEIRA, Domingos Antônio. *Respingos Históricos*. Salvador: Gráfica e Editora Arebbepe, 1991.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia*; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza, Istvan Jancsó, Pedro Putoni (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. 3 v., Salvador: Itapoã, 1969.

## **Livros, teses e artigos**

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Salvador, Dissertação de Mestrado em História Social, UFBA, 2006.

AGUIAR, Lielva Azevedo. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetitê – 1885–1924). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2011.

ANDRADE, Maria José Souza de. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811/1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília, DF: CNPq, 1988.

ANDRADE, Rômulo. “Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)”. *LOCUS: Revista de História*, 4 (1), 1998, pp. 93-104.

ANDRADE, Vitória Fernanda S. *O estudo da ilegitimidade dos filhos de mães escravas e sua relação com o nível de riqueza dos proprietários, São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Anais do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina-PR. Julho/2005. Disponível em: [http://www.historia\\_demografica.tripod.com/bhds/.../bhd38](http://www.historia_demografica.tripod.com/bhds/.../bhd38). Acesso em: Outubro, 2008.

AZEVEDO, Paulo O. D. (Coord.). Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Salvador-BA: Ipac, Secretaria da Indústria e Comércio, v. 4, p. 13-25, 1980.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano: açúcar; fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Dissertação de Mestrado em História).

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. *Legitimidade, casamentos e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730-1850)*. Análise do IX Seminário sobre economia mineira. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Visitado 22/08/07.

\_\_\_\_\_. *Casar-se em Minas: uma análise das Uniões Matrimoniais na comarca do Rio das Mortes (1820-1850)*. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG, Set. 2004.

CARDOSO, Cyro Flamarion S.. *Escravo ou Camponês – o protocampesinato negro nas américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume/Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nas franjas da plantation: trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de Itaparica: 1840-1888*. *Tempo*. Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Vol. 14, nº28, jan./jun. 2010 – Niterói: EdUFF, 2010.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Cyro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos da sobrevivências: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Universidade do Estado da Bahia, 2009.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, 1993.

DANTAS, Monica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). *Penélope*, n° 23, pp. 9-30, 2000.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras Movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rotthschild; Fapesp, 2007.

DIAS, Maria Odila Silva. *Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil, 1675-1835*. História general da América Latina. UNESCO, v.3, cap.14, 2001.

\_\_\_\_\_. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalhos da Memória*. São Paulo: EDUC, n. 17, p. 223-258, 1998.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. *Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA, (1982-2004)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2007.

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

\_\_\_\_\_. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. Identidade e Comunidade escrava: um ensaio. *Revista Tempo*, n° 22. 2006. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: Maio, 2009.

FARIA, Sheila de Castro e SLENES, Robert W. Família escrava e Trabalho. *Tempo*, Vol. 3 n° 6, p. 1-7. 1998.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERREIRA, Roberto Guedes. *O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro*. Sesmária Revista do NEHPS. Faculdade de Filosofia do Campo Grande, 01, ano 1, 2001.

FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e Mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n.24, pp.511-570, 2000.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO e FRAGOSO, João. Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*. Demografia da escravidão. São Paulo: IPE/USP, 17(2):151-173, maio/ago., 1987.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime econômico patriarcal* (1. Ed. 1933). 22. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista* (Tese de Doutorado). Campinas, SP, 2009.

GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUEDES, Roberto. Estrutura de Posse e Demografia Escrava (Portos Feliz/SP, 1798 – 1843). IN: PAIVA, Eduardo França (org.); IVO, Isnara Pereira (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um Moleiro Perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Nomo e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A micro-história e outros ensaios*. Ed. Bertrand Brasil, Cad. Memória e Sociedade, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa. DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 07. UFBA, 2002, pp. 121-160.

GUDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João José (org). *escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras* (1 ed. 1957). 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IVO, Isnara Pereira. Trânsito, conquista e aventura na América portuguesa: sertão baiano no século XVIII. *Revista Dimensões*, vol. 21 (p. 63-82). Programa de Pós-Graduação em História – UEFS. Bahia, 2008.

\_\_\_\_\_. O ouro de boa pinta e a abertura das minas da Bahia: sertões conectados, adaptabilidades e trânsitos culturais no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs). *Escravidão e mestiçagem, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Maria das Graças de Andrade (org.). MOREIRA, Raimundo N. Pereira (org); CASTELLUCI JUNIOR, Wellington, (org). *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira, e MARTINS, Ilton Cesar (orgs.). *Escravidão, mestiçagem, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

LIMA, Carlos A.M.; MELO, Kátia A.V. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Ásia*, 31(2004), 127-162.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3. Ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1983.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos, 1727-1826. África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo: USP, n.4, p.105-109, 1981.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol.26, n°52. Jul – dez, 2006.

MACHADO, Cacilda, ENGEMANN, Carlos e FLORENTINO, Manolo. Entre o geral e o singular: histórias de fazendas escravistas da América do Sul – Séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (Orgs.). *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 16, p. 143-160, março/agosto, 1987.

MARTINS, Taiane Dantas. *Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Salvador-BA: Corrupio/CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MEDRADO, Joana. “Terra, laço e moirão”: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). (Dissertação de mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. São Paulo. *Estudos Econômicos*. v. 17, n. 2, maio/ago., 1987.

MINTZ, Sidney W. PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.

MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio e VALENTIM, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, Salvador, n 27, p. 161-192, 2002.

NEVES, Erivaldo F. e Miguel, Antonietta (orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões baianos*. Editora Arcadia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX*. 1. Ed. Salvador/Feira de Santana: Edufba/UEFS, 2005.

\_\_\_\_\_. Sampauleiros Tranficantes: Comércio de escravos do Sertão para o oeste cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

\_\_\_\_\_. Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs. *Sitientibus*, Feira de Santana-BA, n.21, PP. 117-142, jul./dez., 1999.

\_\_\_\_\_. *Uma comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo regional e local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, 1998.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no “Certam de Cima do Sam Francisco” (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2011.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escavos e forros no alto sertão da Bahia – 1830- 1888*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertoins de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. 149. ed. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2001.

\_\_\_\_\_. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia*, Salvador, v.34, 2006, p. 237-313.

\_\_\_\_\_ e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e Poder no Alto sertão da Bahia: A Escrita Espistolar de Celcina Teixeira Ladeia (1901 – 1927)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2009.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Conflito de terras numa fronteira antiga: o Sertão do São Francisco no século XIX. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, nº7, PP. 9-28. Acesso em: Maio, 2009.

SILVA, Valdélcio Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. *Afro-ásia*, Salvador, n.23, p. 267-295, 1999.

SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. IN: NOVAIS, Fernando A. (Cord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997, PP. 233-290.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Instruído na fé, batizado em pé: batismos de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734 – 1742. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n.39, p.79-113.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987, 3 v.

\_\_\_\_\_. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, 28 (2002), p. 147-178.

VASCONCELOS, Albertina de Lima. *Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e Escravidão – Bahia no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas. 1998.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

VOGT, Carlos, FRY, Peter e SLENES, Robert. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos Africanos. Vivências Ladinhas. Escravos e forros no Município de São Paulo, 1850 – 1880*. São Paulo: Hucitec, 1998.